



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FILIPE ANTONIO FERREIRA DA SILVA

“NADA SERÁ COMO ANTES”: a pedagogia da insurgência dos Coletivos LGBTs+ no
Agreste Pernambucano

RECIFE

2025

FILIPPE ANTONIO FERREIRA DA SILVA

**“NADA SERÁ COMO ANTES”: a pedagogia da insurgência dos Coletivos LGBTs+ no
Agreste Pernambucano**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco/Centro de Educação como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação, na linha de pesquisa: Educação, Formação de Professores e Prática Pedagógica. Área de Concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Tenório de Carvalho

RECIFE

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Filipe Antonio Ferreira da.

Nada será como antes: a pedagogia da insurgência dos Coletivos LGBTs+ no Agreste Pernambucano / Filipe Antonio Ferreira da Silva. - Recife, 2025.

220f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Pós-Graduação em Educação, 2025.

Orientação: Rosângela Tenório de Carvalho.

Inclui referências.

1. Movimentos Sociais; 2. Movimento LGBT+; 3. Redes Sociais; 4. Práticas Educativas Insurgentes. I. Carvalho, Rosângela Tenório de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

FILIPE ANTONIO FERREIRA DA SILVA

**“NADA SERÁ COMO ANTES”: a pedagogia da insurgência dos Coletivos LGBTQTs+ no
Agreste Pernambucano**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco/Centro de Educação como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação, na linha de pesquisa: Educação, Formação de Professores e Prática Pedagógica. Área de Concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Tenório de Carvalho

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosângela Tenório de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Alexandre Simão de Freitas (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Doutor Robson Guedes da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Allene Carvalho Lage (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco – CAA

Profa. Dra. Cibele Maria Lima Rodrigues (Examinadora externa)

FUNDAJ

Dedico esta pesquisa às pessoas LGBTQ+ que ousam amar a si mesmas. Apesar de todo ódio, violência e discriminação causados pela ideologia LGBTQfóbica

AGRADECIMENTOS

“Sei que nada será como está, amanhã ou depois de amanhã” (Milton Nascimento)

O caminho percorrido até aqui foi construído por inúmeras pessoas gentis, amigas e fortes aliados na luta contra as opressões.

Agradeço à proteção divina de Deus e da Virgem Maria que me guiou noites e tardes adentro lendo, estudando e buscando, de alguma forma, mudar um pouco o mundo que nos rodeia.

A minha família pelo total apoio incondicional em toda minha trajetória acadêmica. Enquanto primeiro e não último, da minha família do interior da mata sul, a me tornar doutor em Educação, acreditando sempre no poder transformador da educação.

Aos meus amigos/as que estão comigo nessa incrível jornada de viver essa vida sem medo.

A minha orientadora, a professora Rosângela Tenório de Carvalho, que com sua simplicidade se fez grandiosa em minha vida. Obrigado por toda orientação, que mesmo durante a pandemia do covid, se fez presente o tempo todo.

A professora Allene por se tornar uma referência para mim, mesmo quando eu não acreditava no meu potencial. Ao longo de anos nos tornamos amigos, cúmplices de fofoca e aliados na luta contra as opressões.

Aos professores Alexandre Simão, Cibele Rodrigues, Robson Guedes, Maria do Carmo e Ana Luiza pelas contribuições epistemológicas desse trabalho e por suas narrativas insurgentes que colaboram para novas práticas educativas voltadas para a humanização do outro.

A FACEPE pelo incentivo nos quatros anos do doutoramento.

Ao PPGEduc (Programa de Pós- graduação em Educação) e demais professores, assistentes e técnicos administrativos e educacionais e aos meus alunos do fundamental - anos iniciais da Escola Maria Antonieta Gomes Barbosa (Belo Jardim-PE)

E minha profunda gratidão aos coletivos LGBTQ+ do agreste pernambucano, sendo eles: coletivo LGBTQs+ Lutas e cores de Caruaru-PE, Jardim das cores de Belo Jardim-PE, Cores do Capibaribe-PE de Santa Cruz do Capibaribe e Associação Cores da Resistência de Garanhuns-PE.

“Pois é preciso ao mesmo tempo espreitar, por baixo da história, o que a rompe e a agita, e vigiar um pouco por trás da política o que deve incondicionalmente limitá-la. Afinal, é meu trabalho; não sou o primeiro nem o último a fazê-lo. Mas o escolhi” (Foucault, 1979, p. 1-2).

RESUMO

Os avanços culturais, comportamentais, identitários e pós-identitários da população ocidental em relação à diversidade sexual tem colaborado para que as relações sociais e as experiências emancipatórias sejam cada vez mais compartilhadas em busca de uma imaginação epistemológica e democrática. Desconstruir preconceitos, violências e discriminações é uma tarefa árdua e constante, bem como reconstruir novas configurações e práticas educativas sociais que sejam capazes de expandir a valorização da diferença e da igualdade. Nesse caminho cosmopolita, o uso das redes sociais a partir das mídias digitais (internet) tem possibilitado aos coletivos LGBTs+ na contemporaneidade um uso insurgente de suas ferramentas e novas práticas discursivas a partir de seus diversos roteiros, agendas, ações e demandas em constante luta contra a LGBTfobia. Essa tese trabalha com a hipótese da educação como possibilidade de mudança de paradigmas sociais e políticos, uma vez que as lutas por justiça social reinventam em seus sujeitos a luta por dignidade e o direito à diferença. Dessa forma, a produção de um discurso pedagógico materializado em rede, que discursa e denuncia os processos de classificação social, preconceitos e discriminações subjetivados em nossa realidade. O objetivo dessa pesquisa foi compreender as relações de poder implicadas nas condições de produção do discurso pedagógico insurgente que são utilizados por coletivos LGBTs+ no agreste pernambucano. Nesse caminho, a educação produzida dentro dos coletivos sociais LGBTs+ se traduz como um lugar de (re)leitura da sociedade, implicada em relações de poder e saber. O caminho metodológico foi realizado a partir das contribuições da netnografia digital e da arqueogenealogia a partir das práticas discursivas das redes sociais dos coletivos LGBT+ do agreste pernambucano. Os dados analisados foram estruturados a partir dos capítulos teóricos em diálogo com os capítulos de análise. Nosso estudo constatou que as condições de produção mediadas pelo discurso pedagógico através das relações de poder são estruturadas por momentos de inquietação e solidariedade. A inquietação surge a partir das demandas e reivindicações dos coletivos LGBT+ do agreste pernambucano em insurgir diante das políticas públicas produzidas no agreste pernambucano. Ao longo dos anos, os coletivos se organizam via redes sociais colaborando com ações, manifestações e intervenções na busca por proteção e propostas de combate a LGBTfobia, exigindo dos poderes públicos a consolidação de políticas que visam a proteção integral de suas vidas. Nesse cenário, o poder estatal viu-se pressionado a colaborar com os coletivos, realizando e consolidando uma série de políticas públicas voltadas para a população LGBT+. Em laços de solidariedade, os coletivos LGBT+ do agreste pernambucano lutam pelo reconhecimento de

suas agendas, demandas e repertórios em busca de cidadania, justiça e emancipação sexual e social contra toda forma de exclusão, preconceito e discriminação motivadas pelas suas identidades de gênero ou orientação sexual. Defender suas formas de vida, desejo e comportamento sexual consolida-se na contemporaneidade como um projeto insurgente, em luta constante contra a ideologia LGBTfóbica e a doutrinação heterossexista.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Movimento LGBT. História LGBT. Redes Sociais. Práticas Educativas Insurgentes

ABSTRACT

The cultural, behavioral, identity and post-identity advances of the Western population in relation to sexual diversity have contributed to the increasingly shared social relations and emancipatory experiences in search of an epistemological and democratic imagination. Deconstructing prejudices, violence and discrimination is an arduous and constant task, as is rebuilding new configurations and social educational practices that can expand the appreciation of difference and equality. In this cosmopolitan path, the use of social networks based on digital media (internet) has enabled LGBT+ collectives in contemporary times to make insurgent use of their tools and new discursive practices based on their diverse scripts, agendas, actions and demands in a constant fight against LGBTphobia. This thesis works with the hypothesis of education as a possibility of changing social and political paradigms, since the struggles for social justice reinvent in their subjects the fight for dignity and the right to difference. In this way, the production of a pedagogical discourse materialized in a network, which discusses and denounces the processes of social classification, prejudices and discrimination subjectivized in our reality. The objective of this research was to understand the power relations implied in the conditions of production of the insurgent pedagogical discourse that are used by LGBT+ collectives in the Pernambuco countryside. In this way, the education produced within the LGBT+ social collectives translates as a place of (re)reading society, implied in relations of power and knowledge. The methodological path was carried out based on the contributions of digital netnography and archer genealogy based on the discursive practices of the social networks of the LGBT+ collectives in the Pernambuco countryside. The data analyzed were structured based on the theoretical chapters in dialogue with the analysis chapters. Our study found that the conditions of production mediated by the pedagogical discourse through power relations are structured by moments of unrest and solidarity. The concern arises from the demands and claims of LGBT+ groups from the Pernambuco hinterland to revolt against public policies produced in the Pernambuco hinterland. Over the years, the groups have organized themselves via social media, collaborating with actions, demonstrations and interventions in the search for protection and proposals to combat LGBTphobia, demanding that public authorities consolidate policies that aim to fully protect their lives. In this scenario, the state power found itself pressured to collaborate with the groups, implementing and consolidating a series of public policies aimed at the LGBT+ population. In bonds of solidarity, the LGBT+ groups from the Pernambuco hinterland fight for the recognition of their agendas, demands and repertoires in the search for

citizenship, justice and sexual and social emancipation against all forms of exclusion, prejudice and discrimination motivated by their gender identities or sexual orientation. Defending their lifestyles, desires and sexual behaviors has become an insurgent project in contemporary times, in a constant struggle against LGBTphobic ideology and heterosexist indoctrination.

Keywords: Social Movements. LGBT Movement. LGBT History. Social Networks. Insurgent Educational Practices.

RESUMEN

Los avances culturales, comportamentales, identitarios y post identitarios de la población occidental en relación con la diversidad sexual han contribuido a que las relaciones sociales y las experiencias emancipadoras sean cada vez más compartidas en busca de una imaginación epistemológica y democrática. Deconstruir prejuicios, violencia y discriminación es una tarea ardua y constante, así como reconstruir nuevas configuraciones y prácticas socioeducativas que sean capaces de ampliar la apreciación de la diferencia y la igualdad. En este camino cosmopolita, el uso de las redes sociales basadas en medios digitales (internet) ha permitido a los colectivos LGBT+ de la época contemporánea hacer un uso insurgente de sus herramientas y nuevas prácticas discursivas basadas en sus diversos guiones, agendas, acciones y demandas en una constante Lucha contra la LGBTfobia. Esta tesis trabaja con la hipótesis de la educación como posibilidad de cambio de paradigmas sociales y políticos, ya que las luchas por la justicia social reinventan en sus sujetos la lucha por la dignidad y el derecho a la diferencia. De esta manera, se materializó en red la producción de un discurso pedagógico, que discute y denuncia los procesos de clasificación social, prejuicios y discriminaciones subjetivizados en nuestra realidad. El objetivo de esta investigación fue comprender las relaciones de poder involucradas en las condiciones de producción del discurso pedagógico insurgente que son utilizados por colectivos LGBT+ en la zona rural de Pernambuco. En este camino, la educación producida en el seno de colectivos sociales LGBT+ se traduce como un lugar de lectura de la sociedad, implicada en relaciones de poder y conocimiento. El recorrido metodológico se realizó a partir de los aportes de la netnografía digital y la arqueogenealogía a partir de las prácticas discursivas de las redes sociales de colectivos LGBT+ en el Pernambuco rural. Los datos analizados se estructuraron a partir de los capítulos teóricos en diálogo con los capítulos de análisis. Nuestro estudio encontró que las condiciones de producción mediadas por el discurso pedagógico a través de relaciones de poder están estructuradas por momentos de inquietud y solidaridad. La preocupación surge de las demandas y demandas de los grupos LGBT+ en el Pernambuco rural de rebelarse contra las políticas públicas producidas en el Pernambuco rural. A lo largo de los años, los colectivos se han organizado a través de las redes sociales, colaborando con acciones, manifestaciones e intervenciones en la búsqueda de protección y propuestas para combatir la LGBTfobia, exigiendo a los poderes públicos la consolidación de políticas encaminadas a la protección integral de sus vidas. En este escenario, el poder estatal se vio presionado para colaborar con colectivos, implementando y consolidando una serie de políticas públicas dirigidas a la

población LGBT+. En lazos de solidaridad, colectivos LGBT+ del campo pernambucano luchan por el reconocimiento de sus agendas, demandas y repertorios en busca de ciudadanía, justicia y emancipación sexual y social contra toda forma de exclusión, prejuicio y discriminación motivada por sus identidades de género u orientación sexual. La defensa de sus formas de vida, deseo y comportamiento sexual se consolida en la época contemporánea como un proyecto insurgente, en una lucha constante contra la ideología LGBTfóbica y el adoctrinamiento heterosexista.

Palabras clave: Movimientos Sociales. Movimiento LGTB. Historia LGBT. Redes sociales. Prácticas educativas insurgentes.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 –	Comemoração do dia do livro na escola José Roberto, Lage Grande- PE	19
Figura 2 –	Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Pedagogia da UFPE/CAA, 2016	21
Figura 3 –	Manifestação pacífica de junho de 2013	22
Figura 4 –	Campanha Institucional da Prefeitura de Caruaru em parceria com o coletivo LGBT+ Lutas e cores em comemoração ao dia 17 de maio – Dia de luta internacional contra a LGBTfobia	24
Figura 5 –	II Semana Nordestina da Visibilidade Trans	25
Figura 6 –	Defesa pública da minha dissertação de mestrado no PPGEduc-UFPE-CAA	26
Figura 7 –	Perfil do Coletivo Lutas e Cores	114
Figura 8 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	134
Figura 9 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	135
Figura 10 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	136
Figura 11 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	137
Figura 12 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	138
Figura 13 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	139
Figura 14 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	140
Figura 15 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	141
Figura 16 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	143
Figura 17 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	144
Figura 18 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	145
Figura 19 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	146
Figura 20 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	147
Figura 21 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	147
Figura 22 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	148
Figura 23 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	149
Figura 24 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	149
Figura 25 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	150
Figura 26 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	150
Figura 27 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores	151

Figura 28 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	151
Figura 29 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	152
Figura 30 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	152
Figura 31 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	153
Figura 32 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	154
Figura 33 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	155
Figura 34 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	156
Figura 35 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	156
Figura 36 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	157
Figura 37 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	157
Figura 38 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	158
Figura 39 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	159
Figura 40 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	160
Figura 41 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	161
Figura 42 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	162
Figura 43 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	163
Figura 44 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	164
Figura 45 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	165
Figura 46 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	167
Figura 47 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	167
Figura 48 –	Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores	169
Figura 49 –	Fonte: Publicações na página do coletivo Mil cores da Resistência	170
Figura 50 –	Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores	169
Figura 51 –	Fonte: Publicações do Coletivo Cores do Capibaribe	171
Figura 52 –	Fonte: Publicações na página do coletivo Mil cores da Resistência	173
Figura 53 –	Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores	174
Figura 54 –	Fonte: publicações na página do coletivo Cores do Capibaribe	175
Figura 55 –	Fonte: Publicações na página do coletivo Mil cores da Resistência	176
Figura 56 –	Fonte: Publicações na página do coletivo Mil cores da Resistência	177
Figura 57 –	Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores	178
Figura 58 –	Fonte: publicações na página do coletivo Cores do Capibaribe	179
Figura 59 –	Perfil do Coletivo Lutas e Cores	184
Figura 60 –	Perfil do Coletivo Lutas e Cores	185
Figura 61 –	Perfil do Coletivo LGBTQ Lutas e Cores	185

Figura 62 –	Publicações no Perfil do Coletivo LGBT Lutas e Cores	186
Figura 63 –	Publicações no Perfil do Coletivo LGBT Jardim das Cores	186
Figura 64 –	Publicações no Perfil do Coletivo LGBT Jardim das Cores	187
Figura 65 –	Perfil do Coletivo LGBT Mil Cores da Resistência da cidade de Garanhuns –PE	187
Figura 66 –	Publicações do Perfil do Coletivo LGBT Mil Cores da Resistência	188
Figura 67 –	Perfil da Associação Cores do Capibaribe, da cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE, onde a mesma possui 2,651 seguidores e conta com 318 publicações	188
Figura 68 –	Publicações do Perfil da Associação Cores do Capibaribe	189
Figura 69 –	Acervo pessoal	199
Figura 70 –	Fonte: publicações na página do coletivo Lutas e Cores	200
Figura 71–	Fonte: Publicações na página do coletivo Mil cores da Resistência	201
Figura 72 –	Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores	203
Figura 73 –	Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores	204
Figura 74 –	Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores	204
Figura 75 –	Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores	205
Figura 76 –	Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores	205
Figura 77 –	Fonte: publicações na página do coletivo Cores do Capibaribe	206

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Etnografia Digital: Glossário de termos básicos	39
Quadro 2 –	Panorama geral da ação coletiva do movimento LGBTQ+ nas últimas quatro décadas e suas principais gramáticas discursivas	58
Quadro 3 –	Eixos Analíticos dos Movimentos Sociais	66
Quadro 4 –	Paradigma dos Novos Movimentos Sociais	70
Quadro 5 –	A Pedagogização do Conhecimento	75
Quadro 6 –	Caráter educativo dos Movimentos Sociais	82
Quadro 7 –	Conceitos de Educação Escolar; Cultura Política e Educação nos Movimentos Sociais	84
Quadro 8 –	Noções da homossexualidade feminina e masculina (entre os séculos XVIII e XIX)	92
Quadro 9 –	Foucault e a sexualidade: avanços e diferenças ao debate da sexualidade	94
Quadro 10 –	Dispositivos em Foucault	98
Quadro 11 –	Conceitos do Dispositivo da Sexualidade	99
Quadro 12 –	Terminologias da LGBTQfobia	105
Quadro 13 –	Consequências da LGBTQfobia	106
Quadro 14 –	Discursos da LGBTQfobia	108
Quadro 15 –	Coletivos LGBTQs+ no Agreste Pernambucano	114
Quadro 16 –	Análises Arqueológicas	116
Quadro 17 –	Como uma Arqueologia	119
Quadro 18 –	Caminhos Epistemológicos da Genealogia	124
Quadro 19 –	As Superfícies de emergência dos Coletivos LGBTQs+ do Agreste Pernambucano	129
Quadro 20 –	Táticas insurgentes do discurso pedagógico em rede dos coletivos LGBTQs+ do agreste Pernambucano	133
Quadro 21 –	Pedagogia da insurgência: conceitos teóricos	192
Quadro 22 –	Ações da associação cores da resistência (Garanhuns-PE) na luta contra a LGBTQfobia	200
Quadro 23 –	Sistematização dos discursos pedagógicos dos coletivos LGBTQ+ mediante suas intencionalidades políticas contra a LGBTQfobia	207

LISTA DE SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
CID	Código Internacional de Doenças
OMS	Organização Mundial de Saúde
GT	Grupo de Trabalho
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco
NMS	Novos Movimentos Sociais
ONGs	Organizações não-governamentais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SUMÁRIO

PRELÚDIO	19
1 INTRODUÇÃO	28
2 DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO AO DISCURSO DO RECONHECIMENTO DA POPULAÇÃO LGBT+	47
3 “EU JÁ ESTOU COM O PÉ NESSA ESTRADA” EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES SOCIAIS LGBT+	65
3.1 O Cenário discursivo da identidade coletiva do movimento LGBT+	69
3.2 A pedagogia dos movimentos sociais LGBTs+ em rede social	73
4 “ALVOROÇO EM MEU CORAÇÃO” EMERGÊNCIA DA HOMOSSEXUALIDADE	90
4.1 Dispositivo da sexualidade	98
4.2 Dispositivo da LGTBfobia	104
5 NAVEGANDO POR CAMINHOS METODOLÓGICOS NETNOGRÁFICOS + ARQUEOGENEALÓGICOS NAS REDES SOCIAIS	111
6 “SEI QUE NADA SERÁ COMO ESTÁ” ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOS OBJETOS DO DISCURSO PEDAGÓGICO DOS COLETIVOS LGBTs+ DO AGRESTE PERNAMBUCANO	126
7 “AMANHÃ OU DEPOIS DE AMANHÃ” ANÁLISE DA FORMAÇÃO DAS MODALIDADES ENUNCIATIVAS DOS COLETIVOS LGBTs+ DO AGRESTE PERNAMBUCANO	136
8 “RESISTINDO NA BOCA DA NOITE UM GOSTO DE SOL” ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO PEDAGÓGICO DOS COLETIVOS LGBT+ MEDIANTE SUA INTENCIONALIDADE POLÍTICA DE COMBATE À LGTBFOBIA	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209

PRELÚDIO

Sonhei que voltei pra minha escola
 José Roberto em Lage-Grande-Catende-PE
 Estava com minha mãe e eu já era adulto
 Era um evento na escola
 No sonho, eu vi todas as crianças que estudaram comigo dentro do parque
 Elas estavam divididas das pessoas por uma película
 Quando vi que minhas amigas e amigos da escola estavam lá
 Comecei a procurar minha criança
 Eu lembro que procurei todas as crianças com cabeça grande e grandes cachos crespos
 Porque, assim, eu achei que eu me encontraria mais rápido
 Minha mãe esteve de mãos dadas comigo o tempo todo
 Teve muita paciência esperando que eu me encontrasse, e me deu suporte
 Todas as professoras me reconheceram adulto e me olhavam com doçura
 E faziam o mesmo com a minha mãe
 O sonho acabou, e eu não encontrei a minha criança¹

Figura 1 – Comemoração do dia do livro na escola José Roberto, Lage Grande- PE



Fonte: Acervo pessoal, 1998

¹ Versão que fiz da música: “Lalange”, da cantora, compositora e atriz trans Liniker, composição essa do seu primeiro álbum solo “Índigo Borboleta anil”, de 2021. A música é um dueto com Milton Nascimento, cantor e compositor, entidade viva da música popular brasileira.

Pautando um pouco da minha jornada, produzida por uma sociedade heteronormativa, a minha orientação sexual (meu desejo, meu comportamento sexual e minha identidade) foi fabricada como não existente, portanto, não-credível de existência. Desde a minha infância na Educação Básica até a adolescência no Ensino Médio não era recomendado falar sobre sexo, desejo sexual, camisinha, gravidez, e por hipótese alguma evocar o termo “homossexual”. A primeira vez que alguém me chamou de bicha² foi na escola, no primeiro ano do ensino fundamental.

Um desses meninos que tentam a todo custo chamar atenção de todos, que muitas vezes vivencia um cenário de violência e abandono familiar, que adquire com o passar do tempo o comportamento antissocial e de um prazer pela violência, pelo poder da linguagem, pelo medo que provoca. Eu não sabia na época o que seria ser uma “bicha”, mas ao ser interpelado daquele jeito, na frente de toda a turma, eu sentia que não era coisa boa.

Muitos problemas psicológicos enfrentados por pessoas que são vítimas da homofobia estão fundamentados na culpabilização de si que passam a compreender que o seu desejo por pessoas do mesmo sexo é uma deficiência que eles não conseguem superar, o que acaba promovendo uma internalização da hostilidade social que levam muitos a tirarem a própria vida. O processo de enfrentamento da homofobia passa pelo questionamento e a problematização da lógica heterossexista, que propaga a hierarquia entre as sexualidades, assim como ocorreu com as raças (Silva *et al*, 2020, p. 13).

Mas estes termos bicha, bichinha, viado, viadinho, gay, gayzinho, mão-mole e mulherzinha me acompanharam toda a minha trajetória escolar. Doía muito ser interpelado por esses estereótipos. Ao passo que eu começava a entender que era diferente dos meninos das turmas onde estudava, procurei uma maneira de me defender. Sem o apoio da escola nos xingamentos, procurei nos livros (O mundo de Sofia, de ostein Gaarder, os romances psicológicos de Machado de Assis, o regionalismo de José de Alencar, uma profundão irmessão nos contos e romances de Clarice Lispector, entre outros) a minha forma de lutar contra o preconceito homofóbico. Ao passo que me tornava na escola o melhor aluno da turma, os meus colegas, por algumas horas, esqueceram que eu era “diferente” do modelo de masculinidade deles. E foi assim até a conclusão do Ensino Médio.

Ao escrever sobre minhas narrativas subjetivas mediante minha identidade gay, me coloco também como um pesquisador e ativista da pauta LGBTQ+. Ao ingressar na UFPE, no

² Termo popularmente usado no Brasil contra a população de homossexuais. O termo usado como cunho homofóbico é usado com violência, preconceito e discriminação por pessoas homofóbicas. Já em espaços de sociabilidade LGBTQ é usado como linguagem de resistência e orgulho.

Centro Acadêmico do Agreste, para o curso de Pedagogia, em 2011, as motivações evocavam a saída de casa, do interior da Mata Sul, uma cidade de pouco mais de 10 mil habitantes, ruralizada, mentalidades subalternas, patriarcais, preconceito e violência constantes com qualquer possibilidade de fuga ou desvio do cânone da cisheteronormatividade.

Figura 2 – Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Pedagogia da UFPE/CAA, 2016



Fonte: Acervo pessoal, 2016

Mas sempre fui um pouco audacioso, e esperto também, e fiz da minha passagem pela graduação um local de resistência. As discussões forjadas sobre identidade, sexualidade, gênero, comportamento sexual e diferenças me eram atrativas, me faziam questionar o (C)istema, mas sempre com respaldo e respeito, cautela, passos contados. Mesmo em um espaço acadêmico, há mentalidades conservadoras, obscuras, cristãs, que negam, ocultam ou simplesmente desejam fortemente a não existência, nesse caso, a minha EXISTÊNCIA e a de OUTROS/ÀS corpos inconformados, inapropriados, insubmissos, rejeitados, descartados, produzidos como não existentes.

Figura 3 – Manifestação pacífica de junho de 2013



Fonte: Acervo pessoal, 2013.

Ao ingressar no Projeto de Extensão do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina³, coordenado pela professora Dra. Allene Lage, descobri um jeito de protagonizar minha identidade homossexual, forjada nos movimentos sociais e tendo como base as epistemologias de luta e resistência, credíveis de existência, contra o desperdício da experiência (Santos, 2000).

Conceitua Varella (2016, p. 482):

Desse modo, o diferencial do campo da pesquisa militante é que, para além da reflexão teórica, as críticas teórico-metodológicas e epistemológicas geraram ricas articulações entre a teoria e a prática. Em outras palavras, foi possível efetivamente a produção compartilhada de conhecimento orientada para a ação transformadora, através de uma contínua retroalimentação entre os marcos teóricos e as práticas transformadoras dos movimentos organizados, modificando tanto o referencial teórico quanto às ações

³ Constitui-se num projeto que agrega movimentos sociais, projetos sociais e funciona como espaço de diálogo e articulação. Trata-se de uma estrutura de extensão, pesquisa e ensino, inter e transdisciplinar que tem por temática central os processos de luta, resistência e organização da sociedade civil, com foco principal nos movimentos sociais, sua dimensão educativa e sua contribuição para a democratização da sociedade. Este projeto nasceu em junho de 2007 e a cada ano vem ganhando espaço, credibilidade e visibilidade entre os movimentos sociais da região e outras instituições acadêmicas (Lage, 2013, p. 09)

práticas das coletividades. Criou-se, na realidade, a perspectiva da práxis, ao imbricar a produção de saber com a geração de ações transformadoras em um processo multidirecional, o que aprofunda sobremaneira a ruptura da proposta teórico-prática da pesquisa militante.

Em 2014 fui convidado pela Secretária da Mulher de Caruaru, Katherine Lages, a integrar a equipe da Gerência de Direitos Humanos, lotada dentro da Secretaria Especial da Mulher, da Prefeitura Municipal de Caruaru. Aos 23 anos me tornei o mais jovem assessor municipal de políticas públicas para o público LGBT+ do Estado de Pernambuco. Com uma grande responsabilidade, trabalhei na formulação de políticas públicas, formações de diversidade sexual, campanhas formativas entre outras atribuições em prol da população LGBT de Caruaru-PE. Com base no princípio de universalidade dos direitos humanos, aspirou-se a criação e implementação de uma política pública de direitos humanos para o público LGBT mais participativa, com uma participação social de diversos segmentos, tendo como objetivo comum, o combate à toda forma de LGBTfobia e a promoção da cidadania LGBT.

A construção de políticas públicas em defesa de uma cultura de Direitos Humanos em Caruaru-PE estava em crescimento e visibilidade. A defesa e garantia de direitos humanos de pessoas LGBT têm se embasado por meio de uma série de ações, individuais e coletivas, com o entendimento de que os direitos da população LGBT são direitos humanos. A perspectiva adotada na época pela assessoria LGBT da Prefeitura de Caruaru/Pernambuco, defende que os temas gênero, identidade de gênero, orientação sexual e diversidade sexual devem ser consideradas pela política educacional e social como uma questão de direitos humanos, nesse sentido, a assessoria trabalha na legitimidade de múltiplas e dinâmicas formas de expressão de identidade, práticas sociais e formas de saber, até agora estigmatizada em função da logística heteronormativa. Além disso, promoveu ações didático-pedagógicas nas escolas voltados a garantir igualdade de direitos e de oportunidades a todo o grupo, independente de diferenças de gênero.

Dessa forma, a assessoria LGBT da Prefeitura de Caruaru/Pernambuco precisou estudar questões relativas a gênero, orientação sexual, Identidade de gênero e sexualidade no terreno da ética e dos direitos humanos, visto a partir de uma perspectiva emancipadora na criação das políticas públicas em respostas às demandas apresentadas. Entre as ações da Assessoria LGBT, estão a conquista do Decreto Municipal de número 050/2014 que garante a população trans de Caruaru o uso do nome social nas Repartições Públicas do município. Também o acompanhamento de pessoas trans no traslado ao Hospital das Clínicas de Recife para a ala trans, parcerias com vários núcleos de Direitos Humanos para a substituição do nome civil para

o nome social. Cine Diversidade Sexual nas escolas municipais e estaduais, Dia municipal de combate à LGBTfobia, via proposta de Lei, Campanhas nas redes sociais e em material impresso sobre o decreto 050/2014 do Nome Social da população trans e seminários nas Universidades, trazendo o debate de diversidade e enfrentamento da LGBTfobia.

Figura 4 – Campanha Institucional da Prefeitura de Caruaru em parceria com o coletivo LGBT+ Lutas e cores em comemoração ao dia 17 de maio - Dia de luta internacional contra a LGBTfobia



Fonte: Acervo pessoal, 2016

Durante dois anos e 5 meses (2014/2016) eu vivenciei uma experiência importante de muita luta e resistência contra o ideário LGBTfóbico naturalizado em Caruaru-PE. Mesmo fazendo parte de uma gestão municipal, meu ativismo continuou firme nos espaços acadêmicos e sociais. Foi nesse momento que participei da criação do Coletivo LGBT Lutas e Cores, com outros jovens LGBTs que buscavam combater as opressões LGBTfóbicas na cidade e pontuar um coletivo livre de hierarquizações, se tornando hoje como um dos maiores coletivos de enfrentamento da LGBTfobia do interior de Pernambuco.

Figura 5 – II Semana Nordestina da Visibilidade Trans



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Mediante trajetória e andanças articulados nos movimentos sociais e de lugares institucionais, como a Universidade e a gestão pública municipal, me vejo dentro dessa ecologia sexual e de gênero, me transbordo, sou possuído por uma epistemologia que é forjada no ativismo, no dia-a-dia, na escola, no grupo da igreja, no trabalho, na Universidade. A teoria Outra, a fala Outra, o comportamento Outro, a diferença Outra, a insurgência Outra que é produzida e é vivida, passível de luto e de resistência.

A pesquisa militante, totalmente abissal ao pensamento colonial, patriarcal e sexista, me coloca no fogo de Salem, me reconhece, me tatua, me deixa vivo para lutar contra a doutrinação LGBTfóbica (Borrillo, 2010). É subjetiva, machuca, deixa cicatrizes. O ativismo é vivido na pele, tatua a pele. Viver, intensamente, uma luta diária, é propor sempre novas emancipações sociais, sexuais e de gênero. É tarefa árdua, comprometida. É pesquisa⁴ forjada nas relações sociais, com propósito, com rigor, com competência, com vida. Segundo Varela (2016), a pesquisa militante entende o conhecimento científico como uma:

Construção social, historicamente localizada e, por isso, necessariamente contingente, isto é, os conhecimentos são temporalmente e espacialmente situados e ligados a determinadas formas de organização social e política e a específicas concepções de mundo, sendo inverídica a universalidade através da qual o discurso científico se externaliza. Nesse sentido, todos os teóricos e cientistas sociais servem a interesses

⁴ Despensar, desresidualizar, desracializar, deslocalizar e desproduzir. A reconstrução é constituída pelas cinco ecologias (Santos, 2006, p. 115).

sociais e políticos específicos, consciente ou inconscientemente, sendo que, muitas vezes, o silêncio ou a forçada neutralidade revelam na realidade um compromisso com as desiguais condições sociais existentes. Deste modo, qualquer projeto de pesquisa que aborde as desigualdades e se comprometa a buscar vias para sua superação supõe uma postura política do pesquisador (Varella, 2016, p. 476).

Propor uma imaginação epistemológica e democrática no seio da pesquisa ativista/militante, é acima de tudo, desestabilizar a razão metonímica e sua postura de razão social e educacional. É assumir riscos, desafios e tensões, forjar novas epistemologias e subverter textos canônicos, que com o tempo, transformaram minha identidade, meu comportamento e meu desejo numa não existência, numa ABJEÇÃO (Butler, 2019).

Figura 6 – Defesa pública da minha dissertação de mestrado no PPGEduc-UFPE-CAA



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

E dentro desse caldeirão produzido como ausente, as identidades e pós-identidades LGBTs+ surgem como insurgentes, insubmissos. Desviam na norma e da regra, pautam outros cosmopolitismos ecológicos (Santos, 2006), outras heterotopias (Foucault, 2009). E desse deslocamento (Butler, 2019) a ecologia dos reconhecimentos⁵ (Santos, 2006) é um caminho ativamente produzido pela comunidade LGBT para romper com preconceitos, discriminações

⁵ As lutas feministas pós-coloniais, camponesas, dos povos indígenas, dos grupos étnicos, de gays e lésbicas trouxeram à ribalta um âmbito mais amplo de temporalidades e subctividades, convertendo concepções não liberais de cultura num recurso indispensável para as **novas formas de resistência**, de formulação de alternativas e de criação de esferas públicas subalternas e insurgentes (2006, p.111).

e violências.

Boaventura (2002), em seu clássico texto: sociologia das ausências e das emergências, provoca o cânone da colonialidade⁶ e sua razão metonímica⁷, abrindo fissuras e deslocamentos para novas possibilidades de existência, resistências. Desviando e desestabilizando as epistemologias forjadas como autênticas, verdadeiras, naturais, CIENTÍFICAS.

E Boaventura (2006, p. 102) decreta:

Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, **como uma alternativa não-credível ao que existe**. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças (Santos, 2006, p. 102, grifo meu).

A sociologia das ausências é um caminho possível para desestabilizar a razão metonímica, pois a partir de uma perspectiva analítica e epistemológica as ausências produzidas e forjadas nas dicotomias da razão metonímica são (relidas e contam uma nova história, uma nova experiência e uma nova possibilidade de existência pela liberdade. São acionadas como reais, concretas e possíveis.

É credível a história das mulheres sem a dominação patriarcal dos homens, é possível viver a identidade, o desejo e o comportamento homossexual sem as regras e as normas do pensamento heterossexual. É possível uma escola que tenha em seu currículo uma educação não-sexista sem precisar produzir dualismo entre meninos e meninas.

Diante de tal trajetória, hoje, como um estudante de pós-graduação em educação (Doutoramento) e tendo a oportunidade de escrever cientificamente sobre a problemática do enfrentamento da LGBTfobia por meio de novos códigos pedagógicos culturais e a busca da valorização da diversidade sexual, as minhas experiências somada as vozes de vários pesquisadores/as de gênero, sexualidade e educação se tornam mais um construto de relevância social e acadêmico para contribuir com a desestabilização da cena da LGBTfobia nas escolas e na sociedade.

⁶ A colonialidade é um dos elementos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo (Quijano, 2009, p. 73).

⁷ Que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima (Santos, 2006, p. 85)

INTRODUÇÃO

Esta tese em educação nasce ao encontro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, do Centro de Educação (UFPE-PPGE), no âmbito de uma pesquisa desenvolvida em Educação, situada na linha de pesquisa – Formação de Professores e Prática Pedagógica. Tem como caminho ecológico do saber⁸ (Santos, 2006) garantir uma formação epistemológica, crítica e contínua do quadro acadêmico de pesquisadores Mestres/as e Doutores/as que evoquem em suas pesquisas o interesse epistemológico em garantir processos formativos em diversas áreas, que desvele as várias possibilidades de educação, cidadania e pensamento crítico, buscando a valorização do diálogo intercultural e da diferença.

Evidencia a relevância do debate em torno das questões de educação nos movimentos sociais, a partir da pedagogia da insurgência do Movimento LGBT+ brasileiro. Pensar as especificidades dos espaços educativos dos movimentos sociais identitários, marginalizados quando são colocados em oposição ao espaço da escola, enquanto lugar hegemônico da educação, nos leva a confrontar que suas diferenças, particularmente político-pedagógicas, distanciam/aproximam estes dois tipos de organizações em suas maneiras de educar, essencialmente no modo de reproduzir ideias, comportamentos e concepções de mundo. Nesta direção, os temas escolhidos: movimentos sociais, discurso pedagógico nas redes sociais e o dispositivo da LGBTfobia nos dão a dimensão de como a educação em suas diferentes abordagens possibilita novas formas de conhecimento e interseção na sociedade.

Por sua vez, olhar as experiências de educação que vêm sendo produzidas dentro dos movimentos sociais, nos leva a acreditar que outros discursos podem contribuir para o rompimento das ideias dominantes acerca das desigualdades e injustiças sociais. Indo além do argumento de suprir a escolaridade não obtida durante a vida e até o momento de ingresso no movimento social, estas experiências se consolidam como um processo educativo que traz intrínseco a concepção do aprender político, que restitui a humanização perdida pela ausência de dignidade, de direitos e de cidadania, na medida em que contrapõe com a sua concepção política de mundo o discurso histórico dos conquistadores.

“Sei que nada será como antes, amanhã”, canta Milton Nascimento, no álbum Clube da esquina, de 1972, época em que o Brasil enfrentava a duras penas o regime ditatorial, que

⁸ A ecologia dos saberes visa criar uma nova forma de relacionamento entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento. Consiste em conceder “igualdade de oportunidades” às diferentes formas de saber envolvidas em disputas epistemológicas cada vez mais amplas, visando a maximização dos seus respectivos contributos para a construção “um outro mundo possível” (2006, p. 108).

oprimia a liberdade daqueles/as que não obedeciam suas regras, leis e condutas. Tal clube de cantores extraordinários promoveram com o álbum canções que trazem em suas composições a resistência política e também uma inovação musical.

E os signos do nosso tempo presente, de uma democracia jovem, busca incansavelmente o alvoroço em nossos corações, “um gosto de sol”. Problematizações sobre identidades, diferenças, sexualidades, gênero, movimentos sociais e suas potências problematizações, tensões e conquistas são evocados pela história, pela narrativa cultural e identitária que concebe novas formas de vida e de existência, e dessa forma, velhas e novas formas de poder são acionadas, incorporadas e estabelecidas dentro desses confrontos históricos, geracionais e de resistência.

Dessa forma, analisar, pensar e estudar com os movimentos sociais na contemporaneidade é evocar novas ecologias pedagógicas⁹ (Santos, 2006), analisá-los sob diferentes perspectivas epistemológicas, e acima de tudo, reconhecê-los em sua dimensão pedagógica, educativa, política e de resistência mediante dispositivos¹⁰ (Foucault, 2019) que buscam, diariamente, classificar e nomear as práticas sociais mediante sua visão metonímica (Santos, 2006) do mundo ocidental.

Mas essa disputa por normatizações e condutas sociais (Dardot; Laval, 2016) perpassam as resistências, as lutas sociais e democráticas. Ousar pensar um novo mundo, com novas práticas sociais e pedagógicas, que tragam em suas redomas o respeito, a igualdade, a fraternidade, o fim de injustiças sociais e violações de direitos e da dignidade humana é possível, é válido, é doloroso, é um deslocamento (Butler, 2019) que a insurgência pedagógica dos movimentos sociais provocam e aprofundam suas táticas, intencionalidades e ação política.

Dessa insurgência, o movimento LGBTQ+ traz em sua memória a luta por direitos, visibilidade e existência. No dia 28 de junho de 1969 ocorreu no bar *Stonewall Inn*, na cidade de *Manhattan*, em *New York*, um grande grito por liberdade. Nesse bar e nessas ruas marginais da Christopher Street, no bairro Greenwich Village, frequentado por homossexuais masculinos

⁹ A imaginação epistemológica permite diversificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas. A imaginação democrática permite o reconhecimento de diferentes práticas e actores sociais. Tanto a imaginação epistemológica como a imaginação democrática têm uma dimensão desconstrutiva e uma dimensão reconstrutiva. A desconstrução assume cinco formas, correspondentes à crítica das cinco lógicas da razão metonímica, ou seja, despensar, desresidualizar, desracializar, deslocalizar e desproduzir. A reconstrução é constituída pelas cinco ecologias (Santos, 2006, p. 115).

¹⁰ Se é verdade que a "sexualidade" é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa, deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente lá e cá, e não produz, portanto, os mesmos efeitos. Portanto, é preciso voltar a formulações há muito tempo desacreditadas: deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou, antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classe específicos. (Foucault, 2019, p. 119)

e femininos, travestis, bissexuais entre outras identidades sexuais, aconteceu uma revolução insurgente contra as barbaridades da polícia local que discriminava com violência seus frequentadores. Dessa noite em diante, essa data se consolida no mundo inteiro como o dia do Orgulho LGBT (*gay power*).

No Brasil as atividades dos ativistas homossexuais também seguem uma metodologia diferenciada. Predominava aqui uma hierarquização de gênero e sexualidade entre as identidades sexuais. Como bem problematiza Santos (2006) sobre a ordem da classificação social (pares dicotômicos) que anuncia os homens acima das mulheres numa posição binária, bem como a heterossexualidade em oposição à homossexualidade.

A hierarquia dominante da heterossexualidade, de fato, se torna ao longo dos séculos a referência de virtude, comportamento, desejo, identidade e poder. Os pares binários subalternizados como as mulheres, os/as negros/as e LGBTs entre outras identidades marginais têm sido produzidos como não credíveis de existência. Podemos elencar um breve percurso histórico de como a experiência brasileira produziu o fenômeno da identidade homossexualidade a partir das contribuições de Simões e Facchini (2009, p. 54-57):

A hierarquia de gênero, articulada a partir da oposição masculinidade/atividade sexual *versus* feminilidade/passividade sexual, engloba de forma sistemática todas as categorias e identidades sexuais. Homens sexualmente “passivos” e mulheres sexualmente ativas, “bichas” e “sapatões” seriam percebidos como uma espécie de híbridos [...] Também se desenvolveram no Brasil versões da moderna identidade homossexual como uma qualidade inerente à pessoa [...] na lógica desse modelo médico-psicológico, orientação sexual e gênero, dividindo os homossexuais em “ativos” e “passivos”, sendo os últimos os “homossexuais de verdade” [...]. Em lugar de “bichas” e “homens” (ou “bofes”), ou de “sapatões” e “mulheres” (ou ladies), formam-se novas categorias de identidade sexual, tais como “entendido”, “entendida”, “homossexual”, “gay” e “lésbica”, de acordo com a visão de que é a orientação do desejo que importa para nomear os parceiros de uma relação homossexual, e não mais os papéis sociais relativos a masculino/feminino nem a atividade/passividade sexual.

Entendemos que o emergente do ativismo homossexual brasileiro (como era conhecido na década de 1970) e suas divergências no campo médico-psicológico para o campo identitário/igualitário foi de extrema importância para a estrutura das categorias políticas do movimento LGBT contemporâneo. Hoje a cena das identidades LGBTs é gerada de forma plural, híbrida e não-linear.

Mediante o cenário político que o Brasil enfrenta desde 2016, com o Impeachment da ex Presidente Dilma Rousseff e com a ascensão da extrema-direita, a população LGBT+ encontra-se cada vez mais lutando e resistindo na busca de nenhuma possibilidade de retirada de direitos já conquistados, como políticas públicas em prol e defesa da diversidade e no combate à LGBTfobia. E como acontecimento importante para a construção dos pressupostos

deste projeto de tese, no dia 1º de janeiro de 2019 o Brasil conhecia seu mais novo presidente da república: Jair Messias Bolsonaro, que no segundo turno contra o professor Fernando Haddad, que realizou uma campanha transparente e de diálogo, valorizando e defendendo a democracia, alcançou expressivos 57.796.986 votos. Diante de uma campanha provocada por *fake news*, discursos agressivos, preconceituosos e de extrema violência, com camadas de base neoliberal e viés político pautado na extrema direita, o público brasileiro ficou dividido entre as linhas abissais, evocadas de direita, esquerda, centro, margem ou a própria neutralidade política. De um lado, uma proposta de governo progressista, de outro, conservadora.

Enquanto prática ultra conservadora, foi criado o ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob o comando da evangélica Damares Alves, e em decisão unilateral, sem diálogo com o Conselho Nacional de combate à discriminação e promoção dos direitos LGBT+, tal mecanismo de escuta e diálogo foi extinto, no dia 28 de junho de 2019, mês e data em que comemora-se o orgulho LGBT em todo o ocidente. Tal medida levou a extinção de vários outros conselhos, como também comissões e fóruns importantes.

O movimento LGBT+, que integra o Conselho Nacional, recorreu ao STF (Superior Tribunal Federal), bem como outros conselhos, mediante pressão dos movimentos. O STF decidiu que o presidente não pode extinguir por meio de decretos presidenciais os conselhos que fazem parte da esfera administrativa federal que possuem sua construção criadas por leis. Mesmo com luta organizada dos movimentos que integram o conselho nacional de combate à discriminação e promoção dos direitos LGBT+ que foi criado por meio de medida provisória em 2001, foi alvo da prática violenta do atual governo, promovendo seu silenciamento e extinção.

Dentro dessa perspectiva, o cenário do ativismo LGBT+ brasileiro sofre, de fato, uma perda importante no cenário da política de Estado. Uma vez que o conselho é um local de escuta e transformação do ideário de violações constantes que a população é acometida diariamente. Ainda dentro desse caos, os coletivos LGBTs+ do Agreste Pernambucano, que atuam no enfrentamento da LGBTfobia em todos os setores da sociedade, como na política municipal e estadual, atuando nos conselhos, nas escolas municipais e estaduais com palestras, debates, cine debates e intervenções em faculdades e UFs da região precisaram mobilizar-se, agir na incerteza, criar resistência, convocar seus ativistas para mais uma vez lutar pela existência, pelo direito de amar e por políticas públicas que garantam sua escuta e proteção.

Em suas ações políticas e educativas/pedagógicas, os coletivos LGBTs+ em suas cidades de atuação, têm direcionado enfrentamentos importantes, uma vez que suas ações políticas são desempenhadas no enfrentamento sistemático do ideário LGBTfóbico e na

promoção do respeito às identidades sexuais e de gênero. Com a ascensão da extrema direita no Brasil, e o quadro pandêmico da COVID 19, os coletivos buscam reinventar suas ações de luta e intencionalidades educativas fortemente nas redes sociais.

Nessa direção, levantamos historicamente, epistemologicamente e emergente (Santos, 2006) os seguintes debates contemporâneos da desinstitucionalização das políticas públicas em prol do combate às violações contra a população LGBT+ brasileira. Em 100 dias de governo, data que foi comemorada em 2019, o governo ultra conservador silenciou qualquer possibilidade de promoção e visibilidade da população LGBT, mas sim, promoveu um ataque bem arquitetado contra as identidades não heterossexuais. Houve nesse período um aumento de discriminações contra o público LGBT+, e uma das causas dessa nova onda de violência é o comportamento agressivo do presidente ao abordar a temática em suas agendas presidenciais ou com os seus seguidores políticos ou fãs. Outro ataque foi a extinção da SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação), órgão importante que durante anos promoveu espaços de diálogos nas escolas brasileiras abordando temáticas como feminismo, inclusão, e promoção da diversidade cultural e de gênero.

Na saúde, houve o término de campanhas federais que traziam em suas discussões a prevenção às IST/AIDS. Até a mudança do nome do departamento responsável por essas políticas públicas de saúde foram mudadas, ideologicamente: de “departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais” se transformando em “Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis”, tal perspectiva tenta marginalizar um importante departamento que durante anos trabalhou em trazer ao público importantes informações de saúde sexual, uma vez que a população LGBT, historicamente, foi alvo de difamação em respeito a AIDS e as ISTs.

“Meninas vestem rosa, meninos vestem azul”, evocou a ministra evangélica Damares Alves, do MMFDH, em um ataque visceral às identidades não heterossexuais, ataque às liberdades individuais, a diversidade, as diferenças. É um discurso que reitera a doutrinação LGBTfóbica (BORRILLO, 2010), que ínsita a violência, a abjeção (Butler, 2013, 2019), e mais profundo, incita a guerra da chamada “ideologia de gênero”, tema carro chefe da campanha presidencial do Bolsonaro e seus aliados políticos.

Dessa forma, o processo em curso da desinstitucionalização do governo Bolsonaro almeja por fim o diálogo constante com os movimentos sociais, colocando-os às margens das políticas públicas. Tal comportamento segue em reuniões e fóruns fechados a sete chaves, com

aliados políticos e representações cristãs, que demonizam as identidades não heterossexuais. Tal política pública permanece fragmentada, disparatada, descontínua.

Outro pressuposto que levantamos são as contribuições epistemológicas do filósofo francês Michel Foucault em relação aos estudos da biopolítica, da governamentalidade e tecnologias do poder. Tal aparato científico repousa sobre as questões do Estado na gestão dos corpos populacionais, bem como o controle sobre os corpos e a vida. Dessa forma, as práticas de desinstitucionalização são acionadas pela biopolítica, mediante o dispositivo da sexualidade, no qual entendemos como um conjunto de práticas institucionalizadoras (médicas, pedagógicas, políticas, religiosas e morais) que surgiu nas sociedades modernas com o objetivo de instaurar uma única possibilidade de modo ou estilo de vida: a regra canônica da heterossexualidade e sua tríplice conduta moral e estética: desejo, identidade e comportamento heterossexual.

No clássico, *História da sexualidade I: a vontade do saber*, Foucault (1999) evoca que tal biopoder do Estado sobre a gestação da vida e da morte desenvolveu a partir do Século XVII mediante dois conceitos: o primeiro conhecido como o corpo como máquina e o segundo no corpo-espécie:

No seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população* (Foucault, 1999, p. 131-132).

Tal tecnologia do poder utilizado nas práticas discursivas do Estado autoriza a decisão sobre a vida e a morte da população, prática que era comum nas épocas anteriores, em meio às práticas escravistas e de submissão. Na sociedade moderna o biopoder fabrica o dispositivo da sexualidade e tal mecanismo submete as pessoas em pares dicotômicos, mediados pela classificação social, que produz hierarquias e desigualdades sociais. Tal controle e regulação mira as identidades não heterossexuais, promovendo violências sexistas e LGBTfóbicas no atual cenário em que vivemos. Como bem explica Foucault (1999, p. 136):

É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la. Mas vêmo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice da força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico. De um pólo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série

de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações.

O dispositivo da sexualidade é nosso contemporâneo, está muito bem articulado com a propaganda da ideologia de gênero (pedagogização do sexo da criança); a histerização dos corpos das mulheres, a validação do casamento heterossexual (dispositivo da aliança), a passividade das mulheres, o controle da natalidade e a psiquiatrização do prazer perverso, onde tal mecanismo de poder foi produzido pela ala da medicina, onde qualquer extinto sexual foi reagrupado ao biológico. Sendo assim, ao heterossexual. Qualquer possibilidade de inversão ou descontinuidade de tal prazer, o mesmo é visto como anormal e patologizante. A medicina se encarregou de criar técnicas de “saúde” para corrigir qualquer possibilidade de insubmissão das práticas sexuais tidas como “normais”.

Dessa forma, o dispositivo da sexualidade aliado às tecnologias do poder (Estado) e a biopolítica efetuam a precariedade (Butler, 2018) da vida da população LGBT brasileira, uma vez que a inexistência de políticas públicas movem tal população para as subalternidades, margens, guetos, a subcidadania. Mas por outro lado move-se a resistência, às práticas de insurgência, a pedagogia do movimento, do devir, educação popular, por justiça, por igualdade, democracia e reconhecimento. Como bem profetizam Dardot e Laval (2016, p. 09):

O sofrimento causado por essa subjetivação neoliberal, a mutilação que ela opera na vida comum, no trabalho e fora dele, são tais que não podemos excluir a possibilidade de uma revolta antineoliberal de grande amplitude em muitos países. Mas não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas. As condições de um confronto de grande amplitude entre lógicas contrárias e forças adversas em escala mundial estão se avolumando.

Por “outra razão do mundo”, como bem evoca os pesquisadores Dardot e Laval (2016), a luta contra a perversidade da razão neoliberal está numa revolução em curso, se avolumando, e é nas pedagogias dos movimentos sociais que encontraremos resistências e lutas coletivas, imaginando, criando e buscando uma imaginação política (Dardot; Laval, 2016), epistemológica e democrática (Santos, 2006) que seja capaz de romper com práticas discriminatórias, violentas, fascistas, antidemocráticas. Argumenta Guattari (1980, p. 45):

O que caracteriza os novos movimentos sociais não é somente uma resistência contra esse processo geral de serialização da subjetividade, mas também a tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização subjetiva.

As ações, práticas pedagógicas e políticas produzidas pelos novos movimentos sociais buscam a desestabilização das práticas fascistas e discriminatórias que as oprimem e silenciam,

historicamente. Nesse jogo de poder, os NMS se erguem criando outras formas de vida, de experiências, singularidades e práticas sociais, mas também a luta por justiça social e reconhecimento de sua identidade ou pós identidade mediante confronto com a razão canônica da doutrinação heterossexual (Borillo, 2010).

Diz Arroyo (2003, p. 42):

Os movimentos sociais trazem para a pedagogia algo mais do que conselhos moralizantes tão do uso das relações entre mestres e alunos. Recolocam a ética na dimensões mais radicais da convivência humana, no destino da riqueza, socialmente produzida, na função social da terra, na denúncia da imoralidade das condições inumanas, na miséria, na exploração, nos assassinatos impunes, no desrespeito à vida, às mulheres, aos negros, na exploração até da infância, no desenraizamento, na pobreza e injustiça [...] Aí nessas radicalidades da experiência humana os movimentos sociais repõem a ética e a moralidade tão ausentes no pensamento político e social. E pedagógico também. Eles reeducam os indivíduos, os grupos e a sociedade. Mostram a urgência do reencontro da pedagogia com essas dimensões éticas tão determinantes nas possibilidades de formação e humanização inclusive da infância popular que conduzimos como educadores.

Os novos movimentos sociais trabalham o fazer coletivo mediante tensões culturais, de gênero, de raça, de classe social, movidos pela solidariedade e uma nova razão de mundo. E no topo das questões emergenciais, produzem saberes, experiências, estratégias. Protagonizam a luta coletiva, que é reiterada da mesma dor, da mesma cicatriz, da vida que é produzida como não existente (Santos, 2006).

Os coletivos sociais trabalham a ação educativa por meio de uma pedagogia do movimento, da cultura popular, da humanização e do direito à dignidade humana, neste projeto de tese em educação tal perspectiva epistemológica será evocada de pedagogia da insurgência. Uma vez que a insurgência é acionada como possibilidade de luta política e educativa, como possibilidade de mudança de paradigma e de valores tidos como naturais e canônicos pela sociedade capitalista e de base neoliberal que respiramos.

Nessa busca por uma pedagogia da insurgência, seu uso indica ampliar o debate político e pedagógico dos coletivos LGBTs+ no Agreste Pernambucano, investigando e propondo novas ferramentas epistemológicas que tenham como objetivo a reeducação do pensamento pedagógico tradicional, que separa o conhecimento escolar do conhecimento não escolar, no caso em específico, os saberes produzidos pelo coletivo social, pensaremos também mediante a teoria pedagógica (tradicional e progressista) que segue suas estruturas narradas em cima de velhas ideias e reescritas a luz de bases conservadoras e com novas linguagens.

O desafio aqui é investigar e sistematizar os discursos pedagógicos dos coletivos LGBTs+ mediante suas redes sociais, partindo de saberes outros, culturais, sociais, históricos,

rituais, símbolos, humanizantes, por meio das memórias coletivas, testemunhos, uma marcha em curso, rebelião, em marcha novamente, devires, insurgência para uma vida possível.

Compreende Arroyo (2003, p. 47) diante da pedagogia dos movimentos sociais:

Seu testemunho, suas necessidades e direitos são coletivos. São direitos humanos. Cada movimento não é só ele. Cada sentimento e cada indignação não é só deles. Suas vivências tão no limite expressam suas vivências e também as experiências limite dos outros. Inclusive suas formas de luta. Os rituais e os símbolos de suas lutas foram aprendidos e vividos por tantos movimentos sociais, tão diversos mas tão encontrados. Há uma pedagogia dos movimentos sociais, dos mais antigos aos mais atuais. Uma pedagogia com rituais, símbolos, representações, palavras de ordem, formas de organização e representação [...] tão parecidas, tão didáticas.

Nesse tempo, nessa jornada, os coletivos sociais, e no caso em específico, o movimento LGBTQ+, buscam uma pedagogia que seja produzida e sentida pelos seus membros, que acolhe, conforta e que dá subsídios importantes para o combate as diversas formas de preconceito, violência e discriminação que é vivido todos os dias pelas práticas conservadoras, judaico-cristãs, enraizadas no senso comum, anormais, canonizadas, historicamente, pela área jurídica e da saúde e que hoje são acionadas pelo Estado.

Em espaços de atuação cibernética, os movimentos sociais se utilizam da rápida navegação em rede para agrupar, informar e movimentar seus membros bem como aliados no engajamento de suas lutas sociais, protestos, manifestações e informações relevantes para toda a comunidade. Como conceitua Castells (2012, p. 219), os movimentos sociais na contemporaneidade:

Surgen de las contradicciones y conflictos de sociedades específicas, y expresan las revueltas y los proyectos de la gente que son resultado de su experiencia multidimensional. Sin embargo, al mismo tiempo, es fundamental hacer hincapié el papel decisivo de la comunicación en la formación y práctica de los movimientos sociales, ahora y a lo largo de la historia. Porque las personas sólo pueden desafiar a la dominación conectando entre sí, compartiendo la indignación, sintiendo la unión y construyendo proyectos alternativos para ellas y la sociedad en su conjunto. Su conectividad depende de las redes interactivas de comunicación. Y la forma fundamental de comunicación horizontal a gran escala en nuestra sociedad se basa en Internet y las redes inalámbricas.

Conectados entre si, as redes sociais possibilitam um fazer pedagógico que traz consigo uma intencionalidade educativa, quando usadas como ferramentas de luta política. As redes sociais¹¹ de coletivos LGBTQ+ acionam suas configurações de interação, compartilhamento e

¹¹ A rede social, segundo Modolo (2018), é composta por dois elementos: os autores, que podem ser pessoas ou grupos, e as conexões, que são geradas a partir das interações realizadas pela conexão com a *internet*. As novas tecnologias e, mais precisamente as redes sociais, segundo Bertolotti e Camargo (2016), fizeram emergir uma nova estrutura da sociedade, que acaba se voltando essencialmente para as produções de recursos *online* como postagens, curtidas, compartilhamentos e divulgações (Santos, Rudnik, 2022, p. 10).

engajamento como dispositivo pedagógico contemporâneo capaz de elevar seus enunciados (imagens e textos) para seu público alvo: os militantes e ativistas, como também o público em geral, muitas vezes aliados a causa da comunidade, bem como a sociedade de modo geral.

Pereira (2011, p. 07) argumenta que:

Os movimentos encontram na Internet um meio capaz de fornecer as condições necessárias para a criação de canais informativos e comunicativos alternativos aos grandes meios de comunicação de massa. Estes espaços eletrônicos são fundamentais para que atores da sociedade civil possam interagir através da troca de informações e percepções sobre determinadas questões. Os movimentos sociais, compreendidos aqui como caixas de ressonância das esferas sociais, são capazes de trazer para a esfera pública questões que até então estavam silenciadas. A internet oferece o espaço para que estas questões sejam tematizadas, articuladas e publicizadas, tornando assim possível a inclusão, através da produção e distribuição de informações daqueles que até então encontravam-se “inexistentes”.

Em diálogo com as questões de identidade e experiência, o movimento LGBTQ+ em rede dialoga também com as questões de interseccionalidade¹² (raça, gênero, classe social, feminismos), onde tais caminhos coletivos acionam as “instâncias pedagógicas do aprendizado e da (re)organização social do sofrimento” (Facchini, 2020, p. 63.). No campo das experimentações atuais, o movimento LGBTQ+ recria em seu repertório uma série de críticas as “institucionalizações, ao essencialismo estratégico e à acomodação às gramáticas estatais” (Facchini, 2020, p. 59), mediados pela expansão das redes sociais e do debate no campo progressista dos direitos coletivos, o movimento LGBTQ+ transversalizar suas agendas políticas, alcançando cada vez mais o *status* de uma cultura outra, insubmissa aos meios conservadores e padrões de comunicação.

Das redes sociais, é acionado também um corpo político, corpo esse que sai das redes e volta-se para as ruas: lugar também do acontecimento, da voz ativa, de uma vida em insubmissão. Butler (2019) evoca os corpos em aliança, corpos capazes de criar um:

Exercício de liberdade [...] o que significa que ambos são maneiras de exercer direitos e que, em conjunto, fazem surgir um espaço de aparecimento, assegurando a sua transponibilidade. Embora alguns possam apostar que o exercício dos direitos agora se dá à custa dos corpos na rua, afirmando que o Twitter e outras tecnologias virtuais levaram a uma desincorporação da esfera pública, eu discordaria em parte. Temos que pensar sobre a importância da mídia que é “portátil” ou de telefones celulares que são “erguidos”, produzindo uma espécie de contra vigilância da ação militar e policial. A mídia precisa desses corpos na rua para ter um evento precisamente quando esses corpos na rua precisam da mídia para existir em uma arena global. Mas em condições

¹² O acionamento da categoria “interseccional” ou “a luta contra todas as opressões” têm convidado com uma multiplicação de categorias, como no acrônimo LGBTQIA+ e suas variações. Embora pareçam processos que caminham em direções opostas, afirmo recentemente que tais acionamentos são atravessados pela passagem de uma ênfase na “experiência”, com inspirações em teorias queer, decoloniais e/ou no feminismo negro. (Facchini, 2020, p. 59-6-).

nas quais aqueles que têm câmeras ou acesso à internet são presos, torturados ou deportados, o uso da tecnologia implica efetivamente no corpo (Butler, 2019, p. 103).

No caminhar das lutas engajadas em meio aos seus roteiros tradicionais, os movimentos sociais elaboram uma combinação de tais roteiros e místicas com as ferramentas digitais em rede (mobilização digital). Sejam elas: participações institucionais em eventos locais, regionais, nacionais, internacionais; no comando de protestos e manifestações e boicotes, como também na elaboração de formação política, comemoração de datas importantes e históricas (mês do orgulho LGBTQ+, 28 de junho, por exemplo) e na consolidação de suas agendas políticas.

Diz Pereira (2011, p. 11):

A criatividade é um elemento fundamental no processo de mobilização, pois à medida que novos constrangimentos surgem, novas formas de ação política são desenvolvidas, ou, à medida que novas ferramentas tecnológicas vão se desenvolvendo, também novas maneiras de agir coletivamente vão sendo articuladas. As formas de protesto podem ser mais facilmente organizadas através da Internet (se parte dos envolvidos tiver acesso à rede é claro) mas dificilmente serão substituídas apenas por ações online. Isto significa que não há um processo de substituição, mas sim de complementaridade entre as formas de protesto.

O ativismo/militância de coletivos LGBTQ+ por meio das redes sociais na contemporaneidade se utilizam de um conjunto de estratégias de mobilização: as ferramentas do Facebook e do Instagram, gerando uma alta demanda de sua produtividade. O Instagram para além dessas funções, consegue articular em seu perfil uma *live*, em tempo real, onde seus membros/ativistas se pronunciam e interagem com seus membros (seguidores) tirando dúvidas e esclarecendo onde as mobilizações irão acontecer. Comenta Tavares e Paula (2015, p. 224):

Além disso, as redes sociais afetam a participação na ação coletiva e podem ampliar as oportunidades dos indivíduos para se envolverem e fortalecerem o ativismo. Contudo, as redes não são apenas facilitadoras da ação coletiva, mas são, também, produto resultante desta, visto que a participação possibilita a formação de novas ligações/relações. Contudo, as redes não são o fator mais importante para o estabelecimento de laços nos movimentos sociais, visto que a capacidade de motivar pessoas pode ser realizada por meio de movimentos já fortalecidos e não pelas conexões em rede.

O uso das redes sociais na internet produz a formulação de novas linguagens e novas redes de cultura, sendo necessário a conscientização de um mergulho no letramento digital para entender melhor o funcionamento de suas ações, seja *online* ou *off line*. O grupo de pesquisa Coletiva Ciborga¹³ produziu um material – um guia - sobre o uso consciente, atravessado pelas

¹³ Coletiva Ciborga é uma coletiva de mulheres pesquisadoras feministas que estão situadas tanto nas fronteiras disciplinares dos estudos linguísticos quanto nas fronteiras dos mundos online e offline em seus fazeres etnográficos. Como tais, nossa subversão do termo masculino ciborgue (do inglês cyborg, ou cybernetic organism) pelo feminino ciborga é uma busca por suscitar novos olhares interpretativos para a relação entre estruturas

questões feministas de nosso tempo, da etnografia digital. Trazendo elementos conceituais, epistemológicos e metodológicos sobre o uso da internet em pesquisas acadêmicas.

Quadro 1 – Etnografia Digital: Glossário de termos básicos

3Vs	Volume, Variedade e Velocidade que são analisados pelo Big Data e na qual os dados se caracterizam no meio digital, indicando o conteúdo de uma mensagem (Paul ZIKOPOULOS et al., 2012). É imenso o volume dos dados online, e eles podem não ser mensuráveis. A variedade, então, como o próprio nome diz, é sobre as categorias de dados que estão (ou não) à disposição. Sobre a velocidade, temos, na internet, uma inteligência que age, na maioria das vezes, simultaneamente ao volume e a variedade. (Vallada, <i>et al</i> , 2022, p. 39).
Affordance	<i>Affordance</i> são os contornos materialmente regulados das possibilidades de práticas linguísticas, conjuntos complexos e auto regulados que integram elementos diversificados (Webb KEANE; Michael SILVERSTEIN, 2013). Tem a ver com um certo grau de objetividade do mundo material que limita nossos atos de linguagem. Por outro lado, as circunstâncias materiais objetivas do mundo não são determinísticas e estáticas, porque os contornos materialmente regulados são somente uma possibilidade que pode ou não ser realizada. (Vallada <i>et al</i> , 2022, p. 40).
Big Data	Termo usado para fazer referência a um conjunto tão elevado de dados que se torna necessário o uso de outras tecnologias para o seu armazenamento, interpretação e uso. Esse termo começa a ganhar mais força em 2005, quando a Web 2.0 já estava em voga. Big Data também é uma forma de fazer menção às empresas que manipulam esses megadados, como a Amazon, a Microsoft, o Google, o Facebook, o Instagram e o WhatsApp. O Big Data está presente no nosso cotidiano e são três suas características centrais: o volume, a variedade e a velocidade (Zikopoulos <i>et al.</i> , 2012). (Vallada <i>et al</i> 2022, p. 42).
Colapso do contexto	As interações digitais acentuam a complexidade do problema do contexto e é importante ficar atenta ao que afeta os textos que se analisa numa dada pesquisa de linguagem em ambiente digital. Assim, é fundamental ficar atento ao debate sobre colapso e expansão do contexto em ambientes digitais. (Vallada <i>et al</i> , 2022, p. 44).
Expansão do contexto	A visão do colapso do contexto nas interações digitais pode ser discutida de outro modo, fazendo uso da noção de expansão do contexto. Expansão do contexto ajuda a explicar “formas de ação social desempenhadas de forma colaborativa por pessoas que recorrem aos recursos disponíveis e às expectativas normativas que mantêm em relação a formas específicas de ação social” (Szabla; Blommaert, 2018, p. 27). (Vallada et al, 2022, p. 46).
	Sendo incorporada em nossas formas de fazer sentido e corporificada a nós mesmas, a internet é, também, cotidiana. Todos os dias, durante todo o dia,

linguísticas e os corpos híbridos em que elas habitam, explorando a potência das rupturas e (re)invenções diante delas. (Vallada *et al*, 2022, p. 09).

Internet incorporada, corporificada e cotidiana	estamos online, o que nos faz pensar nas atividades digitais como uma situação que não requer muita atenção crítica, uma atividade não marcada. Nesse sentido, a internet, assim como o affordance das diferentes plataformas, aparenta ser apenas uma infraestrutura para realizar outras ações. (Vallada <i>et al</i> , 2022, p. 49).
Letramento digital	O meio digital intensificou, na contemporaneidade, a multimodalidade, ou seja, a coexistência de diversas linguagens: textos, imagens em movimento, sons, manipulação de dados etc., tudo junto em um mesmo dispositivo (Mary Kalantzis; Bill Cope, 2015). Podemos dizer, então, que temos a possibilidade de “falar, escrever e criar imagens através do tempo e do espaço usando as mesmas ferramentas que temos para ouvir, ler e ver” (Kalantzis; Cope, 2015, p. 18). (Vallada, 2022, p. 50).
Nexo online-offline	As ações que vemos ocorrer no ambiente online estão conectadas ao ambiente offline e essa conexão é uma via de mão dupla: o que ocorre online tem efeitos nas ações offline e o que ocorre offline tem efeitos nas ações online. Isso pode ser visto em postagens em redes sociais que comentam eventos ocorridos nas ruas, ou em eventos ocorridos “para postar” nas redes sociais, como a famosa selfie. Segundo, o nexo online- offline afeta também as características de cada um desses ambientes, trazendo complexidade e multiplicidade aos eventos. (Vallada, 2022, p. 51).
Redes sociais	São plataformas nas quais as pessoas estabelecem relações por meio de conexões mediadas pela internet. Em geral, as pessoas podem construir perfis que se limitam ao affordance da plataforma e se relacionar com outras pessoas que também estão ativas nesse meio. Esses perfis podem ser construídos com diferentes níveis de privacidade ou podem ser totalmente públicos conforme as opções de privacidade de cada rede. Os objetivos desempenhados nessas conexões podem variar conforme a rede social, que oferece as mais diversas opções de conexões, desde listas de amigos, como o caso do Facebook, até listas de seguidoras, como no Instagram. (Vallada, 2022, p. 52).

Fonte: Vallada (2022).

Nas ciências humanas, com foco nos processos de ensino e aprendizagem, a educação volta-se para as subjetividades e para os acontecimentos investigativos cotidianos das práticas pedagógicas nos ambientes formais ou informais, nesse sentido, novas linguagens e culturas são criadas nas mídias digitais, e reconhecer seu papel em nossa contemporaneidade é fundamental para entendermos os discursos e práticas que ela cria e recria o tempo inteiro.

Hine (2015) chama atenção para o uso da internet na contemporaneidade como equilíbrio de poder das grandes corporações midiáticas e comerciais e o uso político e doméstico de seus usuários, uma vez que tais forças tácitas estão imbricadas entre si. Utilizando-se do termo permeação, a mesma conceitua que:

Nenhum desenvolvimento individual conduziu essa mudança, mas os fatores que a promoveram incluem: a tendência dos sites de rede social a serem usados para a comunicação com pessoas que conhecemos por outros meios; a normalização do e-

comércio como um meio para comprar pratica-mente qualquer coisa; a crescente dependência dos governos e instituições em relação às bases de dados e transações digitais, não como uma alternativa para outros meios de realizar negócios, mas como um componente indispensável de fazer todo tipo de negócio; o surgimento do acesso amplo à internet móvel por meio dos smartphones e Wi-Fi ubíquo (Hine, 2015, p. 169).

As redes sociais ganham força no cenário político, comercial e íntimo, uma vez que sua utilização veloz deu voz a identidades antes silenciadas e invisibilizadas pela grande mídia tradicional. Seus usuários investem em discursos e práticas capazes de romper com bolhas ideológicas, trazendo para o campo virtual debates e novas formas de poder insubmisso. Mesmo a mídia digital/tradicional fazendo uso das redes sociais como canal de informações e interação online, seu uso é remediado pelas grandes corporações, na qual se mantém fiel a suas ideologias.

Outro campo de discussão mediante as relações de poder criadas nas redes sociais é a aliança entre o neoliberalismo¹⁴ e a cibercultura, onde Rocha (2021) conceitua como pertencente a uma governamentalidade contemporânea - o de entender o neoliberalismo como pertencente a uma prática que governa as formas de vida, não apenas o sistema econômico de base capitalista. Tal associação evoca nos sujeitos um conjunto de normas e práticas que marcam nosso tempo.

Neste cenário, vislumbramos com maior nitidez a relação entre a cibercultura e as transformações no governo e conduta da vida não apenas no âmbito sócio-político-econômico, como, também, na própria constituição da subjetividade dos indivíduos cada vez mais conectados e dependentes das tecnologias para estruturar a vida. Sob este aspecto, argumentamos que a vida, cada vez mais voltada para o mundo online em suas telas e conexões, reforça a lógica neoliberal de condução dos sujeitos e de suas relações políticas, econômicas e sociais. Tudo está cooptado pelas formas de poder, vigilância e controle que aliam o biopoder às práticas de ciberpoder. Tais mecanismos configuram um tipo de governamentalidade que atua dentro e fora das formas de governo algorítmico e da bios (Rocha, 2021, p. 204).

Mediante a ferramenta dos dados do big data, e a partir de uma internet incorporada, corporificada e cotidiana, Rocha (2021) e Miskolci (2011) elaboram o conceito de governo dos dados, onde o mesmo possibilita as grandes empresas midiáticas e os governos o total controle e saber sobre os dados online de seus usuários mediante a incorporação cotidiana das mídias digitais (estratégias de poder). Como bem pontua Rouvroy e Berns (2015, p. 42):

Por governamentalidade algorítmica, nós designamos, a partir daí, globalmente um certo tipo de racionalidade (a) normativa ou (a) política que repousa sobre a coleta,

¹⁴ (...), a ascensão do neoliberalismo, a comercialização do computador pessoal e o desmantelamento de sistemas de proteção social, o ataque à vida cotidiana se tornou ainda mais feroz. O próprio tempo foi monetizado, e o indivíduo, redefinido como um agente econômico em tempo integral, mesmo no quadro do “capitalismo sem emprego”. (Crary, 2016, p. 80).

agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis.

A governamentalidade algorítmica usa os dados do *big data* para gerar dados sobre os usuários mediante as inúmeras ferramentas disponibilizadas pelas mídias digitais, observa-se os perfis de cada usuário em rede (filtros bolhas), seus gostos pessoais e profissionais, posição ideológica e política, intimidade entre outros. É um dispositivo consciente e que vive em constante mutação, adaptando-se aos diferentes perfis criados nas mídias digitais.

O algoritmo das redes, por exemplo, bombardeia os perfis nas redes sociais mediante as escolhas feitas pelos os usuários, e tal procedimento é realizado sem os usuários terem consciência da manipulação em que estão inseridos em rede, nesse caminho, compartilham e vivenciam os discursos/comportamentos que lhe são apresentados pelo algoritmo, sem ao menos perceber que estão sendo usados pela política da governamentalidade dos dados e em favor do neoliberalismo.

Todo esse processo de algoritmização da vida na internet abre espaço para um campo econômico que se apóia a partir dessa geração de dados e das grandes corporações que dominam a internet, como por exemplo o Google, Yahoo, Facebook, Instagram, Twitter, as empresas de análise algorítmica, empresas de marketing digital, e similares. A base econômica de funcionamento de tais empresas é criação de um capital imaterial a partir desse novo petróleo do século XXI que são dos dados. Um exemplo nítido de como funciona esse mercado está nas empresas de data mining (mineração de dados), especializadas em minerar, analisar e vender as informações para o Estado ou para o setor privado (Rocha, 2022, p. 212).

Assim como o corpo em vida foi a experiência da disciplina e da biopolítica a partir de sua força de trabalho, na era digital, o sujeito da contemporaneidade é atravessado pelas mídias digitais e suas inúmeras ferramentas tecnológicas, evocado pela governamentalidade algorítmica que tem na internet seu ponto de partida, unificação e consolidação.

Nessa perspectiva, a pedagogia dos movimentos sociais insubmissos em rede é um caminho cosmopolita para (re)pensar o lugar da teoria da educação dentro das instituições escolares tradicionais. O uso das vivências, experiências, as tensões, os desafios e a cultura são caminhos possíveis, vivíveis por meio de identidades coletivas, alianças e objetivos políticos sociais e pedagógicos vivenciados pela governamentalidade algorítmica.

O contexto mercadológico e comercial das mídias digitais facilita e até incentiva a segmentação, seu grande atrativo e potencial na transformação de como nos inserimos na coletividade. Destaco como as novas mídias digitais permitem a inserção de pessoas que antes eram relegadas a um limbo social como pessoas com deficiências, sexualidades dissidentes e muitas outras expressões individuais de diferenças que a sociedade construída verticalmente tendia a recusar ou relegar à invisibilidade, mas que a atual, em rede, permite um acolhimento mínimo, mas promissor (Miskolci, 2011, p. 20).

A ideia deste estudo partiu de várias vivências minhas durante minha jornada no ensino superior até o mestrado em educação contemporânea, pois viver a minha identidade gay com orgulho e participando de lutas democráticas por justiça e liberdade é um caminho que trilho com orgulho e com dor também. Ser acolhido por um movimento LBGT foi um dos momentos mais importantes na minha caminhada, conhecer, ouvir histórias, ter em comum uma identidade coletiva, propor alianças e buscar objetivos políticos e pedagógicos me fizeram ser convidado para trabalhar na Secretaria Especial da Mulher da Prefeitura de Caruaru-PE na gestão do ex-Prefeito Zé Queiroz (2013-2016).

As desigualdades sociais e a invisibilidade produzem não presenças no mundo, e dessa forma, transformam o cenário social numa razão colonial que defende a classificação e hierarquia social, criando mecanismo de violências, preconceitos e discriminações, e dentro dessa zona metonímica, a população LBGT se ver emergida, classificada e evocada como não pertencente a nenhum lugar. Mas a revolução está em curso, em movimento, e a insurgência é evocada.

O movimento LBGT+ brasileiro se consolida na atualidade como um projeto de emancipação e de transformação social por meio de estratégias políticas (via mídias sociais, políticas públicas, discursos pedagógicos, essencialismo estratégico, reconhecimento e visibilidade social e enfrentamento da LBGTfobia). Temos também as Políticas Públicas que produzem projetos universais e globais com foco para as minorias sociais e sexuais, que em seus discursos não produzem o real sentimento de coletividade ou desestabilização da LBGTfobia. Tais políticas públicas seguem sendo fortificadas por meio de Prefeituras e Estados que atuam numa perspectiva progressista e de diálogo com os movimentos sociais, que traduzem as lutas da população LBGT+, incorporando-as em secretarias especiais ou programas que visam a desestabilização da LBGTfobia, mesmo com o total silenciamento do Governo Federal atual.

Tomando também as relações de poder¹⁵ baseadas nos escritos de Foucault (2019), o movimento LBGT+ busca a insurreição contra as ordens e suas técnicas disciplinares e de controle, que os produzem como não-existent, e não credíveis de existência, nesse caminho as relações de poder configuram como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma

¹⁵ Segundo Machado (2019) o poder produz; ele próprio real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é esse aspecto que explica o fato de que ele tem como alvo o corpo humano, não para suplicá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo. (Machado, 2019, p. 20).

relação de docilidade-utilidade" (Foucault, 2000, p. 145). Tal relação de poder evoca e subjetiva as mentalidades necessárias à sua preservação da ordem e das hierarquias que as sustentam.

Sendo eles: Coletivo Lgbt Lutas E Cores (Caruaru-Pe); Coletivo Lgbt Jardim Das Cores (Belo Jardim –Pe); Ong Lgbt Cores Do Capibaribe (Santa Cruz Do Capibaribe –Pe); Associação Lgbt Cores Da Resistência (Garanhuns –Pe).

Nossas hipótese teóricas apontam para o potencial educativo e pedagógico dos movimentos sociais em rede, uma vez que garantem processos de escuta e aprendizagem pela experiência coletiva em compartilhar suas narrativas de vida e autonomia política em prol da liberdade.

Essa tese trabalha com a hipótese da educação como possibilidade de mudança de paradigmas sociais e políticos, uma vez que as lutas por justiça social reinventam em seus sujeitos a luta por dignidade e o direito à diferença. Dessa forma, a produção de um discurso pedagógico materializado em rede, que discursa e denuncia os processos de classificação social, preconceitos e discriminações subjetivados em nossa realidade. Nesse caminho, a educação produzida dentro dos coletivos sociais LGBTs+ se traduz como um lugar de (re)leitura da sociedade, implicada em relações de poder e saber.

O movimento LGBT+ brasileiro se consolida na atualidade como um projeto de emancipação e de transformação social por meio de estratégias políticas (via mídias sociais, políticas públicas, discursos pedagógicos, essencialismo estratégico, reconhecimento e visibilidade social, enfrentamento da LGBTfobia). Nesse caminho, as políticas públicas tanto universais como globais se consolidam como lugar institucionais percorridos pelos ativistas LGBTs em busca de visibilidade social e impacto no cenário de violência LGBTfóbica. Como também a crise institucional gerada pelo governo Bolsonaro (2019-2022) que desestabilizou todas as políticas públicas voltadas para o público LGBT+ brasileiro. Só em 2023, com o Governo de Lula (2023-atual) que a política nacional LGBT+ emerge para as agendas oficiais do governo Federal.

Consideramos os coletivos LGBTs+ de maior visibilidade em atividade no agreste Pernambucano no cenário atual, tais coletivos produzem impactos e protagonismo em suas cidades de atuação (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Belo Jardim e Garanhuns), reivindicando visibilidade, reconhecimento, políticas públicas nas áreas sociais, pedagógicas, saúde e de segurança. Outros coletivos pesquisados não possuíam mídias digitais e nem articulações em suas cidades ou regiões. Ficando seu ativismo individualizado em um ou dois membros, como no caso de Caruaru –PE, que dois militantes se auto intitulam coletivos ou movimentos LGBTs+ mas sem membros em seus conjuntos de ações. Levantam pautas que

muitas vezes fogem dos discursos produzidos por outros coletivos, buscando em seu conjunto polêmicas.

São coletivos LGBTs+ que possuem especificidades próprias, em decorrência das teorizações dos novos movimentos sociais, que explodem a partir da década de 1970. Suas lutas se configuram em desafiar os códigos culturais e promover novas formas de viver a vida com dignidade.

Comungam de outros coletivos e movimentos sociais em suas redes de organização política, formação e florescimento de suas táticas, como o movimento Feminista e etc. Consideramos também que os coletivos do Agreste em suas dimensões territoriais são interpelados por questões étnicas, culturais, regionais, de gênero, que apontam perspectivas diversas de atuação, onde são acionados a questões de valores, orientações políticas e símbolos. (Não seguem necessariamente as propostas do movimento LGBT brasileiro institucionalizado, tendo em suas estratégias políticas e pedagógicas questões legítimas, únicas, por vezes, reiteradas de outras práticas).

Dessa forma, levantamos como problema de pesquisa:

- Quais as relações de poder implicadas nas condições de produção do discurso pedagógico insurgente, que são utilizados por coletivos LGBTs+ no agreste pernambucano?

E temos como objetivos geral:

- Compreender as relações de poder implicadas nas condições de produção do discurso pedagógico insurgente que são utilizados por coletivos LGBTs+ no agreste pernambucano.

E específicos:

- Descrever os cenários de produção científica que versam sobre o movimento LGBT+ no Brasil mediante seus sentidos voltados para a educação.
- Sistematizar a formação dos objetos do discurso pedagógico dos coletivos LGBTs+ do Agreste Pernambucano
- Identificar a formação das modalidades enunciativas produzidas pelas redes sociais (facebook e Instagram) dos coletivos LGBT+ do Agreste Pernambucano.
- Analisar as condições de produção do discurso pedagógico dos coletivos LGBT+ mediante sua intencionalidade política de combate à

LGBTfobia.

Em busca de atingir nossos objetivos, organizamos essa tese em 8 (sete) capítulos. No capítulo 1 (um) apresentamos o contexto geral de nossa pesquisa, trazendo elementos essenciais como as nossas hipóteses teóricas e empíricas, problematização e os objetivos geral e específico que definem e conceituam nossa tese. No capítulo 2 (dois) e 3 (três) discutimos a importância dos movimentos sociais, suas concepções, conceitos e discursos forjados em torno da luta política de grupos subalternizados como também exploramos as teias históricas e contemporâneas do movimento homossexual ao movimento LGBTQ+ brasileiro. Nos desdobramos em entender as estruturas, epistemes e conceitos do discurso pedagógico indo ao encontro da educação dos movimentos sociais a partir das redes sociais e seus impactos na construção da agenda do movimento LGBTQ+. No capítulo 4 (quatro) evidenciamos como a homossexualidade foi fabricada em seus diferentes discursos de verdade e sujeição, como também opera o dispositivo da LGBTQfobia em suas diversas camadas e gramáticas discursivas. No capítulo 5 (três) apontamos nosso percurso teórico-metodológico com bases nas investigações da netnografia digital e da arqueogenealogia. No capítulo 6 (seis) apresentamos nossa primeira parte de resultados, onde discutimos a formação dos objetos (superfícies de emergência, instância de delimitação e grades de especificação) no diálogo do discurso pedagógico dos coletivos LGBTQs+ do Agreste Pernambucano a partir do conceito de resistência e lutas em Foucault. No capítulo 7 (sete) conversamos sobre a formação das modalidades enunciativas dos Coletivos LGBTQs+ do Agreste Pernambucano.. No capítulo 8 (oito) analisamos as condições de produção do discurso pedagógico dos coletivos LGBTQ+ mediante sua intencionalidade política de combate à LGBTQfobia por meio das práticas discursivas (publicações) via as redes sociais dos coletivos (ações, projetos e parcerias interseccionais).

2 DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO AO DISCURSO DO RECONHECIMENTO DA POPULAÇÃO LGBT+

Os avanços culturais, comportamentais, identitários e pós-identitários da população ocidental em relação à diversidade sexual tem colaborado para que as relações sociais e as experiências emancipatórias sejam cada vez mais compartilhadas em busca de uma imaginação epistemológica e democrática. Desconstruir preconceitos, violências e discriminações é uma tarefa árdua e constante, bem como reconstruir novas configurações e práticas sociais que sejam capazes de expandir a valorização da diferença e da igualdade.

Essa tarefa epistemológica de desconstrução de preconceitos, intolerâncias, violências e discriminações nos estudos de gênero, sexualidade, movimentos sociais e educação tem sua concentração em abolir as práticas sexistas e LGBTfóbicas enraizadas e naturalizadas em nossa sociedade. O confronto com a heterossexualidade compulsória (Rich, 1980; Butler, 2015) e sua lógica de classificação social (Santos, 2006; 2007) é um caminho cosmopolita que precisamos cruzar permanentemente.

A superfície e o surgimento de um discurso por reconhecimento da população LGBT+ é um acontecimento, uma dispersão que ocorreu em vários cenários, como bem explica Foucault (2008. p. 46): “essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso”. Nas décadas de 1960 o cenário no Ocidente foi de grandes movimentações em prol de mudanças no cenário político, social e econômico, principalmente nos países colonizados. A luta constante pelo fim das ditaduras na América latina e a emergência dos direitos civis nos EUA serviram de respostas da sociedade civil organizada.

Nos anos de 1970 até 1980 há uma explosão de movimentos sociais, conceitualmente evocados de novos movimentos sociais (NMS). Eles foram responsáveis na América do Norte, Europa e países da América Latina por pautar questões de reconhecimento social e identitário. Segundo Souza (1999, p. 38):

Constituíram-se como correntes de opiniões e forças sociais. Enquanto correntes de opinião, aproximam-se por ideais e sentimentos semelhantes. São grupos de pessoas, com posicionamento político e cognitivo similar, que se sentem parte de um conjunto, além de se perceberem como força social capaz de firmar interesses frente a posicionamentos contrários de outros grupos. Pessoas que agem, afirmam posições e se sentem vinculadas. Expressam-se como correntes de opiniões sobre diversos campos da existência individual e coletiva, sobretudo dos segmentos sociais explorados, oprimidos e subordinados, cujos temas, quase sempre de maior incidência em suas vidas, em seu cotidiano.

Em seus cotidianos, como bem argumentou Souza (1999), tais novos movimentos sociais (NMS) são fortalecidos por redes de apoio no enfrentamento aos vários tipos de violência, preconceito e discriminação. Nos anos 1990, década que ocorreu a primeira parada do orgulho LGBT no Brasil, tal incidência e emergência dos novos movimentos sociais atrelados aos grupos de pesquisa e extensão das Universidades foram fundamentais para o fortalecimento da luta contra a LGBTfobia e da visibilidade LGBT frente a mídia e as políticas públicas sociais nos dias atuais.

Recordando novamente a história “dos que não amam o outro sexo” (Foucault, 1999, p. 38), a revolta de *Stonewall Inn*, em *Manhattan*, EUA, no dia 28 de junho de 1969 é um marco para as dissidências sexuais fabricadas como pessoas com distúrbio mental. A revolução sexual proposta surgiu naquela como uma afronta e uma afetação contra a matriz heterossexual e sua forma de dominação. Os gays, as lésbicas, transgêneros e bissexuais ousaram gritar “basta” a tanto preconceito, violência e discriminação.

O movimento homossexual pela libertação (*gay liberation day*) que nasce em Nova York, um ano após a revolta de *Stonewall Inn*, transmuta-se ao redor do mundo, e organiza-se o movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) na contemporaneidade. No Brasil, na década de 1970, surge uma explosão de grupos identitários LGBTs capazes de enfrentar a ditadura militar e o preconceito LGBTfóbico.

Como bem situa Louro (2001, p. 543):

Ao final dos anos 70, a política gay e lésbica abandonava o modelo que pretendia a libertação através da transformação do sistema e se encaminhava para um modelo que poderia ser chamado de ‘étnico’. Gays e lésbicas eram representados como “um grupo minoritário, igual, mas diferente”; um grupo que buscava alcançar igualdades de direito no interior da ordem existe. Afirmava-se, discursiva e praticamente, uma identidade homossexual.

Desse grande despertar por orgulho de ser LGBT em Nova York, os ativistas também confrontaram de forma política a questão do estigma da homossexualidade na época. Criando as categorias gays e lésbicas como forma de vida subversiva, não-linear, tão pouco padronizada ao modelo heterossexual consagrado como norma e regra nas décadas anteriores.

Essa nova onda por uma identidade marginal foi desempenhada por muitos ativistas homossexuais, porém, espaços de sociabilidade homossexual menos radical se formaram com mais frequência e fôlego nas cidades como São Francisco, Nova York e Sidney. Como bem explicita Simões e Facchini (2009, p. 46):

O que veio a prevalecer, porém, foi a perspectiva de tendências menos radicais, que reencamparam a concepção de uma minoria gay e lésbica e, em vez de falarem de ruptura de papéis e identidades, reivindicaram aos gays os direitos de inclusão

equivalentes ao de grupos minoritários. São Francisco, epicentro da boemia hedonista *beatnik* e da contracultura *hippe* nos anos 1950 e 1960, foi a cidade em que esses desenvolvimentos se deram com intensidade exemplar, com a formação de territórios urbanos ocupados de modo regular e predominante por gays e lésbicas, e a conversão desses grupos em uma força econômica e política importante.

Em meados da década de 1970, o *gay power* continua com toda sua força nos EUA, mas também outras demandas surgem dentro do movimento LGBT. Deixando de lado as performances subversivas de gênero, como as de travestis e transexuais, gays afeminados e *Drag Queens*. Uma nova onda emergente homossexual buscou a valorização do corpo sarado, jovem, erétil, viril e ativo. Uma imagem de um homem gay que despertasse desejos, não só no universo homossexual, como também heterossexual. Em meio a essas novas configurações, as bichas afeminadas, os gays velhos e as lésbicas foram procurando outros meios de lutar contra a descriminalização de suas identidades, pois a valorização do gay branco, jovem, sarado e viril estava em alta naquele momento.

Comentam Prado e Machado (2008, p. 103):

Ao final da década de 1970 e início da de 80, notou-se um enfraquecimento do movimento americano em virtude de contramovimentos conservadores e de rupturas internas entre gays e lésbicas, por conta de diferenças de gênero (Engel, 2001). Os movimentos que lutavam por direitos civis foram perdendo o radicalismo, e o projeto de transformar as bases da realidade social como um todo deu lugar a um movimento amplamente institucionalizado e formalista, o que enfraqueceu ainda mais o contato que estes movimentos tinham com as bases da população, diminuindo significativamente a capacidade de mobilização social dos mesmos.

As lésbicas nesse período criaram grandes espaços de sociabilidade, buscavam visibilidade, pois eram ofuscadas pela predominância gay nos espaços e coletivos em prol da diversidade sexual. E foram longe nesse confronto e distanciamento, propondo uma radicalização nas questões de gênero e sexualidade, uma nova sociedade de lésbicas, partilhando e vivenciando suas experiências. Sem uma aproximação com grupos de gays nem do emergente coletivo de feministas que eclodiram na Europa.

Nesse embate, surgem grandes teóricas feministas e lésbicas, que por meio dos escritos científicos divulgavam as experiências de suas identidades, denunciando as relações patriarcais, machistas, androcêntricas e lesbofóbicas. Uma das maiores percussoras dessa onda foi a poeta e escritora Adrienne Rich (1929-2012) que escreveu o artigo “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” em 1980. Ao escrevê-lo, Rich denuncia o caráter compulsório da heterossexualidade na vida das mulheres, principalmente as mulheres lésbicas e feministas. Construiu uma crítica ao modelo feminista que creditava que a sexualidade lésbica não passava de um desejo alternativo com base em fetiches sexuais, e fundamenta a importância de uma

inteligibilidade entre as mulheres, independentemente de suas orientações sexuais e identidade de gênero:

A identificação entre mulheres é uma fonte de energia e de poder feminino potencial, contido e minimizado pela instituição da heterossexualidade. A negação da realidade e da visibilidade da paixão das mulheres por outras mulheres, da escolha das mulheres por outras como suas aliadas, companheiras de vida e de comunidade, ao se obrigar que tais relações sejam dissimuladas e até desintegradas sob intensa pressão tem representado uma perda incalculável do poder de todas as mulheres em mudar as relações sociais entre os sexos e de cada uma de nós se libertar. Hoje em dia, a mentira da heterossexualidade compulsória feminina aflige não apenas a produção acadêmica feminista, mas toda profissão, todo trabalho de referência, todo currículo, toda tentativa de organização, toda relação ou conversa por onde ela se apresenta (Rich, 1980, p. 41).

A defesa de um *Continuum* lésbico proposto por Rich desestabiliza a heterossexualidade compulsória e propõe uma sororidade entre as mulheres, onde as experiências de vida de cada uma são importantes e credíveis de existência, seja na política, nas identidades e nas relações amorosas. As mulheres lésbicas, assim como os gays, também sofriam com a heterossexualidade compulsória por meio dos xingamentos cotidianos, eram comuns interpelarem as lésbicas com gritos de *butch* e *dyke*, em nossa língua seriam respectivamente caminhoneira e sapatão. Assim como o termo homossexual foi ressignificado pelos ativistas LGBTs, as lésbicas também ressignificaram os termos de *butch* e *dyke* para pautar uma diversidade política e identitária lésbica. Assumindo a não-feminização compulsória de sua existência e buscando mais liberdade e visibilidade na sociedade americana.

O ativismo de travestis e transexuais nos EUA também vivenciou várias tensões nos desdobramentos de suas identidades e no cruzamento de suas fronteiras de gênero e sexualidade. Médicos e psiquiatras criaram centros médicos para estudar as identidades de gênero da população trans.

No início da década de 1950, documentos e escritos produzidos por ativistas e militantes LGBTs evidenciavam e denunciavam o papel da população trans mediante os discursos médicos, juristas, religiosos e pedagógicos. Tais pessoas que nasciam com os dois órgãos genitais, popularmente chamado de “dois sexos”, eram designadas de “hermafroditas”, assim como as pessoas que nasciam com um determinado sexo, não o reconheciam como o seu gênero e reivindicam uma “troca de sexo”, foram chamados de “travestis. Com o passar dos anos, os termos ‘hermafrodita’ e ‘travesti’ foram nomeados de ‘intersexual’ e ‘transexual’.

Esclarecem Simões e Facchini (2009, p. 50):

As demandas por intervenção cirúrgica vieram a ocupar um papel central na luta de transexuais para expressar livremente o que consideram ser sua identidade profunda e genuína. Apesar disso, as relações entre ativistas transexuais e médicos não foram

isentas de tensão, na medida em que transexuais resistem a ser tratados primordialmente como “pacientes” que sofrem de “disforia de gênero”. No final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, formam-se as primeiras organizações de transexuais norte-americanas, tendo algumas delas como a Transexual Action Organization (TAO), se destacando por um estilo libertário e combativo.

Na contemporaneidade, o público trans (mulheres, homens e pessoas não-binárias) lutam pela despatologização de suas identidades de gênero. No Brasil, os termos travestis e transexuais possuem conotações diferentes. Uma identidade está ligada ao caráter mais político e identitário e o outro ao de medicalização e redesignação sexual/gênero. Mas ambos sofrem cotidianamente pela falta de visibilidade, preconceito feroz, violência naturalizada e discriminação pela sua existência.

Em 2018, a OMS (Organização Mundial de Saúde) em um feito extremamente impactante, recomenda aos profissionais de saúde que a transexualidade não se configura como uma patologia. Ao longo de 28 anos, mediante lutas históricas, a população trans deve ser ouvida e respeitada em suas dimensões singulares e viver conforme suas identidades e pós-identidades, seu gênero e sua sexualidade.

Já nas terras brasileiras as atividades dos ativistas homossexuais seguem uma metodologia diferenciada. Predominava-se uma hierarquização de gênero e sexualidade entre as identidades sexuais. Tais pares binários subalternizados como as mulheres, os negros e negras e LGBTs, entre outras identidades marginais, têm sido produzidos como não credíveis de existência.

Em 1978 é criado o grupo SOMOS, na cidade de São Paulo, o mundo vivenciava a contracultura *hippe* e as novas configurações do movimento negro com os estudos culturais e a produção feminista na Europa e nos EUA. O cenário brasileiro era um dos piores, a ditadura militar exercia seus desejos políticos e sociais e os grupos de esquerda, de jovens secundaristas e universitários e cantores tropicalistas iam de frente e criavam resistência.

Green (2019) procurou sistematizar como a homossexualidade no Brasil no século XX vivenciava suas transformações sociais e políticas, atravessados pela ditadura militar, elencamos alguns pontos importantes para o debate discursivo, entre 1969 até 1980.

- O de 1968 começou com protesto estudantil contra a ditadura militar e um sentimento crescente de otimismo quanto à possibilidade de um retorno ao governo democrático. Mas terminou com o mais duradouro Ato Institucional, o AI -5, que decretou o fechamento do Congresso, a suspensão dos direitos constitucionais e a cassação de inúmeros mandatos (Green, 2019, p. 401).
- A ala progressista da Igreja Católica e várias correntes de esquerda, agindo na clandestinidade, começaram a organizar as comunidades pobres e a classe trabalhadora rural e urbanas. Seus esforços logo renderiam frutos. Os movimentos sociais vieram à tona, reivindicando democracia, melhores condições de trabalho e

um padrão de vida mais elevado. O controle de muitos dos principais sindicatos dos centros industriais do país passou para as mãos de trabalhadores militantes. Eles exigiam aumento de salário, para compensar a perda de poder aquisitivo, e o fim da interferência governamental nas atividades sindicais (Green, 2019, p. 403).

- O desafio das feministas ao patriarcado, à rigidez dos papéis de gênero e aos costumes sexuais tradicionais desencadeou uma discussão na sociedade brasileira que convergiu com as questões levantadas pelo movimento gay a partir de 1978. Ativistas gays e muitas feministas viram uns aos outros como aliados naturais contra o sexismo e uma cultura dominada pelo machismo. (Green, 2019, p. 404).
- O espaço social conquistado pelas “bichas” e “bonecas” de 1960, a difusão de ideias a partir do movimento gay internacional, o desenvolvimento de uma crítica brasileira ao machismo e à homofobia e a influência dos movimentos políticos e sociais de esquerda sobre os principais líderes. O surgimento de um movimento gay era também resultante da consolidação de uma nova identidade “entendida”. (Green, 2019, p. 406).

Podemos elencar um breve percurso histórico de como a experiência brasileira produziu o fenômeno da identidade homossexual a partir das contribuições de Simões e Facchini (2009):

- Outro aspecto que distingue o Brasil em relação a países como Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido. Enquanto nessas nações a homossexualidade foi considerada durante muito tempo uma prática criminosa, por aqui as referências à sodomia deixaram de fazer parte do Código Penal desde 1830 (2009, p. 54)
- A hierarquia de gênero, articulada a partir da oposição masculinidade/atividade sexual *versus* feminilidade/passividade sexual, engloba de forma sistemática todas as categorias e identidades sexuais. Homens sexualmente “passivos” e mulheres sexualmente ativas, “bichas” e “sapatões” seriam percebidos como uma espécie de híbridos (p. 54)
- Também se desenvolveram no Brasil versões da moderna identidade homossexual como uma qualidade inerente à pessoa [...] na lógica desse modelo médico-psicológico, orientação sexual e gênero, dividindo os homossexuais em “ativos” e “passivos”, sendo os últimos os “homossexuais de verdade” (2009, p. 57)
- Em lugar de “bichas” e “homens” (ou “bofes”), ou de “sapatões” e “mulheres” (ou ladies), formam-se novas categorias de identidade sexual, tais como “entendido”, “entendida”, “homossexual”, “gay” e “lésbica”, de acordo com a visão de que é a orientação do desejo que importa para nomear os parceiros de uma relação homossexual, e não mais os papéis sociais relativos a masculino/feminino nem a atividade/passividade sexual (2009, p. 57)
- As diferenças entre o modelo hierárquico e o modelo igualitário seriam, pois, uma maneira privilegiada de expressar e constituir distinções de classe. O emergente movimento homossexual, por sua vez, tenderia a incorporar a crítica aos papéis de gênero convencionais, inicialmente formulada pelos movimentos feministas, e entraria em tensão com os valores e comportamentos que prevaleceriam no universo “tradicional” e suspostamente “retrógado” das “bichas”, “sapatões” e travestis (2009, p. 58).

A militância homossexual no Brasil com o surgimento do grupo SOMOS de Afirmação Homossexual, em 1978, contribuiu para a abertura política que o país atravessa, pois com o fim da ditadura militar e uma nova rede democrática surgindo, as pautas de gênero e sexualidade adentravam também as relações da nova democracia. Surge nesse período veículos alternativos que pautavam as questões da homossexualidade masculina e feminina, como também de outras identidades.

A inauguração insurgente do jornal *Lampião da Esquina*, em 1978, é um marco insubmisso de como a produção ativista e científica do movimento homossexual brasileiro enxergou a necessidade de produzir politicamente suas demandas e reivindicações diante de um Brasil conservador.

Evidência Rodrigues (2005, p. 71):

O surgimento do *Lampião da Esquina* representa bem o inconformismo diante da repressão e do conservadorismo que se abatia sobre uma parcela da sociedade brasileira; e utilizando-se dos periódicos, essa parcela tentava mostrar caminhos alternativos para o difícil período em que vivíamos.

O *lampião* foi de grande importância para o grupo SOMOS, pois ambos partilhavam suas utopias e experiências coletivas mediante as questões centrais da militância homossexual, como também o confronto diário contra o conservadorismo e buscando mais abertura para as questões culturais do corpo, da sexualidade e de quebra dos padrões impostos pela compulsória heterossexualidade. Até mesmo uma nacionalidade “guei” foi se construindo nesse período. Outros grupos também surgiram anos depois, em parte deles, de ativistas e militantes derivados do grupo SOMOS.

Citam Prado e Machado (2008, p. 111):

As lésbicas fizeram história junto ao Somos e grupos dissidentes, mas foi no dia 19 de agosto de 1983 que as lésbicas brasileiras inauguraram o ativismo lésbico independente das outras categorias GLBTs. Nesta data comemora-se o dia da visibilidade lésbica, porque diversas lésbicas organizaram um protesto no Ferro's Bar. Este estabelecimento, localizado no centro de São Paulo, era majoritariamente frequentado por lésbicas, e alguns dias antes da manifestação, o proprietário havia impedido algumas mulheres de venderem uma publicação chamada Chana com Chana.

De fato, mesmo pautando suas experiências e identidades coletivas, os ativistas do movimento homossexual possuem em suas dimensões do corpo, em comportamento, desejo e identidade demandas específicas, tais como as lésbicas, os bissexuais, a população de mulheres e homens trans, entre outras identidades e pós-identidades. Nesse contexto, o *Lampião da Esquina* buscava em seus textos e ensaios, eclodir tais questões, buscando parcerias com outros movimentos da época, como o feminismo, as questões de ecologia e no movimento negro brasileiro, entre outros:

Como contextualiza MacRae (2018, p. 147):

Embora *Lampião* não tenha sido plenamente bem sucedido em sair do gueto, certamente procurou iniciar uma discussão sobre as outras “questões minoritárias”. Além da atenção dada ao movimento feminista, deu grande destaque aos problemas da ecologia, dos negros, dos “presos comuns” e dos índios. Publicou vários artigos do ecólogo gaúcho José Lutzemberger, alguma coisa sobre os índios e bastante sobre os

negros cuja luta contra a discriminação recebeu matérias de capa, incluindo uma longa entrevista com Abdias Nascimento e vários artigos de Rubem Confete sobre a vida e cultura negra.

Com dinâmicas e estruturas pautadas na visibilidade e no reconhecimento de suas identidades, o movimento possuía em seu interior, longas e calorosas discussões sobre a importância de intersecção com outros coletivos sociais e também com as especificidades de cada letra que na época fazia parte do movimento. Em meados da década de 1980, com o surgimento da AIDS pelo Ocidente, as questões da homossexualidade foram amplamente discutidas nos cenários da mídia e da sociedade como um todo.

Nesse período sombrio, os movimentos homossexuais acabaram por dissipar em todos os lugares, alguns fatores como: o jornal lampião da esquina encerra suas atividades, os coletivos homossexuais não possuíam uma estrutura como os movimentos sociais mais tradicionais, que possuíam sindicatos e circulação de capital, enfraquecendo a luta por manter as ações em dia, como também a falta de experiência em lidar com questões mais burocráticas e de mobilização de recursos, e a crise econômica que o país enfrentava pós ditadura militar. Junto tudo isso com a violência e o preconceito da sociedade com os dissidentes.

Segundo Facchini (2005, p. 182):

Entre os mais de vinte grupos homossexuais identificados por MacRae (1985) no início da década de 1980 no Brasil, apenas três – O Dialogay, o GGB e o GALF/Rede Um Outro Olhar – sobreviveram à crise de meados dessa década, chegando, ainda que modificados, aos anos 1990. Entre transformações e reflorescimento, as ações coletivas que se convencionou agrupar sob o nome “movimento homossexual” chegaram aos dias de hoje, sobrevivendo ao processo de “redemocratização”, à falência de seu modelo de organização comunitário e autonomista e ao surgimento da Aids.

A década de 1990 é marcada pela valorização no Brasil das ONGs (Organizações Não-Governamentais) por meio das políticas neoliberais, fazendo com que as mesmas se adequem às exigências de editais públicos, perdendo seu caráter educativo e progressista para o jogo de disputas e poder evocados pelo Estado. Segundo Lage (2013, p. 26):

Diferente da trajetória dos movimentos sociais, a atuação das ONGs não se dá na esfera da luta política por direitos e por isso não tem uma relação conflitiva com o Estado. Sua atuação é técnica e profissional e por isso trabalha na execução de políticas, programas e projetos públicos. Seu quadro não é composto por militantes, mas por profissionais vindo das mais variadas áreas e experiências. O discurso da época privilegiou a presença do voluntariado, como um modo da sociedade civil assumir as funções do Estado em nome da participação e da cidadania.

Dentro desse contexto, a epidemia de HIV/Aids trouxe desdobramentos importantes para o ativismo LGBT nos anos 1990, uma vez que outros movimentos, como de mulheres e profissionais do sexo também encabeçaram a luta contra o estigma e o preconceito. Tal parceria,

por meio de ONGs, foi fundamental para informar a sociedade brasileira sobre o impacto da aids e a luta contra o preconceito. Já no cenário federal, o então Presidente eleito, Collor de Mello juntamente com o Ministério da Saúde criaram campanhas sobre HIV/AIDs difamatórias, responsabilizando as pessoas pela expansão do vírus. Em 1992, o cenário mudou, e o Brasil firmou parceria importante com a OMS e o programa Global de Aids. Segundo Simões e Facchini (2008, p. 132):

Um empréstimo firmado entre o Brasil e o Banco Mundial de Aids para o Projeto de Controle da Aids e DST, que ficou conhecido como AIDS 1, trazia como novidade a inclusão da sociedade civil na implementação de atividades. Tem início, assim, um período marcado por diversas formas de cooperação entre ONGs e o Programa Nacional de Aids, que alteraram substancialmente não só o perfil do programa, mas também o campo de trabalho das organizações da sociedade civil.

Nesse novo trajeto de abertura de políticas públicas em prol de informações sobre a crise de HIV/AIDS no Brasil, nasce o aprendizado político do movimento LGBT, pois foi diante do estigma provocado pelas desinformações e *fake News* produzidas nesse cenário, que a epidemia trouxe novos elementos para o repensar das ações políticas e didáticas do movimento LGBT. Mesmo estando sobre a classificação de “grupos de riscos”, a população LGBT usou tal “nomeação” para dar mais visibilidade a causa LGBT e como vidas podem ser transformadas por meio de informações sobre o que seria a homossexualidade, e as demais orientações e identidades de gênero, redes de apoio a casos de violência por decorrência da LGBTfobia e lugares seguros para explorar as sexualidades.

Tais acontecimentos trouxeram para a sociedade brasileira os aspectos da vulnerabilidade que a população LGBT enfrentava, como negação de suas orientações sexuais e identidades de gênero, LGBTfobia velada, institucional, física, verbal, psicológica, entre outras. Serviços de saúde negados ou negligenciados, como bem apresenta Trevisan (2018, p. 344):

Graças a aids, nunca se falou tão abertamente da homossexualidade, o que trouxe efeitos positivos para a luta pelos direitos homossexuais e sua necessária visibilidade social. No entanto, o movimento homossexual correu o risco e em muitos casos resultou demasiadamente atrelado à luta contra a aids, restringindo sua ótica e seu espaço.

A abertura de uma visibilidade e de um reconhecimento da homossexualidade no Brasil no período pandêmico da aids, em meio a mortes e sofrimento, trouxeram discussões fundamentais sobre as práticas da população para a mídia. Tal rede discursiva é explorada nas falas dos ativistas que participaram da primeira parada do orgulho LGBT em 1997. Como bem afirma Lula Ramires, educador social, participante da primeira parada do orgulho LGBT no Brasil:

Uma das reportagens que saiu uns dias depois da Parada falava que tinha um casal hétero que tinha ido com o filho de uns cinco anos. O repórter perguntou por que esse casal estava lá com o filho e eles disseram que queriam que o filho aprendesse que isso não é nenhum problema e que ele respeitasse as pessoas desde pequeno. Isso resume tudo. A proposta do movimento LGBT não é que as pessoas sejam homossexuais, mas que elas sejam respeitadas. Acho que isso a gente foi conseguindo. Saí da primeira parada extasiado, achando tudo legal, porque existem outras pessoas como eu e a gente estava na rua defendendo nossos direitos. Link de acesso: <https://www.vice.com/pt/article/pge47g/primeira-parada-lgbt-do-brasil>.

Em 1997, no dia 28 de junho, acontece a primeira parada do Orgulho LGBT em São Paulo, o movimento homossexual foi capaz de agrupar os militantes em prol de suas demandas e assim articular um encontro de militantes, ativistas e simpatizantes que deram as caras na avenida paulista, vestidos de medo e orgulho. Fizeram um acontecimento, uma memória viva, uma fissura no sistema sexo/gênero da heterossexualidade compulsória. Mas o que fica evidente é a participação nos movimentos sociais e em grupos de pesquisa que se desdobram a dialogar sobre as questões de identidade, respeito às diferenças sexuais, reconhecimento social e por legitimação de suas identidades, comportamentos e desejos sexuais. Como o CORSA, o Encontro Nacional de Gays, Lésbicas e Travestis, chamado EBGLT, a 17ª Conferência Internacional da ILGA e o grupo de discussão da USP, o CAEHUSP, Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da USP

Relata Simões e Facchini (2008, p. 138):

Sinal desses novos tempos, o ativismo pelos direitos dos homossexuais voltou a florescer nos anos de 1990, quando os encontros nacionais passaram a ocorrer com periodicidade mais frequente, com aumento significativo do número de grupos presentes. Na década de 1990, formaram-se redes de grupos e associações. Encontros específicos de mulheres homossexuais passaram a ocorrer regularmente, a partir do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), em 1996, Travestis e, posteriormente, transexuais foram incorporadas ao movimento por meio do Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na luta contra a Aids (Entlaids), que vem se realizando desde 1993.

Mediante a proliferação de grupos e atividades militantes LGBTs nas Universidades, em coletivos sociais e ONGs, tal “reflorescimento do movimento homossexual brasileiro”, como apontam os pesquisadores Simões e Facchini (2008), apresentam novas demandas a sociedade brasileira, uma vez que nos discursos oficiais, as políticas públicas para o público LGBT estejam restritos à epidemia HIV-Aids. Tal visibilidade, tão almejada pela população LGBT, trouxeram tensões em quatro lugares distintos de relações de poder, a saber, segundo Ramos (2005), no campo do Legislativo; no mercado e novos espaços de sociabilidade LGBT; grupos e entidades de defesa LGBT e claro, as insurgentes paradas do Orgulho LGBT pelo país.

Expõe Prado e Machado (2008, p. 122):

Devemos reconhecer a importância dos movimentos sociais, ONGs, grupos GLBTs, estados, universidades e pessoas que batalharam e lutam cotidianamente para introduzir na memória de nossa sociedade aquilo que outrora foi um segredo. Devemos inserir em nosso trabalho, nossos projetos políticos e nossas instituições, formas de reescrever nossa história, dando voz a experiências silenciadas. Até outro dia, não sabíamos como fazer para introduzir as aflições e os anseios de pessoas que se atrevem a dizer o nome de um amor, a pronunciar no seu corpo, na sua voz, na sua presença, na sua literatura, na sua aula, no seu trabalho, o desejo de construir para si o direito de decidir como viver, como quer buscar o seu prazer, como quer o seu corpo e com quem quer dividir o seu desejo.

Sendo assim, o movimento homossexual da década de 1990 reagrupava seus discursos em promover a homossexualidade, tanto feminina como masculina, como também lugar de uma orientação sexual que seja capaz de criar laços familiares, ter representações na política, lutar contra as violências e discriminações, reconhecimentos identitários capazes de romper com as mentalidades homofóbicas da época.

Por outro lado, a classificação e a oposição ao modo de vida homossexual fica evidente quando nas memórias dos militantes trazem que muitos deles, ao participar da parada LGBT em São Paulo, usaram máscaras ou fantasias, num modo de esconder seus rostos. Ou quando boates ou bares LGBTs se recusaram a dar voz aos militantes, espaços estes de segurança para o público. Ou até mesmo a força policial, que em um dos momentos da parada, tentou usar a coerção para pôr fim ao desfile do orgulho. Tal grade de especificação é também repetição, uma vez que na revolta de *Stonewall Inn*, em Nova York, a coerção policial foi um dos motivos da luta organizada da população LGBT que ali frequentava.

Outro aspecto importante que as paradas do orgulho LGBT trouxeram para a sociedade brasileira foi a importância do combate às mentalidades LGBTfóbicas presentes em discursos de todos os setores, como a mídia, as igrejas, no campo da medicina, jurídico e educacional. Nas falas dos/as ativistas, a velada e cruel LGBTfobia é o combustível das inúmeras vulnerabilidades que a população LGBT se encontra.

A questão da diversidade da orientação sexual e da identidade de gênero é usada dentro do movimento LGBT+ contemporâneo como afirmação política e identitária para desestabilizar a doutrinação heterossexista. Categorizando as experiências de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, homens trans e pessoas não binárias, o movimento LGBT evoca aos quatro cantos que “ser LGBT” é credível de existência e que as experiências de luta contra o preconceito, a discriminação e a violência são enfrentadas cotidianamente.

Evoca Foucault (1999, p. 40) “no decorrer do século eles carregaram sucessivamente o estigma da loucura moral, da neurose genital, da aberração do sentido genésico, da

degenerescência ou do desequilíbrio psíquico”, Sendo assim, foram descartados, estereotipados, humilhados e condenados a não-existência pelo pensamento discursivo (clínico, jurídico, pedagógico e social) da heterossexualidade.

A memória discursiva do movimento LGBT deve ser lida como lugar da dignidade e da resistência, uma vez que seu passado foi constantemente apagado pelo viés da heterossexualidade compulsória e suas inúmeras gramáticas discursivas (Carvalho, 2006) que construíram e moldaram comportamentos, desejos e identidades de pessoas que ousaram fugir do cânone sagrado da matriz heterossexual.

Em tempos de política sexual ganhando notoriedade em todos os setores da sociedade, a comunidade LGBT+ permanece com a luta por reconhecimento e dignidade, surgem novos atores políticos e sua ação coletiva é forjada por novos caminhos e florescimentos. Brillantemente Facchini (2020) nos apresenta o panorama geral da ação coletiva do movimento LGBT+ nas últimas quatro décadas, seus principais enquadramentos e repertórios.

Quadro 2 – Panorama geral da ação coletiva do movimento LGBT+ nas últimas quatro décadas e suas principais gramáticas discursivas

<p>Homossexuais e seus dissidentes: processos de “centramento”, experiência e tensões</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Situar um processo de que desenrola no então chamado movimento homossexual brasileiro (ou MHB): das tensões entre “ser” e “estar” homossexual, presentes nos primeiros grupos de reflexão e de afirmação de fins dos anos 1970, passa-se à apropriação e a forjamento da categoria “orientação sexual” como um significante até certo ponto esvaziado da conotação essencialista que marcava sua origem, o que se deu nos anos 1980. (Facchini, 2020, p. 38); • Lésbicas embora circulassem e pertencessem potencialmente tanto ao movimento feminista quanto ao homossexual, ressentiam-se de especificidades não devidamente visibilizadas e/ou acolhidas. O mesmo ocorria com homossexuais negras(os), em um período no qual a categoria “negro” emergia como sujeito coletivo aglutinador da luta antirracista e as mulheres negras tensionavam a partir de seu duplo pertencimento. Havia também tensões que remetiam ao lugar que a luta de classes e os projetos de transformação social no campo das esquerdas ocupavam nos enquadramentos produzidos pelo movimento, opondo autonomistas e socialistas. (Facchini, 2020, p. 38-39); • É fundamental nesse processo de “centramento”, ou de produção de um sujeito político estável, a campanha que levou à obtenção de parecer do Conselho Federal de Medicina (CFM), em 1985, orientando médicos quanto à codificação não patologizante da homossexualidade na vigência da CID-9. A
---	---

	<p>demanda pela não discriminação por orientação sexual levada pelas demandas de combate à epidemia do HIV/AIDS e à violência letal, colocaram em cena a categoria “orientação sexual”. (Facchini, 2020, p. 40).</p>
<p>A dança das muitas letrinhas: institucionalização, cidadanização e descentramento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Articulam-se a visibilidade produzida pelo essencialismo midiático ao associar Aids e homossexualidade e a chamada “resposta coletiva à epidemia”, abrindo espaço para a ideia de uma “visibilidade positiva”. Essa ideia teve aproximações e deslocamentos produzidos também por ações de mercado e de mídia - em paralelo ocorria um processo de segmentação de mercado, que fez surgir um mercado GLS (para gays, lésbicas e simpatizantes) ou voltado ao “público GLBT”. (Facchini, 2020, p. 42). • O acesso a mudanças corporais para pessoas trans no SUS; o desenvolvimento de políticas de saúde para LGBT; as portarias que reconhecem o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais; o reconhecimento das “uniões homoafetivas” pelo Supremo Tribunal Federal (STF); a criação de políticas para a formação continuada de professores e editais de pesquisa, abordando, de modo transversal, a igualdade racial, de gênero e a diversidade sexual. (Facchini, 2020, p. 43). • O processo de cidadanização também influenciou na participação de candidatos LGBT em disputas eleitorais, na criação de Frentes Parlamentares voltadas para os direitos LGBT e na quantidade de partidos que passaram a incluir compromissos com essa população em estatutos partidários ou a construir núcleos LGBT ou diversidade. (Facchini, 2020, p. 43-44).
<p>Essencialismo estratégico, multidão multicolorida e guerra às letrinhas: enquadramentos e repertórios complementares e concomitantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O essencialismo estratégico expressa novas formas de gerir conflitos que se estendem desde os primeiros momentos do movimento, com relação à reivindicação de visibilidade das lésbicas e de homossexuais negras(os), e que passam a incluir travestis, transexuais e bissexuais. (Facchini, 2020, p. 48). • A “visibilidade massiva” protagonizada pelas paradas do orgulho, é, em parte, complementar à incidência política, visto que dava corpo, por assim dizer, à “comunidade”, adotando, porém, uma face mais plural. (Facchini, 2020, p. 48). • O questionamento ao essencialismo estratégico - central ao enquadramento mobilizado majoritariamente pelas gerações anteriores - passa a se acentuar em um contexto no qual a teoria queer começa a se popularizar entre universitários, com a tradução do livro Problemas de gênero, de Judith Butler, em 2003. (Facchini, 2020, p. 51).

	<ul style="list-style-type: none"> • Centralidade de formas não institucionalizadas de atuação - os coletivos - e a experiência em processos de “formação via vivência”, que se dão por meio de situações compartilhadas no cotidiano nos coletivos e em encontros nacionais de periodicidade anual. (Facchini, 2020, p. 51).
<p>Crise da democracia: disputando direitos, pluralizando formatos e lutando contra todas as opressões</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com o aumento da visibilidade do conservadorismo, ganharam centralidade enquadramentos nos quais as coreografias mais irreverentes dos corpos-bandeira dão lugar à ênfase na dor e no sofrimento. Aqui emergem as figuras das mães de LGBTI; as de LGBT periféricos(as), das travestis e das(os) transexuais, das pessoas intersexo e das(os) gays e trans vivendo com o HIV. Em paradas do orgulho, representações de tais grupos ganham destaque ou formam blocos, ampliando sua visibilidade. Coletivos “artistas” produzem vídeos, festas, músicas e festivais pautados na irreverência, na ironia e na possibilidade de apoio mútuo e de “cura” para sofrimentos causados por várias “opressões”. Coletivos LGBTQIA+, que entrecruzam lutas antirracistas, focando sujeitos periféricos ou a sorofobia, encontram “cura” no acionamento da experiência e de “coreografias transgressoras” a partir de corpos-bandeira. Corpos-bandeira são também acionados na composição de candidaturas e mandatos coletivos. (Facchini, 2020, p. 58).
<p>Movimentos pendulares entre identidades e experiências e a centralidade do corpo e das emoções na produção de enquadramentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Na virada do século, a “emergência trans” coincide com o adensamento do processo de cidadanização - a produção de um campo dos direitos LGBT. Como vimos, além da emergência trans, havia a demanda bi, as paradas e a organização de um movimento por diversidade sexual, que questionava o essencialismo estratégico e não a coexistência, o tensionamento entre identidade e experiência. Não à toa alguns pesquisadores afinados com os estudos queer, nos anos 2000, identificavam-se com antropólogos que haviam pesquisado nos anos 1970: a defesa da experiência contra os aprisionamentos e engessamentos do essencialismo estratégico os interconectam. (Facchini, 2020, p. 61).

Fonte: Facchini (2020).

Em quase quatro décadas de acontecimentos e insurgências, o movimento LGBTQ+ desde a sua retórica entre “ser” e “estar” como homossexual feminino e masculino e sua trajetória pela emergência da orientação sexual/identidade de gênero, deslocando o diálogo para as políticas públicas em prol da população LGBTQ+, por meio do essencialismo estratégico e dos acordos com a política estatal como também a busca pela institucionalização de seus coletivos

se consolidada como um poderoso instrumento de mudança social e transformação de mentalidades.

Segundo Simões e Facchini (2009, p. 25):

De modo semelhante à “misoginia” ou ao “machismo”, para o caso do movimento feminista, e ao “racismo”, para o caso do movimento negro, a homofobia aparece para o movimento LGBT como uma âncora a partir da qual se procura estruturar as identidades coletivas associadas ao movimento e legitimar a perspectiva de outras conquistas no campo dos direitos e da política.

Outro ponto importante no debate é a produção do conhecimento como lugar da desconstrução de ideais LGBTfóbicos, pois em processos criativos de desconstrução de mentalidades, o movimento LGBT+ se utiliza do pensamento crítico a partir da transformação emancipadora, sendo assim, os processos pedagógicos valorizam os processos formativos, humanizantes, plurais e criativos junto há uma produção infinita de sentidos e subjetividades. Questionar a identidade reiterada e compulsoriamente evocada pela doutrinação heterossexual é o ponto de ruptura e deslocamento utilizado pelo movimento LGBT+ como estratégia política e social.

Acerca do debate, Preciado (2007, p. 377) conceitua:

Desde un punto de vista político, el posfeminismo y los movimientos queer surgen como una reacción al desbordamiento del sujeto del feminismo por sus propios márgenes abyectos (en ese sentido suponen una crítica de los presupuestos heterossexuales y coloniales del feminismo de la segunda ola), como el movimiento PONY (Prostitutes of New York), las Daughters of Bilitis y los diversos grupos de feministas negras, chicanas, etc. Teresa de Lauretis habla de “una ruptura constitutiva del sujeto del feminismo” y de la producción de una “subjetividad excéntrica”. Para De Lauretis esta ruptura deriva de la “no coincidencia del sujeto del feminismo con las mujeres.

Nos anos 1990 com o surgimento das primeiras paradas do orgulho LGBT no Brasil, o cenário midiático e político começa a debater as questões da homossexualidade. Um dos fatores importantes nesse período foi a crise gerada pela infecção de HIV/AIDS pelo mundo. Sendo assim, são firmados parcerias entre as ONGs e o Estado, por meio de projetos e ações, para o combate e prevenção do HIV/AIDS. Outro foco importante, de grande ruptura de atuação do movimento LGBT, foi a busca de políticas públicas para a população por meio dos direitos humanos, pois tais espaços tinham como característica, a participação de entidades, coletivos e movimentos da sociedade civil na elaboração de políticas públicas.

Nos governos progressistas e populares da era PT, o movimento LGBT¹⁶ teve espaço de atuação e consolidação de projetos importantes. Criou-se nesse período a coordenadoria LGBT, ligada à secretaria de Direitos Humanos, a criação do Conselho Nacional LGBT, as três conferências nacionais, o programa Brasil sem Homofobia, o plano nacional LGBT e o plano nacional de direitos humanos. Em todos esses projetos, programas e ações, lideranças dos movimentos LGBTs faziam parte e até integravam as ações por meio de vínculos trabalhistas.

Em relação a educação, a atuação do movimento LGBT no plano nacional de educação de 2014 foi marcada pela perseguição da ala conservadora de religiosos para retirada das discussões sobre gênero e diversidade sexual, como também o episódio do programa Escola sem Homofobia, conhecido e invocado como “kit gay” por conservadores e partidos políticos, onde o mesmo foi cancelado pelo governo de Dilma mediante pressões desses segmentos. Tais conjuntos de projetos, ações e programas sofrem silenciamentos e perdas quando são evocados para aprovação no senado federal, por meio de deputados e senadores que vetam e perseguem tais ações para o público LGBT. Entre as participações, diálogo e reconhecimento, a atuação do movimento LGBT com o governo federal popular da era PT foi importante para dar visibilidade a dignidade da população LGBT, mesmo a ala conservadora tensionando o governo para o silenciamento de tais ações.

Outro ponto importante é a cristalização das identidades LGBTs que compõem os conselhos, projetos e ações, uma vez que vivenciamos uma explosão de corpos, desejos e comportamentos que fogem às regras canônicas da heterossexualidade, o movimento também precisa respirar e celebrar pós-identidades outras, que fogem das fixas caixinhas identitárias do movimento, como gays e lésbicas, em seus respectivos sentidos binários de hierarquização social. Na contemporaneidade, o debate mediante as políticas públicas em prol do movimento LGBT+ buscam um modelo de identidade e diversidade que normatiza as identidades LGBTs+, como bem conceitua Sierra (2013, p. 58):

Ao tomar a população LGBT como sujeitos de direito, essas políticas de inclusão operam esquizofrenicamente em duas direções opostas, mas visceralmente complementares: a primeira direção é a de conceder determinados direitos civis, jurídicos, médicos a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, uma reivindicação da militância inegavelmente importante diante do processo histórico de

¹⁶ Outra alternativa encontrada para levantar os números qualitativos sobre a violência LGBTfóbica no Brasil é a aplicação de questionários realizados por grupos de pesquisas de Universidades, ONGs e movimentos sociais em paradas do orgulho LGBT. Essas pesquisas demonstram o quão grave é a violência LGBTfóbica na vida de pessoas LGBTs. A pesquisa conta que mulheres lésbicas sofrem mais violência dentro de casa, já os gays, bissexuais e transgêneros sofrem mais em locais públicos. As mulheres lésbicas são condicionadas à violência de gênero dentro de suas casas. (Silva, 2019, p. 96).

violência e negação das garantias fundamentais da vida dessas pessoas; a segunda direção é, numa espécie de “dou com uma mão e tiro com a outra”, estabelecer em suas diretrizes formas bastante homogêneas e bem definidas de reconhecimento das identidades de gênero e sexuais. Essa segunda direção, parece-me, acaba por cristalizar um determinado modelo identitário considerado correto, honrado, digno e merecedor de tais políticas, bem como por promover, em função dessa cristalização, formas de governo dos sujeitos LGBT cujo objetivo principal será não só o de conduzir a conduta desses sujeitos, mas também o de fazer com que eles mesmos conduzam suas vidas em direção à viabilização de seus corpos e práticas ao que poderíamos chamar de uma moral sexual e de uma economia do corpo e das práticas já bem estabelecidas pela heteronormatividade.

As contribuições das pesquisas sobre movimentos sociais, diversidade sexual e enfrentamento da LGBTfobia são produções científicas que se inserem no contexto da educação. Temos no Brasil Programas de Pós-graduações que produzem pesquisas com a temática da diversidade e da pluralidade de gênero, desestabilizando e desfazendo ideias metonímicas (Santos, 2002). Historicamente, as pesquisas em gênero, sexualidade e educação ganharam contornos globais a partir do protagonismo dos movimentos sociais de identidade, como o movimento Feminista e o movimento LGBT. Ambos possuem a bandeira da intencionalidade pedagógica para confrontar ideias sexistas e LGBTfóbicas, naturalizadas nas sociedades ocidentais.

Como campo teórico, as produções científicas também produzem epistemologias “subversivas” que desestabilizam as concepções científicas de cunho positivista, de governabilidade neoliberal e de base biológica (essencialização do sexo e do gênero), criando outras histórias, outras identidades, de caráter não-linear e credíveis de existência.

Outro ponto importante é a classificação social e compreendida como “natural” das performances masculinos e femininos nos grupos ou territórios gays e na sociedade, o autor explora o conceito de liberdade e controle para dinamizar tais relações estabelecidas, sendo assim, o homossexual dentro dos coletivos gays acaba por responder e ser o rosto do coletivo social, um ser de resistência, um ser em movimento. Entre a bicha e o respeitável militante, a pedagogia produzida nessas rupturas produz discursos verdadeiros, certos e positivos da homossexualidade, é um interdiscurso produzido ativamente na diferença da diferença.

Assim, o desafio contemporâneo das políticas de identidade e diversidade é o encontro com outros deslocamentos de subjetividade e visibilidade de uma estética da existência pautado em outros modos de viver a vida, como esclarece Sierra (2013, p. 56):

O desafio que se coloca hoje para teorização social, cultural e, conseqüentemente, educacional, é pensar na possibilidade dos deslocamentos possíveis do binômio diversidade-identidade em favor da possibilidade de se pensar a partir do que Foucault chamou de “estética da existência”.⁴⁴ Isso significaria problematizar as teorizações de inspiração identitária, que postulam um sujeito essencial, transcendental e que reforçam, em certa medida, os processos homogeneizadores e de exclusão do Outro,

em favor de uma teoria é uma prática que institua a possibilidade de um trabalho ético/estético sobre si mesmo, uma atitude diante da vida capaz inventar um mundo efetivamente disposto a outras experiências com o corpo e seus prazeres, a outras práticas sexuais e afetivo- amorosas, a outros modos de viver a vida.

Na contemporaneidade, observa-se a recusa cada vez maior de espaços institucionalizados, e de acordos com a esfera estatal. Há uma multiplicidade de coletivos ou grupos de “ativistas” que descobrem entre si a experiência como energia insurgente no combate à LGBTfobia e as outras formas de opressão e subalternização. Tais coletivos buscam a autonomia de seus ativistas, numa perspectiva horizontal, sem a necessidade de hierarquizações entre seus membros, que são diversos e carregam consigo múltiplas identidades e pós-identidades.

Dentro desses novos contextos de atuação ativista e militante, dentro do campo progressista, os coletivos e os “ativistas” encontram nas redes sociais (internet) o canal direto para com o seu público e também as demais pessoas que acolhem e seguram a bandeira em prol da comunidade LGBT+.

As ferramentas das redes sociais, como Instagram, Facebook e grupos do Whatsapp conectam as experiências dos jovens LGBT+, que buscam o reconhecimento de suas identidades e pós-identidades, sejam por meio dos direitos coletivos e em conversas com a esfera estatal (políticas públicas), como também o discurso pedagógico, que promove por meio de suas publicações, informações importantes que direcionam os/as integrantes dos coletivos a agirem de forma rápida e em conjunto, evocando seus direitos, experiências, reconhecimento e dignidade.

3 “EU JÁ ESTOU COM O PÉ NESSA ESTRADA” EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES SOCIAIS LGBT+

Com discursos mobilizados por justiça social, participação política, consciência, emancipação e cidadania, os movimentos sociais surgem em vários contextos diferentes em busca de dar vozes aos que são submetidos a todos os tipos de injustiça social. Sendo assim, em processos de utopia e concretude, lutar por justiça social nos possibilita acreditar em mudanças duradouras, ao ponto das mesmas se tornarem realidade.

Melucci (1987, p. 75) contextualiza que:

A abordagem atual dos movimentos sociais está baseada na suposição de que os fenômenos empíricos de ação coletiva são um objeto de análise que é unificado e significativo em si próprio e que pode dar, quase diretamente, explicações satisfatórias sobre as origens e a orientação de um movimento. Um movimento é visto (como diria em francês) como um *personagem* que atua na cena histórica com uma unidade de consciência e ação que está longe de se afastar da fragmentação atual e da pluralidade de um movimento social empírico.

A ação coletiva como possibilidade do pensamento rebelde forja nos/as ativistas e militantes práticas discursivas que rompem com as amarras dos regimes opressores e todas as suas formas de subalternização, discriminação e exclusão, sejam elas traduzidas em lutas de classe, raça, gênero, sexualidade, entre outras. O pensamento rebelde aflora a capacidade de organização e luta, em tom de cooperação e experiências vivas de transformação social, sendo assim, a ação coletiva pode ser acionada como sistema de referência e possuir dimensões analíticas, dessa maneira, a identidade coletiva dos movimentos sociais convida aos seus ativistas e militantes uma experiência baseada na unidade social de se reconhecerem e proliferar suas agendas em comum.

Como bem explana Gohn (2008, p. 442):

As transformações que aconteceram no mundo, nas últimas duas décadas, e que acabaram por influenciar as mudanças de focos nos movimentos sociais em geral, e na América Latina em particular, permitem-nos afirmar que os movimentos sociais não mais se limitam à política, à religião ou às demandas socioeconômicas e trabalhistas. Movimentos por reconhecimento, identitários e culturais, ganharam destaque ao lado de movimentos globais.

O discurso por reconhecimento e emancipação (social, de gênero, raça e política), forjado em novas configurações dos movimentos sociais, demandam de seus militantes e ativistas um vasto campo discursivo de uso de suas habilidades de comunicação, ações coletivas, metodologias, experiências, engajamento e apelo social. Ferramentas essas construídas com o objetivo de fomentar o pensamento rebelde, por meio de seu poderoso

discurso político e pedagógico, que viabiliza novas subjetivações, rompendo com velhas amarras de submissão e hierarquização social.

Dentro desse campo de novas discussões, teoricamente, Gohn (2008) nos apresenta os eixos analíticos que servem como construto para pensar e repensar as várias possibilidades de evocar os movimentos sociais em suas diferentes perspectivas e discussões, no intuito de ler e interpretar o nosso mundo. A mesma dividiu em quatro pontos chaves, a saber:

Quadro 3 – Eixos Analíticos dos Movimentos Sociais

Eixos Culturais	Relativas ao processo de construção de identidades (atribuídas ou adquiridas), em que diferentes tipos de pertencimento são fundamentais a um dado território, grupo étnico, religião, faixa etária, comunidade ou grupo de interesse, etc. (Gohn, 2008, p. 442).
Eixo da Justiça Social	Que destacam a questão do reconhecimento (das diferenças, das desigualdades, etc.) e as questões da redistribuição (de bens ou direitos, como forma de compensar as injustiças historicamente acumuladas. (Gohn, 2008, p. 442).
Eixos de resistência dos movimentos sociais	A partir da elaboração sobre o tema da autonomia, de formas de lutas em busca da construção de um novo mundo, de novas relações sociais não focadas ou orientadas pelo mercado, da luta contra o neoliberalismo. (Gohn, 2008, p. 442).
Eixos que canalizam as atenções para os processos de institucionalização das ações coletivas	Preocupam-se com os vínculos e redes de sociabilidade das pessoas, assim, como o desempenho das pessoas em instituições, organizações, espaços segregados, associações, etc. (Gohn, 2008, p. 443)

Fonte: Gohn (2008)

Os eixos culturais e de justiça social demandam de nossa pesquisa uma atenção especial devido ao nosso objeto de estudo, uma vez que os grupos de afirmação identitária, como nosso caso, do movimento LGBTQ+, evocam as construções de suas identidades e pós-identidades por meio de processos de inteligibilidade de suas experiências e seu agir coletivamente, como também processos de afetividade e consciência crítica de seus direitos, conquistas essas forjadas na luta diária.

Ilse Scherer-Warren (2011, p. 18) comenta:

As teorias culturalistas e identitárias dos movimentos sociais, também denominadas de teorias dos novos movimentos sociais, tiveram o mérito de buscar a complexidade simbólica e de orientação política dos agrupamentos coletivos formadores de movimentos sociais, segundo o princípio da diversidade sociocultural (de gênero,

étnica, ecológica, pela paz, por diferentes tipos de direitos humanos etc.). Transitava-se assim do pensamento universalista acerca de um sujeito único e central da transformação social para as interpretações sobre o descentralismo das lutas, da multiplicidade e contingência das identidades, incluindo pressupostos das teorias pós-modernas.

A busca também por justiça social é veemente trabalhada por meio do reconhecimento identitário e pós-identitário de suas subjetividades e modos de ser e estar do mundo, uma vez que os processos de abjeção, precariedade, violência colonial, física e simbólica são usados como táticas de guerra contra qualquer possibilidade de transgressão aos modelos hegemônicos e sua ordem de classificação social (Santos, 2002).

Argumenta Ceceña (2008, p. 12):

A experiência nos ensinou que as *subversões epistemológicas* são sempre difíceis de *fazer* e de *segurar* não só por causa das barreiras com que as circunda o pensamento conservador, mas porque antes de serem presas nos conceitos, fogem provocando nossas subversões. De qualquer maneira, a construção de novos conceitos e novos modos de olhar a vida é iniludível como para permitir-lhes saírem de velhas prisões. Não haverá subversão possível se não abranger o pensamento, se não inventar novos nomes e novas metodologias, se não transformar o sentido cósmico e o senso comum que, como é evidente, são construídos na interação coletiva. Fazendo e refazendo sociabilidade.

Construir subversões epistemológicas por meio do pensamento rebelde, mergulhado em novos olhares e novas formas de pertencer no mundo, em lutas diárias de pertencimento e reconhecimento das diferenças (de gênero, de classe social, de raça, sexualidade) é, sem dúvidas, um dos objetivos principais dos movimentos sociais, é a sua contribuição com o mundo desigual que respiramos. Ousar enfrentar os paradigmas do neoliberalismo e toda a sua razão de mundo, segundo Lage (2013, p. 35):

Lutar por um novo projeto político pressupõe, antes de tudo, lutar pela formação de novos sujeitos políticos capazes de refletir sobre suas lutas, questionar os processos geradores de desigualdades e exclusões sociais e inseri-los dentro de um movimento maior de transformação da sociedade.

De fato, a luta diária dos movimentos sociais é a busca constante de ampliar e tencionar o debate em torno da democracia, uma vez que a mesma possibilita o debate e a escuta de diversas vozes, direito esse conquistado, historicamente, por meio das lutas dos movimentos sociais e seus atores. Tal iniciativa garante a escuta histórica dos que foram submetidos a longos processos de subordinação, violência em suas várias faces, hierarquização social, classificação social e apagamento de suas subjetividades.

Escreve Galvão (2008, p. 15):

Os movimentos latino-americanos se originam ou se amplificam num contexto de crise da democracia representativa, cuja expressão são os limites à participação

popular (decorrentes de sistemas políticos excludentes) e a degeneração de instituições políticas tradicionais (partidos e sindicatos marcados pela corrupção, por práticas autoritárias e pela incapacidade de representar as demandas sociais que emergem nesse novo contexto histórico). Sua constituição desafia o espaço institucionalizado da política tradicional, fazendo frente à crise de representação, recusando a democracia delegativa e buscando novas formas de participação.

É na construção de ações coletivas que os atores dos movimentos sociais fortalecem suas lutas e suas reivindicações, por meio de direitos coletivos, trabalhados por meio de processos de imersão na realidade e de como ocorrerá o seu enfrentamento. Tal caminho outro pode ser também evocado de direitos coletivos derivados, sendo os grupos ou minorias em direito que se auto organizam e elegem seus representantes, uma vez que tais direitos são constantemente ameaçados pela política hegemônica, de base neoliberal. A diversidade dos coletivos, mediante as questões de raça, classe, gênero, etnia, religião, sexualidade, entre outras, são fundamentais no processo de reconhecimento de seus direitos e no fortalecimento das questões culturais, políticas e linguísticas.

Diz Santos (2013, p. 64):

Os direitos coletivos existem para minorar ou eliminar a insegurança e a injustiça de coletivos de indivíduos que são discriminados e vítimas sistemáticas de opressão por serem o que são e não por fazerem o que fazem. Muito lentamente, os direitos coletivos têm sido incluídos na agenda política, quer nacional, quer internacional.

Em suma, podemos evocar as ações coletivas dos movimentos sociais como um cenário de emergência e multiplicidade de novos olhares, novas metodologias e novas formas de enfrentar as subordinações e violências do passado e ativas no presente. Tal acontecimento tem a década de 1960 como temporalidade importante, uma vez que suas forças e reivindicações partem das subjetividades coletivas e identidades fluídas, e também da reconstrução sujeito social e político que amplia seus horizontes de luta mediante a política de identidade dos movimentos sociais.

Segundo Gohn (2008, p. 445-446): a política de identidade dos movimentos sociais acionam:

O reconhecimento da identidade política se fez no processo de luta, perante a sociedade civil e política; não se trata de um conhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. O reconhecimento jurídico, a construção formal de um direito, para que tenha legitimidade, deve ser uma resposta do Estado à demanda organizada (...) A identidade política dos movimentos sociais não é única: ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes. E muda porque há aprendizagens, geram consciência de interesses. Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras de mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes, se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa, e não pelo simples reconhecimento dos valores ou da moral.

A política de identidade dos movimentos sociais são acionadas pelos seus atores sociais mediante ao seu pertencimento e visão de mundo, sejam elas nos campos políticos, culturais, de raça, credo, sexualidade, gênero entre outros. Tais identidades ou pós-identidades são ondas, vejam conforme as conjunturas históricas e contemporâneas, analisam o grau de organização e compromisso dos coletivos sociais, como também a sua capacidade de proposta e tessituras, mobilização e o seu poderoso discurso político e pedagógico e possuem a capacidade orgânica de socializarem e serem construídas ao longo dos anos.

3.1 O Cenário discursivo da identidade coletiva do movimento LGBT+

Os anos de 1960-70 foram fundamentais para a consolidação das lutas por reconhecimento, identidade e diferença nas sociedades ocidentais mediante aprisionamento histórico de regimes ditatoriais e coloniais. Movimentos estes que estão na ativa até os dias atuais, como o estudantil, de negros e negras, ecológico, feministas, movimento LGBT+ entre outros, construíram suas respostas políticas aos modelos hegemônicos na qual estavam submetidos.

Nos anos de 1970 há uma explosão de movimentos sociais, nos continentes como a América do Norte, Europa e a nossa América Latina, tais coletivos sociais evocam novas formas de ser e estar no mundo, sendo denominados de Novos Movimentos Sociais – NMS. Mediante novas opressões, a crítica construída em torno dos NMS evocam, o que Santos (1999, p. 258) conceitualmente chama de “regulação social capitalista, como crítica da emancipação social socialista”.

Os NMS são expressões políticas que trazem consigo a luta contra os regimes opressores e ditatoriais, bem como formas políticas de organização de base capitalista e neoliberais, que usam da coerção e de táticas de guerra moral e linguística para subalternizar e silenciar qualquer possibilidade de transgressão às suas doutrinas. Sua força política, dos NMS, consiste na conscientização de suas subalternidades, e como as mesmas se mobilizam, reagem e partem para os confrontos. Em sua maioria, não utilizam de aparatos judiciais ou institucionalizados.

Conceitua Santos (1999, p. 261):

As formas de opressão e exclusão contra as quais lutam não podem, em geral, ser abolidas com a mera concessão de direitos, como é típico da cidadania; exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais (por exemplo, o encerramento de uma central nuclear, a construção de uma creche ou de uma escola, a proibição de publicidade televisiva violenta), exigências que, em ambos os casos, extravasam a mera concessão de direitos abstractos e universais. Por

último, os NMS ocorrem no marco da sociedade civil e não no marco do Estado e em relação ao Estado mantém uma distância calculada, simétrica da que mantém em relação aos partidos e aos sindicatos tradicionais.

Os NMS também se articulam, por vezes, com os movimentos sociais tidos como tradicionais e de base Marxista, pois toda organização política tem em suas bases questões de gênero e raça, atreladas a de classe, para fazerem sentidos e terem outras interpretações. Mas a condição ou a novidade alcançada pelos NMS é justamente sua capacidade de organização e de emancipação social, uma vez que os ativistas e ou militantes usam dessa energia para mobilizar tanto os seus como o cenário político como todo. Outro ponto importante é de que os NMS mesmo demandando ao Estado (política representativa) suas políticas de reconhecimento, por vezes, cria-se parcerias importantes, como no caso do cenário brasileiro da era do Ex-Presidente Lula, onde a base do governo, em sua maioria, era feita por militantes e ativistas históricos, que em determinado momento, se viram responsáveis pelas criações de políticas públicas sociais, educacionais e de reconhecimento.

Revela Santos (1999, p. 264):

É possível pensar e organizar novos exercícios de cidadania – porque as conquistas da cidadania civil, política e social não são irreversíveis e estão longe de ser plenas – e novas formas de cidadania – coletivas e não meramente individuais; ausentes em formas políticas-jurídicas que, ao contrário dos direitos gerais e abstractos, incentivam a autonomia e combatam a dependência burocrática, personalizem e localizem as competências interpessoais e coletivas em vez de as sujeitar a padrões abstractos; atentas às novas formas de exclusão social baseadas no sexo, na raça, na perda de qualidade de vida, no consumo, na guerra, que ora ocultam ou legitimam, ora complementam e aprofundam a exclusão baseada na classe social.

Na contemporaneidade, os NMS são energias emancipatórias responsáveis por uma explosão de acontecimentos que evocam da sociedade e do Estado respostas em que a democracia, sendo ela representativa ou participativa, seja o começo de suas lutas e reivindicações. Sua crítica é acentuada na crise global da abordagem clássica marxista e dos confrontos em torno do paradigma norte-americano (acionalista), dentro desse contexto, Gohn (2012) nos apresenta as cinco características ou paradigma dos novos movimentos sociais, trazendo autores como Touraine, Offe, Meluci, Laclau e Mouffe, entre outros/as, sendo eles:

Quadro 4 – Paradigma dos Novos Movimentos Sociais

<p>Modelo Teórico baseado na Cultura</p>	<p>Os teóricos dos NMS negaram a visão funcionalista da cultura como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado. Apesar de trabalharem com as bases marxistas do conceito, que vê a cultura como ideologia, eles deixaram de lado a questão da ideologia como falsa representação do real. Sabemos que no paradigma marxista o conceito de ideologia está intimamente associado ao de consciência de classe. Esta última, por sua vez, por ser formada por um processo de conflitos dados pelas estruturas de poder e desigualdades sociais, em que o econômico tem prevalência, irá influenciar os conflitos dos movimentos. Como</p>
---	---

	<p>a categoria da consciência de classe não tem relevância no paradigma dos NMS, mas apenas das ideologias, atuando no campo da cultura, concluímos que a categoria de cultura foi apropriada e transformada no decorrer de sua utilização pelo paradigma dos NMS. Ao longo dos anos, tal paradigma será influenciado ainda pela interpretação pós-estruturalista e pós-moderna de cultura, centrando suas atenções nos discursos como expressões de práticas culturais. (Gohn, 2012, p. 121-122).</p>
<p>A negação do marxismo como campo teórico</p>	<p>Apesar da simpatia dos teóricos dos NMS pelo neomarxismo, que enfatiza a importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva, o marxismo foi descartado porque trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. Por isso ele não daria conta de explicar as ações que advêm de outros campos, tais como político e, fundamentalmente, o cultural; o que ocorre é uma subjugação desses campos ao domínio do econômico, matando o que existe de inovador: o retorno e a recriação do ator, a possibilidade de mudança a partir da ação do indivíduo, independente dos condicionamentos das estruturas. É importante destacar que a negação do marxismo refere-se a sua corrente clássica, tradicional, vista como ortodoxa. Mas algumas de suas categorias básicas, como a da ideologia, influenciaram a fundamentação de um conceito central dos NMS, o de cultura. (Gohn, 2021, p. 122).</p>
<p>Elimina o sujeito histórico redutor da humanidade</p>	<p>O novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários. Portanto, a nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico, predeterminado, e vê os participantes das ações coletivas como atores sociais. (Gohn, 2012, p. 122-123).</p>
<p>A política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida</p>	<p>Deixa de ser um nível numa escala em que há hierarquias e determinações e passa a ser uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais (Laclau e Mouffe). Esta perspectiva abriu possibilidades para se pensar a questão do poder na esfera pública da sociedade civil, nos termos de Foucault, e não apenas nas esferas do Estado (Offem 1980). Destaca-se que a dimensão política é utilizada principalmente no âmbito das relações microssociais e culturais, ao contrário do paradigma norte-americano em suas várias teorias – que trata a política mais no nível macro das instituições de poder na sociedade, principalmente aquelas relacionadas com os aparelhos estatais. (Gohn, 2012, p. 123).</p>
<p>Atores sociais: ações coletivas e identidade coletiva</p>	<p>Observa-se que se enfatiza a identidade coletiva criada por grupos e não a identidade social criada por estruturas sociais que preconfiguram certas características dos indivíduos. Os atores produzem a ação coletiva, nos dizeres de Melucci, porque são capazes de se autodefinir, a si mesmos e a seu relacionamento com o meio ambiente. Não se trata de um processo linear mas de interação, negociação, e de oposição de diferentes orientações. O grande destaque será para a lógica que cria a identidade coletiva que permeia as ações do grupo. (Gohn, 2012, p. 123)</p>

Fonte: Gohn (2012)

Desde o conceito de cultura sendo reiterado e transformado pelas práticas sociais e enunciativos culturais, por meio dos discursos (jurídico, pedagógico, político, clínico, religioso, social), até a ação coletiva e identidade coletiva sendo protagonistas da novidade dos NMS, sua organicidade cumpre também papel importante na questão da identidade e todos seus signos. O

conceito de identidade dentro dos NMS cumpre o papel de identificação e defesa de suas características, que são difusas, e ao mesmo tempo partem das mesmas diferenças e semelhanças produzidas. Tal familiaridade dentro da ação coletiva se torna o diferencial dos NMS, pois seus “atores podem tomar consciência de sua capacidade para criar identidades e relações de poder envolvidas nesta construção social” (Cohen, 1985, p. 694).

Em difusão com suas identidades coletivas, na contemporaneidade os coletivos LGBTQTs+ usam as políticas identitárias e pós-identitárias na efetivação dos direitos sociais por meio de suas ações e abordagens diferenciadas, seu agir insubmisso possibilita que a grande massa bem como as políticas estatais reconheçam sua força de organização coletiva. As ferramentas diversas, como a mídia, a arte, os encontros de base e análise de conjuntura promovem energias capazes de mover e desestabilizar cânones normativos e discriminatórios. A luta é pela sua existência.

Melucci (1989, p. 61) compartilha que as proliferações dos coletivos sociais na contemporaneidade buscam a solidariedade afetiva em suas causas comuns, o desenvolvimento sistemático dos conflitos e o rompimento e desestabilização com os limites do sistema capitalista, nesse sentido, o movimento social hoje busca “uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática na inovação cultural”.

Os autores Johnston, Laraña e Gusfield (1994) elencam oito características para o entendimento dos NMS, sendo elas:

- 1 – Não há clara definição do papel estrutural dos participantes. Há uma tendência para a base social dos NMS transcender a estrutura de classes. (Johnston *et al.*, 1994, p. 07-08).
- 2 – As características ideológicas nos NMS apresentam nítido contraste com os movimentos da classe trabalhadora e com a concepção marxista de ideologia, como elemento unificador e totalizador da ação. Os NMS exibem uma pluralidade de ideias e valores e têm tendências a orientações pragmáticas e para a busca de reformas institucionais que ampliem o sistema de participação de seus membros no processo de tomada de decisões. (Johnston *et al.*, 1994, p. 07-08).
- 3 – Os NMS envolvem a emergência de novas dimensões da identidade. (Johnston *et al.*, 1994, p. 07-08).
- 4 – a relação entre individual e o coletivo é obscurecida. (Johnston *et al.*, 1994, p. 07-08).
- 5 – os NMS envolvem aspectos pessoais e íntimos da vida humana. (Johnston *et al.*, 1994, p. 07-08).
- 6 – Há o uso de técnicas radicais de mobilização de ruptura e resistência que diferem fundamentalmente das utilizadas pela classe trabalhadora, como a não violência, a desobediência civil etc. (Johnston *et al.*, 1994, p. 07-08).
- 7 – A organização e a proliferação nos NMS estão relacionadas com a crise de credibilidade dos canais convencionais de participação nas democracias ocidentais. (Johnston *et al.*, 1994, p. 07-08).

8 – Os NMS organizam-se de forma difusa, segmentada e descentralizada, ao contrário dos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados. (Johnston *et al*, 1994, p. 07-08).

Com a produção de novos códigos culturais, identidades coletivas e identitárias e por meio de movimentos plurais de representação não linear e dogmática, os NMS se erguem contra as estruturas dominantes de base capitalista, transformando o cenário da cultura, das diferenças, das desigualdades, das hierarquias e estruturas do saber, pontuando-se, ou como poeticamente ou talvez sarcasticamente canta Caetano (1984) “Índios e padres e bichas, negros e mulheres e adolescentes, fazem o carnaval”.

Como afirma Santos (1999, p. 265):

Os NMS são sinal de transformações globais no contexto político, social e cultural da nossa contemporaneidade e, por isso, os seus objectivos serão parte permanente da agenda política dos próximos anos, independentemente do sucesso, necessariamente diverso, dos diferentes movimentos concretos.

A energia emancipatória das políticas coletivas identitárias e pós-identitárias revelam as novas agendas globais, incorporam novos códigos e signos de identidade e diferença, planejam e subvertem lógicas discriminatórias, organizam e desorganizam, produzem resistências, sejam elas nas mentalidades da massa, na criação ou revisão de Leis e códigos morais. A ação coletiva “se dá frequentemente entre o tempo e a narrativa historicista, teleológicos ou místicos, do tradicionalismo – de direita ou de esquerda – e o tempo deslizante, estrategicamente deslocado, da articulação de uma política histórica de negociação (Bhabha, 2013, p. 70).

3.2 A pedagogia dos movimentos sociais LGBTs+ em rede social

As novas demandas de uma sociedade do conhecimento trazem consigo os enquadramentos do sistema neoliberal, de base capitalista, dessa forma, sua razão de mundo redesenham o cenário das grandes empresas, definem novos comportamentos e habilidades, mediante a “intelectualização” do sistema produtivo e profissional. Sendo assim, as ações pedagógicas vão se adaptando a processos de subjetivação (e também objetivas) e produção de conhecimento.

É dentro desses vários contextos que a contemporaneidade é evocada de sociedade do conhecimento, pedagógica, que participa dos processos de globalização e da terceira revolução industrial, ao se utilizar das mais sofisticadas e inovadoras tecnologias e o seu uso constante em uma também sociedade do consumo. Tais mudanças são acionadas por processos de novas

demandas sociais, percorrendo o caminho histórico das lutas de classes e das emancipações de raça, gênero e sexualidade.

As novas demandas de uma sociedade do conhecimento trazem consigo os enquadramentos do sistema neoliberal, de base capitalista, dessa forma, sua razão de mundo redesenham o cenário das grandes empresas, definem novos comportamentos e habilidades, mediante a “intelectualização” do sistema produtivo e profissional. Sendo assim, as ações pedagógicas vão se adaptando a processos de subjetivação (e também objetivas) e produção de conhecimento.

Varela (1994) destaca o discurso pedagógico em nossa época a partir do confronto com os saberes pedagógicos vividos e oficializados na época do Renascimento, onde propõe que a modernidade continua com os mesmos passos conceituais dos séculos anteriores, só que vestidos de outras performances, com saberes específicos, modos de subjetivação e identidades sociais.

Nesse jogo de poder, as instituições educacionais celebram a pedagogização do Conhecimento, que segundo a autora, cria novas formas específicas de educação – ao distinguir a criança e o aluno dentro das instituições escolares. O caminho para a criação de novas instituições escolares surgiram do grande poder da igreja católica e seus membros mais fiéis – os jesuítas. Os saberes vão sendo construídos a partir de visões humanistas e moralistas, dentro dos glamorosos colégios católicos.

Há um controle dos saberes e uma busca pelas capacidades infantis em adquirir os conhecimentos ali celebrados em sua energia disciplinar. Tais saberes eram acionados pela banalização e censura da cultura clássica (que era estudada por diferentes níveis) pela cultura cristã. Os jesuítas, possuidores do conhecimento, eram vistos como autoridades morais, que ensinavam, como exemplo de sua própria existência, as boas letras e as virtudes necessárias. Usavam uma série de procedimentos e técnicas, que foram aperfeiçoando mediante observação e aplicação nos alunos.

Os saberes são pautados em sua natureza moralizada e moralizante, e os alunos nesse jogo de poder perdem sua autonomia, são acionados pelos jesuítas como corpos capazes de novas extrações de saberes e refinamento de suas técnicas. Dessa forma, nasce a ciência pedagógica, fruto da pedagogização dos saberes, tal conceito ressoou também em outras instituições, como bem explica Varela (1994):

Quadro 5 – A Pedagogização do Conhecimento

Aquisição dos saberes	<ul style="list-style-type: none"> • A aquisição desses saberes moralizados não exigia uma cooperação – como acontecia, por exemplo, com a aprendizagem de ofícios – entre mestres e aprendizes, destinada a materializar-se numa obra bem feita. Os mestres passaram a ser únicos detentores do saber e os estudantes viram-se relegados a uma posição de subordinação, converteram-se em sujeitos destinados a adquirir os ensinamentos dosificados transmitidos por seus professores para convertê-los, também a eles próprios, em seres virtuosos. (Varela, 1994, p. 89).
Os saberes verdadeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Os saberes que possuíam os professores eram saberes verdadeiros, que não remetiam a processos sociais, mas a outros saberes, aos textos dos autores clássicos, descontextualizados e censurados, sempre em consonância com a reta doutrinária da Igreja e a tradição católica. Eram saberes desvinculados das urgências materiais, dos problemas sociais, saberes que se pretendiam neutros e imparciais. Desse modo, os saberes ligados ao mundo do trabalho, às lutas sociais, às culturas de determinados grupos ou classes sociais, começaram a ficar marcados pelo estigma do erro e da ignorância e viram-se desterrados do recinto sagrado da cultura culta que, com o passar do tempo, converte-se na cultura dominante e reclamou para si o monopólio da verdade e na neutralidade. (Varela, 1994, p. 89).
Disciplina e moralização	<ul style="list-style-type: none"> • Implicou a instauração, progressivamente aperfeiçoada, de uma aparato disciplinar de penalização e de moralização dos colegiais, que ligou a aquisição da verdade e da virtude à ascese e renúncia de si mesmo. Foi desse modo que a disciplina e a manutenção da ordem nas salas de aulas passaram a ocupar um papel central no interior do sistema de ensino até chegar praticamente a eclipsar a própria transmissão do conhecimento. (Varela, 1994, p. 89).

Fonte: Varela (1994).

No caminho de reorganização dos próprios saberes, baseado nos escritos de Foucault, Varela chama a atenção para o poder do Estado em articular-se e apropriar das técnicas e sistematizações da pedagogização disciplinar e governar os sujeitos, por meio também da economia política. O poder político e sua luta econômica – pelo saber - pode ser elaborado em quatro procedimentos, segundo Varela (1994):

- Mediante a eliminação e desqualificação do que se poderia denominar pequenos saberes inúteis e irreduzíveis, ou economicamente muito custosos. (Varela, 1994, 90).
- Mediante a normalização desses saberes para adaptá-los uns aos outros, fazer com que se comunicassem entre si, eliminar as barreiras do secreto da limitação geográfica e técnica, em suma para tornar intercambiáveis não apenas os saberes, mas também seus possuidores. (Varela, 1994, 90).
- Mediante sua classificação hierárquica, que permitiu de algum modo que se ordenassem, desde os mais particulares e materiais (que a partir de então serão os saberes subordinados), até os mais gerais e formais (que são as formas mais desenvolvidas e norteadoras). (Varela, 1994, 90).
- Mediante sua concentração piramidal que permitiu seu controle, assegurou as seleções e possibilitou a transmissão, de baixo para cima, de seus conteúdos e, de cima para

baixo, das direções de conjunto e das organizações gerais que se queriam impor. (Varela, 1994, 90).

Nesse percurso, a reestruturação do campo do saber foi tomado por diferentes áreas do conhecimento, que evocavam um conjunto de iniciativas, práticas, instituições e agentes legítimos. O caminho possibilitou o desbloqueio epistemológico das diferentes concentrações e áreas do saber, como também produziu o desaparecimento de outras e a proliferação de novos. O discurso legítimo do saber passa então a criar regras internas, posicionar os seus critérios e desestabilizar o não saber científico, como também a construção de sua disciplina pela ciência global - e sua divisão, comunicação, classificação e hierarquização dos saberes, diz Varela (1994, p. 91):

Essa especialização dos saberes, a busca de limites próprios, definidos fundamentalmente em oposição a outras identidades disciplinares também fechadas, não apenas explica que, a partir do século XIX, os saberes nascidos à margem das instituições consideradas legítimas (muito especialmente a universidade) encontrassem muito dificilmente um lugar nesta nova disposição das ciências, mas também que em nome da especialização se criassem as condições para que desaparecesse para sempre a figura do homem universal.

Mediante a disciplinarização dos saberes e novos modos de subjetivação bem específicos, a formação da ordem capitalista, no século XVIII cria um novo sujeito – capitalista – capaz de buscar em suas realizações individuais profissões e vocações cabíveis com sua personalidade, mentalidade e racionalidade. Tal sujeitamento vê-se embasado pelas tecnologias disciplinares, que buscavam sujeitos dóceis e úteis. Suas técnicas eram baseadas no adestramento, individualização e máximo aproveitamento das forças produtivas das pessoas, bem como a busca pela extração dos saberes e a determinação biológica de sua natureza.

Enuncia Foucault (1999, p. 164):

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”.

O mesmo poder disciplinar que adentra e busca a individualização dos sujeitos dentro da economia dos Estados aciona os exames escolares, em suas generalizações, como sanção normalizadora e vigilância hierárquica, segundo Varela (1994), tal poder foi aos poucos perdendo sua capacidade de exterior em volta dos corpos para se tornar um poder coercitivo

interior – dentro dos colégios e instituições escolares, o que fundamentou a aprendizagem a partir das capacitações e aptidões dos alunos, responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso.

Na operação intrínseca em manter seu status de conhecimento legítimo, a pedagogização do conhecimento e a disciplinarização interna dos saberes buscou desqualificar qualquer possibilidade de insurreição de seu poder disciplinar. Porém as resistências são evocadas e saberes alternativos, saberes outros, polimorfos, fragmentários, são acionados pela memória história e social – e em sua arqueologia insubmissa, enfrenta os saberes tidos como legítimos, oficiais, (códigos, teorias) e põem em xeque os interesses em jogo.

Segundo Varela (1994, p. 93), os saberes pedagógicos são:

Processos que levaram à pedagogização dos conhecimentos e à disciplinarização interna dos saberes. Estas classificações e hierarquizações de sujeitos e saberes costumam, em geral, ser aceitas como algo dado, como naturais, razão pela qual seu reconhecimento contribui para aprofundar sua lógica de funcionamento. A ciência pedagógica acrescenta uma volta de parafuso nesses processos, ao mesmo tempo em que é ela própria produto deles, a pedagogia racionaliza, em geral, uma certa organização escolar e certas formas de transmissão sem questionar nunca a arbitrariedade dessa organização.

Alguns pontos para o debate tornam-se fundamentais para entendermos as dificuldades e obstáculos produzidos à séculos pelo discurso pedagógico da disciplinarização dos saberes e sua pedagogização do conhecimento. O debate pode ser feito buscando a indissociabilidade entre teoria e prática, a formação contínua e crítica dos agentes escolares, e os saberes acadêmicos e sociais/culturais como parte fundamental para o entendimento da dinâmica local de cada escola/região.

Segundo Silva (1999, p. 11):

Da perspectiva do pós-estruturalismo, hoje predominante na análise social e cultural, é precisamente esse viés representacional que torna problemático o próprio conceito de teoria. De acordo com essa visão, é impossível separar a descrição simbólica, linguística da realidade – isto é, a teoria – de seus “efeitos de realidade”. A “teoria” não se limita, pois, a descobrir, a descrever, a explicar a realidade: a teoria estaria irremediavelmente implicada na sua produção. Ao descrever um “objeto”, a teoria, de certo modo, inventa-o. O objeto que a teoria supostamente descreve é, efetivamente, um produto de sua criação.

Em uma nova dinâmica de sociedade pós-disciplinar, a organização escolar, por meio do currículo, dos programas e das matérias e unidades temáticas se veem dentro da disciplinarização dos saberes – uma vez que o controle dos saberes e dos sujeitos são revestidos de outros significados e códigos, como a psicopedagogia e a psicologia evolutiva e genética que dita e constroem modelos prontos de como a criança – em sua individualização e socialização deve crescer e prosperar. Varela (1994) chama atenção para esses “estágios”, uma vez que

fabricam quais serão as capacidades e estágios de desenvolvimento que cada criança poderá vivenciar. Caminho esse produzido por um discurso pedagógico e clínico poderoso, que tem em seu episteme a aprovação universal e desenvolvimento mental.

Varela (1994, p. 94) argumenta:

Na atualidade, o uso unilateral dos códigos psicológicos se constitui no principal e inquestionado obstáculo epistemológico que nos impede de avançar na busca de novos modelos de transmissão, nos quais o importante não seja mais tanto a reprodução do já sabido quanto as respostas a novas interrogações, a novos problemas que exigem a utilização de conceitos e método abertos à exploração e à indagação científica.

No rompimento ou confronto com a pedagogização e disciplinarização do saber e do conhecimento, adquiridos e evocados pelos processos psicopedagógicos, Varela (1994, p. 95-96) nos convida a pensar algumas propostas que visam o desconforto para podemos pensar novas possibilidades de reflexão por meio de mudanças necessárias e urgentes. É possível uma reversibilidade do discurso, que cause mudanças democráticas, que se utilize de novas formas de indagação e que denuncie as explorações, preconceitos, racismos e a LGBTfobia contidas historicamente nas instituições escolares, buscando novos saberes e práticas, compreendendo a sua lógica interna do seu funcionamento em suas diferentes concepções de sociedade e sujeito a partir da indissociabilidade de teoria e prática (saberes gerais, teorias científicas, saberes locais e saberes práticos/técnicos); inter-relação entre a cultura dominante e a cultura culta (formação de sujeitos críticos, a escola como espaço para libertação); normas formas de pensamento, conhecimento, criticidade – uma insurreição dos saberes e novas formas de subjetividade. E que a pedagogia tradicional e a pedagogia renovada encontrem poder em novas formas de conhecimento e saber – mediante uma pedagogia mais radical, que cria e celebra novas subjetividades.

Dessa forma, a educação é concebida como uma atividade humana, que evoca os sentidos e os processos do saber por meio das práticas educativas e pedagógicas, possibilitando o reconhecimento da vida e sua profunda teorização de nossas existências, tanto individuais como coletivas. Suas ações, estruturas, procedimentos e influências promovem, por meio da comunicação, e da experiência, os diferentes saberes necessários para as mobilizações humanas e suas transformações sociais, culturais, pedagógicas e etc.

Segundo Souza (2007, p. 26):

Nossa hipótese fundamental de trabalho é a de que uma atividade ou uma situação tem um potencial educativo ou pode contribuir para a educação do ser humano, especificamente, se garantir condições (subjetivas, mas também umas tantas objetivas) para sua humanização. Trabalhamos com a convicção de que a educação, inclusive a escolar, pode contribuir com a construção da humanidade do ser humano.

O verbo educar se consolida como uma prática que busca nas pessoas a humanização de forma integral, e tal processo só é possível se a educação comprometer-se com a memória histórica das lutas sociais e da crítica aos modos de como vivemos e compartilhamos os saberes. Mediante diferentes vidas e grupos que vivemos, a educação é um privilégio colonial de uns e busca incessante de outros, um direito vivo, um sopro de esperança de muitos. Dentro dessa dicotomia, a educação é uma tarefa das humanidades, pois a mesma denuncia as injustiças sociais, tira a máscara das explorações históricas e atuais, evoca o conhecimento como possibilidade democrática de traduzir as experiências em formas de vida.

Mediante as contribuições de Souza (2007), os processos educativos pretendem também buscar os seguintes desafios e objetivos:

- Resgatar a identidade social e cultural dos indivíduos e dos grupos como expressão de suas diferenças e riquezas simbólicas e materiais para a construção de um mundo humanizado. (Souza, 2007, p. 40);
- Valorizar o diálogo entre homens e mulheres como meio necessário para a construção de um mundo mais humano. (Souza, 2007, p. 40);
- Compreender que todos os saberes (científicos, religiosos, culturais) conformam riquezas simbólicas enquanto dimensões do ser humano. (Souza, 2007, p. 40).

Os saberes pedagógicos são traduzidos em ações educativas, que por sua vez, evocam novos saberes, criando o caos do conhecimento, tal caminho epistemológico possibilita uma ecologia de saberes (Santos, 2006), uma reconção (Souza, 2004) do saber, uma reinvenção e emancipação, energias essas capazes de elucidar novas capacidades de construção e desconstrução, humanização e desumanização.

Justifica Freire (1996, p. 51):

É a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor.

As ações educativas e suas diversas aprendizagens são concebidas por meio do caos do conhecimento, dos confrontos e dos murmúrios. Confrontar novas e velhas formas de pensar e estar no mundo, buscar sempre emocionar-se no processo, agir na certeza e na possibilidade da criação do novo, do bem, da ética e da justiça, da criticidade e da humanização.

Entendem a educação como atividades culturais para o desenvolvimento da cultura, contribuindo para superação das negatividades de todas e quaisquer culturas, e para a formação e impulso de suas positivities tendo em vista a construção da humanidade de todos os seres humanos em suas diferentes feições, em todos os quadrantes da pós-modernidade/mundo (Souza, 2007, p. 27).

O caos do conhecimento cria tensões e reações que são fundamentais para as ecologias pedagógicas, discursivas. Evoca Santos (2004, p. 20) “Não há educação”! sem conflito de ideias, pensamentos, opiniões, emoções e atitudes mediante à vida. “Educamo-nos”!.

O movimento LGBT+ brasileiro vem buscando trabalhar o caminho pedagógico por meio de espaços não-escolares, ampliando a visão de uma educação voltada apenas aos moldes convencionais e institucionais. Nesse percurso, conceitos e discursos sobre educação se ampliam, para além de um conhecimento sistematizado e conteudista sobre determinado saber. Segundo Ferrari (2004, p. 107):

O objetivo do movimento é a construção dos sujeitos, responsável pelas mudanças de visões, posturas, hábitos, transformação das pessoas a partir de um conhecimento de si e do mundo. De forma consciente que o movimento gay surgiu a partir de uma preocupação com o entendimento do mundo (...) e com a demanda de desconstruir as identidades homossexuais cristalizadas em busca de novas possibilidades de vivências mais positivas.

A abordagem de uma educação voltada para as experiências individuais e coletivas em busca de processos de humanização entre os seus pares também pode ser vista por Fleuri (2013), quando o mesmo reitera que uma educação voltada para os movimentos sociais busca a indissociabilidade entre as questões de diferença, cultura e identidade.

Em todos estes movimentos sociais e educacionais que propõem a convivência democrática entre diferentes grupos e culturas, em âmbito nacional e internacional, assim como a busca de construir referenciais epistemológicos pertinentes, o trabalho intercultural pretende contribuir para superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância ante o “outro”, construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural. Trata-se, na realidade, de um novo ponto de vista baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento da paridade de direitos (Fleuri, 2003, p. 16-17)

Já segundo as contribuições de Gohn (2012), às concepções históricas entre educação e movimentos sociais partem do objetivo de garantir os processos de cidadania. No decorrer da história, a cidadania estava envolta de pressuposto dicotômicos, uma vez que o liberalismo econômico e sua concepção de política sujeitava a classe trabalhadora como lugar da irracionalidade, portanto, inferior ao sujeito burguês que acreditava em sua capacidade racional de lidar com os dilemas sociais e políticos da época, portanto, digno de uma educação.

No século XVIII, a concepção de cidadania muda, por meio das contribuições dos ideais iluministas e também do capitalismo, que buscava desenvolver no sujeito moderno a criticidade histórica por meio de sua evolução (espírito) e autonomia (razão). Era preciso modificar a ordem social e política, dessa forma, a cidadania adquire um caráter educativo e em meio às

lutas sociais, foi evocado a busca por controle mediante mecanismo de coerção social. Afinal de contas, uma população instruída se consolida como um cidadão passivo e obediente.

Como defende Gohn (2012, p. 18):

Não importava o povo como sujeito político – tal como preconizavam os ilustrados. O que interessava era que as massas se tornassem ordeiras no seu convívio social, no “seu devido lugar”. O essencial era não instruir, racionalizar o indivíduo, mas racionalizar a vida econômica, a produção, o tempo das pessoas, o ritmo dos corpos, a disciplina das mentes. Ou seja, a única educação que interessava era a formação e produção da mercadoria para o trabalho.

Ou seja, a cidadania é usurpada do seu sentido clássico e passa a ser concebida como uma obrigação moral da população, buscando os mecanismos e táticas de disciplinamento para o bem estar no convívio social. Tal conjunto de poder se consolida no século XIX, que por meio de diversas práticas pedagógicas, utiliza um arsenal de estratégias de persuasão e responsabilização moralizante para com o sujeito – cidadão esse responsável pelo seu futuro.

No século XX a noção de cidadania vincula-se ao Estado, que por sua vez adquire o status de organizador da sociedade – os direitos dos indivíduos passam a ser regulados pelo Estado. A educação nesse conjunto busca nos sujeitos a instrumentalização técnica para a produção insaciável do capitalismo e claro, o cidadão como pessoa civilizada, longe das barbáries das guerras.

Outro ponto importante é a consolidação da cidadania coletiva, que em sua agenda evoca as lutas sociais no caminho de garantir o direito à cidadania em suas várias possibilidades de direitos. Seus interesses buscam as demandas populares, as experiências de luta como bandeira de insubordinação e o exercício pleno e completo da cidadania. As vozes coletivas são de mulheres em suas diversas lutas identitárias, as questões de raça e a luta contra o racismo estrutural, como a luta por reconhecimento identitário da população LGBTQ+, entre outras manifestações coletivas. A cidadania coletiva evoca novos sujeitos históricos, que desestabilizam as concepções patriarcais, sexistas, racistas e LGBTQófobas, suas experiências surgem como prática educativa que constrói novas formas de saber e novas formas de lutas e combates às opressões.

Segundo Lage (2013, p. 34):

Os elementos subjetivos presentes na construção destes novos sujeitos emergem dentro da vivência da luta, que é um processo intenso e de transformação radical., no qual estão presentes muitos elementos como a militância, a mobilização política, o enfrentamento do cotidiano, a construção de um sonho partilhado e lutando coletivamente, representado pelas conquistas de direitos. A educação conjugada com processo de luta coletiva é sem dúvida um processo formativo onde as pessoas vão se descobrindo seres humanos, vão se construindo sujeitos de direitos, a partir da luta pela sua própria cidadania.

Nesse cenário, Gohn nos apresenta três possibilidades de entendimento do caráter educativo dos movimentos sociais, que fogem dos cânones pedagógicos que instrumentalizam e pedagogizam o conhecimento em saberes escolares.

Quadro 6 – Caráter educativo dos Movimentos Sociais

Caráter educativo dos Movimentos Sociais	
A dimensão da organização política	A consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta, leva concomitante à organização do grupo. Esse processo não se dá espontaneamente e dele participam vários agentes. (Gohn, 2012, p. 22).
A dimensão da cultura política	O exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro. Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente. (Gohn, 2012, p. 23).
A dimensão espacial-temporal	A consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas de população, no presente e no passado. [...] Esta dimensão possibilita uma grande articulação entre o chamado saber popular e o saber científico, técnico, codificado. As categorias tempo e espaço são muito importantes no imaginário popular. [...] Resgata elementos da consciência fragmentada das classes populares, ajudando sua articulação, no sentido gramsciano da construção de pontos de resistência à hegemonia dominante, construindo lentamente a contra-hegemonia popular. (Gohn, 2012, p. 24-26).

Fonte: Gohn (2012).

Em sua organização política, os movimentos sociais mobilizam suas forças estratégicas para conhecer profundamente os programas e projetos, da qual necessitam do seu apoio material e físico, buscando compreender sua organicidade, objetivos, metodologias e desenvolvimento. Ou seja, a dimensão política evoca nos MS a consciência de qual projeto de sociedade é possível se identificar e trabalhar em conjunto com a esfera pública ou com redes particulares de projetos e programas sociais.

Tal processo de consciência política evoca conflitos de interesses e negociações, uma vez que as lutas coletivas partem dos saberes rebeldes, insubmissos, radicais, que incomodam a instabilidade de grupos dominantes, “não se espera o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para a obtenção do bem por ser um direito social” (Gohn, 2012, p. 22).

Em meio à dimensão da cultura política, cria-se o pensamento rebelde, insubmisso, insurgente, acredita-se na leitura do passado e na leitura do presente como possibilidade de mudança, desestabiliza qualquer possibilidade de retorno ao silenciamento – seus corpos, suas

experiências e suas identidades são celebradas – os interesses são coletivos, são vozes que precisam ecoar, murmúrios que precisam dizer algo.

Segundo Gohn (2012, p. 57):

O saber popular politizado, condensado em práticas políticas participativas, tornam-se uma ameaça às classes dominantes à medida que ele reivindica espaços nos aparelhos estatais, através de conselhos, etc. com caráter *deliberativo*. Isto porque o saber popular estaria invadindo o campo de construção da teia de dominação das redes de relações sociais e da vida social.

A prática educativa diante do processo de cultura política, dentro dos MS é acionada como lugar do discurso em ação, que cria e codifica novos saberes e novas práticas, e a pedagógica participa como instrumento no decorrer de toda discurso educativo, pois a mesma tem em sua organicidade - em técnicas, procedimentos, códigos e análises. A prática educativa vai acontecendo conforme análise de conjuntura realizada por meio das vozes dos coletivos sociais, não seguem necessariamente uma única possibilidade de metodologia de ação.

Encontramos na dimensão espacial-temporal a possibilidade de escuta e do reconhecimento do lugar onde se vive como construtores de uma coletividade solidária e afetuosa. São os encontros presenciais, virtuais, em seminários, rodas de diálogo etc., que trazem à tona a problemática a ser trabalhada e discutida. Os movimentos identitários se utilizam da dimensão espacial-temporal como lugar da celebração/resistência e ocupação dos espaços tidos como não-lugares em que possam pertencer. As mulheres em suas diversas manifestações como a “marcha das vadias”, a “marcha das margaridas”, a população LGBTQ+ em suas numerosas paradas da Diversidade – Orgulho LGBTQ+, a caminhada dos povos de terreiros, entre outras, ousam conquistar e ocupar as ruas (locais públicos), na qual são pertencentes por direito.

O que compreendemos por educação não escolar ou educação nos movimentos – EDMS – na nossa literatura científica já foi chamado de educação não formal. Até a década de 1980 seu campo de estudo e valorização não despertava interesses das políticas públicas (sociais) e da educação escolar. Seu acontecimento enquanto um novo lugar para pensar a formação humana surge a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em 1990, na Tailândia. Escreve Gohn (2011, p. 101):

Elaborou dois documentos denominados “Declaração mundial sobre educação para todos” e “Plano de ação para satisfazer necessidades básicas da aprendizagem” onde, à luz das condições particulares da América Latina e das experiências de ONGs em programas de educação na região, um quadro de novas possibilidades de trabalho foi delineado a área da educação.

Nesse período, a educação não formal – EDMS – procurou a ampliação de processos de aprendizagem para serem vivenciados e trabalhados em grupos, onde se buscava a consolidação de questões culturais e uma nova postura de cultura organizacional. Desde a conferência, entidades importantes como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância) abraçaram a ideia emergente da educação não formal, consolidando e criando projetos e programas com a mesma energia proposta pelo documento produzido na Conferência.

No documento aprovado na Conferência, as questões dos déficits de aprendizagem, a busca de novos conteúdos para a educação básica, como a indissociabilidade de teoria e prática e a busca de novos valores e atitudes são caminhos percorridos pela educação nos movimentos sociais. Nesse percurso, novas habilidades e competências são discursivamente produzidas, exige-se do trabalhador/estudante a atenção para um trabalho mais criativo; a elevação da sua autoestima; comportamento visando a solidariedade no trabalho em grupo e a velocidade mental para resolver os problemas/desafios.

Cria-se dessa forma, uma pedagogização do saber que visa qualificar o trabalhador/estudante por meio de novas habilidades, onde o mesmo deve silenciar a sua primeira formação técnica ou formativa, e buscar novas alternativas ao mercado de trabalho. Fica evidente o quanto tal política social e educacional produziu padrões de competitividade e de autogestão de sua carreira/profissão, em resumo: “todos têm de planejar e administrar suas vidas e carreiras”. (Gohn, 2011, p. 103).

Mediante a complexidade de definir os conceitos de educação, podemos distinguir, conceitualmente, a educação escolar e a educação nos movimentos sociais a partir dos estudos sistematizados de Gohn (2011) e Lage (2005; 2013):

Quadro 7 – Conceitos de Educação Escolar; Cultura Política e Educação nos Movimentos Sociais

<p>Educação Escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Abordada enquanto forma de ensino/aprendizagem adquirida ao longo da vida dos cidadãos; pela leitura, interpretação e assimilação dos fatos, eventos e acontecimentos que os indivíduos fazem, de forma isolada ou em contato com grupos e organizações. (Gohn, 2011, p. 105-106); ● Pensar conteúdos numa perspectiva crítica, orientado para trabalhar a apropriação do conhecimento, no ato mesmo de ensinar-aprender, exige criatividade e reflexão permanente, de modo a produzir um conhecimento emergente político que auxilie os sujeitos a compreenderem a realidade que os expulsou dos direitos de cidade e os mecanismos dessa expulsão. (Lage, 2013, p. 31).

<p>Cultura Política</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A inserção na vida social, orientada pela perspectiva do questionamento sobre o mundo e da ação transformadora sobre esse mundo, também cobra que o sujeito possua uma representação identitária que lhe permita suportar a dúvida sobre si mesmo, para poder visualizar outras possibilidades sobre si e sobre o mundo. Sem esta condição, estará destinado a permanecer à margem da vida em sociedade. (Lage, 2005, p. 71-72). • Modos, formas e processos de atuação dos homens na história, onde ela se constrói. Está constantemente se modificando, mas, ao mesmo tempo, é continuamente influenciada por valores de uma geração para outra. A educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente. (Gohn, 2011, p. 106).
<p>Educação nos Movimentos Sociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão do mundo, de modo a contribuir para a construção de sujeitos políticos. Dentro desta pluralidade de contextos e historicidades, expandir as fronteiras convencionais dos projetos educativos até os espaços de luta, onde estão atuando os movimentos sociais, cria formas articuladas de espaços e de saberes onde é possível conjugar processos pedagógicos com trajetórias sociais e políticas. (Lage, 2013, p. 32). • Aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. (Gohn, 2011, p. 106); • A capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. (Gohn, 2011, p. 106); • A aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos. (Gohn, 2011, p. 106); • Aprendizagem de conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. Aqui, o ato de ensinar se realiza de forma mais espontânea, e as forças sociais organizadas de uma comunidade têm o poder de interferir na delimitação do conteúdo didático ministrado bem como estabelecer as finalidades a que se destinam àquelas práticas. (Gohn, 2011, p. 107); • Educação desenvolvida na e pela mídia, em especial a eletrônica. Os educadores não têm dado muita atenção a esta modalidade. (Gohn, 2011, p. 107).

Fonte: Lage (2005;2013); Gohn (2011)

Novas formas de saber insubmissos fazem da educação nos movimentos sociais um caminho cosmopolita de compreensão da realidade e como atuar na mesma, criando e evocando novos sujeitos e sujeitas políticas e críticos, capazes de promover o debate e o confronto com qualquer possibilidade de silenciamento, opressão e subalternização de suas identidades,

comportamentos e desejos. A educação nos movimentos sociais – EDMS – constroem a formação do sujeito e sujeita políticos, forjando a capacidade de organização e luta coletiva. Nesse percurso, a pedagogia do movimento LGBTQ+ evoca a compreensão de novas subjetividades por meio de processos culturais, identitários e pós-identitários – e novas formas de existência, sejam elas criativas, individuais e coletivas.

Além disso, é importante destacar que ao realizar este trabalho de enfrentamento dos desafios postos na relação entre intimidade e sociedade, os movimentos gays podem ser entendidos como espaços educativos. Afinal, contribuem para elaborar novas formas de conhecimento para além dos seus integrantes e para além da homossexualidade. O respaldo para essa afirmação está nas palavras de Santos (2001), que entende a educação como todo campo de criação das “subjetividades paradigmáticas”, ou seja, local em que o pensamento crítico independente, de transformação emancipatória, pode e deve ocorrer (Ferrari, 2007, p. 107).

Na contemporaneidade, navegando nas redes sociais, novas compreensões do fazer educativo e pedagógico dos movimentos sociais são criados, elementos subjetivos recriados e a historicidade celebrada como memória de luta e de resistência. O agir da militância e do ativismo/artivismo são acionados pelo poder frenético das publicações nas redes sociais como o *Instagram*, *twitter*, *whatsapp* e o *Facebook*. Discursos pedagógicos, identitários e políticos são construídos, proliferados, sistematizados e compartilhados, *likes* e *deslikes* separam os públicos (os usuários) que consomem a narrativa ali evocada e aqueles que disseminam seus discursos de ódio baseados em uma rede infinita de *fake News*. Segundo Miskolci (2011), às mídias digitais que comportam os aplicativos das redes sociais, são contextualizadas como:

Uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto referem-se – ao mesmo tempo – à conexão e ao seu suporte material. Há formas muito diversas de se conectar em rede e elas se entrecruzam diversamente segundo a junção entre tipo de acesso e equipamento usado. Por exemplo, é possível conectar-se por meio do uso de rede de telefonia fixa, wi-fi ou rede celular, assim como essas formas de conexão podem se dar por computadores de mesa, portáteis, celulares ou tablete. (Miskolci, 2011, p. 12).

As redes sociais produzem vários tipos de atividade política, sejam elas coletivas ou por expressão individual. É possível evocar várias mobilizações políticas, tencionar formas democráticas e evoca o grau de autonomia de seus usuários. Seu caráter metodológico não segue necessariamente uma única forma de militância/ativismo, uma vez que as estratégias inesperadas podem surgir a qualquer momento.

Em diálogo com Costa (2018, p. 45)

A internet fornece ainda um modelo de plataforma de comunicação que permite a criação de um novo padrão organizacional articulado através da polinização cruzada, da consulta mútua e da retroalimentação. É importante observar que este padrão de

comunicação teve um efeito particularmente positivo para indivíduos com baixa renda, nos movimentos de “minorias”, e para a ação política em países em desenvolvimento.

E argumenta Castells (2012), a internet em fusão com as atividades políticas e culturais dos movimentos sociais criam uma nova cultura política e educativa, diferente das atividades voltadas para a ocupação do espaço público, onde o corpo se torna a ação política mais direta. Nesse caso em específico, um/a militante ou ativista pode começar uma pauta importante em suas redes sociais, impactando seus seguidores, que consomem suas publicações, sem necessariamente estar vinculado a grupos ou coletivos sociais. O próprio militante/ativista se torna sujeito de sua luta e representatividade, com autonomia, valores e discurso próprio. Como comenta Scherer-Warren (2011, p. 25):

Uma política de experiências até pode renovar as formas de representação, mas essa só terá um cunho libertador se for acompanhada de uma política de reconhecimento, e, por sua vez, o reconhecimento só se efetiva na práxis política se for acompanhado de uma política de autorrepresentação.

Os movimentos sociais em rede provocaram nos militantes/ativistas o enfrentamento ao medo e qualquer possibilidade de insubmissão, violência e negação dos seus direitos. As questões de mudança social e a busca de novas mentalidades rebeldes, por meio da comunicação das redes, resultam em sentimentos de pertencimento, indignação e esperança. Alguns pontos levantados por Castells (2011) evidenciam a importância das redes sociais movimentando e criando novos fazeres políticos, culturais e educativos nos movimentos sociais.

- *Están conectados en red de numerosas formas.* (Castells, 2011, p. 212);
- *Se convierten en movimiento al ocupar el espacio urbano.* (Castells, 2012, p. 212);
- *Espacio de la autonomía* (Castells, 2011, p. 213);
- *Los movimientos son locales y globales a la vez* (Castells, 2011, p. 213);
- *El tiempo atemporal.* (Castells, 2011, p. 213);
- *Espontáneos en su origen, desencadenados por lo general por una chispa de indignación* (Castells, 2011, p. 214);
- *Los movimientos son vilares* (Castells, 2011, p. 214);
- *La transición de la indignación a la esperanza se consigue mediante la deliberación en el espacio de la autonomía.* (Castells, 2011, p. 2014);
- *La Unidad* (Castells, 2015, p. 215);
- *Son movimientos altamente autorreflexivos.* (Castells, 2011, p. 216);
- *Son movimientos no violentos.* (Castells, 2011, p. 216);
- *Estos movimientos raramente son movimientos programáticos* (Castells, 2011, p. 217);
- *Con el objetivo de cambiar los valores de la sociedad.* (Castells, 2011, p. 217);
- *Son muy políticos en su sentido fundamental.* (Castells, 2011, p. 218).

Os movimentos sociais em rede tencionam também o fazer político de movimentos sociais mais tradicionalistas, que seguem uma estrutura de ONGs ou uma associação, na qual designam líderes, presidentes, entre outros, que possuem a função de decisão. Sua organicidade e inovação é a autonomia dos seus integrantes, uma vez que sua autonomia é celebrada como

cultura da liberdade e prática do fazer político por meio de suas experiências, que também seguem as mesmas ou parecidas dores, angústias ou submissão de outros sujeitos. A autonomia política das redes sociais evoca o sujeito como protagonista de sua narrativa, de sua vida, de suas dores e experiência, compartilhada com outros, transforma-se em práticas coletivas de liberdade. Streck (2012) comenta que a “emergência de novos sujeitos representaria uma espécie de *terremoto epistemológico*, pondo em cheque, de formas diferentes, a relação sujeito-objeto e trazendo, junto com as novas formas de ação, outras formas de conhecer” (Streck, 2012, p. 254). Scherer-Warren corrobora, dessa forma, elencando três possibilidades de intervenção, onde se exige:

Buscar na realidade dos sujeitos sociais a inter-relação entre três dimensões necessárias ao desenvolvimento de uma reflexão crítica e emancipatória nos movimentos sociais: a dimensão das condições materiais de existência (desigualdade, pobreza, desemprego, segregação espacial); a dimensão das condições simbólicas de sua reprodução (estigma, discriminação, desvalorização pessoal e coletiva); e as condições políticas decorrentes (subcidadania, precariedade no plano dos direitos humanos, desempoderamento) (Scherer-Warren, 2011, p. 35).

Em meio aos discursos produzidos pelo Movimento LGBTQ+ brasileiro nas redes, a sua linguagem rápida e acessível é produzida por características próprias, suas publicações nas redes sociais são vistas e reproduzidas por milhares de seguidores. Tal caminho pode se tornar também hostil, uma vez que a internet se comporta como um território onde tudo se compartilha, e os discursos produzidos afetam tanto o público alvo que o texto ou relato foi produzido, como aqueles que usam da plataforma para destilar sua rede de ódio e violência.

Os discursos digitais também produzem publicações que fomentam novas compreensões, debates e enfrentamentos sobre temas importantes para o movimento LGBTQ+, como a questão da identidade, pós-identidades, identidades de gênero, pluralidades e performances, reposições identitárias, binarismos de gênero, questões interseccionais e novos ativismos que se transformam em potenciais instrumentos de luta e organização política.

Diz Costa (2018, p. 56):

Os coletivos lésbicos são a prova do potencial das redes para a criação de circuitos que permitem a afirmação de identidades, outrora sem espaços possíveis de expressão livre e em grande escala. [...] Essa mesma lógica vale para o movimento trans, cuja visibilidade aumentou de modo exponencial e irrevogável nos últimos anos. São exemplos a página do Facebook Transfeminismo, com mais de 20 mil seguidores, e o perfil Travesti Reflexiva, da estudante de psicologia Sofia Favero, com mais de 190 mil.

Em meio as *HASHTAGS* (#), das principais redes sociais do Movimento LGBTQ+ como também perfis autônomos de ativistas/artivista e/ou militantes LGBTQs, ou grupos de pesquisas

de Universidades, entre outros, os relatos pessoais ou vivências em espaços públicos, produzidos em vídeos ou fotos que “viralizam”, realizam comoções e afetam as várias camadas dos sujeitos ali envolvidos. As *hashtags* surgiram no seio da publicidade, e trazem consigo a capacidade orgânica e inovadora de usar as redes sociais para disseminar novas formas de resistência e confronto com qualquer possibilidade de injustiça social e negação de direitos.

Castells (2012, p. 223) afirma:

Los movimientos sociales en red, como todos los movimientos sociales de la historia, llevan la marca de su sociedad. Están constituídos en gran medida por individuos que viven con facilidad con las tecnologías digitales en el mundo híbrido de la virtualidad real. Sus valores, objetivos y estilo organizativo hacen referencia directa a la cultura de la autonomía que caracteriza a las jóvenes generaciones de un joven siglo. No podrían existir sin Internet. Pero su importancia es mucho más profunda.

Encontramos também o ataque feroz e ideológico aos movimentos sociais, que buscam sua criminalização. *Hates* produzem um arsenal de *Fake News*, ancorados e celebrados por instituições políticas que flertam com o fascismo político. Segundo Mondaini (2013), a criminalização dos MS trazem consigo três momentos importantes e perigosos para o confronto:

A criminalização/o silenciamento dos sujeitos sociais historicamente explorados e oprimidos na sociedade brasileira a espetacularização de suas estratégias cotidianas. A criminalização/silenciamento dos movimentos sociais que lutam pelos direitos humanos desses sujeitos sociais; A redução ao extremo dos espaços de pluralismo existentes no campo do debate intelectual. (Mondani, 2013, p. 09-10.).

O Movimento LGBTQ+, bem como outros em rede, lutam constantemente contra as opressões políticas enraizadas em nossa sociedade, ativistas ou militantes, movimentos identitários – tradicionais ou contemporâneos, evocam no cotidiano a democracia e o sentimento de mudança radical contra qualquer forma de submissão, violência ou silenciamento. De esta forma, “el amor entre el activismo social y el reformismo político no parece imposible: simplemente se oculta a la vista del público mientras las ciudadanos dudan entre deseo y resignación” (Castells, 2012, p. 227).

4 “ALVORÇO EM MEU CORAÇÃO” EMERGÊNCIA DA HOMOSSEXUALIDADE

Segundo Foucault (199), a construção do saber em torno da homossexualidade feminina e masculina foi discursivamente fabricada no século XIX, e não evocada como uma “nova” identidade em descoberta. As práticas ou estilo de vida homossexual eram práticas comuns nas sociedades, no século XVI, por exemplo, a confissão¹⁷ de uma atividade ou prática homossexual/homoerótica era uma atividade rotineira dentro do Cristianismo. No século XX em diante, torna-se homossexual era categorizado como estilo ou “opção” a heterossexualidade, caracterizava-se como uma identidade anormal¹⁸, perversa.

Entre os séculos XII e XVI a confissão da sexualidade era feita mediante confissão do penitente sobre os pecados carnis que o mesmo realizou, dentre as inúmeras possibilidades, como estupro e sexo fora do casamento, o que nos interessa aqui é a sodomia, na qual era aacionada como não legítima, assim como a masturbação. Há uma mudança na confissão a partir do século XVI, o padre se manterá o mais longe possível da confissão de pecado da carne do penitente, e esse deverá ser dito de forma que o padre antecipe as respostas por meio de técnicas diversas. O que entrará em jogo aqui, nessa nova confissão da sexualidade, são os jogos simbólicos e performáticos da confissão do penitente: seu corpo, sua fala, seus gestos, seus futuros pensamentos, tudo isso será julgado no tribunal da confissão católica. A partir do século XVII a confissão torna o corpo como centro do pecado: o contato do penitente com o seu corpo, os toques, a visão, os objetos, a linguagem utilizada, tudo isso será investido pelo pecado da carne. O corpo do penitente investido de desejo e prazer, e como ordem primária: a masturbação.

Na visão de Foucault, a ideia é que os modos e estilos de vida homossexual sejam baseados na amizade e em criações de espaços cosmopolitas onde as trocas, as conversas, os olhares e os afetos sejam uma postura ética e estética de conhecimento de si. Ali, no interior

¹⁷ É o corpo e todos os efeitos do prazer que nele têm sua morada, é isso que deve ser agora o ponto de focalização do exame de consciência quanto ao sexto mandamento. As diferentes infrações às leis relacionais no que concerne aos parceiros, a forma do ato, enfim todas essas coisas que vão da fornicção à bestialidade, tudo isso não será mais que o desenvolvimento, de certo modo exagerado, desse primeiro e fundamental grau do pecado que a relação consigo e a própria sensualidade do corpo constituem. Compreende-se então, a partir daí, como se dá outro deslocamento importantíssimo. É que, agora, o problema essencial não vai ser mais a distinção que já preocupava os escolásticos: ato real e pensamento. Vai ser o problema: desejo e prazer. (Foucault, 2001, p. 239).

¹⁸ Segundo o manual de psicopatias sexuais (Heinrich Kaa), a anormalidade sexual pode ser vista em primeira instância na fase da criança masturbadora, do onanismo e do uso da imaginação mediante signos diversos e subversivos. Tal manual inaugurou como a ciência médica psiquiátrica catalogou todas as sexualidades e suas emergências, bem como suas formas dissidentes de ser e estar no mundo.

dessas trocas deve prevalecer laços sociais de afetividade e de uma normalidade que seja baseada nas relações sociais, na interpretação do corpo, de novos desejos e prazeres. Foucault defende a ideia de que a homossexualidade fabricada como identidade criou uma “espécie” nova - o homossexual masculino e feminino, dotado de desejo perverso para as instituições sociais.

Segundo Foucault (1999, p. 42-43):

Torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, mas como natureza singular. [...] A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.

A nova “espécie” forjada discursivamente nos centros psiquiátricos, na pedagogia, no direito, na biologia, psicologia e no controle do Estado (demografia) ameaçava o núcleo da família burguesa (procriadora e produtiva). Dessa forma, cria-se estratégias e procedimentos para erradicar qualquer possibilidade de desejo e comportamento homossexual, a começar com as crianças¹⁹.

Sendo assim, o corpo da criança é acionado pela ala médica e pelo discurso religioso, onde o mesmo deve ser um lugar sagrado e protegido, de seus próprios desejos e prazer. A outra ordem é a culpabilização tanto dos pais como dos filhos, é dentro desses contextos que surgem os espaços de controle e de vigilância constante. Os médicos indicaram aos pais que o desejo e o prazer movidos pela criança vem, em primeiro plano, pelo próprio desejo incestuoso sobre os corpos de seus pais, se antes o discurso era a vigilância constante, agora o discurso produzido culpabiliza os pais de serem pessoas desejantes de seus filhos. Com o passar do tempo, a própria escola será um local onde a extensão da sexualidade da criança se afastará do discurso médico e psicanalítico do incesto pai-filho. Ainda na luta antimasturbação, o discurso agora se volta para um reaproveitamento dos cômodos da casa: se antes os pais deveriam ficar vigilantes

¹⁹ A partir desse momento, os corpos, os gestos, as atitudes, as caras, os traços da fisionomia, as camas, os lençóis, as manchas, tudo isso é posto sob vigilância. Os pais são convocados a partir à caça dos cheiros, dos vestígios, dos indícios. Acho que é aí que temos a instauração, o estabelecimento de uma das novas formas de relação entre pais e filhos: começa uma espécie de grande corpo-a-corpo pais-filhos, que me parece característico da situação não de toda família, mas de certa forma de família na época moderna. (Foucault, 2001, p. 335).

diante dos seus filhos, agora os mesmo os separam por gênero, cada um no seu quarto, longe da vista do quarto do casal. Um outro cuidado é com a separação das meninas e dos meninos. O incesto agora se pontua na relação que pode ser entre irmão e irmã, e de forma mais sexistas, entre pai e filha. Tais conceitos podem ser acionados, como bem argumenta Foucault, pela ordem da “aproximação-coagulação” e da “estabilização-repartição”.

Diz Foucault (2001, p. 244):

Nos séculos XVI-XVII, vemos crescer no exército, nos colégios, nas oficinas, nas escolas, todo um disciplinamento do corpo, que é o disciplinamento do corpo útil. Aperfeçoam-se novos procedimentos de vigilância, de controle, de distribuição no espaço, de anotação, etc. Temos todo um investimento do corpo por mecânicas de poder que procuram torná-lo ao mesmo tempo dócil e útil. Temos uma nova anatomia política do corpo. Pois bem, se em vez do exército, das oficinas, das escolas primárias, etc., examinarmos essas técnicas da penitência, o que se praticava nos seminários e nos colégios que se formavam a partir deles, veremos surgir um investimento do corpo que não é o investimento do corpo útil, que não é um investimento que se faria no registro das aptidões, mas que se faz no nível do desejo e da decência.

A construção discursiva de técnicas, procedimentos e saberes em torno do corpo da criança até o corpo adulto passam também pelas práticas de poder e resistência, uma vez que a homossexualidade é reiterada como forma perversa e anormal em relação dicotômica com a heterossexualidade sadia e feliz da família burguesa. Entre os séculos XVIII e XIX, surgem superfícies que trazem consigo períodos de como a noção da homossexualidade feminina e masculina estava sendo fabricada. Segundo Prado e Machado (2008), os três modelos são conhecidos como:

Quadro 8 – Noções da homossexualidade feminina e masculina (entre os séculos XVIII e XIX)

Modelo de sexo único

- Nesse período, diferenças entre homens e mulheres eram consideradas como grau de desenvolvimento em uma mesma classe ontológica, na qual o corpo da mulher era considerado defeituoso e imperfeito (Prado; Machado, 2008, p. 35)
 - Neste modelo, o homem afeminado ou a passividade não eram relacionados diretamente ao comportamento sexual passivo, mas se destinavam a identificar aquele que se colocava passivamente em relação aos prazeres. (Prado; Machado, 2008, p.35).
 - Isto nos leva a concluir que nem sempre existiu a distinção heterossexual/homossexual, uma vez que a separação dos sexos não era possível. (Prado; Machado, 2008, p.35);
-
- As mulheres passam a ser vistas como um sexo diferente, biologicamente determinado, e nesta diferença se

Modelo do dimorfismo radical

ancorariam as justificativas necessárias para a desigualdade entre os sexos, agora traduzidas em uma “incapacidade” das mulheres para desenvolver as tarefas de mais importância e prestígio social. (Prado; Machado, 2008, p. 36).

- Os indivíduos que desviassem seus comportamentos daquilo que se entendia como “natural”, daquilo que a natureza cobra de cada sexo, seriam vistos como imperfeitos, patológicos. Surge então, a idéia de perversão e degenerescência. (Prado; Machado, 2008, p. 37).
- A distinção regulatória que se estabeleceu entre heterossexuais e homossexuais se erigiu colocando a heterossexualidade burguesa como “natural”, como a única experiência identitária capaz de expressar o desejo sexual humano de forma saudável e correta. (Prado; Machado, 2008, p. 38).

Modelo de diversidade sexual

- A transformação dos discursos sobre a sexualidade, associados a uma série de transformações sociais, que Giddens (1993) chamou de “revolução sexual”, tornou possível uma ressignificação da sexualidade, na medida em que estes discursos contribuíram lentamente para a desessencialização ou desnaturalização da sexualidade. (Prado; Machado, 2008, p. 40 e 41).
- Com a contracultura e a rebeldia disseminadas pelo conjunto de movimentos que dela fizeram parte, tornaram-se possíveis quebras radicais de valores sociais no espaço de uma geração para outra. Iniciado nos anos 1950, esse processo de contestação social representou uma profunda transformação para os padrões familiares, na medida que os jovens passaram a cultivar valores libertários e buscar formas de comportamento e expressão alternativas na produção de culturas marginais. (Prado; Machado, 2008, p. 41).

Fonte: Prado e Machado (2008)

As noções²⁰ citadas acima traduzem como as instituições sociais, pedagógicas, jurídicas, médicas, etc., interligadas umas às outras, proliferaram, de forma cultural, científica e histórica, o discurso em torno da sexualidade humana, de um lado, a homossexualidade como perversidade, anomalia, abjeção, do outro lado, a heterossexualidade, produzida e certificada

²⁰ Louro já havia antecipado em seu clássico texto “gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista” de 1997, as diversas formas como o conceito de gênero, ao longo dos estudos feministas, são pensados e problematizados: “Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural. (Louro, 1997, p. 23).

como única possibilidade de existência e onde o casamento burguês como também o casamento do proletariado urbano devem ser incentivados pelos Estado. Ambas as famílias estão inseridas no tríplice discurso do controle eclesiástico, social e judiciário. Tais práticas revelam o controle normativo em tornos dos corpos das famílias e da sexualidade (desejo, comportamento e identidade heterossexual). É o que Olga Viñulaes (2002) conceitua de cadeia simbólica de gênero e sexualidade.

Como bem escreve Foucault (1999, p. 33):

Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observação sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. Apareceram também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais – exortações morais e religiosas, medidas fiscais – tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada. Os racismos dos séculos XIX e XX encontrarão nelas alguns de seus pontos de fixação.

As formas de poder e resistência, traduzidas por Foucault, de “sexualidades insubmissas, disparatadas”, resistem ao poderoso discurso da economia política da reprodução. Tal resistência de reação, possibilitou que os homossexuais produzissem categorias e novas formas de ser e estar no mundo, desestabilizando as instituições que o produzem como perversos ou anormais, apropriando-se dos termos médicos que os rotulam de anormais ou perversos. Falar de si se torna uma reação em defesa da existência, do desejo e da identidade.

Historicamente e discursivamente, as práticas homossexuais/homoeróticas se construíram (e constroem até hoje) dentro de espaços institucionalizados como colégios, seminários religiosos, internatos e instituições militares, por exemplo. Tais lugares são acionados pelos corpos masculinos, subversivos ou não, héteros, homossexuais ou bissexuais. Todos, formam uma rede invisível de práticas sexuais e troca de afetos.

No argumento de Foucault (1999):

É preciso, portanto, abandonar a hipótese de que as sociedades industriais modernas inauguraram um período de repressão mais intensa do sexo. Não somente assistimos a uma explosão visível das sexualidades heréticas mas, sobretudo — e é esse o ponto importante — a um dispositivo bem diferente da lei: mesmo que se apóie localmente em procedimentos de interdição, ele assegura, através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas. Diz-se que nenhuma sociedade teria sido tão recatada, que as instâncias de poder nunca teriam tido tanto cuidado em fingir ignorar o que interditaram, como se não quisessem ter nenhum ponto em comum com isso. (Foucault, 2012, p. 56-57).

A criação (estratégia) de um modo de vida ou estilo de vida homossexual, segundo os militantes LGBT+, estaria designado a uma vida pautada no engajamento social e político de

sua identidade homossexual (políticas de identidade). É necessário que os gays e as lésbicas sejam acionadas a marcharem pelos seus direitos civis e também por uma bandeira de luta que tenha a cara da homossexualidade e todo o seu prisma de marcadores.

Segundo Spargo (2019, p. 21):

As pessoas que são expostas como sujeitos aberrantes, “homossexuais”, podem encontrar uma causa comum, uma voz dissidente comum que transforme confissão em afirmação. O discurso da sexologia, por exemplo, produziu a categoria identitária do “invertido” como aberração da norma, mas também permitiu que o indivíduo questionasse sua posição política e social. Ele produziu um vocabulário e um saber que poderiam ser usados estrategicamente pelos sujeitos.

Dos anos sessenta aos setenta, o movimento homossexual reivindicava um estilo de vida que fosse semelhante ao estilo de vida heterossexual. Após a fase contestadora de saída do gueto para conquista de territórios, o movimento almejava uma vida com todos os “privilégios” do estilo de vida heterossexual, e esse desejo assumia uma identidade fixa, pois tais padrões ou estilo se assemelhavam aos corpos identitários heterossexuais: um corpo físico impecável, família monogâmica, adoção de crianças, negação de estilos afeminados e machões e etc. Tal modelo implicava numa socialização e uma assimilação do estilo de vida heterossexual.

Segundo os antropólogos Fry e MacRae (1985) as questões da homossexualidade no Brasil nas décadas de 1980-90 legitimavam a homossexualidade como par dicotômico à heterossexualidade, bem como:

De acreditar que homossexuais masculinos e femininos são biologicamente ou psicologicamente tão diferentes dos assim chamados heterossexuais, que seu comportamento pode ser compreendido em termos mais psicológicos e biológicos que sociais. É tido como “natural” que o homossexual masculino seja “afeminado” e a homossexual feminina “ máscula”, e assim as “bichas” e “sapatões” do folclore brasileiro adquirem o *status* de uma *condição* que nunca é social, mas sim natural. É também tido por muitos que os homossexuais são doentes ou, ao menos, neuróticos. O nosso argumento é que as pessoas chamadas “homossexuais” não sofrem de nenhuma “condição”, mas que acabam, isto sim, sendo levadas por pressões sociais, em grande parte, a desempenhar variações pouco ortodoxas dos papéis sociais normalmente atribuídos aos homens e às mulheres (Fry; Macrae, 1985, p. 12-13).

Mediante o panorama acima, as relações de poder e resistência, segundo as contribuições de Foucault, ocorrem de formas simultâneas, conectadas, diferentes das formas mais conhecidas e tradicionais de poder. Mesmo a heterossexualidade sendo produzida como norma e regra a ser seguida e a homossexualidade como não-existência, a sexualidade humana segue sendo uma manifestação imensurável de acontecimentos e discursos, prazeres e vigilância.

Segundo Santos (2007, p. 30-31), é a da naturalização das diferenças que ocultam hierarquias, das quais a classificação racial, ou étnica, a sexual e a de castas na Índia são as

mais persistentes. [...] O terceiro modo de produzir ausência é "inferiorizar", que é uma maneira desqualificada de alternativa ao hegemônico, precisamente por ser inferior". Sendo assim, criar resistências dentro das relações de poder, segue sendo como possibilidade de desestabilizar os mecanismos institucionais que evocam a família burguesa como única possibilidade de existência.

Segundo Sierra (2013, p. 33):

Esse processo de desnaturalização da homossexualidade, bem como essa força política em despatologizá-la que esses movimentos liberacionistas dos anos 1960 e 1970 articularam foram, sem dúvida, muito importantes no combate contra as formas de violência de gênero/sexual, bem como para o redimensionamento da visibilidade gay e lésbica. Mesmo que filiados a uma concepção marxista, em grande parte dos casos, esses movimentos de liberação gay, assim como os movimentos de liberação feminista, conseguiram impor uma crítica aos regimes conservadores da sociedade, bem como construir uma luta contra a compulsoriedade do sistema sexo/gênero.

Giddens (2001), mediante leitura de Foucault, traz também para o debate, as transformações (intimidade, amor, sexualidade, revolução sexual) nas sociedades modernas, alguns pontos em que avança ou problematiza o pensamento foucaultiano. Foucault desenvolveu seus escritos (dispositivo e arqueogenealogia) em meio a documentos históricos, rabiscos, atestados médicos, pedagógicos, entre outros, desenvolvendo na arqueologia o estudo da episteme e na genealogia o estudo dos dispositivos. As questões presentes em suas obras abordam as dimensões do corpo, do poder e do discurso.

Já Giddens desenvolveu suas pesquisas ouvindo e pesquisando outras fontes, como narrativas ativistas/militantes ou falas autobiográficas de pessoas que eram constantemente acionadas como aberrações nas sociedades, como também aborda as questões sociológicas do seu tempo. Ambas as superfícies de saber trazem consigo as transformações culturais e históricas em suas diferentes concepções.

Quadro 9 – Foucault e a sexualidade: avanços e diferenças ao debate da sexualidade

<p>Sexualidade e mudança Institucional</p>	<p>A criação de uma sexualidade plástica, desligada da sua conexão ancestral com a reprodução, com o parentesco e com as gerações, foi a pré-condição da revolução sexual das últimas décadas. Para a maior parte das mulheres, na maior parte das culturas e durante a maior parte dos períodos da história, o prazer sexual, quando possível, estava intrinsecamente ligado ao medo – de gravidez repetidas e, por consequência, da morte, dada a substancial proporção de mulheres mortas durante o parto e as altíssimas taxas de mortalidade infantil. A quebra destas conexões foi, pois, um fenômeno com implicações verdadeiramente radicais. (Giddens, 2001, p. 19-20).</p>

Reflexividade institucional e sexualidade	Ele é institucional, enquanto elemento estruturante básico da actividade social em meios modernos. É reflexivo no sentido em que esses termos, introduzidos para descrever a vida social, entraram na rotina e a transformaram – não como um processo mecânico e não necessariamente de forma controlada, mas por terem se tornado parte dos padrões de acção adoptados pelos indivíduos e pelos grupos. (Giddens, 2001, p. 20).
O declínio da perversão	A diversidade sexual, embora olhada ainda por muitos grupos hostis como perversão, saiu dos livros de apontamentos de histórias de caso de Freud para o mundo social quotidiano. Foram obtidas algumas vitórias, mas os confrontos continuam e liberdades já alcançadas ainda podem vir a ser varridas por uma corrente reacionária. Os homossexuais continuam a enfrentar preconceitos profundamente enraizados e, muito comumente, a violência aberta. As suas lutas emancipatórias encontram resistências talvez tão profundas como as que continuam a obstruir o acesso de mulheres à igualdade social e económica. [...] A heterossexualidade deixou de ser um modelo por meio do qual tudo o mais era avaliado. Ainda não atingimos um estado em que a heterossexualidade é aceite apenas como um gosto entre outros, mas é essa a implicação da socialização da reprodução. (Giddens, 2001, p. 24).

Fonte: Giddens (2001).

No decorrer da década de 60 as mudanças institucionais em volta da sexualidade provocaram vários radicalismos contra as opressões vivenciadas pelas mulheres e pelos homossexuais masculinos e femininos. Em torno da sexualidade feminina, a criação de tecnologias que produzem novas formas de vida acionaram novas modalidades e comportamentos entre homens e mulheres. Nesse momento, a autonomia sobre seus corpos evocam uma evolução em curso. Seguindo também os passos da evolução, os grupos homossexuais reivindicavam igualdades de direitos e justiça social.

Segundo Filho (2009, p. 119):

Uma outra batalha a se empreender é fazer com que se compreenda que as lutas dos homossexuais pela cidadania plena (direito ao reconhecimento pelo Estado e pela lei de suas uniões conjugais, direitos de herança, direito à adoção por casais gays, entre outros direitos que se têm conquistado em diversos países) não são um ingênuo “desejo de normalização”, uma queda na ideologia (burguesa ou outra), mas um nível de luta política em que se questionam as idéias de normalidade e de democracia, quando esta se limita a direitos que excluem significativos segmentos da população em diversos países – os homossexuais entre os mais excluídos.

As instituições pautavam-se também no reflexo das mudanças em torno da sexualidade, questões como auto identidade, mudanças corporais, instrumentos como a psicanálise – redesenharam as sociedades modernas, respiravam suas lutas emancipatórias e identitárias. gays, sapatões e mulheres “fazem um carnaval”, como bem canta Caetano (1984).

Apenas em 1990 que a OMS (Organização Mundial da Saúde) retirou o CID da

homossexualidade, mas antes desse movimento institucional ser uma política ocidental, o movimento homossexual apostou em usar o termo “opção sexual” diante da heterossexualidade para lidar com as diferenças sexuais. No reino animal, a prática da homossexualidade já é lida como uma forma “natural”, mas a condição homossexual também foi utilizada pelo movimento homossexual como bandeira de luta contra a biopolítica e seus dispositivos, uma vez que a homossexualidade também acionava sua condição como natural, assim como a heterossexualidade assim reproduzia. Hoje o debate em torno de “nascer” ou não homossexual (ou transexual) é lido por diversas teorias de gênero e sexualidade (Butler, 2013, 2019; Bento, 2013; Preciado, 2011), como a Teoria *Queer*.

4.1 Dispositivo da sexualidade

Segundo Foucault (1999), as práticas do ocidente emergiu o sexo ao patamar de uma racionalidade (saber) e de classificação sexual dicotômica (Sexo-história; sexo-significação; sexo-discurso). Sendo assim, sob a ótica de uma única possibilidade de existência, o sexo se torna, em todos os campos do conhecimento, uma verdade capaz de governar a sociedade. Nesse percurso, o modo como Foucault concebe as rupturas discursivas²¹ entre o dispositivo da aliança e o dispositivo da sexualidade, no século XVIII, apontam tais diferenças, mesmo regidos pelas mesmas superfícies de emergência, a saber:

Quadro 10 – Dispositivos em Foucault

Dispositivo da Aliança	Dispositivo da Sexualidade
Sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens.	Funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfas e conjunturais de poder;
Se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito;	Engendra, em troca, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle;
Entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege;	São as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam.
Para o primeiro, o que é pertinente é o vínculo entre	Está ligado à economia através dos corpos.

²¹ Não simplesmente textos, mas imagens e práticas; não somente palavras, mas igualmente coisas, e os olhares que as captam, ou, como o diz Deleuze, “páginas de visibilidade” e “campos de legibilidade”. (Courtine, 2013, p. 79).

parceiros com status definido;	
--------------------------------	--

Fonte: Foucault (1999)

Nesse percurso, o dispositivo da sexualidade segue sendo um conjunto de práticas institucionalizadoras, locais e periféricas (médicas, pedagógicas, políticas, religiosas e morais) que surgiu nas sociedades modernas com o objetivo de instaurar uma única possibilidade de modo ou estilo de vida: a regra canônica da heterossexualidade e sua tríplice conduta moral e estética: desejo, identidade e comportamento heterossexual.

Como bem argumenta Louro (2009, p. 89):

A heterossexualidade só ganha sentido na medida em que se inventa a homossexualidade. Então, ela depende da homossexualidade para existir. O mesmo pode ser dito em relação ao sujeito heterossexual: sua definição carrega a negação de seu oposto. Ao dizer: eu sou heterossexual, um homem ou uma mulher acabam invariavelmente por ter de recorrer a algumas características ou marcas atribuídas ao homossexual, na medida em que ele ou ela precisam afirmar também o que não são. Do outro lado do par, o movimento será o mesmo: a homossexualidade precisa da heterossexualidade para dizer de si. Há uma reciprocidade nesse processo. A dicotomia sustenta-se numa única lógica.

O Dispositivo²² da Sexualidade pode ser entendido a partir das relações de poder em volta de quatro procedimentos, na qual Foucault concebeu como: o que está em jogo; do método, do domínio e das periodizações.

Quadro 11 – Conceitos do Dispositivo da Sexualidade

O que está em jogo	<p>A relação negativa: Com respeito ao sexo, o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento. O poder não "pode" nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não; se produz alguma coisa, são ausências e falhas; elide elementos, introduz descontinuidades, separa o que está junto, marca fronteiras. Seus efeitos tomam a forma geral do limite e da lacuna. (Foucault, 1999, p. 93).</p> <p>A instância da regra: O poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido. Em seguida, que o poder prescreve ao sexo uma "ordem" que funciona, ao mesmo tempo, como forma de inteligibilidade: o sexo se decifra a partir de sua relação com a lei. (Foucault, 1999, p. 93).</p> <p>O ciclo da interdição: Não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças; em última instância não existirás, a não ser na sombra e no segredo. Sobre o sexo, o poder só faria funcionar uma lei de proibição. Seu objetivo: que o sexo renunciasse a si mesmo. Seu instrumento: a</p>
--------------------	---

²² Para se estudar um dispositivo, vários gestos são necessários, dentre eles desnaturalizar aquilo que se põe como assentado na história, fazendo emergir o acontecimento; não aquele já incrustado na história tradicional, mas aquele que se dá em seu processo de acontecimentalização. Um dispositivo emerge da rede de discursos que o sustentam. (Sargentini, 2015, p. 26).

	<p>ameaça de um castigo que nada mais é do que sua supressão. Renuncia a ti mesmo sob pena de seres suprimido; não apareças se não quiseres desaparecer. Tua existência só será mantida à custa de tua anulação. O poder oprime o sexo exclusivamente através de uma interdição que joga com a alternativa entre duas inexistências. (Foucault, 1999, p. 94).</p> <p>A lógica da censura: Supõe-se que essa interdição tome três formas; <i>afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista</i>. Formas aparentemente difíceis de conciliar. Mas é aí que é imaginada uma espécie de lógica em cadeia, que seria característica dos mecanismos de censura: liga o inexistente, o ilícito e o informulável de tal maneira que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro: do que é interdito não se deve falar até ser anulado no real; o que é inexistente não tem direito a manifestação nenhuma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua inexistência; e o que deve ser calado encontra-se banido do real como o interdito por excelência. (Foucault, 1999, p. 94).</p> <p>A unidade do dispositivo: Do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições quotidianas, das instâncias da dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder. Essa forma é o direito, com o jogo entre o lícito e o ilícito, a transgressão e o castigo. (Foucault, 1999, p. 95).</p>
Método	<p>Regra de imanência: Se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos. Entre técnicas de saber e estratégias de poder, nenhuma exterioridade; mesmo que cada uma tenha seu papel específico e que se articulem entre si a partir de suas diferenças. (Foucault, 1999, p. 108-109).</p> <p>Regra das variações contínuas: O conjunto constituído, no século XIX, pelo pai, a mãe, o educador e o médico, em torno da criança e de seu sexo, passou por modificações e deslocamentos contínuos, dos quais, um dos resultados mais espetaculares foi uma estranha inversão: enquanto a sexualidade da criança fora, no início, problematizada numa relação que se estabelecia diretamente entre o médico e os pais (sob a forma de conselhos, de avisos para vigiá-la, de ameaças para o futuro), finalmente, na relação entre o psiquiatra e a criança a sexualidade dos adultos acabou posta em questão. (Foucault, 1999, p. 110).</p> <p>Regra do duplo condicionamento: Nenhum "foco local", nenhum "esquema de transformação" poderia funcionar se, através de uma série de encadeamentos sucessivos, não se inserisse, no final das contas, em uma estratégia global. E, inversamente, nenhuma estratégia poderia proporcionar efeitos globais a não ser apoiada em relações precisas e tênues que lhe servissem, não de aplicação e consequência, mas de suporte e ponto de fixação. (Foucault, 1999, p. 110).</p> <p>Regra da polivalência tática dos discursos: O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras. (Foucault, 1999, p. 112)</p>
Domínio	<p>Histerização do corpo da mulher: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado — qualificado e desqualificado — como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento</p>

	<p>substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a "mulher nervosa", constitui a forma mais visível desta histerização. (Foucault, 1999, p. 115).</p> <p>Pedagogização do sexo da criança: Dupla afirmação, de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo "natural" e "contra a natureza", traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais "liminares", ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo; essa pedagogização se manifestou sobretudo na guerra contra o onanismo, que durou quase dois séculos no Ocidente. (Foucault, 1999, p. 115).</p> <p>Socialização das condutas de procriação: socialização econômica por intermédio de todas as incitações, ou freios, à fecundidade dos casais, através de medidas "sociais" ou fiscais; socialização política mediante a responsabilização dos casais relativamente a todo o corpo social (que é preciso limitar ou, ao contrário, reforçar), socialização médica, pelo valor patogênico atribuído às práticas de controle de nascimentos, com relação ao indivíduo ou à espécie. (Foucault, 1999, p. 115-116).</p> <p>Psiquiatrização do prazer perverso: O instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fêz-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo; atribuiu-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias. (Foucault, 1999, p. 116).</p>
<p>Periodização:</p>	<p>Se é verdade que a "sexualidade" é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa, deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente lá e cá, e não produz, portanto, os mesmos efeitos. Portanto, é preciso voltar a formulações há muito tempo desacreditadas: deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou, antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classe específicos. (Foucault, 1999, p. 119).</p>

Fonte: Foucault (1999)

As questões do dispositivo da sexualidade funcionam dentro das relações do poder como prática social, constituída historicamente, nesse caminho não linear, o poder do dispositivo da sexualidade expressa suas características como discurso, sendo uma rede de técnicas e procedimentos que moldam as relações humanas e instituem diversos campos de experimentações e saberes.

J-J. Courtine (2013, p. 27) aponta que :

O discurso deve ser compreendido a partir daquilo que Foucault denomina "dispositivo", isto é, de um conjunto heterogêneo de instituições e de leis, de coisas e de ideias, de atos e de práticas, de palavras e de textos, de ditos e não ditos. "O discurso ele mesmo é imanente ao dispositivo que se modela sobre ele e que o encarna na

sociedade; o discurso faz a singularidade (histórica), a estranheza de época, a nova tendência local do dispositivo”. É um terceiro elemento, uma “diferença última” que, para além das coisas, “impregna” os elementos heterogêneos do dispositivo que lhe dá uma existência material e histórica.

O poder do dispositivo da sexualidade se efetua e se exerce nas relações sociais, constituídas historicamente, na qual Foucault (1999, p. 100) também descreve como possibilidade de “técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder”; “engendra, em troca, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle”; “são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam”.

Para Deleuze, dispositivo em Foucault seria:

[...] Uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras. Cada está quebrada e submetida a *variações de direção* (bifurcada, enforquilhada), submetida a *derivações*. Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores. Dessa maneira, as três grandes instâncias que Foucault distingue sucessivamente (Saber, Poder e Subjetividade) não possuem, de modo definitivo, contornos definitivos; são antes cadeias de variáveis relacionadas entre si. É sempre por via de uma crise que Foucault descobre uma nova dimensão, uma nova linha. (Deleuze, 1990, p. 01).

O poder reitera a relação negativa com o sexo e lhe atribui apenas o “não” como possibilidade de existência e verdade; mas também há possibilidade de ruptura. Sendo assim, liga-se aos discursos e a linguagem: pelo regime da binaridade: o que pode ser concebido como proibido e aceito socialmente, ora como práticas lícitas e ilícitas: temos como exemplo as práticas homossexuais que são acionadas pelo regime do poder mediante práticas ilícitas e proibidas pelo regime canônico da sexualidade. A segunda e terceira regra é a forma de poder e seu poder de reiteração: a linguagem e a inteligibilidade são os pontos centrais. Como também o domínio do poder sobre o sexo, mediante o sistema jurídico-discursivo.

Esclarece Louro (2009, p. 86):

É provável que possamos entender que determinadas estratégias e tecnologias de poder estão articuladas na constituição dos discursos “científicos” antigos; por exemplo, discursos que “comprovaram” que tais e tais sujeitos ou que tais e tais práticas eram sadios ou doentes, positivos ou negativos. Foi e é assim que se produziram e se produzem discursos jurídicos, religiosos, educativos, psicológicos que mostram ou tornam evidente os sujeitos e as práticas que são bons ou que são maus, integrados ou desintegrados, produtivos ou prejudiciais para o conjunto da sociedade. Determinadas relações e estratégias de poder sustentam-se através desses saberes e “verdades”; elas precisam desses discursos para se tornarem evidentes o que, paradoxalmente, faz com que essas relações de poder se tornem invisíveis. Não há como negar (e todos podemos lembrar situações para comprovar isso!) que quanto menos for notada ou quanto mais for invisível uma relação de poder mais ela será

eficiente.

Um exemplo é a condição da homossexualidade a partir das fontes históricas e médicas: desde sua citação na bíblia até a ala médica, a homossexualidade desconstruiu sua patologia e reiterou seus discursos por meio do orgulho LGBTQ+. Se a própria se constitui como uma “opção” a heterossexualidade dominante e hegemônica, seu fazer insubmisso se coloca nas práticas discursivas como um elemento de não fixação e de descontinuidades. Qualquer possibilidade de luta será evocada a resistência, dentro de suas próprias redes de poder, e como bem Foucault (1999) conceitua, as resistências podem ser elaboradas sob o ponto de vista de procedimentos de descontinuidade e deslocamentos.

De fato, a periodização histórica da sexualidade evocada sob o ponto de vista da repressão, é entendida em dois grandes momentos históricos: a primeira surge no século XVII, a famosa era Vitoriana, as relações sociais, econômicas e políticas eram voltadas para a reprodução da família burguesa e seus rituais morais e canônicos em torno da sexualidade. Já no século XX tivemos uma descontinuidade das práticas repressivas produzidas no século XVII. A psiquiatrização das normas e condutas desviantes da heterossexualidade (a homossexualidade) são acionadas agora pela Lei e a pedagogização do sexo das crianças passa por um processo de escuta qualificada, mas os interesses no controle dos corpos continuam a todo vapor: produzindo e reiterando práticas discursivas mediante uma única possibilidade de existência.

4.2 Dispositivo da LGBTQfobia

O dispositivo da LGBTQfobia atua em vigilância constante nas (pós)identidades e orientações sexuais da população LGBTQ+, ao passo que esconder ou negar a homossexualidade em seus armários²³ se torna uma conduta de preservação de suas vidas íntimas ou postura denunciativa compulsória da heterossexualidade. Foucault (1999, p. 40) argumenta, que os homossexuais, “no decorrer do século eles carregaram sucessivamente o estigma da loucura moral, da neurose genital, da aberração do sentido genésico, da degenerescência ou do desequilíbrio psíquico”. A população de não-heterossexuais torna-se alvo de discursos

²³ Em acontecimentos criados no discurso político, o termo “armário” ou “armariado” é usado pela população LGBTQ e por pesquisadores de diversidade sexual e LGBTQfobia para designar a prisão da orientação sexual ou identidade de gênero diante de uma sociedade normatizada pela cultura heterossexista. A saída do armário ou dos armários é uma via política para romper com as opressões e violências naturalizadas e institucionais da LGBTQfobia. Para melhor compreender a dimensão social e epistemológica do armário, sua dinâmica e efeitos, ler “A Epistemologia do Armário” de Eve Sedgwick (2007).

institucionais que os celebram como não-existentes, capazes de serem erradicados, humilhados, descartados, mortos.

No momento de libertação dos armários, ousar desestabilizar o sistema sexo/gênero/sexualidade e assumir publicamente suas identidades e orientação sexual se torna um desfile político do corpos LGBTQ+. A fecheação LGBTQ (ou lacre, afronte, deboche) é acionada na sociedade e nos espaços heterotópicos (Foucault, 2009) ou (guetos LGBTQs (LOURO, 2011), como boates, saunas, festas particulares, onde o corpo LGBTQ é visto em sua plenitude performática (Butler, 2015).

O que desestabiliza nessa fecheação é sua inconformidade com os discursos da masculinidade tóxica (Castañeda, 2008), pois o corpo e a linguagem são usados para expressar tanto a feminilidade como a não conformidade dos padrões canônicos dos papéis sexuais da heterossexualidade hegemônica. O uso da fecheação, tanto político como de afronta, é também acionada pela comunidade LGBTQ+ como um dispositivo de identificação, pois a própria comunidade elenca, dentro da caixinha de siglas identitárias, onde aquele corpo pertence, uma vez que sua feminilidade também custará quais espaços o mesmo pode alcançar, dentro da comunidade LGBTQ.

Mesmo após a saída do armário, ou ainda permanecendo dentro dele, o dispositivo da LGBTQfobia cria e sanciona normas a serem compartilhadas e dentro dessas instâncias, as resistências e suas relações de poder são acionadas em seus diferentes contextos. Borrillo (2010) ao investigar, antropológicamente, as bases sociais e históricas que sustentam o discurso LGBTQfóbico nas sociedades modernas e sua inclinação para a heterossexualidade compulsória, define a homofobia como:

Atitude de hostilidade contra as/os homossexuais; portanto, homens e mulheres. [...] Do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou a antissemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos. [...] É um fenômeno complexo e variado que pode ser percebido nas piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado, mas ela pode também assumir formas brutais, chegando até a vontade de extermínio, como foi no caso na Alemanha Nazista. À semelhança de qualquer forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira suas conclusões materiais (Borrillo, 2010, p. 13-16).

A LGBTQfobia concebe a diferença como código moral, político e religioso, incita a violência, ao preconceito e a discriminação sexual. Como bem sabemos, a violência contra a população LGBTQ+ foi historicamente e socialmente aceita e celebrada. Seu discurso opressor assume a violência física, ritualista, que marca ou extermina o corpo, sua violência também é um ritual social e pedagógico, pois aponta para o corpo LGBTQ+ demarcando sua

“inferioridade”, assumindo a postura de “superior”, digno do comportamento, identidade e desejo sadio da heterossexualidade.

O dispositivo da LGBTfobia aciona a repulsa, o medo da presença, a suspeição de qualquer possibilidade de libertação ou resistência da população LGBT+. Suas bases conceituais cria técnicas e procedimentos que buscam legitimar o discurso da heterossexualidade – incita o sujeito a exorcizar dentro de si qualquer pensamento ou possibilidade de ser homossexual, ou que coloque em questão a legitimidade da heterossexualidade sadia.

Borrillo (2010) evoca para o debate quatro conceituações sobre como a LGBTfobia age em diferentes campos na sociedade:

Quadro 12 – Terminologias da LGBTfobia

Terminologias	Definições conceituais
Homofobia irracional e homofobia cognitiva	Forma brutal de violência corresponde unicamente a uma atitude irracional que encontra suas origens em conflitos individuais. Pretende simplesmente perpetuar a diferença homo/hétero. (Borrillo, 2010, p. 24)
Homofobia geral e homofobia específica	Uma manifestação do sexismo, ou seja, da discriminação de pessoas em razão do seu sexo (macho/fêmea) e, mais particularmente do seu gênero. Ao contrário da homofobia geral, a homofobia específica constitui uma forma de intolerância que se refere, especialmente, aos gays e às lésbicas. (Borrillo, 2010, p. 26-27).
Homofobia, sexismo e heterossexismo	Ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo o que se refere à vida doméstica. Se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. (Borrillo, 2010, p. 30-31).
Racismo, xenofobia, classismo e homofobia	À semelhança do que ocorre em relação à diferença cultural entre nacional e estrangeiro (espécie de eufemismo do racismo), a diferença sexual entre homem e mulher, assim com a diferença das sexualidades entre heterossexual e homossexual, é apresentada como um indicador objetivo do sistema desigual de atribuição e de acesso aos bens culturais, a saber, direitos, capacidades, prerrogativas, alocações, dinheiro, cultura, prestígio, etc. (Borrillo, 2010, p. 39).

Fonte: Borrillo, 2010

Pesquisadores cânones dos estudos de gênero e sexualidade, como Louro (2009), Butler (2015;2019) e Viñales (2002) contribuem epistemologicamente para o entendimento da

LGBTfobia. Segundo Viñales (2002), a LGBTfobia surge como advento da cadeia simbólica²⁴, e suas consequências podem ser vista por quatro conceitos, a saber:

Quadro 13 – Consequências da LGBTfobia

<i>Sentimiento de superioridad</i>	<i>La medicalización de la sexualidad estableció la heterosexualidad como el único modelo sexual y de referencia para evaluar otras sexualidades. (...) Tolerar la diferencia es una actitud que sitúa a quien tolera en una posición de superioridad moral. Es una relación desigual y se expresa a través de la ausencia de interés por conocer y, por tanto, reconocer al otro, dos actitudes fundamentales para el pacto entre iguales. (Viñales, 2002, p.103-104).</i>
<i>La deshumanización del otro</i>	<i>La deshumanización se fundamenta en el rechazo de esta semejanza, en la ignorancia del otro, en la ausencia de reconocimiento de sus necesidades, que básicamente son las mismas que las del resto de la ciudadanía, y se expresa de diversas maneras (...) A través del lenguaje, la injuria, de la ignorancia, representación grotesca de gays y lesbianas y a través del distanciamiento social. (Viñales, 2002, p. 106-107).</i>
<i>Convicción de ser merecedor de privilegios por estar en la posición correcta</i>	<i>La homofobia actual instituye un tipo de violencia simbólica que se caracteriza por dos tipos de sentimientos respecto a gays e lesbianas: a) sus demandas son ilegítimas; b) trasgreden valores. (Viñales, 2002, p. 108-109).</i>
<i>La amenaza de la diferencia</i>	<i>Los fundamentalistas viven la diversidad como una amenaza a su propio estilo de vida. Un estilo de vida en el que todo se da por supuesto y gracias al cual no están obligados a redefinir diariamente el sentido de su existencia. Tampoco podía ser de otra manera, ya que la institucionalización de la vida privada, de la sexualidad y de las emociones evita que los individuos tengan que reinventar su lugar en el mundo continuamente. (...) El silencio y la ignorancia son sus principales estrategias. (Viñales, 2002, p.110).</i>

Fonte: Viñales (2002).

Mediante tais consequências que violam e perseguem a população LGBT+, dentro do seu interior surge a forma de LGBTfobia mais perversa – a interiorizada. Suas consequências deixam marcas profundas no corpo e mente da população LGBT+. Segundo Borrillo (2010) e Viñales (2002), suas consequências reforçam as lógicas de exclusão e marginalização,

²⁴ *Las diferencias entre hombres y mujeres se explicaban en términos de su diferente naturaleza sexual, es decir, de la posesión de determinados caracteres. Sexo e género quedaban así estrechamente ligados, se prescribía la cópula heterosexual y se establecía la reproducción como finalidad única de la sexualidad humana, quedando cualquier situación intermedia – como el hermafroditismo (intersexualidade), la transexualidad o la homossexualidad, que en épocas anteriores habían sido considerados como variantes del ideal – excluida del ámbito de la normalidad, y relegada al de las anomalías y las patología. Este nuevo discurso dicotómico de la medicina se extendió y se institucionalizó en la sociedad, consolidando una cadena simbólica que vinculaba entre sí sexo, género, orientación sexual y prácticas sexuales (Olga Viñales, 2002, p. 38-39).*

provocadas pela doutrinação heterossexista²⁵ e pela ideologia LGBTfóbica²⁶.

Como bem comenta Borrillo (2010) e Viñuales (2002):

A interiorização dessa violência, sob forma de insultos, injúrias, afirmações desdenhosas, condenações morais ou atitudes compassivas, impele um grande número de homossexuais a lutar contra seus desejos, provocando, às vezes, graves distúrbios psicológicos, tais como sentimento de culpa, ansiedade, vergonha e depressão. O estereótipo ainda disseminado sobre o homossexual incapaz de ter uma vida afetiva plenamente desenvolvida, sem família nem filhos, e sendo levado a terminar seus dias em uma solidão insuportável – aliviada, às vezes pelo suicídio – obceca a mente de números gays que, para evitar esse “destino trágico”, envolvem-se em uma tentativa de rejeição de sua própria sexualidade (Borrillo, 2010, p. 101).

El definir y asumir la homossexualidad como algo esencial y no como un aspecto de la personalidad. El victimismo como tarjeta de presentación social. Discriminar a otros gays y lesbianas porque tienen pluma. La pluma es uno de los mejores logros de la comunidad homossexual, ya que permite que cualquier gay y lesbiana pueda reconocerse en cualquier lugar del mundo. Rechazar a los homosexuales, evidencia prejuicios homófobos. La violencia física o emocional contra otros gays y lesbianas. (...) Los malos tratos psicológicos. Las relaciones de poder carecen de género o de orientación sexual y nadie escapa a ellas porque todos y todas detestamos que se ignore (Viñuales, 2002, p.114-116).

Outro ponto importante para o debate, segundo Butler (2015) é o da LGBTfobia está associada ao conceito de abjeção²⁷, uma vez que suas implicações, mediante a homossexualidade, serão evocadas de “incivilizadas” e “antinaturais” pelo discurso do dispositivo da LGBTfobia.

Diz Butler (2015, p. 229):

A construção de contornos corporais estáveis repousa sobre lugares fixos de permeabilidade e impermeabilidade corporais. As práticas sexuais que abrem ou fecham superfícies ou orifícios à significação erótica em ambos os contextos, homossexual e heterossexual, reinscrevem efetivamente as fronteiras do corpo em conformidade com novas linhas culturais. O sexo anal entre homens é um exemplo.

A abjeção LGBTfóbica expulsa, desestabiliza, (desconfigura) o Outro – que não é seu semelhante, ritualiza sua morte, o expulsa do paraíso sadio da heterossexualidade compulsória. Seu corpo é marcado pela abjeção de sua identidade ou orientação sexual – segue o ritual do

²⁵ A doutrinação heterossexista também está vinculada à monocultura do saber sexual produzindo a heterossexualidade pelo viés sadio e normal, e a homossexualidade como doente e “anormal”. Como pudemos perceber ao longo das categorias da sociologia das ausências e diversidade sexual a doutrinação heterossexista legitimou as consequências da LGBTfobia na sociedade, instaurando as formas de preconceito, violência e discriminação pelo viés da justificativa de uma sexualidade disparatada, insubmissa e periférica. (Silva, 2019).

²⁶ A ideologia homofóbica, segundo Borrillo (2010, p. 64), está vinculada à uma ideia de doutrinação (dos corpos e dos desejos) que possui uma finalidade normativa na promoção das identidades heterossexuais. Partindo de uma lógica de classificação sexual, os gêneros e as sexualidades são valorizados pela cultura monogâmica heterossexual e pela fabricação de uma concepção política e de uma monocultura do saber sexual que legitima o discurso médico na qual desenha a homossexualidade como não-existente e cabível de cura e extermínio. (Silva, 2019)

²⁷ Butler (2015) utiliza do termo usado pela teórica feminista Julia Kristeva, em seu livro “Os poderes do Horror”, de 1984.

repúdio, seguido da expulsão institucional, física, pedagógica, material e psicológica – e do repúdio a qualquer possibilidade de insubmissão.

Segundo Kristeva (1984, p. 01):

There looms, within abjection, one of those violent, dark revolts of being, directed against a threat that seems to emanate from an exorbitant outside or inside, ejected beyond the scope of the possible, the tolerable, the thinkable. It lies there, quite close, but it cannot be assimilated. It beseeches, worries, and fascinates desire, which, nevertheless, does not let itself be seduced. Apprehensive, desire turns aside; sickened, it rejects.

A abjeção LGBTfóbica, produto do dispositivo da LGBTfobia, que cria discursos poderosos e institucionais, percorrendo tanto a identidade sexual como a abominação moral, são reveladores de como as sociedades modernas estabelecem as relações de poder em prol da normalidade e das subjetividades capitalistas e coloniais. Nesse percurso, Borrillo (2010) nos apresenta as principais tendências e discursos da LGBTfobia e suas principais incursões. Sendo elas:

Quadro 14 – Discursos da LGBTfobia

Homofobia clínica	Empenham-se em um verdadeiro empreendimento terapêutico do tipo normativo (...). Convinha, em primeiro lugar, demonstrar que a homossexualidade constituía uma patologia suscetível de ser diagnosticada e tratada pelas ciências médicas (Borrillo, 2010, p. 67).
Homofobia antropológica	Baseada em uma figura específica do darwinismo social, a homofobia antropológica surge do recurso à teoria da degenerescência das culturas a fim de explicar a inversão. (...) Qualquer outra forma de sexualidade – e, em particular, a homossexualidade – é considerada uma regressão a um estágio inferior da evolução e, nesse sentido, um perigo para a própria civilização. (Borrillo, 2010, p. 73).
Homofobia liberal	A homofobia liberal preconiza a tolerância para com os homossexuais, mas considera que a heterossexualidade é a única a merecer o reconhecimento da sociedade e, por conseguinte, o único comportamento sexual suscetível de ser institucionalizado. (Borrillo, 2010, p. 76).
Homofobia “burocrática”: o stalinismo	A homossexualidade deve ser tratada como um fenômeno político, resultante da sua decomposição “saudável” - cuja manifestação mais acabada é o comunismo em sua versão stalinista -, tais comportamentos desaparecerão naturalmente: como a ordem social se confunde com a ordem moral, uma vez restaurada a primeira a partir do comunismo, há de emergir uma nova moral individual, isenta de homossexualidade. (Borrillo, 2010, p. 80).
Homofobia em seu paroxismo: o “holocausto” gay	Desde de 1930, as experimentações médicas para “curar” a homossexualidade não cessam de se multiplicar: enquanto ariano, o homossexual deveria ser recuperado para a função reprodutora. [...] Esses procedimentos terapêuticos não produziram os resultados pretendidos, e a consequência dessa constatação foi tão

	brutal quanto a solução proposta: diante da impossibilidade de curar os homossexuais, foi necessário castrá-los para priva-los, daí em diante, de qualquer prazer. (Borrillo, 2010, p. 83).
--	---

Fonte: Borrillo (2010).

Um esforço em descredibilizar a LGBTfobia em suas vertentes clínica, antropológica e liberal tem sido um construto teórico e ativista de pesquisadores em conjunto com as ciências humanas e os modos de subjetivação, avançando na pluralização de saberes e na consolidação de outras formas de conhecimento. Nesse sentido, desterritorializar os discursos da LGBTfobia mediante sua inclinação para a patologização da diversidade sexual – criando caminhos onde a compreensão das hierarquias e classificação sexual sejam desestabilizados, visando novos olhares para as questões de gênero e sexualidade, credíveis de existência.

Descredibilizar a LGBTfobia stanlista e nazista, seus resquícios e murmúrios, propondo uma olhar para a história por meio da criticidade e da justiça social. Romper com a monocultura do saber sexual e evocar a existência da população LGBT+ como espelho para o presente, visando a transformação de suas vidas abjetas em presenças. Enquanto estratégia política, descredibilizar o dispositivo da LGBTfobia surge a partir de desconstrução/ressignificação das bases institucionais que sustentam a heteronormatividade²⁸ e todo seu arsenal jurídico, pedagógico, social e histórico.

Segundo Louro (2009):

Primeiro, que **a norma precisa ser reiterada** constantemente. Não há nenhuma garantia de que a heterossexualidade aconteça naturalmente (se isso fosse seguro, não seriam feitos tantos esforços para afirmar e reafirmar esta forma de sexualidade). (LOURO, 2009, p. 91, grifo nosso).

Segundo, que **a norma pode e é subvertida**. Todos os dias, em todos os espaços, homens e mulheres a desafiam. Alguns sujeitos embaralham códigos de gêneros ou atravessam suas fronteiras; outros articulam de formas distintas sexogênero-sexualidade; outros ainda criticam a norma através da paródia ou da ironia. A heteronormatividade constituiu-se, portanto, num empreendimento cultural que, como qualquer outro, implica disputa política. (Louro, 2009, p. 92, grifo nosso).

Subverter e reiterar as normas que sustentam a heteronormatividade – produto do

²⁸ Supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais – daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e semelhança desses sujeitos. São eles que estão plenamente qualificados para usufruir desses sistemas ou de seus serviços e para receber os benefícios do Estado. Os outros, que fogem à norma, poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância e complacência); ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com recursos alternativos, restritivos, inferiores); quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos. Ainda que se reconheça tudo isso, a atitude mais frequente é a desatenção ou a conformação. A heteronormatividade só vem a ser reconhecida como um processo social, ou seja, como algo que é fabricado, produzido, reiterado, e somente passa a ser problematizada a partir da ação de intelectuais ligados aos estudos de sexualidade, especialmente aos estudos gays e lésbicos e à teoria queer. (Louro, 2009, p. 90).

dispositivo da LGBTfobia – segue sendo a agenda política de movimentos sociais identitários, como o movimento LGBT+, o movimento Feminista, entre outros. Criar novas ecologias e experiências sexuais emancipatórias e consolidar pesquisas no âmbito das Universidades que forneçam subsídios teóricos e práticos para o enfrentamento da LGBTfobia e do sexismo nas escolas públicas, caminhos esses já em curso, em luta.

5 NAVEGANDO POR CAMINHOS METODOLÓGICOS NETNOGRÁFICOS + ARQUEOGENEALÓGICOS NAS REDES SOCIAIS

As contribuições epistemológicas (pós-estruturalistas, pós-críticas, pós-coloniais, decoloniais) de pesquisas que versam sobre outros olhares para a educação, como a relação indissociável entre educação e movimentos sociais e suas interdisciplinaridades, são questões fundamentais e emergentes no envolvimento de questões identitárias e pós identitárias de lutas por justiça social e reconhecimento da cidadania. Dentro dessa perspectiva, o movimento LGBT+ brasileiro é acionada como lugar de pensar essa pedagogia outra, que se utiliza, de forma democrática, política e educativa e das experiências coletivas e das diferentes linguagens, para propor novas possibilidades de existência e resistência mediante uma sociedade baseada em ideias biologizantes²⁹, canônicas diante da heterossexualidade (único desejo, comportamento e identidade sexual) e de negação das diferenças como possibilidade de transgressão.

Como bem argumenta Meyer (2014), as pesquisas pós críticas e pós estruturalistas promovem a desestabilização das abordagens teóricas filosóficas “do sujeito e da consciência” em que tentam e produzem verdades universais e totalizantes, promovendo subalternizações, dicotomias e hierarquizações, como nas relações entre homem e mulher, heterossexual e homossexual e assim por diante. Dessa maneira, as questões da cultura, da linguagem, dos discursos, das relações de poder e de verdade são evocadas e tendem a ser explicadas por meio de critérios únicos para todas essas realidades e experiências únicas.

Por tanto, tal caminho teórico-metodológico é acionado pelo viés da ação política, da transgressão de verdades únicas e totalizantes, pela ética, pelas diferenças e experiências outras. Quatro pressupostos são acionados:

- A linguagem (em sentido amplo) como locus de produção das relações que a cultura estabelece entre corpo, sujeito, conhecimento e poder. (Meyer, 2014)
- Se define educação como conjunto de processos pelos quais indivíduos são transformados e se transformam em sujeitos de uma cultura. Nessa direção, torna-se sujeito de uma cultura que envolve um complexo de forças e de processos de ensino e de aprendizagens que, nas sociedades contemporâneas, estão fortemente imbricadas

²⁹ As formas de sexualidade insubmissas à economia estrita da reprodução (dizer não às atividades infecundas, banir os prazeres paralelos, reduzir ou excluir as práticas que não têm como finalidade a geração)? Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação (FOUCAULT, 1999, p. 38).

em políticas e programas públicos. (Meyer, 2014, p. 52).

- Problematizar as políticas (em sentido amplo) como linguagem, como artefato cultural e como tecnologia de poder, por entender que elas têm se tornado um instrumento central de organização das sociedades contemporâneas. (Meyer, 2014, p. 52).
- O gênero funciona como um organizador do social e da cultura (o que inclui políticas e programas sociais) e, assim, engloba todos os processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos. (Meyer, 2014, p. 52).

Buscando compreender a riqueza documental das subjetividades e das relações de poder implicadas nas condições de produção do discurso pedagógico que são utilizados pelos coletivos LGBTs+ no Agreste Pernambucano, visando assim, suas estratégias de emancipação política via suas redes sociais, nossa metodologia segue as condições de trabalho da netnografia digital e da análise arqueogenealogia dos estudos de Foucault.

Segundo Hine (2004, p. 14), a netnografia pode ser entendida como:

Como espacios donde se mantienen interacciones relevantes, que pueden ser entendidas como constitutivas de una cultura en sí misma. Tales estudios sobre espacios online contribuyeron ampliamente con el establecimiento de la imagen de Internet como cultura, en la que se pueden estudiar los usos que las personas confieren a la tecnología. Desde estos enfoques el ciberespacio es un lugar plausible para realizar el trabajo de campo.

A netnografia deriva seus métodos de pesquisas advindos da etnografia³⁰, nesse ponto cria-se uma ressignificação de seus métodos, utilizando o ciberespaço como caminho investigativo. O ciberespaço, então, é evocado como local de cultura, saberes e novos modos de subjetivação. A utilização de códigos linguísticos criam a cibercultura digital, uma linguagem capaz de romper com as fronteiras tradicionais de comunicação.

Sales (2014, p. 119) complementa:

Consiste também em uma estratégia para agilizar a comunicação, já que algumas mídias são on-line. Há ainda outro aspecto: como a comunicação é virtual, foi necessário criar alguns ícones que tendem a traduzir expressões e sentimentos como risos, vergonha, ciúmes, amor, etc. além dos chamados emoticons, que são desenhos- alguns com animação – os quais, além de expressar sentimentos, divertem, enfeitam. São técnicas estilísticas que acrescentam colorido e humor aos textos produzidos pelas/os internautas.

As redes sociais que são utilizadas pelos Coletivos LGBTs+ em nossa pesquisa possuem também características específicas, compartilhadas pela linguagem da cibercultura. A comunicação é vivenciada por técnicas e procedimentos próprios das ferramentas de cada rede

³⁰ A etnografia corresponde a demandas científicas que ocasionam a produção de dados e conhecimentos antropológicos por meio da interação entre sujeito e pesquisador, assim propondo observação direta ou indireta por meio de conversas informais ou formais, que podem ocorrer também em entrevistas semiestruturadas ou não. Tais variações podem ocorrer devido aos interlocutores e ao campo escolhido pelo pesquisador. (Santos; Gomes, 2014, p. 200).

social, possuem a estética bem definida e buscam mais dinamismo e velocidade de seus usuários.

Diz Hine (2004, p. 17):

La etnografía consiste en que un investigador se sumerge en el mundo que estudia por un tiempo determinado y tome en cuenta las relaciones, actividades y significaciones que se forjan entre quienes participan en los procesos sociales de ese mundo. El objetivo es hacer explícitas ciertas formas de construir sentido de las personas, que suelen ser tácitas o que se dan por supuestas. El etnógrafo habita en una suerte de mundo intermedio, siendo simultáneamente un extraño y un nativo

Algumas especificações da linguagem das redes sociais também partem das características e funções especiais da qual grupo ou coletivo participa, que em muitas vezes não são fáceis de serem interpretadas no cotidiano, mas que revelam o quanto a cultura e os discursos podem ser disparatados, na qual Bhabha (2019, 311) compreende como “não ser uma transição tranquila, uma continuidade consensual”.

Montardo; Passerino (2006, p. 07) traduzem como a linguagem das redes sociais são acionadas pelas mídias digitais, na qual devem ser “medida por computador”; “está disponível publicamente”; “é gerada em forma de texto escrito”; e “as identidades dos participantes da conversação são mais difíceis de serem discernidas”. Nesse conjunto, nossas notas de campo: o documento, seguem sendo os seguintes sistemas de registro: fotográfico, carta de princípios, textões elaborados pelos coletivos, compartilhamentos e *lives*, todo esse material visual e estético armazenado em suas redes sociais.

Como bem argumenta Miskolci (2011, p. 14):

O estudo dos usos sociais das mídias digitais exige um esforço interdisciplinar na busca de fontes históricas e teóricas, assim como na reflexão metodológica. Trata-se de um campo multifacetado cuja aproximação envolve diversas áreas de pesquisa assim como uma metodologia que aciona técnicas distintas e complementares de investigação.

Nossa imersão nas redes sociais dos coletivos LGBTQTs+ nos dão a dimensão da cultura política do uso das redes sociais na contemporaneidade e como as mesmas já fazem parte do domínio político e social na vida das pessoas. *On-line* ou *off-line*, estamos todos conectados no ciberespaço. Requer também apropriação e aprendizado da linguagem utilizada, o domínio tecnológico das diversas interfaces e recursos usados nas redes sociais, bem como aproximação pessoal e política com a bandeira de luta na qual os coletivos ousam levantar suas vozes digitais.

Como esclarece Santos e Gomes (2013, p. 209):

As mídias digitais fornecem um oceano de dados para o etnógrafo realizar o trabalho de campo. Portanto, ao realizar a observação participante no meio virtual, a natureza

da observação muda. E também as formas de construir um caderno de campo passam a ser mais tecnológicas, registrando eventos, interações e locais digitalmente. Assim, as observações participantes virtuais incluem interações em salas de bate papo, e-mails, mensagens, sites, entre outros. Contudo, esse tipo de observação consiste em observar textos e imagens por meio da tela do computador por meio da participação ativa em determinado grupo pesquisado, e na oportunidade de observar os grupos online, além de postar e participar nos mesmos.

Nesse caminho, a pesquisa netnográfica nos possibilita a imersão no ciberespaço, pelas redes e discursos que são produzidos e compartilhados, possibilitando aprofundar os saberes sobre os coletivos LGBTs+, suas formas de atuação, comportamento e emancipação social em rede, mediante as relações de poder na qual são atravessados, sendo assim, configuram nosso ponto de coleta de dados e também nossas fontes de informação - as redes sociais *Instagram* e o *Facebook*. Retificando que os Coletivos LGBTs+ aqui contemplados nos deram o livre consentimento para nossa pesquisa mediante seus dados armazenados nas mídias digitais.

Quadro 15 – Coletivos LGBTs+ no Agreste Pernambucano

Coletivo LGBT+ Lutas e Cores – Caruaru	Arquivo: Instagram e facebook Ano de criação: junho de 2014
Coletivo LGBT Jardim das Cores – Belo Jardim	Arquivo: Instagram Ano de criação: janeiro de 2020
Coletivo LGBT Mil Cores da Resistência – Garanhuns	Arquivo: Instagram Ano de criação: março de 2020
Associação LGBT Cores do Capibaribe- Santa Cruz do Capibaribe	Arquivo: Instagram Ano de criação: janeiro de 2019

Fonte: Organização do autor (2022)

Utilizamos a análise arqueogenealógica de Foucault como estratégia de investigação discursiva, mediante os discursos pedagógicos atravessados pelas redes de poder das redes sociais (Instagram e *Facebook*) dos coletivos LGBTs+ do Agreste Pernambucano em suas ações e estratégias políticas de emancipação social, bem como pesquisadores/as ancorados em estudos sistematizados sobre movimentos sociais, diversidade sexual e enfrentamento da LGBTfobia.

A ADF entende o discurso como possibilidade de fabricação de saberes, práticas, verdades, subjetividades e sentidos. Sua operacionalização nomeia as relações de poder-saber, evocando o que pode ser dito – e por quem – em espaços, lugares e tempos históricos.

Segundo Foucault (2008, p. 54):

Gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os

próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. (FOUCAULT, 2008, p. 54-55).

Devemos entender que as teorizações epistemológicas de Foucault são visões únicas e que nos possibilita não uma imitação de seus métodos, mas um conjunto variável de técnicas, procedimentos e olhares sobre os regimes de verdade, o esforço exaustivo mediante métodos e técnicas de investigação, o aprofundamento analítico de seus escritos bem como as diversas escolas ideológicas que sustentam suas hipóteses. E também um olhar para novas formas de experimentar e vivenciar os saberes, seus temas e teorias.

Em nossa tese, a arqueologia³¹ e a genealogia³² seguem as propostas teóricas e metodológicas que sustentam nossas análises e os caminhos investigativos que as mesmas nos proporcionam. O período arqueológico inaugura os seguintes textos: “A história da Loucura”, de 1961; “O Nascimento da Clínica”, de 1963; “As Palavras e as Coisas”, de 1966 e a “Arqueologia do Saber”, de 1969. O período Genealógico compreende os escritos a partir de “Vigiar e Punir”, de 1974, “A vontade do Saber”, primeiro volume da História da Sexualidade, de 1976 e a continuação da História da Sexualidade, pelos volumes II e III, respectivamente: “O uso dos prazeres” e o “Cuidado de Si” de 1984.

A forma de investigação de Foucault é diferente em cada momento epistemológico que percorreu. Segundo as contribuições de Thiry-Cherques (2010), podem ser vista em três momentos:

- 1) A identificação das práticas discursivas e dos atos materiais (não discursivos). Não interessa a verdade, mas o que é dito, nem o sentido, mas o enunciado. Isso implica reconhecer os saberes existentes na regularidade: as regras de formação dos conceitos, dos objetos, das estratégias, das ações, ou seja, as práticas não discursivas e das instituições a eles associados. (Thiry-Cherques, 2010, p. 219).
- 2) A determinação das discontinuidades, isto é, da emergência e do desaparecimento de conformações das subjetividades e da objetividade social expressa nos saberes, ou seja, os limiares epistemológicos das epistemes, dos dispositivos, em cada segmento (momento) descontínuo. Isso faz aflorar os estratos acumulados, justapostos pelo tempo. (Thiry-Cherques, 2010, p. 219).
- 3) A análise, e não a interpretação, desses elementos, que se dá simultaneamente a cada identificação e a cada determinação. Sinteticamente, trata-se da criação de um quadro explicativo da articulação entre a seriação dos discursos e as práticas não discursivas. (Thiry-Cherques, 2010, p. 219)

Suas profundas investigações se dão pelo processo de descobrimento, e com as mesmas,

³¹ Tem sua origem na questão Kantiana da determinação da possibilidade de conhecer (Thiry-Cherques, 2010, p. 216)

³² Deriva da ideia de Nietzsche da impossibilidade de nos libertarmos da nossa própria condição e da nossa história. (Thiry-Cherques, 2010, p. 217).

já descobertas ou não, se vêem dentro das estruturas do saber, do conhecimento, e como os mesmo se moldam ou sofrem alterações em diferentes épocas, lugares, momentos. Tais apontamentos apontam que já nascemos em uma sociedade dotada de várias linguagens e nós nos tornamos sujeitos oriundos desses conjuntos de discursos.

Como bem aprofunda as discussões e análises arqueológicas mediante as práticas discursivas, Carvalho (2006), Veiga-Neto (2017), Fischer (2001) e Thiry-Cherques (2010):

Quadro 16 – Análises Arqueológicas

Carvalho (2006)	Intrínsecas ao discurso, as regras são produzidas num imbricado de diferentes domínios nos quais onde exatamente se dá a função enunciativa. São produzidas na formação dos objetos, nos sistemas conceptuais, nas formas de enunciação e nas escolhas teóricas. (Carvalho, 2006, p. 69).
Veiga-Neto (2017)	O uso da palavra arqueologia indica que se trata de um procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados, muitas vezes de discursos passados, afim de trazer à luz fragmentos de ideias, conceitos, discursos talvez já esquecidos. (Veiga-Neto, 2017, p. 45).
Fischer (2001)	Construir unidades a partir dessa dispersão, mostrar como determinados enunciados aparecem e como se distribuem no interior de um certo conjunto, sabendo, em primeiro lugar, que a unidade não é dada pelo objeto de análise. (Fischer, 2001, p. 206).
Thiry-Cherques (2010)	Não se deve reduzir o discurso a textos cujos traços seriam lidos a partir de sua estrutura interna, como se nada existisse fora dele. O discurso é uma prática. A arqueologia articula as “formações discursivas”; as “práticas discursivas” com as práticas econômicas, políticas e sociais. (Thiry-Cherques, 2010, p. 227).

Uma análise arqueológica segue a decifração de outros saberes, sendo um estudo de investigação das diversas condições epistemológicas, filosóficas, técnicas, institucionais, sociais, econômicas, políticas e pedagógicas de determinada época. O saber de uma época, segundo Foucault, possui uma positividade, “uma ordem interna constitutiva (episteme) anterior à ordenação do discurso, porque o configura em uma determinada época, de forma que só pode ser entendido como e a partir dele mesmo” (Thiry-Cherques, 2010, p. 222). Na genealogia, encontramos as investigações baseadas nas táticas, nas relações de poder e saber, “que a partir da discursividade local descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade”. Ambas as abordagens são acionadas sem rupturas em seus modos de compreender as práticas discursivas.

Segundo Fischer (2020), as questões epistemológicas de Foucault consolidam em

nossas pesquisas atitudes metodológicas e qualitativas, que nos fazem enxergar os desafios e os dilemas da educação por novos olhares e novas formas de enxergar e atuar no mundo presente.

Compreender que nossas lutas (e pesquisas) sempre têm a ver com linguagem, já que estamos continuamente envolvidos com lutas discursivas; a segunda atitude é atentar para a ideia de que palavras e coisas dizem respeito a fatos e enunciados, que a rigor são “raros”, isto é, não são óbvios, então para além das “coisas dadas”; a terceira, que fatos e enunciados referem-se basicamente a práticas, discursivas e não discursivas, as quais constituem a matéria-prima de nossas investigações, (não importa em que campo se concentrem) e que dizem respeito sempre a relações de poder e a modos de constituição dos sujeitos individuais e sociais; finalmente, a atitude de entrega do pesquisador a modos de pensamento que aceitem o inesperado, especialmente àquilo que se diferencia do que ele próprio pensa. (Fischer, 2020, p. 100).

Concordamos com Fischer (2020), Foucault, sem dúvida, provoca e tenciona nossos saberes, nos faz enveredar por terras desconhecidas, capazes de nos desestabilizar, cortar o véu da colonialidade que nos cerca e nos limita. Seus textos evocados por nós, pesquisadores e professores da realidade educacional brasileira, nos provoca a construir caminhos, conceitos e técnicas capazes de incitar e criar novos caminhos de investigação científica, indissociáveis das práticas políticas e institucionais, bem como visibilizar os diferentes discursos – suas relações de poder e como as mesmas atuam sobre as subjetividades e modos de ser.

A Análise Arqueológica Foucaultiana (AAF) utiliza-se de documentos (textos) em sua análise, a partir de um recorte temporal, muito bem escolhido e pensado, sendo esse caminho o corpus material, monumental, que se torna vivo a partir das coisas ditas e não ditas por ele, determinadas em seu tempo e lugar de fala, ou “como práticas sociais que constituem os modos de existência não só de pessoas, como também de instituições” (Oliveira, p. 01). Nesse sentido, o olhar da investigação é acionada pelas discontinuidades históricas, por meio de práticas discursivas e não-discursivas, onde possamos interrogar como certas verdades, temas, práticas e discursos foram historicamente objetivados. Ou seja, “como objeto de descrição e como questão metodológica. Na realidade, esses dois aspectos estão tão entrelaçados em uma relação que falar de história, em Foucault, é falar do sujeito e vice-versa, falar do sujeito é falar da história”. (Castro, 2009, p. 204).

A AAF tem o discurso como ponto de partida e observa como a produção dos discursos são tematizados nas sociedades em dado recorte temporal. Podemos encontrar na corrente pós-estruturalistas sua filiação, pois a mesma utiliza-se a linguagem como possibilidade de entender a realidade e nosso tempo presente, a mesma busca a vontade de saber, uma vontade de verdade sobre o que somos.

Segundo Silva (2002, p. 254), a linguagem, dentro do estruturalismo, busca:

Um meio transparente e neutro de representação da realidade. Uma das implicações da “virada linguística” é conceber o nosso conhecimento e compreensão do mundo social como necessariamente vinculada à própria forma como nomeamos esse mundo. Esse processo que existe lá fora: esse processo produz, constitui, forma a realidade.

Nesse caminho, entendemos que os discursos são fabricados pelos saberes dos sujeitos, e nesse caminho, seus textos (documentos) são analisados frente ao que é dito, não dito, como também “através dos efeitos de poder que eles propagam, dá vontade de verdade existente em sua estrutura, da intenção que a transforma e a disciplina em uma dada época”. (Silva, 2014, p. 150).

No caminho das atitudes metodológicas, a noção de documento³³ empreendida por Foucault pode ser entendida como, segundo Thiry-Cherques (2010):

Individualizar formações discursivas, isolar pertinências, descrever relações, definir conjuntos e as séries de enunciados que formam o discurso. Os documentos são entendidos não como textos a serem interpretados, mas como **monumentos a serem analisados**. O olhar de Foucault se dirige para o que ele denomina de arquivo: os discursos efetivamente pronunciados, considerados não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas, mas como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos. (Thiry-Cherques, 2010, p. 224, grifo nosso).

Na AAF não se busca interrogar as concepções da linguística (palavras, frases, adjetivos, etc), mas sim, sua intencionalidade e descontinuidade³⁴ histórica, evocando assim a descoberta dos enunciados presentes no determinado período histórico. “A acuidade e a sensibilidade do pesquisador, aliados ao rigor científico, entram em jogo para a realização de tal intento”. (Silva, 2014, p. 153).

Foucault (2008), evoca os seguintes conceitos, para que possamos entender e interrogar a AAF mediante nossas problematizações assumidas em nossa tese em educação:

³³ O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. (Foucault, 2008, p. 07).

³⁴ Um dos elementos fundamentais da análise histórica, onde aparece com um triplo papel. Constitui, de início, uma operação deliberada do historiador (e não mais o que recebe involuntariamente do material que deve tratar), pois ele deve, pelo menos a título de hipótese sistemática, distinguir os níveis possíveis da análise, os métodos que são adequados a cada um, e as periodizações que lhes convém. (Foucault, 2008, p. 9-10).

Quadro 17 – Como uma Arqueologia

Interdiscurso:	<p>Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluí. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. (Foucault, 2008, p. 31).</p>
Formação dos Objetos:	<p>As superfícies primeiras de sua emergência: mostrar onde podem surgir, para que possam, em seguida, ser designadas e analisadas essas diferenças individuais que, segundo os graus de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teoria, vão receber a qualificação de doença, alienação, anomalia, demência, neurose ou psicose, degenerescência etc. Essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso. (Foucault, 2008, p. 46, grifo nosso).</p> <p>instâncias de delimitação: a medicina (como instituição regulamentada, como conjunto de indivíduos que constituem o corpo médico, como saber e prática, como competência reconhecida pela opinião pública, a justiça e a administração) tornou-se, no século XIX, a instância superior que, na sociedade, distingue, designa, nomeia e instaura a loucura como objeto; mas não foi a única a representar esse papel: a justiça, e particularmente a justiça penal (com as definições da escusa, da irresponsabilidade, das circunstâncias atenuantes e com o uso de noções como as de crime passional, de hereditariedade, de perigo social), a autoridade religiosa (na medida em que se estabelece como instância de decisão que separa o místico do patológico, o espiritual do corporal, o sobrenatural do anormal, e na medida em que pratica a direção de consciência mais para um conhecimento dos indivíduos do que para uma classificação casuística das ações e das circunstâncias), a crítica literária e artística (que, no curso do século XIX, trata a obra cada vez menos como um objeto de apreciação que deve ser julgado, e cada vez mais como uma linguagem que deve ser interpretada e em que é preciso reconhecer os jogos de expressão de um autor). (Foucault, 2008, p. 47, grifo nosso).</p> <p>Grades de especificação: trata-se dos sistemas segundo os quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos, umas das outras, as diferentes "loucuras" como objetos do discurso psiquiátrico (essas grades de diferenciação foram, no século XIX, a alma, como grupo de faculdades hierarquizadas, vizinhas e mais ou menos interpenetráveis; o corpo, como volume tridimensional de órgãos ligados por esquemas de dependência e de comunicação; a vida e a história dos indivíduos, como sequência linear de fases, emaranhado de traços, conjunto de reativações virtuais, repetições cíclicas; os jogos das correlações neuropsicológicas como sistemas de projeções recíprocas e campo de causalidade circular). (Foucault, 2008, p. 47, grifo nosso).</p> <p>Estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar. (Foucault, 2008, p. 50, grifo nosso).</p>
	<p>Primeira questão: quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em</p>

<p>A Formação das Modalidades Enunciativas:</p>	<p>troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o status dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (Foucault, 2008, p. 56, grifo nosso).</p> <p>É preciso descrever também os lugares institucionais de onde o médico obtém seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação). (Foucault, 2008, p. 57, grifo nosso).</p> <p>As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é sujeito que questiona, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e que ouve, segundo um certo programa de informação; é sujeito que observa, segundo um quadro de traços característicos, e que anota, segundo um tipo descritivo; está situado a uma distância perceptiva ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente; utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala da informação. (Foucault, 2008, p. 58, grifo nosso).</p>
<p>A Formação dos Conceitos:</p>	<p>Formas de sucessão e, entre elas, as diversas disposições das séries enunciativas (quer seja a ordem das inferências, das implicações sucessivas e dos raciocínios demonstrativos; ou a ordem das descrições, os esquemas de generalização ou de especificação progressiva aos quais obedecem, as distribuições espaciais que percorrem; ou a ordem das narrativas e a maneira pela qual os acontecimentos do tempo estão repartidos na sequência linear dos enunciados). (Foucault, 2008, p. 63, grifo nosso).</p> <p>A configuração do campo enunciativo compreende, também, formas de coexistência. Estas delineiam, inicialmente, um campo de presença (isto é, todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados, assim como os que são rejeitados ou excluídos. (Foucault, 2008, p. 63, grifo nosso).</p> <p>Os procedimentos de intervenção que podem ser legitimamente aplicados aos enunciados. Esses procedimentos, na verdade, não são os mesmos para todas as formações discursivas; os que são aí utilizados (à exceção de todos os outros), as relações que os ligam e o conjunto que assim constituem permitem especificar cada uma delas. [...] técnicas de reescrita; métodos de transcrição dos enunciados; os modos de tradução dos enunciados; os métodos de sistematização. (Foucault, 2008, p. 65, grifo nosso).</p>
<p>O Enunciado:</p>	<p>O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdo concretos, no tempo e no espaço. (Foucault, 2008, p. 98, grifo nosso).</p>

	<p>Não é constituído de "coisas", de "fatos", de "realidades", ou de "seres", mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. (Foucault, 2008, p. 103, grifo nosso).</p>
--	--

Fonte: Foucault (2008).

Os enunciados em Foucault (2008) apresentam-se em sua materialidade histórica, em sua prática social, não se limitam em aspectos linguísticos de texto ou proposições, mas em signos, que evocam determinadas características. Podemos ler os enunciados por uma imagem, uma gráfico, uma tabela numérica referente ao desmatamento na Amazônia, as cartilhas eleitorais, entre outras. Os enunciados podem ser revelados mediante quatro funções, a saber: o referencial do enunciado³⁵; o sujeito enunciativo³⁶ ou autor; o campo associado³⁷ ou domínio associado e último – o enunciado possui uma existência material³⁸.

Segundo as contribuições de Fischer (2001, p. 02), os quatro elementos são:

1. A referência a algo que identificamos (o referente, no caso, a figura de mestre associada a doação e amor);
2. O fato de ter um sujeito, alguém que pode efetivamente afirmar aquilo (muitos professores e professoras ocupam o lugar de sujeito desse enunciado, e o interessante neste caso seria, por exemplo, descrever quem são os indivíduos que ainda estão nessa condição; mesmo pessoas que não são professores, os voluntários da educação, também se reconhecem nesse discurso, como tantas vezes vemos em reportagens de jornais e na televisão);
3. O fato de o enunciado não existir isolado, mas sempre em associação e correlação com outros enunciados, do mesmo discurso (no caso, o discurso pedagógico) ou de outros discursos (por exemplo, o discurso religioso, missionário, ou mesmo o discurso sobre a mulher, a maternidade, e assim por diante);
4. Finalmente, a materialidade do enunciado, as formas muito concretas com que ele aparece, nas enunciações que aparecem em textos pedagógicos, em falas de professores, nas mais diferentes situações, em diferentes épocas (veja-se como a mídia se apropria desse discurso e o multiplica em inúmeras reportagens sobre pessoas que voluntariamente passam a dedicar-se ao trabalho de educadores).

³⁵ Conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas. (Foucault, 2008, p. 103).

³⁶ É uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia (ou seja, não possui um dono, um proprietário), podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes, posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. (Foucault, 2008, p. 109).

³⁷ Desde a sua raiz, se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e status, que lhe apresenta relações com o passado e que lhe abre um futuro eventual. [...] Não há nenhum que tenha, em torno de si, um campo de coexistência, efeitos em série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. (Foucault, 2008, p. 114-115).

³⁸ É constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. (Foucault, 2008, p. 117).

Nesse caminho de investigação teórico-metodológico, a AAD possibilita o olhar para os dilemas e desafios da educação – em especial – em nossa tese, onde possamos descrever, interrogar e analisar as relações de poder dos diferentes enunciados (discurso pedagógico) produzidos pelos coletivos LGBTs+ situados no Agreste Pernambucano, tendo em foco as redes sociais, nos possibilitando conhecer arqueologicamente os saberes produzidos em determinado tempo histórico.

Como bem articula Silva (2014, p. 157):

Foucault possibilita aos pesquisadores da educação compreenderem determinado fenômeno da educação e da sociedade de um modo geral, uma vez que, com a AAD, podem-se identificar nos discursos as construções sociais que orientam as ações dos sujeitos, suas práticas e modos de convivência. Para isso, torna-se um procedimento debruçar-se sobre os documentos arqueológicos produzidos pelos homens para contar suas histórias e modos de vida, para extrair os enunciados que permitam dar a conhecer mais sobre um dado objeto ou como um discurso é produzido sobre algo.

Considerando também interrogar as relações de poder que produzem tanto às resistências como os modos de subjetivação e dominação nos seus referenciais e ou campos de domínio das práticas sociais, culturais, pedagógicas e jurídicas. Entender a linguagem e o discurso pedagógico como produtores de sujeitos – que os posicionam e os definem.

Segundo Carvalho (2008, p. 115):

Os objetivos da análise consistem em estabelecer as condições de possibilidades dos discursos e das práticas discursivas e identificar os efeitos de verdade produzidos pelos discursos, inclusive os efeitos produzidos nos processos de constituição dos indivíduos.

Como também pensar a insurgência como possibilidade de criar novas formas de pensamento rebelde, insurgentes, capazes de reinventar a emancipação social, ou seja “o trabalho do pesquisador será construir unidades a partir dessa dispersão, mostrar como determinados enunciados aparecem e como se distribuem no interior de um certo conjunto, sabendo, em primeiro lugar, que a unidade não é dada pelo objeto de análise”. (Fischer, 2001, p. 206).

Na investigação genealógica³⁹, enquanto transição da arqueologia, sua investigação histórica, desestabiliza os começos e os fins, “ela trabalha a partir da diversidade e da dispersão, da aleatoriedade dos começos e dos acidentes, da singularidade dos acontecimentos”. (Thiry-Cherques, 2010, p. 233). A partir dos anos setenta, o caminho genealógico investigado por Foucault entende o discurso – seu aparecimento e sua formação discursiva – como

³⁹ A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. (Foucault, 2019, p. 55).

complementares aos cenários políticos, jurídicos, pedagógicos, sociais e históricos em determinado contexto. Nesse sentido, “a análise histórica das condições políticas de possibilidades dos discursos”. (Machado, 1982, p. 188).

Segundo Veiga-Neto (1996, p. 189):

Tal análise se dá a partir de materiais que são usados – como o eram na arqueologia – mais como monumentos do que como documentos. [...] A leitura é feita pela exterioridade dos textos, sem entrar propriamente na lógica interna dos enunciados, mas procurando estabelecer as relações entre esses enunciados e aquilo que eles descrevem.

Nos cenários da sociedade moderna, a genealogia empreende o poder, o saber e o corpo como possibilidades de investigação mediante os acontecimentos e os seus objetos. O saber é evocado mediante os tensionamentos que decorrem do poder e as práticas de subordinação (dominação) são gerados por meio de técnicas e procedimentos. “Foucault sustenta que as condições de possibilidade dos saberes não se encontram nas relações destes com os poderes instituídos, como o do Estado, mas na articulação entre poderes locais, específicos e moleculares”. (Thiry-Cherques, 2010, p. 235).

Machado (2019, p. 17) argumenta:

O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, que, com tecnologias próprias, e relativamente autônomas, foram utilizadas e transformadas pelas formas mais gerais de dominação do aparelho do Estado.

Na genealogia, a produção discursiva do saber é o poder. Ele tem a façanha de evocar a verdade, não possui centro, pois é uma prática social, monumental, ao mesmo tempo que circula e é relacional. Seu estado de microfísica produz a realidade. A arqueogenealogia, como aponta Veiga-Neto: “Não acredita nem nas essências fixas, nem em leis universais, nem em fundamentos e finalidades metafísicas; Ambos põem em evidência as rupturas onde outros pensam haver continuidades; Ambos desconfiam dos discursos unitários, generalizantes e emblemáticos”. (Veiga-Neto, 1996, p. 191).

Segundo Foucault (2019, p. 61-62):

A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os infimos desvios - ou ao contrário as inversões completas - os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz

daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos - não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente.

Thiry-Cherques (2010) aponta quatro momentos em que a genealogia circula nos caminhos de investigação:

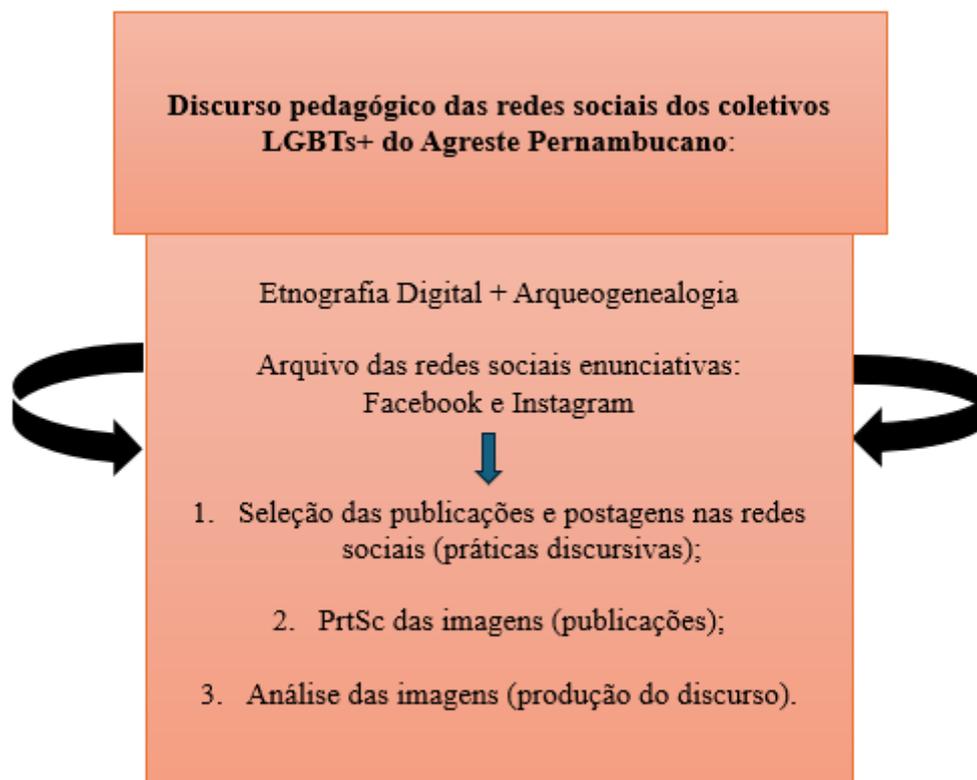
Quadro 18 – Caminhos Epistemológicos da Genealogia

Interstícios	A genealogia apoia-se sobre a arqueologia e a completa. Para a genealogia, como para a arqueologia, não existem essências fixas, leis básicas, finalidades metafísicas. O que há são recorrências e jogos. Não há progressos e seriações. O presente é a resultante de deslocamentos imperceptíveis e de continuidades sutis. A abordagem genealógica absorve a análise arqueológica em uma dimensão interpretativa. (Thiry-Cherques, 2010, p. 235-236).
Decifração	O processo genealógico estabelece as correspondências de sentido entre a atualidade e o passado imediato ou remoto. O roteiro da investigação compõe-se de dois passos fundamentais: 1) a identificação de componentes situacionais, de condições presentes, e 2) a interrogação sistemática de como este estado presente chegou a ser. (Thiry-Cherques, 2010, p. 237).
Analítica	Dá maior ênfase ao exame do não discursivo, nos espaços institucionais de controle, e, na continuidade da positividade com seus objetos, conceitos, métodos e atores, nas rupturas e nas regras de transformação. O seu campo de análise gira em torno da questão do poder, da relação entre o poder e o saber e das relações entre o poder, o saber e o corpo enquanto objeto de controle de gestos, atitudes, hábitos e comportamentos. (Thiry-Cherques, 2010, p. 239).
Analítica interpretativa	A genealogia não interpreta: ela descreve a história das interpretações e nos revela que os universais do nosso pensamento humanista são o produto da aparição contingente de interpretações que nos foram culturalmente impostos. [...] Foucault propõe uma explicação da situação presente mediante a decifração das regras que determinam ou regem os discursos e as práticas não discursivas efetivos. (Thiry-Cherques, 2010, p. 240-241).

Fonte: Thiry-Cherques (2010).

Uma investigação arqueogenealógica nos provoca o desconforto, nos tira de nossas cegueiras coloniais, mas também evoca seu lado efêmero, uma vez que até as nossas conclusões apontam para o inevitável. A analítica interpretativa dos discurso e saberes, permeados pelas relações de poder e modos de subjetivação – nos recoloca aos modos de pensar de outra formas, de outras possibilidades, reconhecendo a nossa história: “nós, e nossa vida, essa real possibilidade de sermos, quem sabe um dia, obras de arte”. (Fischer, 2001, p. 222).

Figura 7 – Esquema dos procedimentos teórico-metodológicos



Fonte: Criação do autor, 2024

6 “SEI QUE NADA SERÁ COMO ESTÁ” ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOS OBJETOS DO DISCURSO PEDAGÓGICO DOS COLETIVOS LGBT+ DO AGRESTE PERNAMBUCANO

Em nosso primeiro quadro de análise, mediante a formação dos objetos (superfícies de emergência, instância de delimitação e grades de especificação) o arquivo (redes de enunciados) são as redes sociais hospedadas na internet: facebook e Instagram dos coletivos LGBT+ do Agreste Pernambucano. Sendo os coletivos “Lutas e cores” de Caruaru-PE, “Cores do Capibaribe”, de Santa Cruz do Capibaribe-PE, “Jardim das Cores”, de Belo Jardim-PE e “Mil Cores da Resistência” de Garanhuns-PE. Utilizaremos mediante o dispositivo da sexualidade de Foucault (a unidade do dispositivo, 2019) a quarta regra da polivalência tática dos discursos como caminho analítico em busca das relações de poder e resistência dos coletivos LGBTs+ aqui analisados.

Tomando como ponto de partida metodológica a arqueogenealogia de Foucault (2008) e as contribuições da netnografia (hine, 2004), analisando os discursos (imagens e textos) postadas nas redes sociais, entendendo que cada sociedade em determinada época produz seus regimes de verdade e suas condições de enunciação, buscando sistematizar como o discurso pedagógico produz os sujeitos e suas condições de produção, em que ordem aparecem e qual o seu lugar no discurso mediados por uma articulação em rede (midiática) que visa a insubmissão mediante práticas LGBTfóbicas articuladas e enraizadas nas sociedades.

As imagens produzidas nas redes sociais, evocadas como meio de comunicação virtual, que representam visões de mundo, ideologia e utopias, são artefatos contemporâneos, de fácil acesso e trazem consigo impactos na cultura e nos modos de ser dos sujeitos. Tais imagens podem ser encaradas como práticas dizíveis e visíveis, uma vez que estabelecem em seus enunciados como prática discursiva.

Considerando as imagens das publicações das redes sociais como um registro, entre momentos de texto escrito combinados com as imagens, a saber, entre regimes dizíveis e visíveis, a linguagem se torna o seu próprio:

Código de conotação, a leitura da fotografia é, portanto, sempre histórica: ela depende do "saber" do leitor, exatamente como se se tratasse de uma língua verdadeira, inteligível somente se aprendemos os seus signos. Em resumo, a "linguagem" fotográfica não deixaria de lembrar certas línguas ideográficas, nas quais estão misturadas unidades analógicas e unidades sinaléticas, com a diferença de o ideograma ser vivido como um signo, enquanto a "cópia" fotográfica passa pela denotação pura e simples da realidade. Reencontrar esse código de denotação seria, portanto, isolar, recensear e estruturar todos os elementos "históricos" da fotografia, todas as partes da superfície fotográfica que tiram seu próprio descontínuo de um certo

saber do leitor, ou, se assim preferirmos, de sua situação cultural. (Barthes, 1990, p. 30).

Os textos e as imagens produzidas nas redes sociais e amplamente divulgadas em suas páginas virtuais associam entre si duas possibilidades de linguagem: “o que implica tentar ler pelos códigos da língua a fluidez da linguagem, o que significa estabelecer significados, conceitos, racionalizar, esquematizar” o seu conjunto enunciativo (Silva, 2001, p. 125). Dessa forma, a imagem está diretamente associada a uma linguagem que comporta em si ideologias, utopias e visão cultural e social do mundo que a comporta e a reproduz. Nesse conjunto analítico de imagens e textos, buscamos:

Demonstrar que a imagem é de fato uma linguagem, uma linguagem específica e heterogênea; que, nessa qualidade, distingue-se por meio de signos particulares, propõe uma representação escolhida e necessariamente orientada; distinguir as principais ferramentas dessa linguagem e o que sua ausência ou presença significam. (Joly, 2005, p. 48).

As publicações em forma de imagem e texto produzem nos sujeitos que a compartilham uma série de regimes de verdade (visualidade), já que elas estão indissociáveis das relações de poder que as sustentam em seu discurso produzido pelos coletivos LGBTs+. Dessa forma, “a leitura de uma imagem exige um esforço de reconhecimento que, de alguma forma, depende de modos de expressão e compreensão de cada época e lugar, ou seja, cada imagem conta a sua história” (SCHWENGBER, 2012, p. 268). Analisamos as imagens (discursos) das publicações dos coletivos LGBTs+ mediante o conceito de *a priori* histórico evocado por Foucault (1996):

É o que, em dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que nele aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se podem enunciar as coisas num discurso reconhecido como verdadeiro. (Foucault, 1996, p. 173).

O critério de utilização das imagens segue uma ordem cronológica de suas ações, mediante seus acontecimentos políticos e educativos, por outro lado, as imagens escolhidas produzem em mim uma afetividade e uma memória ativa de um longo percurso de orgulho e pertencimento, uma vez que vi nascer o Coletivo LGBT+ Lutas e Cores, em Caruaru-PE, sendo um dos primeiros militantes do grupo de jovens universitários, trabalhadores da educação e de classes populares, que almejam pertencer a uma Caruaru-PE livre das amarras do preconceito LGBTfóbico. Rever as imagens, seus acontecimentos históricos, agrava em mim um *punctum*, uma picada que fere, punge, mas prova que ainda existe vida.

As imagens provocam um fazer da militância que é capaz de pensar o discurso político e pedagógico através do resgate da dignidade de suas vidas enquanto sujeitos mergulhados no preconceito LGBTfóbico, como também na desconstrução de regimes de verdades, buscando

fortalecer as identidades e as experiências que soam em comum, sem renunciar a autocríticas no fazer na interseccionalidade em suas ações coletivas.

Outro ponto do debate é a produção de novas ações coletivas em colaboração com outros movimentos identitários/pós-identitários, partidos políticos de mesma base de ideologia, Universidades, escolas, saúde pública, segurança e instituições sociais e filantrópicas, almejando uma rede discursiva e prática no combate às opressões.

Dentro desse contexto de um discurso pedagógico voltado para as multiplicidades do saber pedagógico das redes sociais, Souza (2009) nos apresenta a importância de uma *práxi* pedagógica que seja capaz de ser envolvida em *tempus* e *lócus*. Um tempo que tenha por finalidade uma “maturação emocional, operativa e intelectual na busca de um *status* e posição cultural” (Souza, 2009, p.34) e um *lócus* que seja capaz de “confrontos no qual se realiza a educação de maneira coletiva, organizada com intencionalidades explícitas (finalidade e objetivos) de forma escolar ou não escolar.” (Souza, 2009, p.34). Pensando nesse *tempus* como maturação emocional e nesses *lócus* como espaço de sociabilidade recíproca, é que a *práxi* é entendida como uma prática pedagógica.

Segundo Foucault (2008, p. 46), as superfícies de emergência “não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso.” A criação das páginas dos coletivos LGBTs+ do agreste pernambucano evidenciam a necessidade de seu surgimento ao passo que criam pontos de resistência mediante uma ação coletiva e pedagógica que busca, por meio da internet, um uso insubmisso de seus ativismos e militância contra qualquer possibilidade de opressão, discriminação e violência diante de suas identidades, desejos e comportamento sexual. As superfícies de emergência dos coletivos LGBTs+ busca definir “aquilo de que fala, de dar-lhe o *status* de objeto - ou seja, de fazê-lo aparecer, de torná-lo nomeável e descritível”.

Segundo Foucault (2004, p. 95-96):

Descrever uma formulação de enunciados não consiste em analisar a relação entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar que posição de sujeito pode e deve ser ocupada por qualquer indivíduo para que seja ele o sujeito dele.

As superfícies de emergência, as instâncias de delimitação e suas grades de especificação (Foucault, 2008) são evocados aqui por meio do discurso pedagógico produzido pelos coletivos LGBTs+ do Agreste Pernambucano. Tais formações de objetos nos permite entender e analisar os enunciados (discursos) e das imagens produzidas pelas redes sociais facebook e Instagram dos coletivos LGBTs+.

Quadro 19 – As Superfícies de emergência dos Coletivos LGBTQs+ do Agreste Pernambucano

As Superfícies de emergência dos Coletivos LGBTQs+ do Agreste Pernambucano		
Coletivo LGBTQs+ - Lutas e Cores	Criado em outubro de 2014, na cidade de Caruaru-PE, possui em sua intencionalidade política e pedagógica o fim do preconceito LGBTQfóbico e a busca do empoderamento mediado por direitos e pela promoção de suas existências, sendo lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, entre outras identidades de gênero.	O uso das redes sociais se deu em 15 de novembro de 2014, com a criação do perfil no facebook e do Instagram em 22 de dezembro de 2014. Atualmente conta com 1,9 mil seguidores no facebook e com 1644 seguidores no Instagram com 719 publicações.
Coletivo Mil Cores da Resistência	Criado em setembro de 2018, na cidade de Garanhuns-PE. O coletivo busca em suas ações o fortalecimento de suas agendas no setor público e o enfrentamento sistemático da LGBTQfobia na cidade. Seus integrantes são, em sua maioria, jovens universitários, trabalhadores da educação, da saúde e do serviço social.	A criação da página no Instagram se deu em 03 de setembro de 2018. A página conta com 3261 seguidores e com 401 publicações.
Coletivo LGBTQs+ Jardim de Cores	Criado em junho de 2020, na cidade de Belo Jardim-PE. O enfrentamento da LGBTQfobia é a bandeira de luta do coletivo, seus membros/ativistas apostam numa relação de troca com o setor público, bem como as	A criação da página no Instagram se deu em 28 de junho de 2020. Conta com 1002 seguidores e 164 publicações.

	questões culturais que são desenvolvidas por meio de editais de fomento. O grupo é formado por trabalhadores da educação, da saúde e produtores culturais.	
Associação Cores do Capibaribe	A Associação Cores do Capibaribe surge em Santa Cruz do Capibaribe – PE no ano de 2014, a partir da necessidade de resistência e organização política da população LGBTQIA+ da cidade.	A criação da página se deu no dia 03 de janeiro de 2019. Conta com 2362 seguidores e 340 publicações.

Fonte: Redes sociais dos coletivos LGBT+ do agreste pernambucano

As instâncias de delimitação são acionadas como objeto do discurso pedagógico por meio do uso das redes sociais no campo da internet e seu uso pelos coletivos LGBTs+ como ferramenta de comunicação política e pedagógica não dispensa o contato presencial em suas agendas e ações, uma vez que as redes sociais precisam estar conectadas aos usuários. A mobilização em rede é uma consequência direta do impacto dos movimentos sociais na modernidade, mas os seus objetivos de articulação devem ser esclarecidos como articuladores em sua coletividade, uma vez que os movimentos sociais buscam uma horizontalidade de suas práticas. Frey (2003, p. 177) comenta que as redes sociais com o uso da internet podem criar “modos de relacionamento transversais e estruturas mais fluidas, em maior sintonia com as estruturas de redes, que caracterizam os processos sociais e políticos nas sociedades democráticas modernas”.

O *Facebook* é uma rede social que pode ser instalada em celulares (*Android* e o *iOS*), *smartphones*, tablets, computadores e notebooks, entre outros, sendo uma plataforma digital onde se faz os downloads de forma gratuita. Os criadores são os empresários Mark Zuckerberg e Eduardo Saverin, dois jovens universitários da prestigiada Universidade de Harvard. Zuckerberg já afirmou em entrevistas que sua criação se deu no momento de raiva e vingança contra a sua namorada da época, onde ele invadiu o banco de dados das icônicas irmandades da

Universidade para poder ter acesso às fotos tanto de sua namorada como de outros integrantes. Tal possibilidade de aplicativo foi um sucesso que todos os universitários querem acessar e usufruir de suas ferramentas, que já na época fornecia o compartilhamento de vídeos, fotos, áudios e textos.

O *Facebook* é um ambiente que permite a comunicação e a interação entre amigos, familiares, colegas de trabalho e conhecidos, ou seja, uma rede social, a qual permite que você escolha as pessoas com quem quer se relacionar. As opções de comunicação, interação e entretenimento são variadas, indo desde uma conversa *inbox*, um comentário na linha do tempo, uma postagem relatando um acontecimento ou um vídeo, uma frase no seu perfil resumindo o que está sentindo, atualizações de notícias e eventos, convites, além de poder jogar, curtir e compartilhar o que achar interessante ou conveniente (Alves; Santos, 2019, p. 03).

Os benefícios tanto do facebook como do Instagram para os coletivos LGBTs+ pode ser visto como um conjunto de ferramentas que facilita a comunicação entre os militantes/ativistas e de troca rápida de informações. Facilita o envio de informações por meio da criação de grupos dentro das redes sociais. Na criação e interação desses grupos, ficam registradas informações valiosas e importantes, bem como tomadas de decisões, atas de frequência e agendas políticas.

Conceitua Azevedo (2015, p. 143):

Dessa forma, o Instagram representa um dos elementos significativos na mudança desse paradigma da imagem, antes fotográfica, atualmente digital/virtual. E de certa forma, se mescla com padrões anteriores aos seus, através de um hibridismo do olhar, que ao mesmo tempo é perene quanto à memória/lembança dos indivíduos que a utilizam como mecanismo motor para era-la, mas também é fluido e excessivo em relação à quantidade de imagens que gera em seu display.

O Instagram, assim como o *Facebook*, estabelece em suas ferramentas uma sociabilidade online onde seus usuários produzem compartilhamentos, comentários e curtidas nas postagens das páginas em que seguem. As contas dos coletivos LGBTs+ se utilizam de restrições enquanto seus usuários e comentários, uma vez que as postagens servem como plataforma de denúncia de cenas de exclusões e violências institucionais ou verbais, contra a população LGBT+. Para seguir a página, comentar, curtir, compartilhar e usar as hashtags (#), seus seguidores são acionados como pertencentes à luta contra a LGBTfobia e qualquer outra forma de violência (seja de gênero, raça, capacitismo ou classe social).

Por meio de uma série de ferramentas, o Instagram e o Facebook são acionados pelo dispositivo pedagógico mediante sua intencionalidade política. Sendo assim, os coletivos LGBTs+ se utilizam de:

- Envio de notificações e compartilhamento de conteúdo para todos os seguidores, contendo informações sobre agendas, reuniões ou convites para formações ou manifestações; o compartilhamento é acionado a partir da publicação de imagem e do texto (enunciados) no perfil.
- Leituras complementares: No perfil de cada coletivo é disponibilizado leituras de textos, livros ou cartas de intenções contendo informações sobre a história do movimento LGBTQ+, questões conceituais de ativismo, militância, interseccionalidade (gênero, raça, classe social) entre outras;
- Rede de dúvidas ou esclarecimentos nos *stories*: É possível tirar dúvidas dos seguidores ao postar informações nos *stories*, uma vez que a mensagem chega super-rápida na caixa de mensagem e a página pode repostar a dúvida ou esclarecer qualquer pergunta feita pelos usuários que seguem a conta (o perfil de cada coletivo LGBTQ+).

Já ao encontro das grades de especificação, utilizaremos o dispositivo da sexualidade, mediante a relação de poder e de resistência, onde defendemos nesta tese, a partir das discussões propostas em nossa discussão teórica - o dispositivo da LGBTQfobia e como ele captura, por meio de uma rede de significados, as práticas de vida da população LGBTQ+, encaixando-as em uma única possibilidade de desejo, comportamento e de identidade. Nesse caminho, a pedagogia da insurgência surge como possibilidade recriadora de pensar novos sujeitos, novos corpos, de reivindicar novas identidades, que desestabiliza a matriz heterossexual e sua governamentalidade.

Segundo Castro (2016, p. 412), Foucault nos apresenta a tática como caminho metodológico, mediante a:

A polivalência tática dos discursos; nesse caso, trata-se de uma consideração metodológica que consiste em tomar os discursos como segmentos descontínuos, cuja função não é uniforme nem estável. A multiplicidade dos elementos discursivos, com efeito, pode desempenhar diferentes papéis em diferentes estratégias. Não há que interrogar os discursos sobre o sexo, antes de tudo, para saber que teoria implícita derivam, ou a que pressupostos morais conduzem ou que ideologia representam; antes há que interroga-los a respeito dos dois níveis de sua produtividade (que efeitos recíprocos de poder e de saber garantem) e de sua integração estratégica (que conjuntura e que relação de forças fazem com que sua utilização seja necessária em um determinado episódio dos diferentes enfrentamentos que se produzem).

A saber, utilizando-se da regra da polivalência tática dos discursos, mediante seus desdobramentos a partir do século XVIII, mediante o conceito de dispositivo de saber e poder (1. A histerização do corpo da mulher, 2. A pedagogização do sexo das crianças; 3. A socialização das condutas procriadoras e 4. A psiquiatrização dos prazeres perversos)

elencamos como grades de especificação dos discursos pedagógicos em rede dos coletivos LGBT+ do Agreste pernambucano as seguintes regras de análise:

Quadro 20 – Táticas insurgentes do discurso pedagógico em rede dos coletivos LGBTs+ do agreste Pernambuco

Táticas insurgentes		
1. Roteiros informativos de resistência	2. Participação institucional	3. Manifestações interseccionais, políticas e culturais de orgulho

Fonte: Sistematização do autor (2024).

- **Roteiros informativos de resistência**

Em *lócus* de orgulho, o Coletivo LGBT+ Lutas e Cores publiciza em sua rede social um conjunto de campanhas conscientizadoras mediante roteiros informativos de resistência, em prol de bandeiras interseccionais em parceria com o movimento feminista, bem como campanhas locais e nacionais. Tais discursos produzidos pelas imagens e textos educam seus seguidores (ativistas e militantes) ou aliados da causa, sistematizando informações que muitas vezes a mídia tradicional não publica nos meios de comunicação tradicionais. A seguir, uma série de campanhas e intervenções políticas elaboradas e compartilhadas pelo coletivo LGBT Lutas e Cores na página do facebook entre os anos de 2014 até 2022.

As publicações online que o coletivo LGBT Lutas e Cores compartilham nas redes seguem sendo no facebook e no Instagram, aqui optamos por escolher a rede social facebook, já que os outros coletivos optaram em ter apenas o Instagram como ferramenta de comunicação pedagógica e ativista com seus membros e seguidores.

Figura 8 Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Na imagem é possível compreender a produção de um discurso voltado para a prevenção da Aids, comemorado no dia 1º de dezembro, como Dia Mundial de Luta contra a Aids. Tal caminho se deu em diálogo dos movimentos sociais com a Assembleia Mundial de Saúde em 1987, com o apoio da ONU (Organização das Nações Unidas). A campanha busca criar uma rede de solidariedade e compaixão pelas pessoas que são infectadas por HIV/aids. O alerta da mensagem convida os jovens militantes e ativistas bem como apoiadores a disseminar informações importantes sobre a Aids e seus impactos no dia a dia, como o uso consciente do preservativo e de boas práticas sexuais.

O enfrentamento a epidemia de HIV/aids também é uma bandeira do Lutas e Cores, pois no Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, um jovem gay tem 20 vezes mais chances de ser infectado pelo HIV/aids do que a população heterossexual. Isso ocorre em grande parte devido à grande ausência de políticas de prevenção entre esse público. Queremos mais campanhas e mais políticas preventivas do HIV/aids que tenham como público-alvo os jovens gays e a população LGBT. Lutar pela prevenção e pela cura da AIDS também nos move! (Coletivo LGBT LUTAS E CORES. **Estabelecer o 1º de dezembro como o Dia Mundial de Luta Contra a Aids.** Caruaru, 01 de dez. De 2014. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=776018455780175&set=pb.100064882892401.-2207520000&locale=pt_BR. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

Em tempos de ação coletiva com outros movimentos sociais, a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres – setor Agreste, o coletivo LGBT Lutas e Cores compartilharam e postaram em sua página do facebook convidando seus militantes e ativistas para participarem de um ato de enfrentamento a violência contra a mulher, no dia 02 de dezembro de 2014.

Figura 9 - Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

O local de concentração foi o Marco Zero da cidade de Caruaru-PE, às 17h30 da tarde. A mensagem produzida pede uma desconstrução da cultura machista, a imagem conta com 12 curtidas de seus membros e segue sem compartilhamentos. A luta feminista organizada no agreste pernambucano sempre buscou em outros movimentos identitários/pós-identitários parcerias e negociações para o enfrentamento de condutas sexistas, uma vez que as integrantes lésbicas, travestis e bissexuais dos coletivos LGBTs+ também fazem parte de outros coletivos.

Outro exemplo é a campanha criada nas redes sociais com a hashtag #SomosTodasKarinnyOliveira, na época estudante de pós-graduação em educação pelo PPGeduc-UFPE-CAA, na qual enfrentava uma série de denúncias sexistas e morais do seu ex-marido.

Figura 10 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutase Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

A descrição da imagem conta com o seguinte texto: Caso Karinny Oliveira: Uma mulher vítima de violência doméstica e familiar, que perdeu a guarda dos filhos para seu ex-marido, um promotor de "justiça" que através de alienação parental a impediu de ver os filhos. Entrou com uma ação para tomar a residência que morava e com o pedido na "justiça" de pensão alimentícia, da qual foi condenada. Na última quinta-feira, 04 de dezembro, o juiz emitiu a ordem de prisão de Karinny, que está prestes a perder também a liberdade. Não podemos ficar calados(as) diante dessa injustiça! A publicação conta com 12 curtidas e 9 compartilhamentos.

No dia 11 de dezembro de 2014 é publicado na página do facebook mais uma conquista do movimento LGBTQ+ brasileiro, a criação nacional que "Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBTQ)".

Figura 11 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

A publicação segue com 5 curtidas e 12 compartilhamentos de seus usuários. A imagem segue com o seguinte texto: Em 2011 foi lançada a política nacional da saúde para a população LGBT pelo Ministério da Saúde, que tem como objetivo promover a saúde integral dessa comunidade. A política objetiva também eliminar a discriminação e o preconceito institucional, assim contribuindo com a redução das desigualdades, para a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativa. Conheça portaria Nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, e cobre a implementação dessa política, fiscalizando a atuação dos gestores de saúde: <http://bit.ly/1zeuTTi>

O campo da saúde da população LGBT+ sempre foi alvo de pesquisas e demandas, seguindo a criação da política Nacional, Pernambuco inaugura, e sendo a vanguarda, a Coordenação Estadual de Atenção Integral à Saúde da População LGBT, cujo objetivos estão:

A produção de conhecimento sobre a saúde integral LGBT, promovendo o desenvolvimento do protagonismo social desta conquista;

promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades e para a consolidação da saúde desta população;

A política se efetiva percorrendo três grandes eixos de atuação: Atenção à Saúde, Vigilância em Saúde e Educação em Saúde, que, em conjunto, apontam caminhos de visibilidade e resolutividade das questões sanitárias que afetam este grupo populacional;

A Coordenação desenvolve atividades relacionadas à efetivação da capilarização da política no território pernambucano, tendo como principal ação a Educação em Saúde, elemento agregador do conhecimento e da efetivação do direito à saúde para a população LGBT. Outra ação importante é a ampliação dos comitês técnicos de saúde LGBT nas regiões de saúde do estado e a ampliação da assistência em saúde por meio da inserção de práticas inclusivas e equitativas. Na assistência esta ação tem se efetivado em parceria com as universidades e com os municípios na instituição de Ambulatórios de Saúde LGBT. (Link de acesso: <https://portal.saude.pe.gov.br/saude-integral-lgbt/#:~:text=Pernambuco%20C3%A9%20o%20primeiro%20Estado,Sa%C3%BAde%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20Sa%C3%BAde>).

No ano de 2015, o coletivo LGBT+ Lutas e Cores somavam mais de mil seguidores em sua página no facebook e contava com mais de 20 ativistas/militantes ativos nas atividades. Em janeiro, o coletivo fez uma publicação de conscientização para a data de orgulho do dia nacional da visibilidade trans (29 de janeiro). Que acontece desde 2004, em Brasília (DF), onde foi realizado o lançamento da campanha “Travesti e Respeito”, lotado no Ministério da Saúde do Governo Federal.

Figura 12 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

A publicação conta com 21 curtidas e 3 compartilhamentos. A data nacional da visibilidade trans, em seus 20 anos de resistência e desafios, consolida a letra T na comunidade,

evidenciando o quanto essa população é a mais que sofre com o dispositivo da LGBTfobia, sendo o Brasil (pelo 15º consecutivo) o país que mais mata pessoas travestis e transexuais no mundo⁴⁰. Nesse cenário de conflitos e rituais de mortes brutais, o coletivo planeja no mês de janeiro uma série de atividades em prol da visibilidade trans e do enfrentamento da transfobia.

Em uma publicação no dia 8 de março de 2015, o coletivo prestou uma homenagem as mulheres, enquanto dia de luta e resistência, pois no interior das lutas organizadas, a pauta da mulher lésbica, bissexual e travesti é sempre colocada em segundo plano, tanto que o coletivo fortalece e incentiva por meio das mulheres da comunidade a participarem ativamente das políticas públicas da cidade de Caruaru-PE como também luta organizada em outros coletivos.

As pautas das ativistas/militantes mulheres do coletivo incentivam a uma diálogo inclusivo e democrático de serviços essenciais, como a ida a um/a ginecologista, pois desde o tratamento em respeito ao nome social até perguntas sobre orientação sexual/identidade gênero, que deveriam ser respeitadas, o que mais acontece é um ritual de transfobia com as mulheres travestis e transexuais, e uma interpelação de mulheres bissexuais e lésbicas perpetuando a heterossexualidade compulsória, entre outras pautas.

Figura 13 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Em setembro de 2015, o coletivo postou uma publicação informativa sobre o MEC, onde ele enviou uma série de orientações para as instituições de Educação Superior e para as Secretarias Estaduais de Educação um conjunto de garantias de acesso e permanência da

⁴⁰ Link de acesso: <https://rmnpr.org.br/noticia/67/pelo-15-ano-consecutivo-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-trans-e-travestis/lbts-negras> Acesso em: 30 de outubro de 2024.

população trans e travestis nos ambientes escolares. Tal iniciativa é fruto das demandas constantes do movimento LGBTQ+, em especial do movimento trans.

Figura 14 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

A publicação conta com 11 curtidas e 5 compartilhamentos. Ela também tem dois comentários. A internauta Camila Moreno que se autointitula- Antifascista, feminista, socialista e da Direção Nacional do PT, agradece o reconhecimento da página e a publicação por evidenciar a conquista para a população trans, uma vez que ela trabalhou na elaboração do documento. Em resposta, o membro do coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores, Cleyton Feitosa, a parabeniza pelo protagonismo da ação.

A iniciativa do MEC⁴¹, por meio do governo federal, se faz cumprir por meio das demandas e propostas das conferências estaduais e nacionais, uma vez que a população LGBTQ+ está ocupando cada vez mais os espaços deliberativos de poder. Em movimento, os coletivos pontuam suas vivências e experiências em cenários de violência e negação de direitos, reivindicando das políticas públicas o compromisso com suas vidas.

Em dezembro de 2017, a publicação do coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores evidenciou mais uma vez o 1º de dezembro como data importante para conscientização da população LGBTQ+ e as pessoas heterossexuais sobre os discursos discriminatórios que são, historicamente, preferidos a comunidade LGBTQ, sobre o dia mundial de luta contra a AIDS/HIV. A imagem

⁴¹ Link de acesso: <https://publisher.brasil247.com/brasil/mec-orienta-escolas-e-universidades-a-receberem-pessoas-trans> acesso em: 30 de outubro de 2024.

traz enquanto discurso uma interpelação sobre como já foram evocadas as pessoas LGBTQ+, logo no início da pandemia de HIV/AIDS como sendo a população um grupo de risco, bem como mulheres em situação de prostituição e latinos nas comunidades periféricas. A publicação conta com 8 curtidas e 3 compartilhamentos.

Figura 15 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

A luta contra esses discursos hegemônicos proferidos por grupos LGBTQófobos se transforma numa luta constante do movimento LGBTQ+ na contemporaneidade. A falácia que se construiu nas décadas de 1980/90 sobre as contaminações é base de discursos e fake News que levou e gera até hoje um conjunto de segregações e discriminações sobre os corpos da comunidade LGBTQ+. Evocados como grupos de promíscuos, e exorcizados com o estigma da peste gay pela mídia tradicional em diferentes épocas.

Atualmente os discursos em volta da conscientização da AIDS/HIV são fruto de uma série de reivindicações dos movimentos identitários/pós identitários, que necessitam de políticas públicas eficazes e de campanhas constantes nas mídias tradicionais e nas redes sociais. Temos como avanço importante o uso consciente do PrEP⁴². O uso do medicamento com base em comprimidos, distribuído de graça para a toda a população via SUS, colabora para que o organismo esteja preparado mediante relações sexuais para um possível contato com pessoas infectadas com o HIV. A pessoa que utiliza do PrEP é orientada a visitar regularmente

⁴² A PrEP é a combinação de dois medicamentos (tenofovir + entricitabina) que bloqueiam alguns “caminhos” que o HIV usa para infectar o organismo. Existem duas modalidades de PrEP indicadas: a PrEP diária e a PrEP sob demanda. Link de acesso: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada/prep-profilaxia-pre-exposicao/prep-profilaxia-pre-exposicao> Acesso em: 30 de outubro de 2024.

a atenção básica de saúde do município em que está localizado e onde tem a distribuição. O coletivo LGBT+ Lutas e Cores acompanha de perto a política pública e é ponte de diálogo entre os usuários de PrEP LGBTs+ e a secretaria de saúde do município de Caruaru-PE.

- **Participação institucional**

O coletivo LGBT+ Lutas e cores participam ativamente das campanhas, seminários, diálogos e eventos realizados pelo poder público e demais instâncias institucionais, em sua história, desde sua organização política em meados de 2014, a crescente demanda pelas pautas LGBTs em Caruaru-PE e por meio de uma série de reivindicações, o poder público municipal criou uma pasta específica para trabalhar e atender as demandas da pauta LGBT no município. A secretaria especial da mulher, ligada ao gabinete do então Prefeito na época, José Queiroz (PDT), estabeleceu o cargo de Assessor de políticas LGBT, ligado diretamente a pasta institucional da Gerência de Direitos Humanos, na época, coordenado pelo professor universitário, candomblecista e doutor em sociologia (UFPE-PPGS) Aristóteles Veloso.

O primeiro assessor LGBT do município, o pedagogo e ativista Cleyton Feitosa, encontrou resistência para assumir o cargo, uma vez que na cidade três grupos de entidades LGBT+ não aceitaram sua nomeação. Essas três entidades, que trabalham se auto evocando como militantes da causa LGBT+, possuem na cidade de Caruaru-PE uma série de constrangimentos e denúncias mediante suas práticas de ativismo relacionadas a sua intimidade. Sendo assim, os seus percursos não condizem com uma militância/ativismo que carregam consigo uma transversalidade de ações, como o faz o coletivo LGBT+ Lutas e cores, que não possui presidente ou cargos que exigiam uma hierarquia de suas ações.

Em novembro de 2014 fui convidado pela secretária da Mulher, na época a professora universitária Katerine Lajes, para assumir o cargo de assessor de políticas LGBT do município. Na época com 23 anos de idade e cursando o 7º período do curso de licenciatura em Pedagogia na UFPE-CAA, aceitei o desafio. O convite surge mediante minha entrada no coletivo LGBT+ lutas e cores e das produções acadêmicas e ativistas em prol da população LGBT que vinha desenvolvendo no campus do agreste sob orientação da professora Doutora Allene Lage (UFPE-CAA).

Nesse desafio de criação e desenvolvimento de políticas públicas para a população LGBT+ de Caruaru-PE, realizei um trabalho de diálogo constante com os coletivos LGBTs e com os outros movimentos que buscam a interseccionais na cidade, além de participar de forma intersetorial da política institucional da prefeitura como do governo estadual e federal, como conselheiro nos conselhos de juventude, de enfrentamento às drogas e no comitê de saúde LGBT da secretaria de saúde.

A história do coletivo LGBTQ+ Lutas e cores andam de mãos dadas com a minha, e nas próximas imagens, publicadas pelo coletivo em seu facebook, a política institucional que lutei para se consolidar, entre os anos de 2014 até 2016⁴³, demonstra a capacidade de articulação do poder público com as demandas e vozes dos coletivos LGBTQ+ que verdadeiramente lutam por uma cidade que livre das amarras da ideologia LGBTQfóbica.

Figura 16 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

A publicação conta com 18 curtidas e 4 compartilhamentos. No dia 06/01/2015, a roda de diálogo do coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores foi recebida na Casa de Participação Social pela secretaria da mulher e pela secretaria de participação social. No decorrer da manhã foram debatidos temas e demandas importantes como uma lei municipal de combate à LGBTQfobia, o acesso do nome social a pessoas travestis e transgêneros em setores públicos, a questão da saúde LGBTQ e da segurança, como também as demandas e denúncias de LGBTQfobia que ocorrem nas escolas municipais de Caruaru-PE.

Temas e demandas essas que servem como base para a construção de políticas públicas, uma vez que as reivindicações dos coletivos sociais seguem como vozes para uma melhor gestão pública no combate a qualquer tipo de preconceito e discriminação.

⁴³ Em 2016 fui desligado do cargo mediante a nova eleição municipal. A prefeita Raquel Lyra ganhou as eleições (2017-2020) e em dezembro desligou todos os cargos comissionados da Prefeitura. Em 2017 fui convidado pelo secretário empossado pela prefeita, Fernando Silva, a permanecer no cargo de assessor de políticas LGBTQ, porém recusei o convite pois tinha sido aprovado no mestrado em educação contemporânea na UFPE-CAA.

Em outra data, 14/01/2015, a secretaria da mulher e de direitos humanos em conjunto com a secretaria de participação social e do gabinete digital convidou diversos grupos que atuam em prol da comunidade LGBTQ+ na cidade, o coletivo LGBTQ+ lutas e cores marcaram presença na roda de diálogo e pontuou a defesa de uma série de compromissos em que a gestão municipal deveria concentrar seus esforços.

Figura 17 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

As demandas pedem que a secretaria da mulher e de direitos humanos articule com a secretaria de educação uma série de formações continuadas com as temáticas: gênero, diversidade sexual e enfrentamento à LGBTQfobia nas escolas. Formação intersetorial com os profissionais de segurança pública, como policiais civis e militares, entre outros, com foco no respeito e na promoção da diversidade sexual. Como também criar e consolidar no município a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQ em Caruaru-PE.

Em comemoração ao mês da visibilidade trans, a secretaria da mulher e de direitos humanos em parceria com a UFPE-CAA e com o grupo de extensão do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina, coordenado pela professora Allene Lage, organizou no campus do agreste, no auditório mestre vitalino, a mesa redonda: "Visibilidade Trans no Agreste Pernambucano: Cidadania, Identidade e Emancipação". O coletivo LGBTQ+ lutas e cores se fizeram presente e pediram para que uma de suas militantes, a transexual Alessia, representasse o grupo no debate.

Figura 18 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

A recordação desse evento é especial para mim, como mediador do debate, e estando com mulheres tão importantes na roda de diálogo, o auditório estava cheio de estudantes de diferentes cursos bem como os militantes/ativistas em prol dos direitos humanos. O debate trouxe enquanto narrativa, por meio da voz de Alessia, sua trajetória, seus sonhos e seus enfrentamentos cotidianos. Bastante emocionada, ela reiterou que naquele lugar de construção de conhecimento poderia ser uma das primeiras travestis a estar ali, mas seu desejo é que muitas outras também ocupassem as Universidades pelo nosso País.

No dia 30/05/2015 o coletivo LGBT+ lutas e cores esteve presente na roda de diálogo promovido pela secretaria da mulher e dos direitos humanos de caruaru. O convite se estendeu a todos os grupos e entidades que lutam em prol da população LGBT no município. A reunião mediada por mim, assessor LGBT na época, deu-se na tentativa de construção coletiva da I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Caruaru. A publicação conta com 4 curtidas e 1 compartilhamento.

Figura 19 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

O desafio foi imenso, construir uma conferência municipal em uma gestão com limites de recursos demandaria vários esforços tanto da política pública como das reivindicações dos coletivos sociais. A etapa municipal fez parte da convocação da III Conferência Nacional LGBTQ, deferida pela então presidente em 2016 Dilma Rousseff, através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Figura 20 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Por meio das demandas do coletivo LGBTQ+ lutas e cores, a secretaria da mulher e de direitos humanos e a secretaria de participação social convidou o coletivo para ofertar uma formação continuada com as diversas secretarias municipais que fazem parte da gestão

municipal com foco em seus servidores/as que atuam direta e indiretamente com o público LGBT+ da cidade. A publicação tem 4 curtidas e 2 compartilhamentos. Nesse período, a secretaria de participação social criou e consolidou o Comitê Intersetorial de Participação Social (CIPS), que foi formado por gestores/s e secretários/as de diversas funções. Tal comitê foi fundamental na consolidação de políticas públicas de enfrentamento à LGBTfobia na cidade.

Em comemoração ao dia internacional de combate a LGBTfobia, a data histórica de 17 de maio de 1990, a secretaria da mulher e de direitos humanos em parceria com o projeto de extensão do Observatório dos movimentos sociais na América Latina convidou diversos coletivos pró LGBT para um “panfletação” na Avenida Agamenon Magalhães, em Caruaru. O coletivo LGBT+ lutas e cores esteve presente na ação, levando consigo militantes e ativistas.

Figura 21 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Ainda em comemoração ao dia 17 de maio, o coletivo esteve presente na UFPE-CAA, no campus do Agreste, por meio de um convite feito pelo grupo de extensão do observatório dos movimentos sociais na América Latina em parceria com a secretaria da mulher e de direitos humanos da prefeitura municipal de Caruaru-PE. O evento ocorreu no auditório do curso de pedagogia, no dia 26/05/2015. A publicação conta com 5 curtidas.

Figura 22 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Na mesa redonda, o ativista Emerson Santos apresentou para a plateia de estudantes como o coletivo LGBTQ+ lutas e cores foi criado, e como ele luta constantemente para o fim da LGBTQfobia. Foi apresentado um panorama de como as demandas da população LGB+ devem ser direcionadas, com foco na saúde, segurança pública e educação. No fim, fez um convite para que os demais públicos somassem juntos na causa pela comunidade LGBTQ+.

Em junho de 2015 e demais anos seguintes, a secretaria da mulher e dos direitos humanos convidou os coletivos LGBTQ+ da cidade para juntos criarem uma série de intervenções para o dia 28 de junho, data que é celebrada como dia internacional do orgulho LGBTQ em diversos países ocidentais. O coletivo LGBTQ+ lutas e cores participaram de todas as reuniões, fortalecendo o diálogo com a gestão, ao mesmo tempo reivindicando suas demandas para a tradicional festa junina que ocorre em Caruaru-PE.

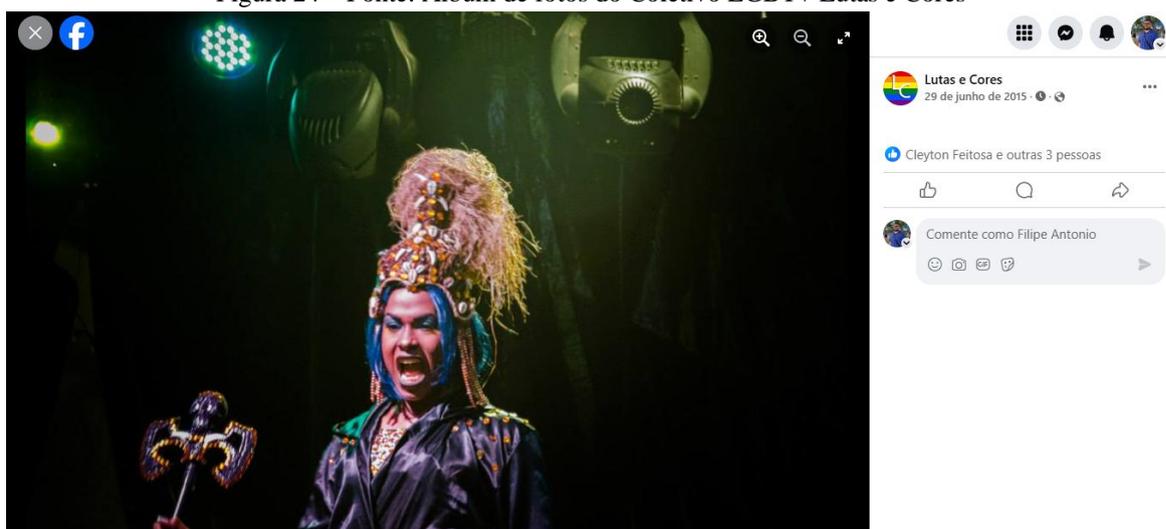
Ao longo dos anos de 2015 até 2019, e 2022, as intervenções LGBTQ+ no maior São João do mundo colocou a agenda LGBTQ no cenário cultural da cidade. Sempre celebrado no dia 28 de junho.

Figura 23 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 24 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 25 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



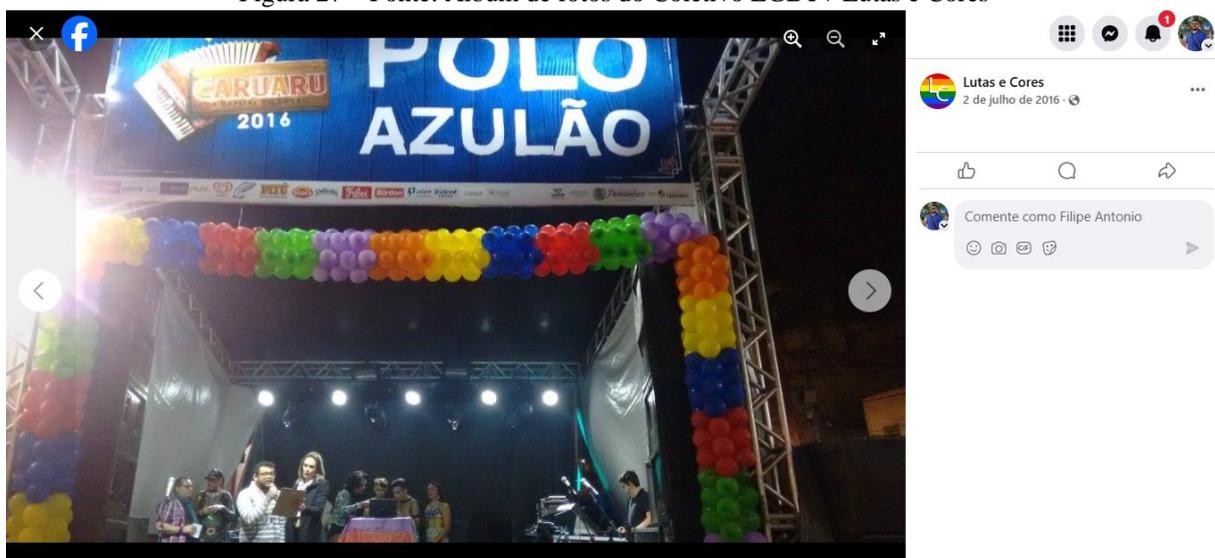
Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 26 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 27 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 28 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



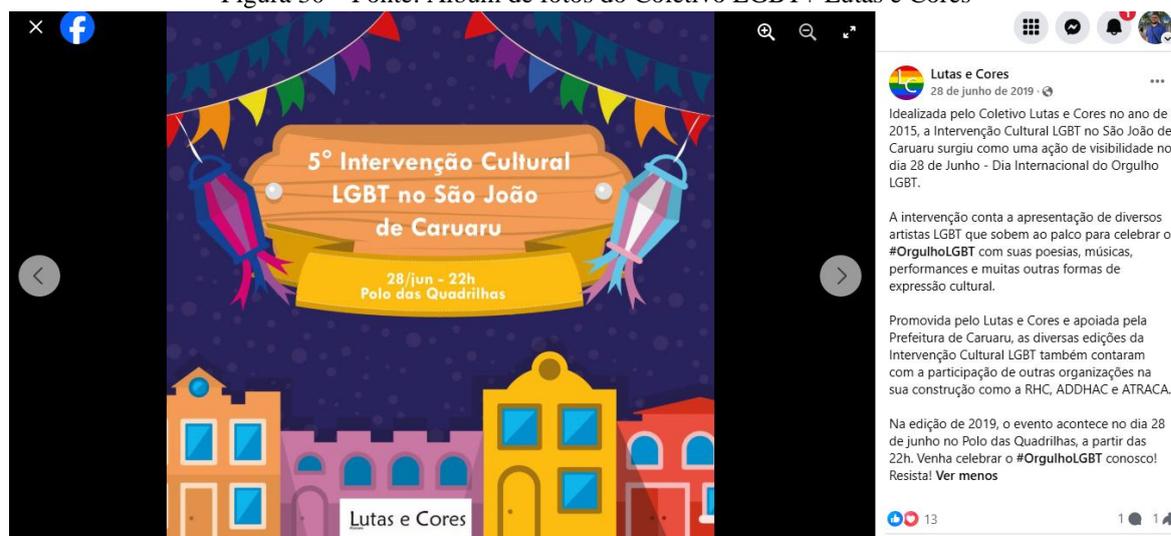
Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 29 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 30 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 31 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

As atrações de todas as edições foram realizadas por pessoas LGBTQ+ da cidade (poetas, drag queens, músicos, entre outros), o objetivo sempre foi ampliar o repertório cultural de artistas locais com foco na valorização de suas performances. A crítica dos coletivos e de alguns partidos políticos (segmentos intersetoriais) deu-se pela não pagamento e contratação desses artistas por meio de editais específicos ocorridos nos períodos juninos. O fazer da militância e do ativismo pela arte engajada em processos de luta contra a LGBTQfobia, segundo os coletivos, são vistos e acionados como uma arte menor pela gestão municipal.

Um ponto crucial antes das performances artísticas são as falas políticas dos coletivos e dos segmentos políticos que organizaram todas as edições das intervenções culturais LGBTQ+ em acordo com a gestão municipal vigente em cada época. As falas de orgulho se debruçam pelo fim da LGBTQfobia e como a comunidade pode ser aliada, de forma interseccional, de outros movimentos identitários e pós-identitários, com apelos também a democracia e como escolher seus líderes mediante suas motivações políticas voltadas pelo fim de preconceitos e discriminações, sejam elas de raça, classe ou orientação sexual/identidade de gênero.

O palco também serve como lugar de prestação de contas da gestão municipal, em especial a secretaria da mulher e de direitos humanos e a secretaria de desenvolvimento social e direitos humanos. Nos anos de 2015 e 2016, enquanto estive à frente da assessoria LGBTQ na gestão municipal, sempre valorizei o debate em torno da cultura e das expressões de gênero como combustível para o enfrentamento da carece da LGBTQfobia. Como também tive que, por muitas vezes, pagar com meu salário, as decorações feitas no palco onde ocorriam as

atrações, tal desamparo da gestão é fruto das inúmeras burocracias que o sistema público enfrenta e do descaso com as políticas públicas que a própria gestão defende, mas que na prática os recursos são limitados e quase escassos.

Em 2022, a página oficial da Prefeitura de Caruaru-PE postou um card convidando todo os seus seguidores (que somam hoje um total de 172 mil seguidores, com um total de 1.062 publicações) para a 6ª Intervenção Cultural LGBT, a ser comemorado no dia 28 de junho, às 18h no Polo Camarão. A publicação foi bombardeada de comentários mistos, de um lado, os ativistas e militantes da comunidade LGBTQ+ agradeceram mais uma vez o apoio da Prefeitura na realização do evento, compartilhando, comentando e curtindo a postagem, por outro lado, seguidores da página destilaram discursos de ódio contra a população LGBTQ+, em seus discursos vazios e cheios de preconceito e discriminação, houve até ameaças contra a população LGBTQ+. Os moderadores da página da Prefeitura fizeram um esforço de responder os ataques bloqueando e denunciando ao Instagram os discursos de ódio.

Em 17 de abril de 2017, o ativista do coletivo LGBTQ+ lutas e cores Emerson Silva esteve na Faculdade Asces a convite da professora Elba Ravane, do curso de Serviço Social e Direito. Ele representou o coletivo trazendo reflexões sobre diversidade sexual e enfrentamento à LGBTQfobia junto com a ativista da Marcha Mundial das Mulheres, a ativista Ranuzia. Ambos os coletivos são próximos e suas demandas são evocadas como interseccionais.

Figura 32 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Fica evidente o protagonismo do coletivo LGBTQ+ luta e cores na cidade, sua intencionalidade pedagógica e política, forjada pela juventude de seus membros, conseguem

fazer do debate contra as discriminações, um novo campo de experimentações e experiências voltadas para a valorização da diversidade e da diferença nos diferentes campos de atuação.

Em 29 de junho de 2017, as ativistas lésbicas Michelly Farias e Jéssica Sobrinho participaram a convite do Movimento Sem Terra de Pernambuco para participar da mesa de abertura do curso de Formação Política LGBT do Movimento Sem Terra. As ativistas parabenizaram o Movimento Sem Terra pelo protagonismo da ação, que surge enquanto demanda da população LGBT+ que vive nos assentamentos e que precisam de políticas públicas específicas bem como protocolos de atendimento especializado, uma vez que alguns setores de forma equivocada supõem sempre a heteronormatividade como regra mediante os diferentes modelos e perfis de desejo, comportamento e identidade sexual das pessoas.

Figura 33 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

No mês de agosto, na data de 29/08, comemora-se o dia nacional do orgulho lésbico, nesse período as ativistas e militantes lésbica do coletivo são convidadas a participarem de uma série de atividades, seminários e rodas de diálogo no intuito de promoção e fortalecimento da identidade lésbica, como também no enfrentamento a lesbofobia. As publicações contam com mais de 10 curtidas e 1 compartilhamentos.

A iniciativa das instituições como a Prefeitura de Caruaru, A Faculdade Ascens, a UFPE-CAA e as rádios locais de convidarem as lésbicas do coletivo e demais grupos para falarem sobre suas experiências e enfrentamentos mediante as tentativas constantes da heterossexualidade compulsória, fortalece o movimento LGBT+, uma vez que as pautas e as reivindicações do enfrentamento da lesbofobia são ecos de anos de luta organizada e insurgente. As ativistas e militantes lésbicas passam em suas experiencia de vida por um duplo jogo de

discriminação: de um lado o preconceito mediante sua orientação sexual e do outro o sexismo pelo seu gênero.

A seguir, uma série de fotos das ativistas lésbicas do coletivo participando de diferentes atividades mediante convites institucionais:

Figura 34 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 35 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



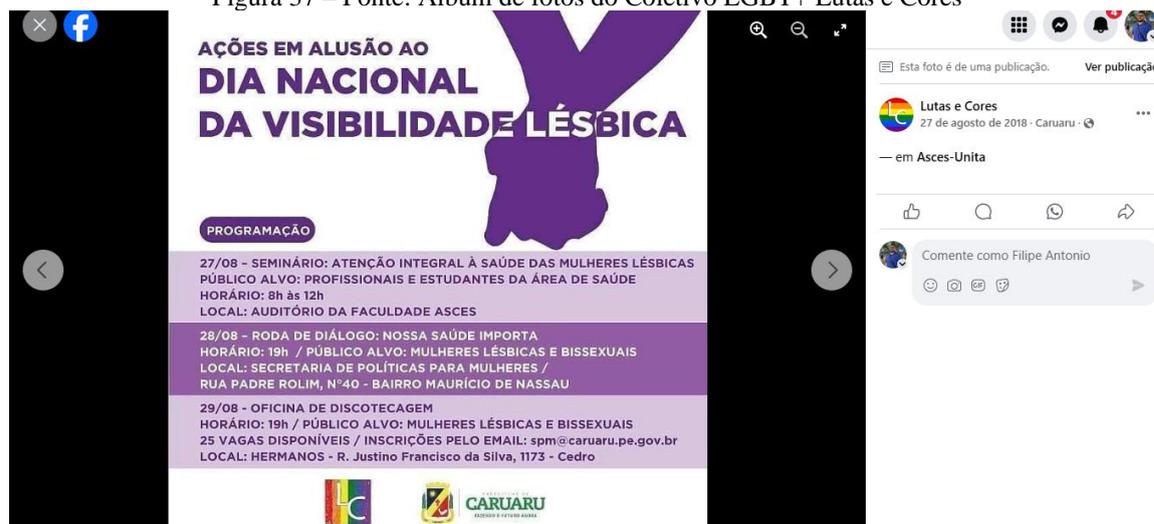
Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 36 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 37 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

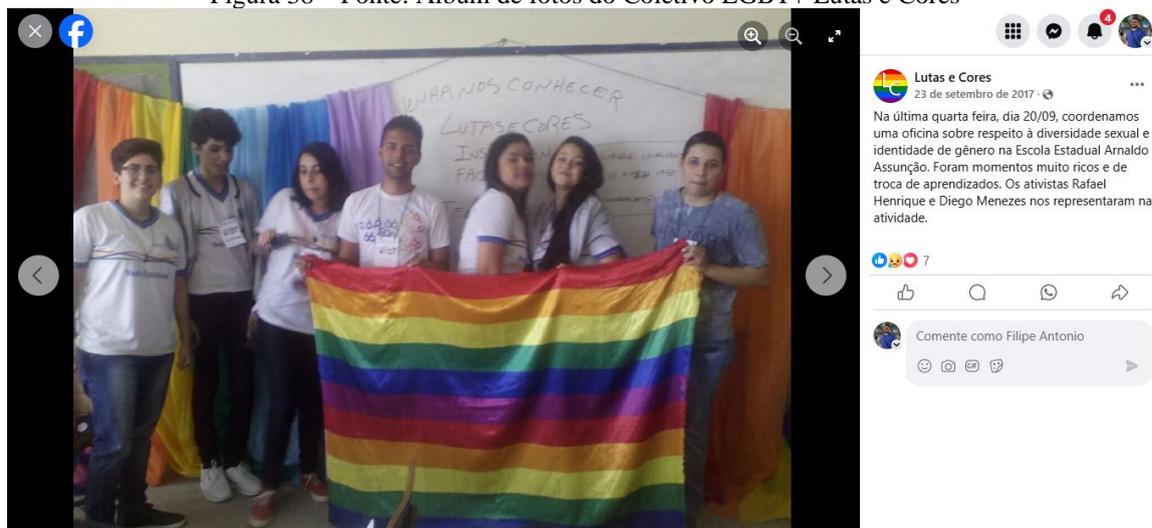
Outro marco na trajetória de lutas e cores são as rodas de diálogo e formações com professores e alunos/as das redes estaduais e municipais de Caruaru-PE. Desde sua criação em 2014 que o coletivo é convidado para uma série de intervenções pedagógicas e políticas no cenário escolar. Tal iniciativa surge a partir das demandas contemporâneas dos estudantes LGBTQ+ que enfrentam a LGBTfobia nas instituições e ao mesmo fogem dos armários nas escolas, “assumindo” sua orientação sexual para amigos e professores. A população trans de estudantes não passa pela saída do armário, já que seus corpos performam as dissidências de gênero na escola. Entre os anos de 2016 até os dias atuais as rodas de diálogos nas escolas se transformaram em um ambiente de disputas e enfrentamentos: por um lado, alunos/as e

professores LGBTs+ e apoiadores buscam constantemente o apoio da gestão escolar na consolidação das formações e rodas de diálogo, do outro lado, uma vigilância e um pânico moral de gênero por professores, pais ou responsáveis pelos seus filhos em proibir qualquer debate sobre diversidade sexual nas escolas.

Tal caminho perverso se deu em quase todo o cenário do ocidente, amparados pela Igreja Católica e por líderes políticos da extrema direita, o pânico moral de gênero criou a falácia da “ideologia de gênero”, acusando pesquisadores, ativistas e militantes dos direitos humanos de criarem uma distopia das dissidências de gênero. Os enfrentamentos são inúmeros, e o movimento LGBT+ viu-se mais uma vez demonizado pelas mídias tradicionais conservadoras e por perfis e páginas no *facebook* e no *Instagram*.

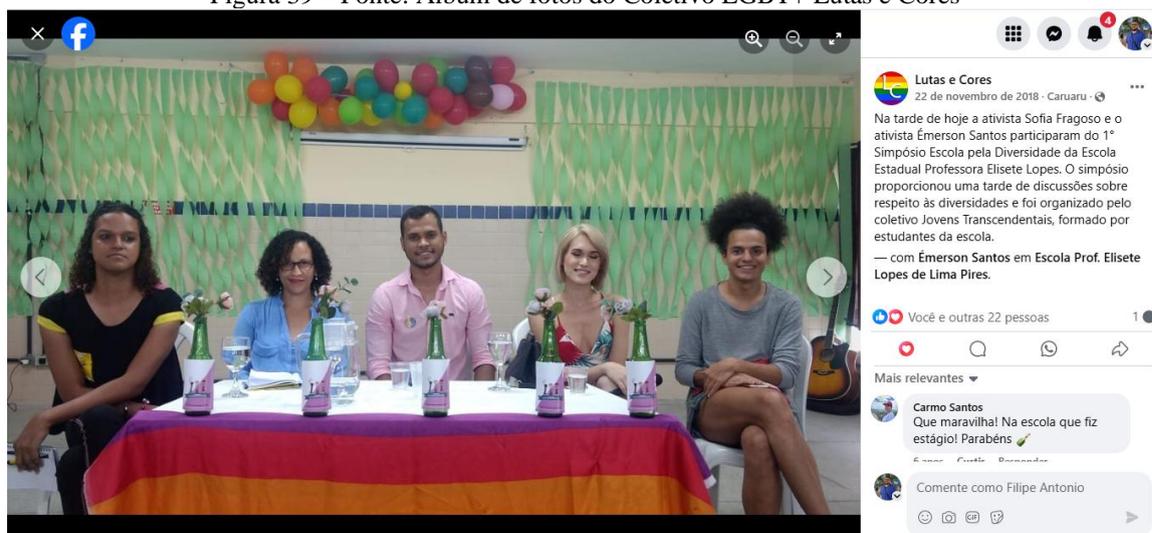
A seguir, registros do coletivo LGBT+ lutas e cores em diversas situações de intervenção pedagógica e política em espaços institucionais em escolas de Caruaru-PE. Todos os convites foram feitos por meio de ofícios e as imagens cedidas pelas escolas.

Figura 38 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 39 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



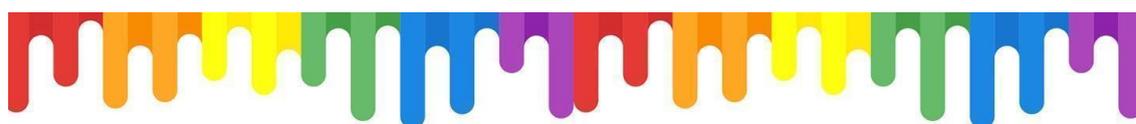
Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

- **Manifestações interseccionais, políticas e culturais de orgulho**

As manifestações interseccionais, políticas e culturais de orgulho surgem no coletivo por meio de sua própria organização política e como elas fortalecem as lutas de outros coletivos que sejam próximos as questões de luta e pelo fim de preconceitos e discriminações, em defesa da luta por direitos humanos e pela valorização da diversidade e das diferenças.

Ao longo dos anos, o coletivo organizou de forma independente seminários, rodas de diálogos, análise de conjuntura, notas de repúdio, reunião entre seus membros, e a comemoração de seu aniversário de criação. Tal caminho de orgulho celebra as diferentes vidas, desejos e identidades que compõem o coletivo, bem como seus enfrentamentos diários na luta constante contra a LGBTfobia.

Figura 40 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



I Seminário Comemorativo do Lutas e Cores Dois anos de Ativismos **LGBT**

Data: 30/11/2016

Local: Câmara de Vereadores de Caruaru

18h30

Recepção | Exibição de vídeos produzidos pelo Lutas e Cores

19h00

Mesa de abertura (convidados/as):

- José Queiroz (Prefeito de Caruaru)
- Raquel Lyra (Prefeita Eleita)
- Marcene Costa (Coordenador Estadual LGBT e Conselho Estadual LGBT)
- Katherine Lages (Secretária da Mulher e Direitos Humanos)
- Leonardo Bulhões (Secretário de Participação Social)
- Daniel Finizola (Vereador Eleito)
- Émerson Santos (Lutas e Cores)
- Yanne Karine (Lutas e Cores)
- Sofia Fragoso (Lutas e Cores)

19h30

Painel “Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Democracia: Desafios Contemporâneos do Movimento LGBT”

Professora Dra. Allene Lage - UFPE/CAA
Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina | Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos

20h

Lançamento e entrega do I Prêmio de Cidadania LGBT Lutas e Cores

20h20

Audiência Pública “Cidadania LGBT no Brasil, em Pernambuco e em Caruaru: conquistas e desafios”

21h

Atividade Cultural “LGBT também produz Cultura” (Apresentações de Drag Queen, Recital de Poesia e Música)

21h30

Encerramento

*Inscrições: Através de link disponibilizado na fan page do Lutas e Cores.

 /lutasecores

Realização:



Apoio:



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Figura 41 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

No dia 30/11/2016 o coletivo comemorou dois anos de ativismo na cidade de Caruaru-PE, o evento foi realizado na Câmara dos Vereadores da cidade, lugar este que historicamente não reconhece as pautas da cidadania LGBT. O evento contou com inúmeras pessoas que lutam ao lado das pautas dos direitos humanos, e contou com a palestra com a professora Allene Lage, que carrega consigo, em suas intervenções pedagógicas e políticas na UFPE-CAA e nos movimentos sociais, os estudos de gênero e sexualidade, sendo também minha orientadora na graduação em pedagogia no CAA, uma líder que me ensinou a não temer os desafios impostos pela minha orientação sexual.

O evento contou com um público engajado nas lutas sociais, e de forma inédita, entregou o primeiro prêmio de cidadania LGBT a professora, advogada, feminista e ativistas dos direitos humanos, Elba Ravane. A Elba é uma aliada do movimento LGBT+, sempre convidando e compartilhando com os demais públicos que atuam na defesa da luta pelo fim da LGBTfobia. O evento foi transmitido ao vivo pelo seu canal do facebook, e contou com intérprete de libras e um certificado de 4 horas.

Figura 42 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Na primeira semana de combate à LGBTfobia do coletivo, uma série de intervenções foram realizadas em prol de discussões sobre a violência que surge a partir da LGBTfobia, o acesso à saúde da população de forma segura e respeitosa, cine debates, panfletagens e intervenções e performances artísticas criadas pelo segmento LGBT+ local. Toda essa movimentação em 2017, realizado no mês de maio, em comemoração ao 17 de maio, data este símbolo da luta internacional pelo fim da LGBTfobia, provocou inúmeras reações com os diversos segmentos interseccionais, que fortaleceram a causa, abraçando as demandas do coletivo.

Em 30 de outubro de 2017, ocorreu a terceira edição de comemoração do aniversário do coletivo, realizado mais uma vez na câmara de vereadores, contou com os ativistas e militantes do coletivo, bem como com palestras e intervenções artísticas. O evento contou com o apoio da UFPE-CAA pelo projeto de Extensão do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina e do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea - PPGEduc.

Contou também com a palestra do professor Dr. Benedito Medrado que é Coordenador do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE e do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades – GEMA.

Figura 43 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Na gestão municipal da então prefeita (reeleita Raquel Lyra do PSB (2017-2022), seu governo enfrentou diversas manifestações de grupos pós-identitários como o movimento LGBT entre outros. A falta de diálogo com a população se tornou a gota d'água para os coletivos LGBT+ da cidade. Entre diversas oportunidades de diálogo com os movimentos sociais, as secretarias da mulher e de desenvolvimento social e direitos humanos não respondiam os ofícios emitidos pelos movimentos sociais, mesmo tendo em suas secretarias pastas específicas para trabalhar com o público LGBT+.

Dentro desse contexto e de vários desafios enfrentados com a total falta de apoio da gestão municipal, o coletivo emitiu uma série de notas de repúdio e manifestações interseccionais com outros coletivos em prol dos direitos humanos em Caruaru-PE.

Figura 44 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

A nota de repúdio, emitida e criada em conjunto com todos os membros do coletivo denunciam a omissão da Prefeitura de Caruaru-PE por meio da Fundação de Cultura e Turismo, sendo representada pelo presidente Rubens Junior. A nota em questão aponta que o coletivo em parceria com a casa noturna Pocs Bar reivindicava o apoio da Fundação para uma organização segura e criação de um polo da diversidade em prol das demandas da comunidade LGBT+ e demais públicos nos festejos de carnaval da cidade, que ocorre nos preparativos do tradicional Carnaval do Sucata, ocorrido da rua João Conde.

Segunda a nota de repúdio, o coletivo LGBT+ Lutas e cores juntamente com o Bar Pocs buscaram:

Diversas vezes tive contato com a Fundação de Cultura e Turismo. Infelizmente, não fomos recebidos pelo Presidente da entidade, o senhor Rubens Júnior. Além disso, em nenhum momento recebemos um retorno formal a respeito das nossas demandas que eram: 1- Ornamentação da Praça Teotônio Vilela (local onde o Polo será realizado); 2- Instalação de um palco tablado simples; 3- Instalação de seis baterias de banheiros químicos e 4- Disponibilização de uma Orquestra de Frevo para o Polo.

Após inúmeras tentativas de contato, muitas vezes mediadas por vários parceiros, hoje recebemos uma ligação de um servidor da Fundação de Cultura e Turismo informando que não haverá disponibilização do palco e das baterias de banheiros químicos solicitados. Em relação à decoração, nos cederam um material utilizado na decoração do carnaval do ano passado, mas não disponibilizaram servidores municipais para fazer a instalação da decoração na via onde ocorrerá o Polo.

Nós já estamos com autorização da Polícia Militar e vamos realizar o Polo. Iremos receber mais de duas mil pessoas no nosso polo e denunciar a cada instante a omissão e a LGBTfobia da Prefeitura de Caruaru. (LUTAS E CORES. A Prefeitura de Caruaru segue ignorando completamente a comunidade LGBT de Caruaru. Caruaru, 13 de

fevereiro de 2020. Facebook: Lutas e cores. Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/pb.100064882892401.-2207520000/2765593326822668/?type=3&locale=pt_BR. Acesso em: 25 de outubro de 2023.)

As notas de repúdio postadas pelos coletivos sociais, de forma geral, nas redes sociais, tencionam o debate para toda a população, uma vez que o alcance das redes sociais é rápido e de fácil acesso na contemporaneidade. Vivenciamos a cultura do cancelamento, que evoca das pessoas um sentido moral em defesa de qualquer discurso que os internautas comprem, aprovam e compartilham nas mídias digitais. A cultura do cancelamento serve para os dois extremos: para o campo progressista e para o campo da extrema direita. As notas postadas pelo coletivo LGBT+ Lutas e Cores em suas redes sociais engajaram mais de 36 curtidas e 9 compartilhamentos no facebook. No Instagram a publicação consta com 885 curtidas, e uma série de comentários de ativistas, militantes e apoiadores da causa. A publicação foi compartilhada inúmeras vezes pelos seus seguidores.

Nos comentários, os seguidores marcavam o @ da então prefeita reeleita da fundação de cultura e turismo de caruaru, cobrando um posicionamento deles. Até o presente momento dessa pesquisa, os dois perfis citados não responderam na página do coletivo via Instagram. Todo esse movimento em rede desperta na comunidade um sentido de luta insurgente, uma vez que seus corpos, suas identidades e seus desejos não serão silenciados pela omissão da gestão pública em atender suas reivindicações. A festa aconteceu no dia 15/02/2020, reunindo ativistas, militantes e apoiadores da causa, numa festa que ecoou por Caruaru, mostrando que somos diversos, em nossas lutas e cores, denunciando qualquer possibilidade de opressão e discriminação.

Figura 45 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores



Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B8jEGD3nTrx/> Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Em outra nota de repúdio, do dia 20 de março de 2020, o coletivo mostra a cruel forma como as mídias tradicionais noticiam os crimes cometidos contra a população trans. No texto produzido e postado pelo coletivo, a indignação surge a partir de três veículos de imprensa de Caruaru, sendo eles: “Na Mira da Notícia”, “Caruaru no Face” e “Blog do Adielson Galvão” que ao noticiarem o assassinato da travesti Paloma, que ocorreu no centro de Caruaru-PE, no local de trabalho da mesma, na Praça Leocádio Porto, a trataram em seus discursos como homem gay, negando e desrespeitando sua identidade de gênero. A nota conta com 298 curtidas na página do Instagram e vários compartilhamentos. Além de comentários dos seguidores indignados e revoltados com tamanha crueldade.

O coletivo ainda pediu que a Prefeitura de Caruaru-PE realizasse o acompanhamento do caso, dando apoio e suporte a família, como também consolidasse no município políticas públicas de proteção a população trans. Como desdobramento e reações, apenas a página de comunicação “Caruaru no face” retificou em sua reportagem o pronome feminino de Paloma.

A travesti Paloma, conhecida na Cidade, foi brutalmente assassinada, aos seus 22 anos de idade. Dados da ONG Amotrans[1] (Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais) e demais grupos LGBT+[2] do país monitoram por meio de veículos de mídias tradicionais e páginas das redes sociais o assassinato cotidiano de pessoas LGBT+ no país. Segundo esses dados, coletados diariamente, a perspectiva de vida de uma pessoa travesti ou transexual é de 35 anos.

A narrativa de vida da população trans é marcada por rituais de violência física, psicológica, entre outras. A infância é marcada por insultos e agressões tanto no ambiente familiar quanto escolar. Diferente das experiências de homens e mulheres gays, lésbicas e bissexuais, a comunidade trans não passa pelo ritual de “saída do armário”, já que seus corpos são demarcados pelas dissidências de gênero e a não conformidade com sua self. O caminho de suas narrativas é marcado pela vulnerabilidade social e econômica, forçadas a trabalharem em ambientes insalubres e violentos.

Figura 46 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B8jEGD3nTrx/> Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Nesse cenário, o coletivo em conjunto com os seus ativistas e militantes criaram uma carta de compromisso contendo seis pontos de discussão e ampliação do fortalecimento das políticas públicas que devem ser voltadas para as demandas da população LGBTQ+ de Caruaru-PE mediante as eleições municipais de 2020.

Figura 47 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B8jEGD3nTrx/> Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Os seis pontos de compromisso foram desenvolvidos por todos os membros do coletivo em conjunto, após a finalização, os membros apresentaram por meio de um vídeo publicado na página do Instagram, sendo eles:

1- Educação: Promover formação continuada com o tema do combate à violência no ambiente escolar e criar campanhas de enfrentamento ao bullying LGBTfóbico nas escolas municipais.

2- Saúde: Desenvolver ações que possibilitem o adequado atendimento da comunidade LGBT na rede municipal de saúde através da implementação da Política Nacional e da Política Estadual de Saúde Integral LGBT no SUS.

3- Assistência Social: Implementar as diretrizes da Resolução Conjunta N° 01/2018 do CNAS-CNCD/LGBT nos equipamentos municipais da rede socioassistencial com o objetivo de qualificar o atendimento socioassistencial da população LGBT em Caruaru.

4- Emprego e Renda: Criar um Programa de fortalecimento da formação/capacitação profissional e incentivo à empregabilidade da população de mulheres e homens trans em Caruaru.

5- Cultura: Fortalecer as iniciativas culturais promovidas pela comunidade LGBT no município, especialmente no Pré-Carnaval, no São João de Caruaru e outras festividades.

6- Gestão Pública e Participação: Manter o funcionamento de uma Coordenação Municipal de Políticas LGBT na estrutura organizacional da Prefeitura de Caruaru e Criar um Conselho Municipal de Políticas Públicas e Promoção da Cidadania da População LGBT. (LUTAS E CORES. Se liga na Plataforma de Compromissos de Lutas e Cores para os/as Candidatos/as à Prefeitura de Caruaru. Caruaru, 01 de outubro de 2020, Instagram: Lutas e cores. https://www.instagram.com/p/CF0RalkHD_v/. Acesso em: 26 de outubro de 2023.

A carta de compromisso do coletivo foi amplamente divulgada e compartilhada pelas redes sociais, tanto no Instagram como no facebook. Milhares de comentários foram feitos pelos seguidores marcando o @ dos candidatos à Prefeitura de Caruaru-PE. Esse movimento impulsionou o protagonismo de outros coletivos como grupos feministas e antirracistas. Mesmo com ampla divulgação, apenas candidatos de esquerda pediram para dialogar com o coletivo. Os outros silenciaram o debate, evitando perguntas e questionamentos a respeito das pautas da comunidade LGBT+.

No mês de outubro de 2021, o coletivo LGBT+ Lutas e Cores completou 7 anos de existência. Ao longo de sua jornada, o coletivo serve de suporte para inúmeros jovens LGBT+, servindo de acolhimento e proteção diante de uma sociedade que respira a heterossexualidade compulsória. Suas demandas, dedicação e reivindicações ao longo dos anos vem transformando o cenário dos movimentos sociais e das políticas públicas. Suas demandas, dedicação e

reivindicações ao longo dos anos vem transformando o cenário dos movimentos sociais e das políticas públicas na cidade de Caruaru-PE. Sua influência e protagonismo consolidou a criação de outros coletivos no agreste, a partir de 2018/2019. Tais coletivos são os citados nesta tese.

Figura 48 – Fonte: Álbum de fotos do Coletivo LGBTQ+ Lutas e Cores



Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B8jEGD3nTrx/> Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Os coletivos Mil cores da Resistência de Garanhuns -PE, Jardim das Cores de Belo Jardim-PE e Cores do Capibaribe de Santa Cruz do Capibaribe-PE surgem a partir das contribuições do coletivo LGBTQ+ lutas e cores e seu protagonismo político desde 2014. Mediante sua forma horizontal de construir políticas sociais, desvelando as formas tradicionais dos movimentos sociais, seu acontecimento reagrupa novos discursos e protagonismo político. Usufruindo desses novos conceitos, os três coletivos adotaram a rede social Instagram como lugar dos discursos e de toda sua produção política, cultural e pedagógica.

Segundo Foucault (2011, p. 52-53), os objetos do discurso não

[...] permanecem constantes, nem o domínio que formam; nem mesmo seu ponto de emergência ou seu modo de caracterização; mas o estabelecimento de relação entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados.

A seguir, agrupamos e classificamos os roteiros informativos, as participações institucionais e as manifestações interseccionais, políticas, educativas e culturais de orgulho dos três coletivos que surgem a partir de 2018 a partir da plataforma do instagram. Em nossa primeira análise, mesclamos o uso do facebook e do instagram no coletivo LGBTQ+ lutas e cores, por ser um grupo que utiliza as duas redes sociais.

- Roteiros informativos dos coletivos LGBTQ+ Mil cores da resistência (Garanhuns), Jardim das Cores (Belo Jardim) e Cores do Capibaribe (Santa Cruz do Capibaribe).

Figura 49 – Fonte: Publicações na página do coletivo Mil cores da Resistência



Disponível em: <https://www.instagram.com/milcoresdaresistencia/> Acesso em: 13 de novembro de 2023.

Figura 50 – Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores



Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivojardimdecors/> Acesso em: 15 de dezembro de 2023.

Figura 51 – Fonte: Publicações do Coletivo Cores do Capibaribe



Disponível: <https://www.instagram.com/corescapibaribe/> Acesso em: 17 de dezembro de 2023.

Em diferentes momentos de roteiros informativos, os três coletivos convidam seus seguidores, ativistas/militantes e apoiadores a participar das pautas LGBTQ+ de cada cidade, trazendo para o debate suas especificidades, por exemplo, o coletivo mil cores da resistência (Garanhuns), em uma publicação de 8 de março de 2019 convida a todos para uma manifestação em prol do dia internacional da mulher, em parceria com outros coletivos sociais, como a frente feminista de Garanhuns. A pauta escolhida reverbera sobre a defesa da previdência social e seus impactos na vida das mulheres, de forma geral. Em ritmo e em marcha legítima, o debate sugere e reivindica que as mulheres em seus diferentes segmentos de atuação sejam ouvidas e acolhidas por políticas públicas que sejam evocadas por suas especificidades. A publicação conta com 103 curtidas e vários compartilhamentos.

No coletivo Jardim das cores (Belo Jardim), mediante suas 166 publicações (até o momento da escrita deste texto), encontramos apenas um roteiro informativo, suas publicações são voltadas para ações e manifestações interseccionais e participação em debates institucionais. Em seu único roteiro informativo, o coletivo convida toda a população de belo jardim a se engajar na luta organizada em prol da comunidade LGBTQ+ da cidade.

No caso do coletivo Cores do Capibaribe, os roteiros informativos aproximam a realidade têxtil⁴⁴ da região para as causas da comunidade LGBTQ+. Seguindo suas reivindicações

⁴⁴ Santa Cruz do Capibaribe além de uma cidade pólo é a maior produtora de confecções de Pernambuco segundo o SENAI e a 2º maior produtora de confecções do Brasil, possui o maior parque de confecções da América Latina em sua categoria, o Moda Center Santa Cruz. É também conhecida como a Capital da Sulanca ou Capital das Confecções. Santa Cruz do Capibaribe é o principal ponto de escoação e vendas de confecções de Pernambuco,

e demandas, o curso de corte e costura, realizado em parceria com a AMOTRANS (segmento de Pernambuco) dedicado exclusivo para a população de travestis e transexuais da cidade, buscou insurgir diante da realidade e vulnerabilidade da população T, que por muitas vezes, diante da transfobia diária, não conseguem concluir o ensino médio ou cursos profissionalizantes, ou até mesmo o ingresso na Universidade/Faculdade.

- **Participação institucional**

No cenário de participação institucional, diferente do coletivo LGBTQ+ lutas e cores (Caruaru-PE) que entre os anos de 2013/2016 contou com o apoio da Prefeitura de Caruaru-PE, os coletivos mil cores da resistência (Garanhuns-PE), Jardim das cores (Belo jardim-PE) e Cores do Capibaribe (Santa Cruz do Capibaribe-PE) reivindicam mais participação em políticas públicas, o fato é que a não criação de instrumentos/equipamentos sociais de acolhimento específico das pautas LGBTQ+, como Secretaria de Direitos Humanos ou pastas específicas em diferentes setores institucionais (como saúde, educação e segurança pública), acabam por negligenciar ou dispersar as demandas da população em um ciclo de burocracias e negações de direitos.

Nas Universidades, Faculdades e escolas que promovem rodas de diálogos e seminários em promoção e defesa da comunidade LGBTQ+ percebemos um maior engajamento político e pedagógico dos coletivos. Mesmo que as Universidades e Faculdades promovam os debates em datas específicas (como dia do orgulho LGBTQ+, em 28 de junho ou 17 de maio, dia internacional de combate à LGBTQfobia) ou por meio de demandas dos alunos/as LGBTQ+ que ocupam esses espaços e que enfrentam uma série de preconceitos e discriminações, os coletivos acreditam em uma cultura de formação permanente, uma vez que cursos como licenciaturas e de saúde pública necessitam acolher e promover a erradicação da LGBTQfobia e da doutrinação heterossexual de seus espaços institucionais.

que com Toritama e Caruaru formam o destacado Triângulo das confecções. Link de acesso: <https://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/artigos/pagina/id/6>. Acesso em: 13 de novembro de 2023.

Figura 52 – Fonte: Publicações na página do coletivo Mil cores da Resistência



Disponível em: <https://www.instagram.com/milcoresdaresistencia/> Acesso em: 13 de novembro de 2023

Em parceria com o IFPE (Instituto Federal de Pernambuco – Campus Garanhuns), o coletivo mil cores da resistência participou de um debate em alusão ao mercado de trabalho para a população LGBT+, via Google Meet. A iniciativa surge como uma demanda tanto dos estudantes do campus da UFPE de Garanhuns LGBT+ como da demanda e reivindicação da comunidade LGBT+. A publicação conta com 29 curtidas e vários compartilhamentos.

Os processos de exclusão e vulnerabilidade da população LGBT+ no mercado de trabalho sempre gerou debates e iniciativas por parte de coletivos sociais. Mediante a heterossexualidade compulsória que evoca o cotidiano das pessoas, ser um/a LGBT+ que não pode expressar sua individualidade, identidade ou desejo se torna uma tortura diária suportar as jornadas de trabalho seguidas por rituais de violência simbólica e psicológica. A tática de sobrevivência no “armário” para as pessoas gays, lésbicas e bissexuais se torna cada vez mais comum.

Figura 53 – Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores



Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivojardimdecors/> Acesso em: 15 de dezembro de 2023

No dia 30 de junho de 2024, o coletivo Jardim das cores participou de uma roda de diálogo com a escola de tempo integral Bento Américo, na ocasião, a EREM retomou as reuniões do Núcleo de gênero Carolina de Jesus. Os núcleos de gênero e enfrentamento da violência contra a mulher surgem em 2011 enquanto uma política pública educacional que visa a promoção de espaços escolares no apoio à formação, pesquisa e extensão mediante práticas pedagógicas feministas, na busca de igual entre os pares e no enfrentamento de discursos sexistas, racistas, de classe e LGBTfóbicos, entre outros.

O coletivo Jardim das cores promoveu um debate sobre os conceitos e discursos voltados para a compreensão e respeito das letrelinhas que formam a comunidade LGBTQIAPN+. O caminho educativo desses debates sempre foi pedido pelas instituições, que surgem como forma de melhor entender os processos identitários de cada um, bem como seus desejos e comportamento sexual em busca do respeito e a inclusão da diferença nos espaços que acolhem e recebem estudantes LGBTQIAPN+.

A iniciativa do EREM em convidar o coletivo surge a partir de curiosidades e de acolhimento das demandas de estudantes LGBTQIAPN+ que ocupam e resistem nos espaços escolares. A escola, por muitas vezes, se torna um lugar de acolhimento da orientação sexual e identidade de gênero dos estudantes, com apoio e proteção de professores e em poucas vezes, da gestão escolar. Por outro lado, a discriminação e o preconceito LGBTfóbico prevalece por meio de diferentes rituais performativos: desde piadinhas sobre os trejeitos dos estudantes LGBTQIAPN+ ou a violência física como ato de punição e ódio contra suas existências.

Figura 54 – Fonte: publicações na página do coletivo Cores do Capibaribe



Disponível: <https://www.instagram.com/corescapibaribe/> Acesso em: 17 de dezembro de 2023.

Já o coletivo Cores do Capibaribe realizou uma formação nos equipamentos institucionais do CREAS, CRAS e Conselho Tutelar na cidade de Brejo da Madre de Deus- PE. Tal iniciativa surge através do protagonismo do coletivo na região e seu fazer político e pedagógico pela comunidade LGBTQ+. Equipamentos como CRAS e CREAS são fundamentais na consolidação de políticas públicas voltadas para o público LGBTQ+. Seus mecanismos de atuação servem de apoio e fortalecimento mediante suas equipes interdisciplinares, como pedagogos, assistentes sociais, advogados e psicólogos.

A formação promovida pelo coletivo é essencial na construção de uma sociedade que promova o acolhimento da população LGBTQ+, entender suas especificidades é fundamental para desenvolver práticas educativas instrumentais no entendimento de suas violações de direito. A publicação de 16 de setembro de 2022 conta com 90 curtidas e vários compartilhamentos. Através dessas publicações em rede, outras cidades e seus equipamentos entram em contato na página dos coletivos convidando-os a construir uma agenda de fortalecimento da comunidade LGBTQ+ em meio aos equipamentos institucionais intersetoriais, bem como o debate constante e formativo com os coletivos.

Porém essas iniciativas surgem por meio de manifestações constantes da população LGBTQ+ que relatam para os coletivos quando são vítimas de desrespeito e discriminação em equipamentos institucionais que deveriam garantir seus direitos. As notas de repúdio e manifestações organizadas onde ocorreram situações de violências institucionais são artifícios usados pelos coletivos, de forma também interseccional, pois demais ONGs e coletivos sociais

participam dos atos. Sejam pelo desrespeito ao nome social ou por atitudes e discursos lgbtfóbicos, as manifestações tanto em rede como em locais físicos é uma das características instrumentais, políticas e pedagógicas dos coletivos pós-identitários.

- **Manifestações interseccionais, políticas e culturais de orgulho**

Figura 55 – Fonte: Publicações na página do coletivo Mil cores da Resistência



Disponível em: <https://www.instagram.com/milcoresdaresistencia/> Acesso em: 13 de novembro de 2023

Figura 56 – Fonte: Publicações na página do coletivo Mil cores da Resistência



Disponível em: <https://www.instagram.com/milcoresdaresistencia/> Acesso em: 13 de novembro de 2023

A década de 1990 é marcada pela valorização no Brasil das ONGs (Organizações Não-Governamentais) por meio das políticas neoliberais, fazendo com que elas se adequem as

exigências dos editais públicos, perdendo seu caráter educativo e progressista para o jogo de disputas e poder evocados pelo Estado. Na atualidade, os coletivos LGBTs+ utilizam as redes sociais para buscar fortalecer suas manifestações políticas e pedagógicas, por exemplo, é comum os coletivos buscarem apoio solidário por meio de vaquinhas⁴⁵ online, onde seus seguidores, ativistas/militantes e apoiadores doaram uma certa quantia para que os coletivos realizassem suas atividades em datas importantes, como no caso da organização das paradas LGBTs+.

A primeira parada da Diversidade promovida pelo coletivo Mil cores da resistência (Garanhuns-PE) foi realizada por meio de um esforço em conjunto dos ativistas/militantes. Marcada para o dia 21 de setembro de 2019, com o tema: “Meu corpo é político”, a manifestação percorreu as principais ruas da cidade, produzindo conscientização política e a busca por respeito e dignidade. As paradas da diversidade do orgulho LGBTQ+ se tornaram um evento histórico e político na atualidade, desde a sua primeira, na década de 1990, em São Paulo, até os dias atuais, sua realização entrou para a programação turística e cultural de diversas regiões do Brasil.

Por outro lado, o jogo do capitalismo neoliberal acolhe e promove as paradas em suas atividades (*Pink Money*), uma vez que o público LGBTQ+ lotam hotéis e restaurantes. Nos dias que antecedem as paradas, empresas capacitam seus fornecedores e empregados para um melhor atendimento da população LGBTQ+, buscando uma política em prol da diversidade. Ao fim das paradas, a LGBTQfobia estrutural continua oprimindo e invisibilizando as vidas LGBTQ+.

Em sua sexta parada da diversidade, ocorrida no dia 27 de setembro de 2024, com o tema: “corpos diversos: celebrando nossa diversidade”, a parada contou com o apoio da prefeitura de Garanhus-PE e com o Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à violência entre outros organizadores/apoiadores. Em seis anos de manifestação pública, o coletivo segue sendo protagonista em promover ações e debates que desestabilizam a doutrinação LGBTQfóbica e a ideologia Heterossexual em diferentes espaços de atuação política. Os enfrentamentos e as lutas são diários.

⁴⁵ Chamamos de vaquinha online quando diversas pessoas financiam a ideia de uma determinada pessoa, por meio de um site, para ajudas sociais, casos de doenças, emergências, correções de injustiças, acidentes, ajuda para animais, isto é, vaquinhas para fazer algo bom para as pessoas ou animais. Link de acesso: https://www.vakinha.com.br/comofunciona/vakinha?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=21694612307&utm_content=169497614362&utm_term=vaquinha%20online%20como%20fazer&gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMIp9zv-8-RigMVi5fuAR1eWw6cEAAYASAAEgJvCPD_BwE. Acesso em: 23 de novembro de 2023.

Figura 57 – Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores



Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivojardimdecors/> Acesso em: 15 de dezembro de 2023.

Em outubro de 2024 o coletivo Jardim das cores organizou o cineclube LGBT+: cultura, educação e cinema, entre os dias 17 e 19. A programação contou com curtas – metragens e filmes que abordam temas relacionados a comunidade LGBT+ como identidade, experiências em comuns, enfrentamentos da LGBTfobia entre outras. A ação política e pedagógica contou com a participação da Prefeitura de Belo Jardim-PE e do Governo Federal por meio do Ministério da Cultura (Lei/edital de incentivo Paulo Gustavo). Após cada sessão, os ativistas do coletivo promoveram debates em torno das discussões produzidas pelos curtas.

Durante os dias do evento, os ativistas realizaram uma série de intervenções artísticas, expondo suas demandas emergenciais no enfrentamento da LGBTfobia na cidade. O público em geral foi convidado ao engajamento da luta organizada, sendo LGBT+ ou não, a luta por direitos humanos é a base essencial de nos entendermos enquanto sujeitos coletivos, que experimentam diversas formas de opressão a partir de suas identidades, desejos e comportamento sexual.

Figura 58 – Fonte: publicações na página do coletivo Cores do Capibaribe



Disponível: <https://www.instagram.com/corescapibaribe/> Acesso em: 17 de dezembro de 2023

No dia 27 de agosto de 2022 o coletivo Cores do Capibaribe organizou com ajuda de outros coletivos e parceiros da cidade (lojas e comerciantes) o primeiro sarau pela vida delas em alusão ao agosto lilás (mês de conscientização ao feminicídio em apoio a Lei Maria da Penha). A iniciativa que forma uma manifestação interseccional, com diversas mulheres, em suas várias orientações, desejos e identidades. A publicação conta com 186 curtidas e vários compartilhamentos.

O coletivo cores do Capibaribe, diferente dos outros três coletivos, aderiu em sua organização interna a busca por parcerias em diversos setores da cidade, desde as empresas até bares e restaurantes, pedindo apoio financeiro, em troca o coletivo publiciza em suas redes sociais o lugar e o atendimento como um espaço que respeita e acolhe a comunidade LGBTQ+. Tal iniciativa é uma particularidade do coletivo, mas que é vista em outras regiões ou campanhas institucionais, onde esses lugares recebem o selo: *Gay Friendly*⁴⁶.

Os saraus produzidos pelos coletivos surgem como ferramenta política e pedagógica, seus temas evocam as experiências de vida da comunidade LGBTQ+ por meio da poesia, do

⁴⁶ *Gay Friendly* é um termo norte-americano utilizado em várias partes do mundo para determinar quais espaços públicos e privados são receptivos à comunidade LGBTQ+. Nesse sentido, empresas também aderiram ao conceito, identificando-se dessa forma para atrair esse público. As empresas *Gay Friendly* apostam no potencial intelectual, profissional e de consumo das pessoas LBTQIA+, oferecendo oportunidades e representatividade por meio de políticas afirmativas de igualdade e inclusão. Ser uma empresa *Gay Friendly*, portanto, significa contratar e motivar colaboradores LGBTQ+, e propiciar um ambiente de trabalho inclusivo, seguro e diverso.

teatro, da música e de outras manifestações culturais. O intuito é a conscientização do público com as causas da população LGBTQ+ e uma ferramenta de denúncia contra o dispositivo da LGBTQfobia que aprisiona os corpos, desejos e experiências que fogem do cânone sagrado da heterossexualidade compulsória. A arte como discurso que transcende a linguagem e materializa a dor e a alegria de ser LGBTQ+.

7 “AMANHÃ OU DEPOIS DE AMANHÃ” ANÁLISE DA FORMAÇÃO DAS MODALIDADES ENUNCIATIVAS DOS COLETIVOS LGTBs+ DO AGRESTE PERNAMBUCANO

Em nosso segundo conjunto de análise, buscamos identificar a formação das modalidades enunciativas⁴⁷ dos Coletivos LGTBs+ do Agreste Pernambucano que são produzidos pelas redes sociais *Instagram* e *Facebook*. Nesse caminho, apoiado na netnografia virtual (HINE, 2004) entendemos que as modalidades enunciativas⁴⁸ produzem, segundo a arqueologia de Foucault (2008), três caminhos possíveis: quem fala, pelos coletivos LGTBs+ nas redes sociais; quais são os lugares institucionais que comporta e compartilha os discursos e seu sistema de registro, como também a instância da situação do sujeito em relação aos domínios (grupos de objetos); ou seja, o que observa? o que anota? quais os intermediários? Qual sua posição na rede de informações (como emissor e receptor)? Como também o seu sistema de registro, anotação.

Compreender o arquivo das mídias digitais que hospedam e veiculam os aplicativos das redes sociais: *instagram* e *facebook*, ao modo foucaultiano, nos direciona a um determinado recorte temporal, em nosso caso, ao ano de 2014 até 2024 (período de criação dos Coletivos LGTBs+) onde o dispositivo pedagógico aciona as redes de poder e saber, as descontinuidades e continuidades, bem como os modos de subjetivação mediante a pedagogia da insurgência que promove as emancipações sociais dos coletivos LGTBs+.

Os coletivos LGTBs+ do Agreste Pernambucano reúnem pessoas LGTBs+ em torno de uma agenda política com vistas ao fortalecimento da cidadania e do combate à LGTBfobia em seus municípios de atuação. Observamos que suas organizações internas são baseadas em uma horizontalidade de atuação, ficando ausente uma direção que aponte hierarquias como são acionados os movimentos da sociedade civil e ONGs (Organizações Não-Governamentais) que evocam dirigentes, presidentes, diretores e etc, em sua maioria homens, que muitas vezes silenciam as vozes femininas e agem de forma autoritária e sem capacidade de exercer o direito ao diálogo.

⁴⁷ Descrições qualitativas, narrações biográficas, demarcação, interpretação e recorte dos signos, raciocínios por analogia, dedução, estimativas estatísticas, verificações experimentais, e muitas outras formas de enunciados”. (Foucault, 2008, p. 56).

⁴⁸ 1) A instância de quem fala, isto é, sua linguagem, profissão, função, legitimidade, representação; em outros termos, analisar em nome de quem se pronuncia. 2) A instância dos lugares institucionais do discurso, isto é, do seu campo documentário. E, 3) a instância da situação do sujeito em relação aos domínios (grupos de objetos); ou seja, o que observa? o que anota? quais os intermediários? qual sua posição na rede de informações (como emissor e receptor)? qual o seu sistema de registro? (Thiry-Cherques, 2010, p. 230).

Os coletivos LGBTs+ vem desenvolvendo em seus locais de atuação uma série de iniciativas, como realizações de reuniões dos membros que fazem parte dos coletivos, sejam em espaços públicos ou fechados, ações ativistas e pedagógicas por meio de intervenção nas redes sociais, panfletagem, participação em Conferências, formações com servidores públicos, como também o diálogo constante com o poder público (Prefeitura e Estado), manifestações políticas, entrevistas e participações em programas locais como palestras e oficinas em escolas.

Através do perfil dos coletivos, encontramos nos ativistas pessoas com orientações sexuais e identidade de gênero diversas: colaboram lésbicas, gays, bissexuais, heterossexuais, não-binários, assexuais, travestis, homens trans e pansexuais. Em sua maioria, os grupos são de jovens universitários, bem como estudantes da educação básica oriundos da classe trabalhadora, com diferentes perfis e tipos raciais. Outro dado importante é a participação dos ativistas em grupos políticos progressistas e agremiações estudantis. Exemplos são o PT (Partido dos Trabalhadores); da União da Juventude Socialista (UJS); do Levante Popular da Juventude (LPJ) e também de Diretórios Acadêmicos de Universidades/Faculdades que são integrantes.

Escreve Sierra (2013, p. 44):

Ao analisar as ações do movimento LGBT brasileiro nas últimas décadas, percebo uma proximidade muito mais latente de seus representantes e de suas estratégias de luta de um ideia de militância que de ativismo. Se a parceria com o Estado possibilitou uma série de conquistas no campo dos direitos civis e jurídicos, se abriu caminhos para uma reconfiguração de como a homossexualidade era percebida e encarada socialmente, se engendrou novas formas de concepção dos sujeitos homossexuais na esfera pública, se criou uma visibilidade maior da diversidade sexual possibilitando, inclusive, sua inclusão na sociedade e na escola, por exemplo, essa parceria produziu também, ao longo do tempo e de revés, um tipo de movimento LGBT atrelado a relações hierárquicas muito fortemente estabelecidas.

Em suas instâncias de fala, em nossos quatro coletivos LGBTs+, a dimensão de reproduzir os enunciados fica a cargo dos moderadores dos perfis de cada instagram e do facebook. Os moderadores são responsáveis por sistematizar, criar e postar nas redes sociais o que os Coletivos LGBTs+ pensam, articulam ou confrontam em determinados assuntos em que são chamados ao debate ou postam sobre eventos, atividades ou reuniões, convocando seus membros ou pessoas que queiram se juntar ou fazer parte da luta coletiva em prol dos direitos da população LGBT+. As falas traduzem o desejo dos coletivos.

Os moderadores de cada perfil do *instagram* e *facebook* são escolhidos mediante sua atuação mais participativa dentro do coletivo, como também militantes que possuem o conhecimento técnico (designer) em produzir *brands* (artes) e conteúdo para serem postados e compartilhados na página do perfil e nos *stories*.

Outro ponto importante da atuação dos moderadores de cada perfil é a organização das

mensagens que os perfis recebem, seja tanto como comentários nas publicações como mensagens em particular. Muitas dessas conversas são relatos de pessoas LGBTs+ que pedem ajuda em casos de LGBTfobia ou retificação do Nome Social para o público trans, como também empresas que buscam ofertar cursos em que o público LGBT+ seja convidado a participar, como também mensagens de ódio em que grupos ou pessoas destilam seus comentários, desqualificando a luta dos coletivos em prol de suas ideologias cristãs ou fascismos.

Em seu campo de documentário, de arquivo, ou seja, seu lugar institucional, dos quartos coletivos LGBTs+ aqui analisados, três possuem o *instagram* como lugar de arquivo de suas ações. Apenas um tem tanto o *instagram* como o *facebook* como lugar dos discursos. Tanto o *instagram* como o *facebook* estão localizados nas mídias digitais, que possuem a internet como lugar institucional, que armazena seus dados e lhes dão o status de verdade, como também as interpelações mediante os artefatos usados nos aplicativos, mediante sua atuação tanto *online* como *offline*.

Como bem explica Hine (2004, p. 97):

Las páginas web se han analizado según las prácticas que las dotan de sentido social. Así, hemos visto que la orientación al reconocimiento, el desarrollo de destrezas y la biografía son los elementos que dan sentido al desarrollo de la web para sus diseñadores. No hay razón para no plantear estas cuestiones, en sus mismos términos, a los colaboradores de grupos de noticias preguntando cuál es el sentido de publicar un mensaje allí y cómo se disipen los mensajes a la audiencia.

Enquanto lugar de registro, as redes sociais⁴⁹ dos coletivos LGBTs+ atuam em suas localidades, possibilitando o compartilhamento em rede de suas ações por outros coletivos, de forma global, que experimentam as mesmas temáticas trabalhadas, como o movimento feminista ou o movimento negro. O *instagram* e o *facebook* possibilitam que as práticas discursivas e não discursivas sejam traduzidas a partir da diversidade cultural, regional e local de onde cada coletivo atua e como as mesmas se articulam em mobilizações sociais.

Como complementa Castells (2012, p. 212):

También reduce la vulnerabilidad del movimiento a las amenazas de represión ya que

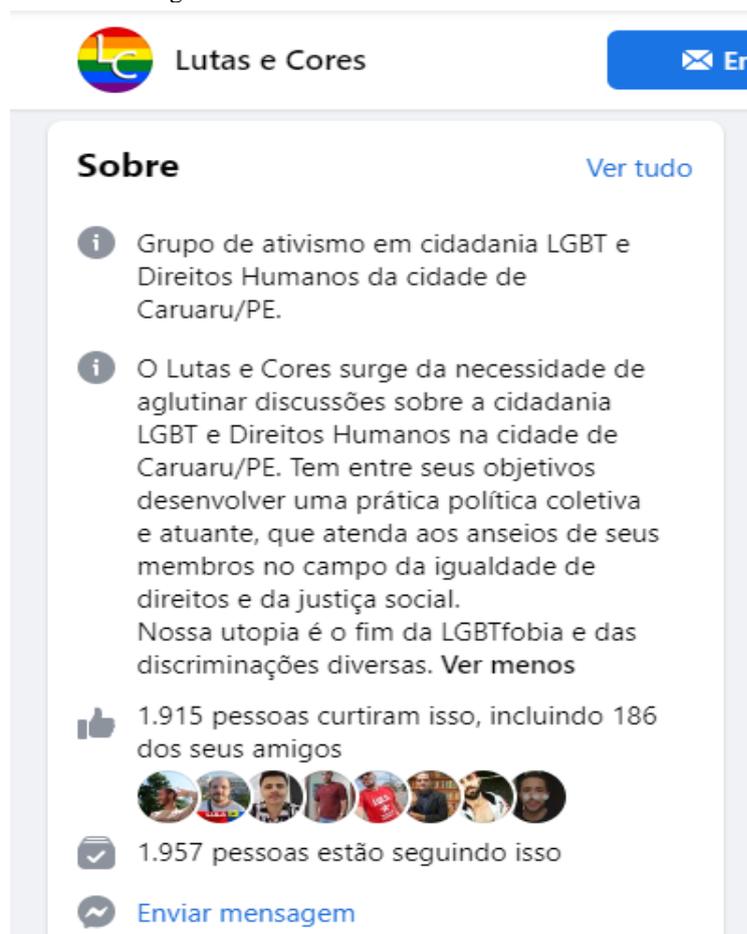
⁴⁹ Não é de se estranhar que as mídias digitais ganham força justamente em meio à decadência dos Estados nacionais e outras formas de construção de identidades coletivas pretéritas. Elas potencializam a formação de laços de afinidade distintos em que o comercial, o político e o íntimo se entrelaçam de maneiras novas. Refiro-me a essas três dimensões porque as mídias são, principalmente (se não primordialmente), um espaço comercial, parte do mercado, mas nelas é possível se socializar a partir da vida pessoal, o que não equivale a uma necessária despolitização, ao contrário, há muitas evidências de politização da intimidade e constituição de laços a partir de características individuais anteriormente invisibilizadas, ignoradas ou, pura e simplesmente, recusadas coletivamente. (Miskolci, 2011, p. 20).

hay pocos objetivos específicos que reprimir, excepto los lugares ocupados, ya la red puede reformarse siempre que haya suficientes participantes en el movimiento, conectados libremente por sus objetivos comunes y sus valores compartidos.

O coletivo LGBT+ Lutas e Cores possui tanto o *instagram* como o *facebook* como sistema de registro de suas ações, posições e comportamento mediante a luta contra a LGBTfobia. O grupo está localizado na cidade de Caruaru-PE, tendo iniciado suas ações políticas no ano de 2014. Em sua página do *facebook*, criada em 16 de novembro de 2014, podemos encontrar sua descrição e modos de atuação. A página do *facebook* é utilizada como lugar onde se publica suas ações, eventos, reuniões do coletivo, como também recebe mensagens e apoio da sociedade que acredita na causa em que o Coletivo LGBT atua e defende.

No *facebook* do Coletivo LGBT+ Lutas e Cores é disponibilizado também os registros de atividades e ações, na aba: FOTOS. As fotografias assim como vídeos podem ser acessados por qualquer usuário em rede.

Figura 59 – Perfil do Coletivo Lutas e Cores



Fonte: Página do Lutas e Cores no *facebook*⁵⁰

⁵⁰ Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

Figura 60 – Perfil do Coletivo Lutas e Cores



Fonte: Página do Lutas e Cores no *facebook*⁵¹

Em sua rede de *instagram*, O coletivo LGBT Lutas e Cores acumula um total de 1808 seguidores, com um total de 709 publicações. A novidade tanto do *instagram* como do *facebook* é a possibilidade de compartilhamento de suas atividades, ou seja, o que os moderadores publicam na página do *instagram*, segue automaticamente também para a página principal e ou *stories* do *Facebook*.

Figura 61 – Perfil do Coletivo LGBT Lutas e Cores



Fonte: Perfil do Coletivo LGBT Lutas e Cores no *Instagram*⁵²

⁵¹ Disponível em: https://www.facebook.com/lutasecores/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

⁵² Disponível em: <https://www.instagram.com/lutasecores/> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

Figura 62 – Publicações no Perfil do Coletivo LGBT Lutas e Cores



Fonte: Perfil do Coletivo LGBT Lutas e Cores no Instagram⁵³

Segue o arquivo dos três coletivos LGBTs+ que utilizam do Instagram como base de registro de suas ações ativistas/militantes:

Figura 63 – Publicações no Perfil do Coletivo LGBT Jardim das Cores

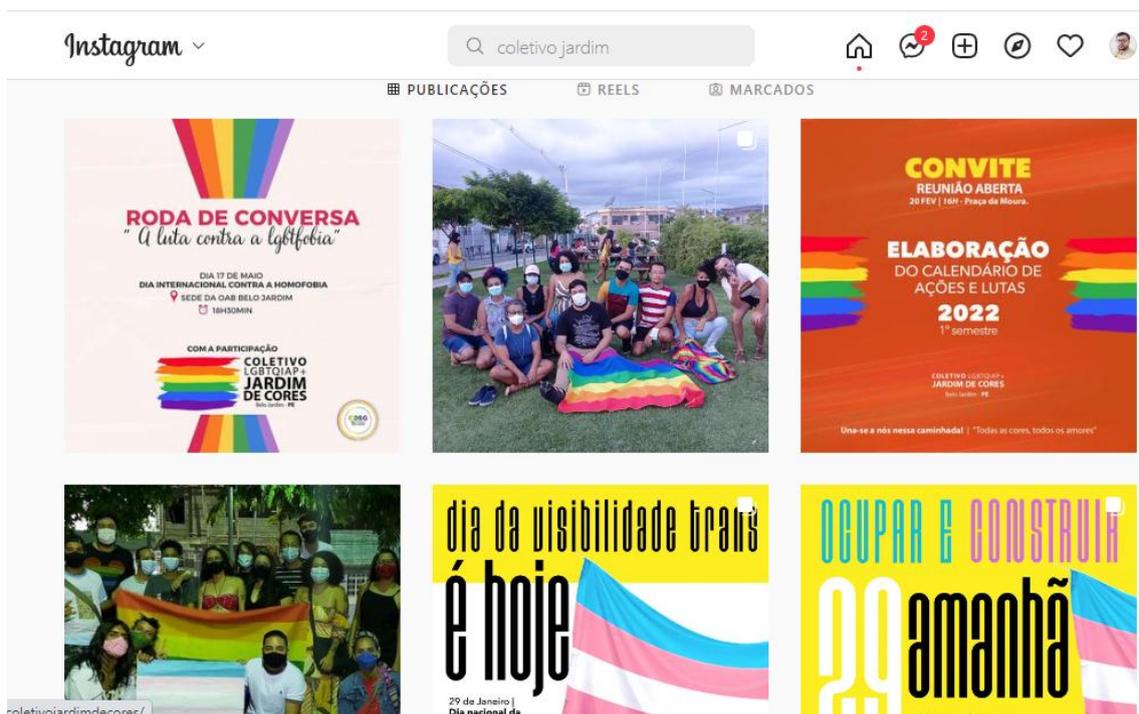


Fonte: Perfil do Coletivo LGBT Jardim das Cores no Instagram⁵⁴

⁵³ Disponível em: <https://www.instagram.com/lutasecores/> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivojardimdecores/> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

Figura 64 – Publicações no Perfil do Coletivo LGBT Jardim das Cores



Fonte: Perfil do Coletivo LGBT Jardim das Cores no Instagram⁵⁵

Figura 65 – Perfil do Coletivo LGBT Mil Cores da Resistência da cidade de Garanhuns –PE

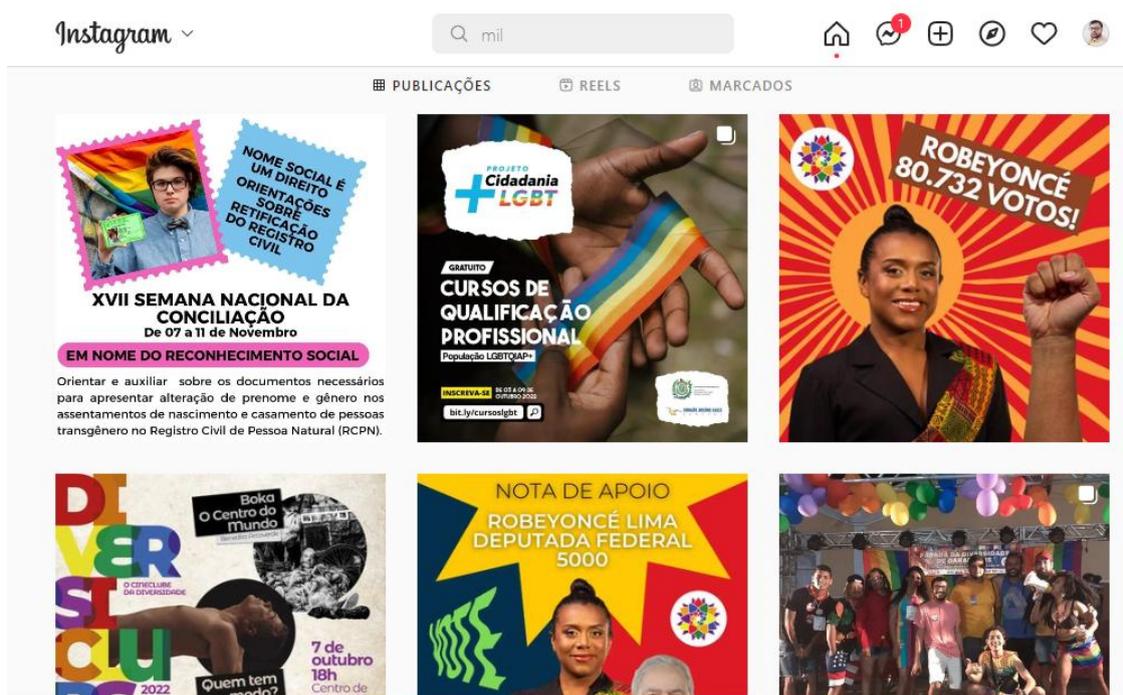


Fonte: Perfil do Coletivo LGBT Mil Cores da Resistência no Instagram⁵⁶

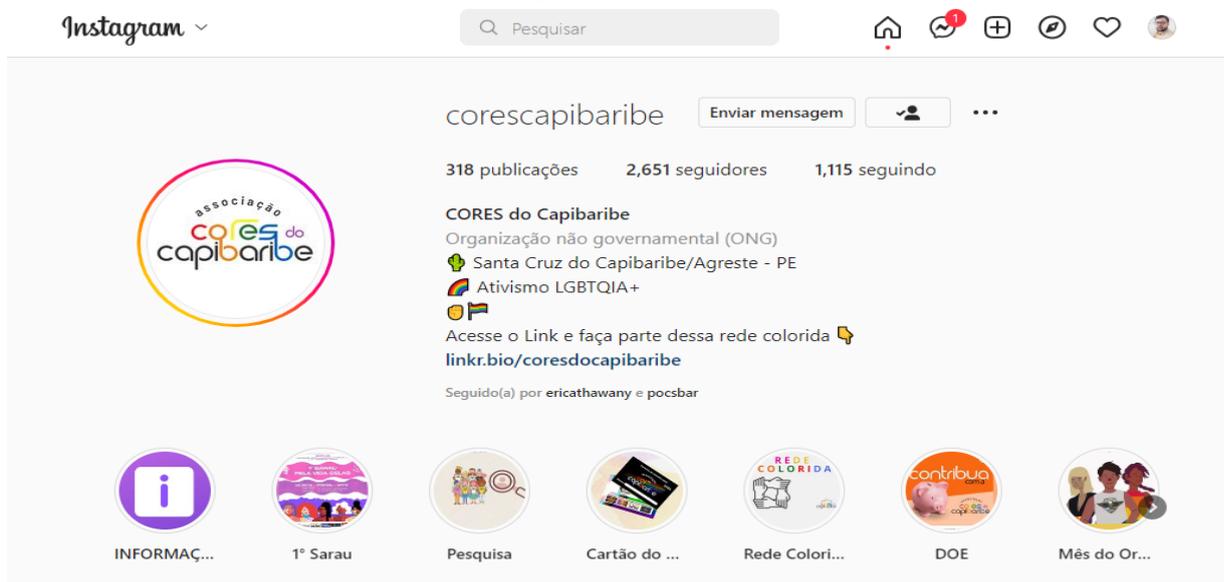
⁵⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivojardimdecores/> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/milcoresdaresistencia/> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

Figura 66 – Publicações do Perfil do Coletivo LGBT Mil Cores da Resistência



Fonte: Perfil do Coletivo LGBT Mil Cores da Resistência no Instagram⁵⁷

Figura 67 – Perfil da Associação⁵⁸ Cores do Capibaribe, da cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE, onde a mesma possui 2,651 seguidores e conta com 318 publicações

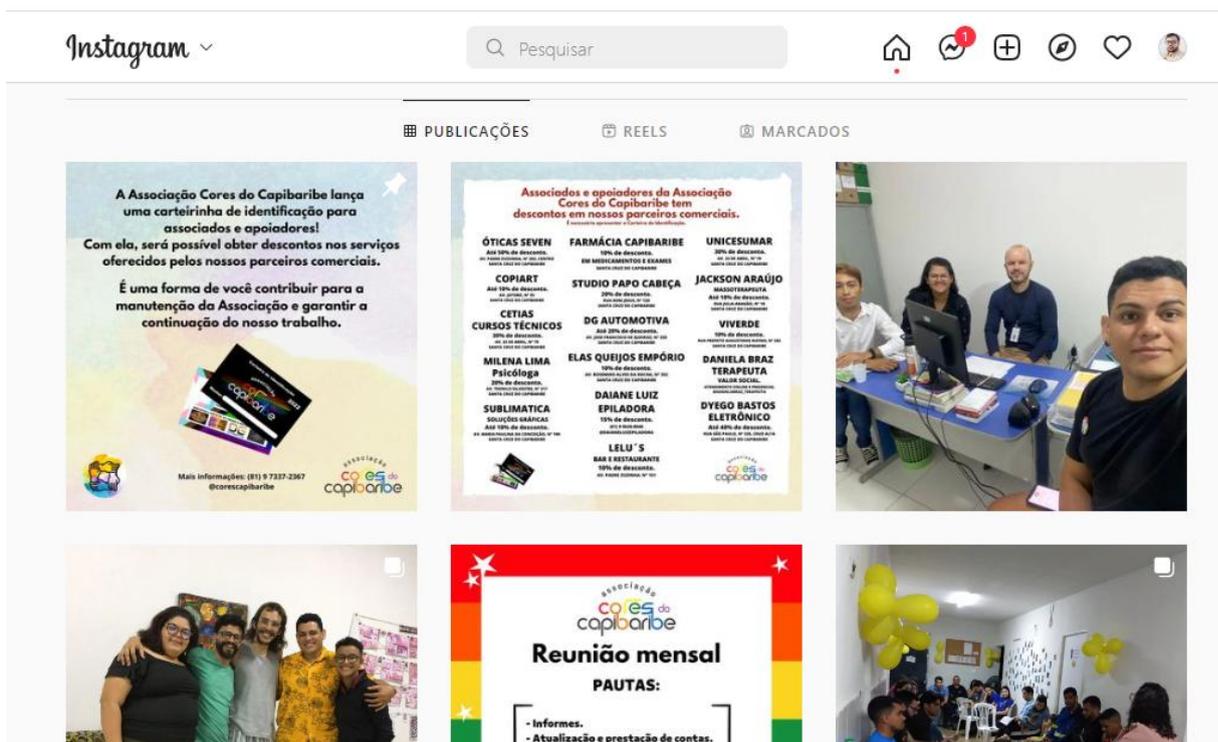
Fonte: Perfil da Associação Cores do Capibaribe no Instagram⁵⁹

⁵⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/milcoresdaresistencia/> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

⁵⁸ No início de nossa pesquisa, a ONG atuava ainda como Coletivo. No desenrolar de 2021 ganhou o status de associação, mas ainda permanece com sua política voltada para os direitos coletivos, sem a produção de hierarquias em seu conjunto organizacional.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/corescapibaribe/> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

Figura 68 – Publicações do Perfil da Associação Cores do Capibaribe



Fonte: Perfil do Instagram da Associação Cores do Capibaribe⁶⁰

A forma de registro dos Coletivos LGBTQTS+ mediante uso das redes sociais a partir dos perfis do Instagram e do facebook, que são materializados em suas publicações, fotos e vídeos, produzem diferentes estratégias e procedimentos de captura de usuários que navegam na internet. Outro ponto de impacto são as mobilizações em rede, que criam pontos de conexão com os usuários e também com outros coletivos que socializam da mesma causa, como por exemplo, o uso das hashtags e o compartilhamento de publicações e stories.

Como bem explica Foucault (2008, p. 61):

Nem pelas "palavras" nem pelas "coisas" que era preciso definir o regime dos objetos característicos de uma formação discursiva; da mesma forma, é preciso reconhecer, agora, que não é nem pelo recurso a um sujeito transcendental nem pelo recurso a uma subjetividade psicológica que se deve definir o regime de suas enunciações.

A nossa intencionalidade é interrogar e desnaturalizar discursos que produzem silenciamentos, violências e discriminações contra a população LGBTQTS+, produzir visibilidades mediante as regras que produzem os discursos pedagógicos em rede, focando em suas possibilidades de desestabilização e descontinuidades mediante sua atuação de emancipação social.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/corescapibaribe/> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

Mediante a contemporaneidade em rede, os coletivos LGBTs+ são capazes de provocar energias e potencialidades emancipatórias, insurgentes. Suas formas de atuação experimentam a cibercultura como ponto de produzir experiências revolucionárias. O saber-fazer emerge de corpos-bandeiras, que reivindicam a saída dos guetos para a conquista e emancipação dos territórios.

Como bem argumenta Carvalho (2008, p. 132):

Os movimentos sociais chamaram para si as lutas específicas contra a discriminação de classe, gênero, idade, raça, etnia, sexo, religião e, enfim, das diferentes formas de exclusão social. É fundamental, porém, que se diga, também, que há um processo de aproximação solidária desses movimentos no sentido de fortalecimento das lutas sociais e culturais que têm, de certa forma, resultado em uma forte pressão às instâncias econômicas e políticos-governamentais, no sentido de incorporação dessas lutas, principalmente na definição de políticas sociais.

As formas de registros produzem os espaços de enunciação dos discursos – e como os mesmos atuam e desestabilizam outros lugares de enunciação, como as instituições públicas e privadas, as políticas públicas, escolas, igrejas, entre outros. Tal sistema de domínios de objetos na qual chamamos de tecnologia política de identidade, uma vez que as redes sociais agrupam em si uma série de discursos recorrentes, contínuos, descontínuos, produzindo relações de poder e saber e modos de subjetivação, como veremos nos próximos capítulos.

8 “RESISTINDO NA BOCA DA NOITE UM GOSTO DE SOL” ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO PEDAGÓGICO DOS COLETIVOS LGBT+ MEDIANTE SUA INTENCIONALIDADE POLÍTICA DE COMBATE À LGTBFobia

Utilizando da tática de resistência (*résistance*) enquanto possibilidade de luta⁶¹ (*lutte*) e estratégia em Foucault (1995) os discursos pedagógicos elaborados pelos coletivos LGBT+ produzem uma série de insurgências políticas de enfrentamento da LGTbfobia.

E, atualmente, a luta contra as formas de sujeição, contra a submissão da subjetividade está se tornando cada vez mais importante, a despeito de as lutas contra as formas de dominação e exploração não terem desaparecido. Muito pelo contrário. [...] Sem dúvidas, os mecanismos de sujeição não podem ser estudados fora de sua relação com os mecanismos de exploração e dominação. (FOUCAULT, 1995, p. 235-236).

As condições de produção do discurso pedagógico dos coletivos LGBT+ do agreste pernambucano estão ligados entre si a partir da política de reconhecimentos⁶² das diferenças identitárias, pós-identitárias e experiência coletiva como instrumentalização de uma “(re)organização social do sofrimento” (Facchini, 2019, p. 63).

Para Foucault (2016, p. 268), onde reside as relações de poder ali devemos encontrar resistência:

Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder. A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder. Eu penso que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica.

Nessa trilha política, os coletivos LGBT+ no agreste pernambucano utilizam de seu protagonismo político para desafiar e desestabilizar o dispositivo da LGTbfobia por meio de uma pedagogia da insurgência. A insurgência pedagógica deve ser entendida aqui não apenas como o lugar das forças de luta coletiva, mas como uma produção de um discurso que agrega entre si os processos educativos e políticos proveniente de redes de poder e de resistência.

Como bem afirma Butler (2019, p. 94):

Eles não apenas lutam pela ideia de apoio social e emancipação política, mas a sua luta constituiu a sua própria forma social. Assim, nos exemplos mais ideais, uma aliança começa a representar a ordem social que busca fazer surgir ao estabelecer seus próprios modos de sociabilidade. Ainda assim, essa aliança não pode ser reduzida a

⁶¹ Segundo Castro (2016), “Foucault distingue três tipos de luta: 1) contra as formas de demoninação étnica, social e religiosa, 2) contra as formas de exploração que separam os indivíduos do que eles produzem, 3) contra as formas de sujeição que vinculam o sujeito consigo mesmo e, desse modo, asseguram sua sujeição aos outros”. (CASTRO, 2016, p. 288).

⁶² A ecologia dos reconhecimentos torna-se mais necessária à medida que aumenta a diversidade social e cultural dos sujeitos coletivos que lutam pela emancipação social, a variedade das formas de opressão e de dominação contra as quais combatem e a multiplicidade das escalas (local, nacional e transnacional) das lutas em que se envolvem (2006, p. 111).

uma coleção de indivíduos, e não são, estritamente falando, os indivíduos que agem. Além disso, a ação em aliança acontece precisamente entre aqueles que participam, e esse não é um espaço vazio ou ideal. Esse intervalo é o espaço de sociabilidade e de apoio, de ser constituído em uma sociabilidade que nunca pode ser reduzida à perspectiva de alguém nem à dependência em relação às estruturas sem as quais não existe vida durável ou possível de ser vivida.

Para Streck (2005) a pedagogia da insurgência pode ser compreendida a partir da história da nossa América Latina e seus diversos sentidos de revolução coletiva:

Quadro 21 – Pedagogia da insurgência: conceitos teóricos

Pedagogia da insurgência: conceitos teóricos	
Pedagogia da resistência:	A intenção ao distinguir entre sobrevivência e resistência é de reforçar a intencionalidade da última. Nessa lógica, toda a sobrevivência é certamente resistência, mas há resistências que se colocam em nível de lutas intencionadas e propositivas. (...) A matriz pedagógica popular, se assim o quisermos, não se constrói pelo princípio da exclusão do diferente, mas pela radicalidade da afirmação do lugar de onde se fala. (Streck, 2015, p. 61-62).
Uma pedagogia de relação:	Uma racionalidade simbólica e uma racionalidade sapiencial. A primeira delas, ao remeter à profundidade da experiência, tem como objeto entrar em relação com o outro, conforme indicado pela etimologia de símbolo (reunir, juntar). A segunda indica a busca de um “saber radical” sobre o sentido último da vida e também não se dá prioritariamente no mundo das ideias e conceitos, mas no âmbito das relações interpessoais. (Streck, 2015, p. 63).
Pedagogia das ausências e emergências:	A primeira constatação é que estamos diante de um quadro que requer uma teoria pedagógica plural, cuja articulação se dá a partir da inserção na matriz formulada pelas ausências e emergências, pelos saberes pedagógicos encobertos ou silenciados e pelas vozes que surgem como sobrevivência, resistências e como desejo de reinvenção das possibilidades de vida. (Streck, 2015, p. 64).

Fonte: Streck (2015)

A pedagogia da insurgência quando evocada pelos movimentos sociais deve ser amplamente acionada como uma teoria pedagógica que está disposta a entender suas demandas e enfrentamentos, onde “as relações emancipatórias se desenvolvem, portanto, dentro das relações de poder, não como resultado automático de uma contradição essencial, mas como resultados criados e criativos de contradições criadas e criativas” (Santos, 1999, p. 409), buscando ampliar as alternativas de reconhecimento social de suas diferenças e de suas resistências. No debate amplo promovido pelos movimentos sociais, suas intencionalidades

devem chegar também nos espaços escolares e nas democracias no sentido de definir novas concepções de sociedade e de reconhecimento de suas lutas.

Para Moretti (2008, p. 180), a prática educativa da insurgência dar-se:

[...] quando os conflitos se explicitam de tal forma que geram mudanças no conhecimento, nas ideias, no comportamento e nas práticas. O saber adquirido e modificado não teria um fim em si mesmo, mas tomaria força e ação como um instrumento de luta (superação, amadurecimento do processo, da prática da leitura de mundo). Este princípio educativo poderá ser compreendido como a prática de uma "leitura de mundo" (conforme Paulo Freire, "ensinar a ler o mundo") em vista de uma Pedagogia Latino-Americana radicalizada.

Enquanto prática educativa que visa desestabilizar e transformar as relações de poder, hierarquias e opressão, a pedagogia da insurgência se debruça sobre a teoria pedagógica como ato político que visa a emancipação social e a valorização das diferenças, bem como experiências de vida no sentido de evocar as bases de diálogos e participações democráticas.

Como bem conceitua Santos (2003) o pressuposto de uma emancipação sexual visa:

[...] desde logo, a existência de relações desiguais de poder, uma vez que, se o poder não fosse exercido de uma forma excludente não haveria necessidade de se lutar pela igualdade de oportunidades e direitos, pelo direito à diferença ou pela inclusão. Em outras palavras, a desigualdade e a exclusão criam as condições - de inferiorização e exploração- indispensáveis (embora não suficientes) para a emergência de uma vontade de emancipação. (Santos, 2003, p. 364).

Segundo Ferrari (2004) a intencionalidade pedagógica dos coletivos LGBTQ+ devem buscar nos processos humanizados a capacidade de conquistas de direitos, pois:

A referência não é à educação escolarizada, mas a todo processo educacional mais amplo, à essência da educação. O objetivo do movimento é a construção dos sujeitos, responsável pelas mudanças de visões, posturas, hábitos, transformação das pessoas a partir de um conhecimento de si e do mundo. De forma consciente, o movimento *gay* surgiu a partir de uma preocupação com o entendimento do mundo, com a tentativa de esclarecer e dominar os parâmetros de sua organização e de classificação da homossexualidade, e com a demanda de desconstruir as identidades homossexuais cristalizadas em busca de novas possibilidades de vivências mais positivas. Portanto, se a ideia era pensar a organização do mundo e como esse grupo estava sendo explicado e se explicava a partir disso, isso significava pensar a política das identidades (Ferrari, 2004, p. 107).

Por outro lado, o dispositivo⁶³ da LGBTQfobia aprisiona as identidades e pós-identidades LGBTQ+ diante de suas redes discursivas de opressão e violência. Sua intencionalidade se debruça por conceitos discursivos elaborados por Viñuales⁶⁴ (2002) e o conceito de LGBTQfobia

⁶³ A partir de Foucault no que pode ser estruturado a partir do período genealógico – as análises de poder.

⁶⁴ *Las diferencias entre hombres y mujeres se explicaban en términos de su diferente naturaleza sexual, es decir, de la posesión de determinados caracteres. Sexo e género quedaban así estrechamente ligados, se pres-crebía la cópula heterosexual y se establecía la reproducción como finalidad única de la sexualidad humana, quadando cualquier situación intermedia – como el hermafroditismo (intersexualidade), la transexualidad o la homossexualidad, que en épocas anteriores habían sido considerados como variantes del ideal – excluida del ámbito de la normalidade, y relegada al de las anomalias y las patologia. Este nuevo discurso dicotómico de la*

de Borrillo (2010), Foucault (2009) com o dispositivo da sexualidade e Louro (2009) com o conceito da heterossexualidade compulsória. O conceito de dispositivo aqui analisado, segundo Sargentini (2015) e Weinmann (2006) são:

[...] portanto, pautado na noção de rede, de relações estratégicas, considerando que teórica e metodologicamente auxilia-nos a reunir a dispersão dos discursos e acompanhar as práticas discursivas que de forma ramificada produzem, em um ruído silencioso e contínuo, as transformações dos discursos que circulam na sociedade. (Sargentini, 2015, p. 26).

Portanto, investigar a sexualidade como experiência, isto é, nos três eixos que a constituem – os domínios de saber que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam a sua prática e as formas de subjetivação, mediante as quais nos elaboramos como sujeitos desejanter (Foucault, 2001) –, implica pensar a constituição de um sujeito de um modo diferente. Se, nas pesquisas foucaultianas anteriores, um sujeito aparece como resultado de uma operação de assujeitamento a um dispositivo, nessa nova perspectiva a subjetivação é concebida como um processo do qual um sujeito participa ativamente. Por meio do conceito de experiência, Foucault coloca os processos de subjetivação no mesmo nível dos que concernem ao saber e ao poder, em um tipo de entrelaçamento diverso daquele em que a subjetividade aparece apenas como uma derivada das relações de saber/poder. (Weinmann, 2006, p. 30).

O dispositivo da LGBTfobia associado a governamentalidade algorítmica e as mídias digitais (redes sociais) produzem um governo dos dados em favor do biopoder e da biopolítica e das bases do neoliberalismo na contemporaneidade, sendo “um conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando a instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor seus objetivos”. (Dardot. Laval, 2016, p. 191). As redes sociais como facebook e Instagram aqui analisadas não escapam de seu agenciamento.

Quando falamos de governo de dados, estamos nos referimos a um tipo de governamentalidade que elabora estratégias de poder utilizadas em rede e são baseadas a partir da cooptação e análise de dados na internet. Tais análises servem tanto para que os governos monitorem sua população, como para as empresas lucrarem na venda de produtos e serviços oferecidos/induzidos aos usuários da internet. A cooptação de dados, é o que denominamos de *big data* e o que podemos considerar como uma das principais fontes e base da economia neoliberal a partir do século XXI. (Rocha, 2013, p. 211).

As redes sociais aqui analisadas como Instagram e facebook utilizam de ferramentas/recursos para impedir ataques de ódios de grupos fundamentalistas ou redes de *fake News*, no facebook é possível usar quatro recursos: o silenciamento do post de pessoas ou comunidades, impedir que pessoas ou grupos conversem com a página pelo *messenger*, adicionar contatos ou páginas que são voltadas para difusão de *fake News* e bloqueio de pessoas

medicina se extendió y se institucionalizó en la sociedad, consolidando una cadena simbólica que vinculaba entre sí sexo, género, orientación sexual y prácticas sexuales (Olga Viñuales, 2002, p. 38-39).

ou páginas. Esses recursos servem para que as páginas do facebook e do Instagram consigam administrar suas publicações e ampliar o debate de suas atividades de ativismo e militância.

Internet é um instrumento que tem sido utilizado e aprimorado pelos movimentos sociais e que tem promovido mudanças nos repertórios adotados através de novos meios de publicização de informações, novas formas de comunicação e coordenação de mobilizações, através da combinação com outras ferramentas que continuam a ser utilizadas, tais como o fax, o telefone, a mídia impressa, assim como manifestações presenciais. Desta forma, a apropriação das novas TICs para a articulação de ações entre entidades e dentro das próprias entidades não significou uma ruptura com outras ferramentas já existentes. Trata-se de uma combinação entre indivíduos e artefatos que permite a realização das atividades desejadas, criando assim um *dispositivo*. (Pereira, 2011, p. 11-12).

Ao mesmo tempo que os dados também são gerados/captados pela big data, e as páginas tanto do Instagram como facebook armazenam uma série de informações importantes dos coletivos, como: dados pessoais, e-mails, relatos de experiências a partir de violência física, doméstica e psicológica ocasionada pela LGBTfobia, informações sobre onde possam ocorrer futuras manifestações ou notas de repúdio. Rocha (2023) conceitua que a:

Governmentalidade algorítmica é um sistema que se retroalimenta o tempo inteiro dos dados gerados pelo uso da internet e, com base nesses dados, cria modelos de perfis e comportamentos sem que seja preciso que os sujeitos tenham consciência da manipulação ao qual se submetem. A principal ferramenta governamentalidade algorítmica é a Big Data, isto é: a cooptação, mineração e acúmulo dos dados a partir dos algoritmos que são gerados na internet. Podemos explicar a Big Data a partir da compreensão de que tudo o que é posto na internet se torna um dado, um número algorítmico que é armazenado em *data centers*. A partir dessa cooptação dos dados, criam-se perfis de usuário, cada pessoa é um perfil, uma identidade algorítmica que facilita às empresas de dados na hora de sugerir produtos, páginas a serem seguidas, músicas a serem ouvidas etc. (Rocha, 2023, p. 212).

Temos diversos exemplos de casos de vazamentos de dados da população LGBT+⁶⁵ (seus perfis) a partir do uso de aplicativos voltados para o grupo como o *grindr* e o *scruff*, que são popularmente acionadas para encontros íntimos entre gays, héteros “armariados” e bissexuais. Espera-se que as empresas desses aplicativos possam dialogar para as suas regulamentações. Sendo assim, deixando os perfis seguros para o uso individual.

Para Pedro Russi (2015) às mídias digitais na contemporaneidade são:

Lugares discursivos, dentre os quais se propõe o comunicacional dentro de uma “rede social”, são atravessados por operadores que os identificam e caracterizam como tal. Tal situação acarreta a necessidade de entender essa plataforma midiática como dispositivo voltado para a massificação dos modos de ser. Nada mais distante da vivência do silêncio e do gosto pela solidão como dinâmicas essenciais para consigo. (Russi, 2015, p. 37).

⁶⁵ Link de acesso: Violência contra pessoas LGBTQIA+: aplicativos de relacionamento não podem se isentar do mau uso das plataformas. <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/18/violencia-contra-lgbtqia-s-aplicativos-de-relacionamento-nao-podem-se-isentar-do-mau-uso-das-plataformas>. Acesso em: 23 de novembro de 2023.

Na governamentalidade algorítmica, o sujeito e as suas subjetividades passam a ser atravessados pelas tecnologias digitais, o corpo não é mais foco de disciplinamento e da biopolítica. Suas táticas se utilizam dos perfis armazenados nas redes sociais com o objetivo de criar formas de regulação e condicionamento da vida. Nesse caminho, Foucault conceitua a crítica a governamentalidade como uma possibilidade de experiência quer seja individual ou coletiva como forma de resistência ao condicionamento das práticas sociais de ser governado:

A crítica como questionamento da governamentalidade [...], de seus princípios, métodos e resultados, põe a questão da salvação de todos e de cada um: salvação, felicidade eterna, ou simplesmente alegria. A crítica como suspensão dos efeitos combinados do poder e da verdade [...] implica, para aquele que a empreende, uma decisão. Uma decisão que não é, com relação à atividade crítica, uma voz em *off*, [...], mas sim uma vontade permanente e definitiva, (Foucault, 2018, p. 18).

O dispositivo da LGBTfobia pontua na vida de pessoas LGBTQ+ e de outros sujeitos que desestabilizam os padrões de gênero e sexualidade o sentimento de superioridade por estar envolvido numa trama de práticas sexuais legitimadas pela heterossexualidade compulsória e sendo, historicamente, vivenciada como sadia e digna de existência contra as práticas dissidentes.

Como argumenta Santos (2003) a LGBTfobia é:

[...] uma das faces desta ideologia patriarcal, uma vez que sujeitos, sejam eles homens ou mulheres, que se consideram iguais e lutam com ações e discursos idênticos pelo direito à diferença, constituem uma verdadeira ameaça a um sistema construído com base em divisões dicotômicas em função também do sexo. (Santos, 2003, p. 344).

Como também a desumanização do outro ancorado no discurso de ser merecedor de privilégios, pois segundo a LGBTfobia, aquele corpo, desejo e comportamento sexual dissidente deve ser “curado” ou extinto para que possa assim, ser merecedor dos privilégios da heterossexualidade. Outro ponto de vinculação do dispositivo na contemporaneidade é o discurso de que as práticas sexuais não-heterossexuais ameaçam as diferenças.

Como nos fala Santos (2003, p. 339):

Os sistemas de desigualdade e exclusão em que nos enredamos quotidianamente resultam de complexas teias de poder, pelas quais grupos hegemônicos constroem e impõem linguagens, ideologias e crenças que implicam a rejeição, a marginalização ou o silenciamento de tudo o que se lhes oponha. Este é um processo histórico de hierarquização, segundo o qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita, definindo uma fronteira além da qual tudo é transgressão. É com estas regras que todos os grupos atingidos pelo interdito social — os loucos, os criminosos, os ciganos, os homossexuais etc. — são empurrados para a margem da heterotopia (Santos, 1999). Quando falamos de igualdade e diferença, estamos necessariamente condicionados por um contexto que não é, pois, neutro.

Temos como exemplo a campanha política fundamentalista da extrema direita, que utiliza em seus discursos políticos a retórica de que as vidas e práticas sexuais das pessoas LGBT+ são uma ameaça a “ordem e a moral cristã” que defendem. Como estratégia, se utilizam da ignorância dos seus membros e do silenciamento de pessoas LGBT+ que frequentam seus espaços. O pânico moral e a falácia da “ideologia de gênero” são ações concretas desses grupos e dos impactos que eles alcançam em vasto território por meio das redes sociais na criação de suas *fake News* e nos espaços privados de suas congregações e ações políticas.

Outra forma de dominação do dispositivo da LGBTfobia é a forma de interiorização de violências, que estimulam gatilhos internos em diferentes fases da população LGBT+. Desde criança os rituais de sofrimento na escola ou em ambientes familiares apontam para a não concretização do desejo e do comportamento sexual. O armário se torna ao longo dos anos uma possibilidade de sobrevivência. Já na fase jovem e adulta, a saída do armário é marcada por processos de discriminação física, verbal e psicológica, vivenciamos uma vida baseada numa personalidade que é uma “mentira”, ao passo que gritamos com orgulho nossa orientação/identidade de gênero, passamos o resto dos dias tentando buscar uma identidade que nos seja concreta. São anos e anos de ajuda psicológica e acolhimento afetivo em coletivos sociais, amigos e familiares que nos apoiam.

Louro (1997, p. 61-62) argumenta que os:

Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros, e os sabores “bons” e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e produzem diferença. [...] Através de múltiplos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes.

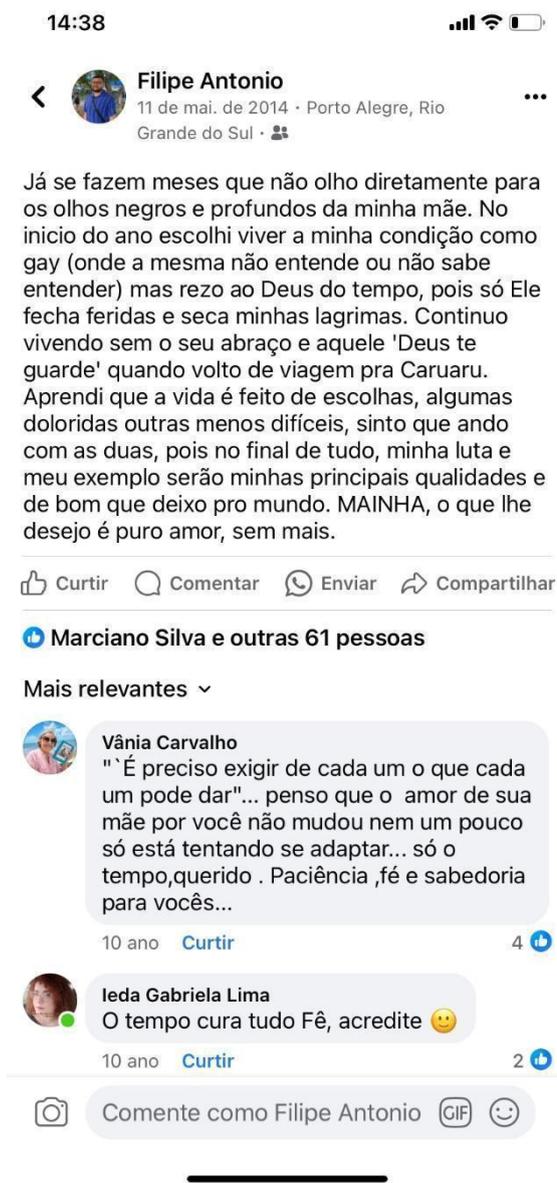
Em uma memória pessoal, a saída do meu armário foi marcada por episódios de sofrimento e silenciamento da minha família (em parte dela). Ao confirmar minha orientação sexual à minha família, a minha mãe buscou o silêncio, apenas falou que se agora esta é a minha vida, que eu deveria esquecer-la. E foi o que fiz, estrategicamente, comuniquei a minha família em um momento da minha vida que estava trabalhando, como forma de proteção para qualquer possibilidade de retaliação, já com 23 anos de idade. Foram longos meses sem conversar com ela, apenas recebia amor da minha sobrinha e da minha irmã, que esteve comigo o tempo todo e de algumas tias.

Todo esse processo foi compartilhado por mim ao coletivo LGBT+ Lutas e Cores, onde fui recebido com muito amor. Nesse caminho, ouvi inúmeras histórias semelhantes à minha. A

dor compartilhada se transformou em força e resistência. Ao passo que hoje tenho uma relação saudável com a minha mãe. Temos um amor que sobreviveu ao preconceito e à desinformação.

Abaixo segue meu relato pessoal publicado no facebook, em pleno mês de maio (tradicionalmente mês do Dia das Mães) sobre como na época a LGTBfobia interiorizada tentava me silenciar. O relato é do ano de 2014, nesse mês estava em viagem no Rio Grande do Sul. Fui apresentar meu primeiro trabalho científico no VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), Rio Grande, sob a orientação da professora Allene Lage (UFPE-CAA).

Figura 69 - Acervo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal (2014)

Figura 70 - Fonte: publicações na página do coletivo Lutas e Cores



Disponível: <https://www.instagram.com/p/BU-SY2YIFdG/>. Acesso em: 23 de novembro de 2024.

Em uma publicação de 5 de junho de 2017 o coletivo LGBTQ+ Lutas e cores compartilharam em suas redes facebook e Instagram o aplicativo “MONITORA LGBT⁶⁶”, um sistema armazenado em um site que tem a função de receber denúncias por meio de casos de LGBTfobia na cidade de Caruaru-PE. O aplicativo possui uma aba “DENUNCIE” onde as pessoas podem relatar inúmeras situações de violências ocasionadas pela LGBTfobia.

Na aba “DENUNCIE” em questão as pessoas se identificam, escrevem seus e-mails e o relato de violência LGBTfóbica vivenciado ou registrado em diferentes situações. Não só pessoas LGBTQ+ podem usar o aplicativo, ele é aberto para outras pessoas que possam estar fazendo o uso do mesmo para denúncias.

O aplicativo surge como recurso do coletivo no enfrentamento sistemático da LGBTfobia na cidade de Caruaru, sendo amplamente divulgado e compartilhado em outros coletivos e ONGs que trabalham na perspectiva dos direitos humanos. Ao receber a denúncia, os integrantes do coletivo organizam um banco de dados sobre os relatos e notificam as secretarias de direitos humanos, da mulher e de assistência social da Prefeitura de Caruaru-PE. O aplicativo funciona em parceria com o Disque 100 (Disque direitos humanos) que já se consolidou como um canal histórico em defesa das violações de direitos humanos pelo território nacional.

⁶⁶ Link de acesso: <https://monitora-lgbt.webnode.page/contato/>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

O aplicativo torna-se um aliado na luta contra a LGBTfobia, pois a partir de um acesso fácil e rápido, a população LGBT+ de caruaru ganha mais um canal de denúncias e violações de direitos. Segundo informações do coletivo, as denúncias serão compartilhadas apenas para os órgãos competentes, garantindo o anonimato de quem realizou a denúncia. Como também o acompanhamento e fiscalização das violências LGBTfóbicas, papel fundamental dos movimentos sociais nas reivindicações sociais.

Figura 71- Fonte: Publicações na página do coletivo Mil cores da Resistência



Disponível em: <https://www.instagram.com/milcoresdaresistencia/> Acesso em: 26 de novembro de 2024

Em uma publicação de 5 de agosto de 2023 o coletivo LGBT+ Mil cores da resistência (Garanhuns-PE) consolidam-se, de forma jurídica, como uma associação - militância cores da resistência (CNPJ 52.024.480/0001-24) A iniciativa visa consolidar a militância LGBT+ na cidade em busca de mais recursos por meio de editais públicos e fomentos em direitos humanos a partir de projetos e programas.

O combate sistemático à LGBTfobia passa a ser mais pontual, e a associação desenvolveu uma série de campanhas e eventos com o intuito de promover a diversidade de sua existência e o enfrentamento a qualquer tipo de preconceito, discriminação e violência.

Quadro 22 - Ações da associação cores da resistência (Garanhuns-PE) na luta contra a LGBTfobia

Ações da associação cores da resistência (Garanhuns-PE) na luta contra a LGBTfobia	
Palestra e roda de conversa em alusão ao dia do orgulho LGBTQ+ (28/06/2024)	No CRAS de Lajedo (Garanhuns-PE) onde os militantes debateram a importância de políticas de acolhimento e defesa da população LGBTQ+ e como os equipamentos institucionais podem auxiliar na luta contra a LGBTfobia.
Reunião solene na ALEPE (Assembleia Legislativa de Pernambuco) (27/06/2024)	Na ocasião, a deputada do PSOL Dani Portela homenageou diversos coletivos em Pernambuco que atuam em defesa da vida da população LGBTQ+ no enfrentamento da LGBTfobia.
Realização do seminário: Diversidades LGBTQs – transversalidades em foco (15/06/2024)	O seminário organizado pela associação cores da resistência buscou fomentar com diversos coletivos, ONGs e poder público local o enfrentamento da LGBTfobia por meio de suas transversalidades de ações e experiências com foco nas questões religiosas, culturais, raciais, de gênero, capacitista, entre outras.
Campanha: orgulho na veia em alusão ao dia 17 de maio, dia internacional na luta contra a LGBTfobia. (17/05/2024)	A associação organizou em sua conta no Instagram a campanha de doação de sangue e medula óssea para pessoas LGBTQ+ e aliados. A ação visa desestabilizar estereótipos e estigmas históricos sobre a doação de sangue da população LGBTQ+, que no passado viu-se sendo classificado como “grupo de risco” em discursos médicos e programas de saúde.

Fonte: <https://www.instagram.com/milcoresdaresistencia/> Acesso em: 28 de novembro de 2024

Figura 72 –Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores



Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivojardimdecors/> Acesso em: 15 de outubro de 2024.

Em uma publicação de 09 de abril de 2024, o coletivo LGBT+ jardim das cores (Belo jardim-PE) lançou a campanha virtual: “Respeito à cidadania LGBT+ -somos todos humanos”, em parceria com diversas instituições jurídicas e institucionais (OAB/Belo Jardim, a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero (CDSG/OAB/BJ), Comissão de Direitos Humanos (CDH/OAB/BJ), Comissão da Mulher Advogada (CMA/OAB/BJ) e Comissão do Direito de Família (CDF/OAB/BJ).

Os movimentos em torno da orientação sexual podem — como, de resto, frequentemente o fazem --, aliar-se a outros grupos socialmente discriminados na luta pela libertação racial, política ou sexual. Mas, individualmente, cada uma destas lutas tem o seu âmbito específico de opressão e resistência, que permite identificar metas, estratégias, aliados e inimigos. (Santos, 2003, p. 365).

No caso do movimento LGBT, o combate é travado contra a imposição do modelo heterossexual como norma que tem sistematicamente remetido para o silêncio e para a clandestinidade milhares de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais.

O objetivo da campanha virtual é apresentar as diversas demandas da população LGBT+ de Belo Jardim-PE, por meio de publicações nas redes sociais com textos e fotos de militantes e apoiadores da comunidade. As publicações podem ser compartilhadas em diferentes perfis e páginas do Instagram, onde os discursos ali materializados possam servir de consciência política para novos membros e servir de ação educativa para a sociedade belo-jardinense.

As postagens seguem com imagens de ativistas e militantes que são integrantes do coletivo, a ousadia da campanha revela a autenticidade de cada um em promover os discursos

de solidariedade e aliança, e que outros sujeitos LGBTQ+ possam sentir-se abraçados e convidados a integrar o coletivo e medir forças juntos no combate diário contra a LGBTQfobia.

Figura 73 – Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores



Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivojardimdecors/> Acesso em: 23 de outubro de 2024.

Figura 74 – Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores



Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivojardimdecors/> Acesso em: 23 de outubro de 2024.

Figura 75 – Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores



Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivojardimdecors/> Acesso em: 23 de outubro de 2024

Figura 76 – Fonte: Publicações do coletivo Jardim das cores



Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivojardimdecors/> Acesso em: 23 de outubro de 2024

Figura 77 – Fonte: publicações na página do coletivo Cores do Capibaribe



Disponível: <https://www.instagram.com/corescapibaribe/> Acesso em: 25 de outubro de 2024

Em uma publicação de 10 de novembro de 2022 o coletivo LGBTQ+ Cores do Capibaribe (Santa Cruz do Capibaribe-PE) aderiu a campanha virtual e institucional do movimento LGBTQ Leões do Norte de Recife. Com a criação do aplicativo RUGIDO⁶⁷, os coletivos LGBTQ+ de Pernambuco podem aderir em suas ações virtuais e presenciais a informação de mais um canal de denúncia contra a LGBTQfobia.

O aplicativo pode ser baixado em smartphones (*Android* ou *iOS*) e na aba DENÚNCIA, as pessoas escrevem seus dados pessoais, e-mail e o relato da denúncia LGBTQfóbica. Ao relatar a violência LGBTQfóbica, o movimento Leões do Norte⁶⁸ encaminha para os órgãos de proteção e de direitos humanos de Pernambuco por meio de relatórios.

Weeks (1999, p. 47) argumenta que:

Estas novas histórias sobre o "self", a sexualidade e o gênero são o contexto para a emergência do cidadão sexual, porque aquilo que estas histórias nos contam acerca da exclusão com base no gênero, sexo, raça ou aparência física tem como corolário a exigência de inclusão: direitos iguais perante a lei, na política, na economia, em questões sexuais.

O aplicativo publicizado na página do coletivo LGBTQ+ Cores do Capibaribe (Santa Cruz do Capibaribe-PE) torna-se um instrumento efetivo na luta contra a LGBTQfobia, uma vez que na cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE não há uma política pública voltada para as

⁶⁷ Link de acesso: <https://denuncie.rugidolgbtqi.com.br/> acesso em: 28 de novembro de 2024

⁶⁸ Link de acesso: <https://www.instagram.com/lgbtpeleoesdonorte/> acesso em: 28 de novembro de 2024

demandas e reivindicações da comunidade LGBT+. O papel social do coletivo é visto como fundamental para a população LGBT+ em ser acionado como instrumento de emancipação social e sexual.

Quadro 23 – Sistematização dos discursos pedagógicos dos coletivos LGBT+ mediante suas intencionalidades políticas contra a LGBTfobia:

Sistematização dos discursos pedagógicos dos coletivos LGBT+ mediante suas intencionalidades políticas contra a LGBTfobia:		
Discurso pedagógico	Intencionalidade política	Combate à LGBTfobia
Promoção da diversidade sexual e de gênero de forma interseccional;	Repúdio as formas de discriminação sexual e de gênero por meio de ações estratégicas;	Fiscalização das políticas públicas;
Lutas coletivas em favor do reconhecimento social e sexual de suas identidades/pós-identidades;	Manifestações organizadas em favor das democracias e direitos coletivos	Desestabilização da LGBTfobia institucional e burocrática que ameaça as diferenças sexuais e de gênero.
Aprendizagem com base em teorias e práticas insurgentes;	Aprendizagem com foco em análises de conjuntura e leitura de mundo;	Provocar a monocultura do saber que promove hierarquias e dicotomias de gênero, sexualidade, classe, raça e etc.
Saberes e aprendizagens com base na cultura e na história	Entendimento da horizontalidade na atuação dos ativistas/militantes nos coletivos LGBT+ no agreste pernambucano	Rompimento de culturas políticas atravessadas pela misoginia, sexismo, racismo, patriarcado e LGBTfobia estatal
Saberes, práticas e aprendizagens voltadas para aspectos éticos, sociais e reflexivos;	Entendimento de leis, projetos e programas que assegurem a sobrevivência dos coletivos e também	Estar em constante vigilância sobre projetos de leis, programas e editais que

	seus campos de atuação e projeção na comunidade	promovam a exclusão das pessoas LGBTQ+.
Saberes e práticas voltadas para as políticas partidárias	Politização social e crítica de partidos políticos e candidaturas que almejam ou defendem as causas da comunidade LGBTQ+.	Promover debates e manifestações políticas contra falas e atitudes de partidos ou políticos que evocam a LGBTQfobia como caminho para futuras eleições.

Fonte: Sistematização do autor (2024)

Propomos uma imaginação epistemológica da diversidade sexual, que seja capaz de (re)pensar os saberes e as verdades interpeladas pelo discurso clínico, social e histórico e desestabiliza-los, bem como uma imaginação democrática que permite expandir o reconhecimento das diferenças e das práticas sociais. Ambas as dimensões possuem a tarefa árdua de desconstrução de preconceitos, violências e discriminações, bem como a tarefa de reconstrução dos saberes, das experiências e das vidas produzidas como abjetas, transformando-as em vidas vivíveis.

Como bem evoca Boaventura de Sousa Santos (2006), busquemos uma imaginação epistemológica que seja capaz de enfrentar o conhecimento único e a classificação social, ao lado de uma imaginação democrática que seja capaz de ter em sua gênese de luta a dimensão desconstrutiva e reconstrutiva. Despensar a doutrinação heterossexista e dispensar a ideologia LGBTQfóbica é uma bandeira de luta

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar o estudo desta tese me propus a responder ao seguinte problema de pesquisa: quais as relações de poder implicadas nas condições de produção do discurso pedagógico insurgente, que são utilizados por coletivos LGBTs+ no agreste pernambucano? Após anos me dedicando e aprofundando a temática, é possível afirmar que as condições de produção mediadas pelo discurso pedagógico através das relações de poder são estruturadas por momentos de inquietação e solidariedade.

A inquietação surge a partir das demandas e reivindicações dos coletivos LGBT+ do agreste pernambucano em insurgir diante das políticas públicas produzidas no agreste pernambucano. Ao longo dos anos, os coletivos se organizam via redes sociais colaborando com ações, manifestações e intervenções na busca por proteção e propostas de combate a LGBTfobia, exigindo dos poderes públicos a consolidação de políticas que visam a proteção integral de suas vidas. Nesse cenário, o poder estatal viu-se pressionado a colaborar com os coletivos, realizando e consolidando uma série de políticas públicas voltadas para a população LGBT+.

Em laços de solidariedade, os coletivos LGBT+ do agreste pernambucano lutam pelo reconhecimento de suas agendas, demandas e repertórios em busca de cidadania, justiça e emancipação sexual e social contra toda forma de exclusão, preconceito e discriminação motivadas pelas suas identidades de gênero ou orientação sexual. Defender suas formas de vida, desejo e comportamento sexual consolida-se na contemporaneidade como um projeto insurgente, em luta constante contra a ideologia LGBTfóbica e a doutrinação heterossexista.

Em laços insurgentes de solidariedade, os coletivos LGBT+ do agreste pernambucano: Coletivo LGBT+ Lutas e cores (Caruaru-PE), Coletivo LGBT+ Jardim das cores (Belo Jardim-PE), Associação militante Cores da resistência (Garanhuns-PE) e Associação Cores do Capibaribe (Santa Cruz do Capibaribe-PE) são exemplos do uso de estratégias insurgentes por meio das redes sociais (facebook e Instagram) em favor de suas demandas e reivindicações na luta contra as discriminações de gênero, raça, classe e sexualidade.

Com respaldo em nosso primeiro objetivo, que pretendeu descrever os cenários de produção científica que versam sobre o movimento LGBT+ no Brasil mediante seus sentidos voltados para a educação. A nossa construção voltou-se aos textos clássicos e contemporâneos de pesquisadores/as que investiram suas vidas na produção de conceitos e teorias que denunciam as diversas formas de violência de gênero e sexual, a partir de rituais de estratégias epistemológicas e históricas na consolidação de um movimento LGBT+ brasileiro atuante,

diverso e interseccional. O campo da ação pedagógica sempre foi um dos caminhos trilhados pelo movimento LGBTQ+, uma vez que a educação em uma visão crítica busca emancipar e humanizar os sujeitos envolvidos em sua ação política.

No segundo objetivo específico, que sistematizou a formação dos objetos do discurso pedagógico dos coletivos LGBTQ+ do Agreste Pernambucano, utilizamos as concepções foucaultianas a partir do dispositivo da sexualidade - através da polivalência tática dos discursos, criando as categorias de roteiros informativos onde analisamos como as publicações dos coletivos LGBTQ+ do agreste pernambucano publicizar em suas redes sociais um conjunto de informações voltadas para a população LGBTQ+ de cada cidade. as informações desdobram-se sobre campanhas institucionais, avisos sobre emprego e renda para a população LGBTQ+, campanhas intersetoriais em relação a saúde, educação e segurança entre outras.

Já em participação institucional, os coletivos compartilham em suas redes sociais por meio de imagens e textos, convites feitos por entidades institucionais como prefeituras, ao se fazerem presentes os ativistas e militantes em diferentes ações em escolas, Universidades, Faculdades entre outras colaboram com suas presenças no debate, levantando questões emergências de suas lutas diárias contra as discriminações. Nas manifestações interseccionais, políticas e culturais de orgulho as publicações dos coletivos em suas redes sociais ampliam o debate contra a LGBTQfobia por meio de uma série de estratégias educativas e políticas em favor da diversidade e no combate da ideologia LGBTQfóbica.

Em nosso terceiro objetivo específico, que foi identificar a formação das modalidades enunciativas produzidas pelas redes sociais (facebook e Instagram) dos coletivos LGBTQ+ do Agreste Pernambucano. As modalidades enunciativas das redes sociais dos coletivos LGBTQ+ do agreste pernambucano apontam para o uso político das redes e como elas se tornam instrumento de politização de seus seguidores e apoiadores da causa LGBTQ+. O uso constante como instrumento de comunicação online e offline redefine novas formas de comunicação com as massas, que outrora utilizam com mais frequência as TVs, rádios e jornais impressos como meio de comunicação. O acesso instantâneo às informações postadas nas redes sociais configuram-se como pronunciamento oficial dos coletivos e suas postagens de livre acesso aos seus seguidores fortalecem o que o pensa ou o que produz em termos de deliberações, manifestações ou notas de repúdio aos coletivos sociais LGBTQ+ aqui pesquisados.

No nosso último objetivo específico, analisamos as condições de produção do discurso pedagógico dos coletivos LGBTQ+ mediante sua intencionalidade política de combate à LGBTQfobia. Mediados pela pedagogia da insurgência em dicotomia com o dispositivo da LGBTQfobia, a partir do conceito de resistência de Foucault, nossa análise evidencia o uso das

redes sociais dos coletivos LGBTQ+ do agreste pernambucano como ferramenta primária de comunicação de atividades, eventos e políticas sociais próprias em fase da desestabilização da LGBTQfobia.

Em nosso campo teórico, adotamos durante toda a construção desse texto autores e pesquisadores que versam em suas pesquisas o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, a luta dos movimentos sociais e suas emancipações diante de uma globalização da governamentalidade digital que busca aprisionar e ditar novas formas de controle. O uso das redes sociais como instrumento cosmopolita de repensar as ações coletivas dos movimentos sociais e sua força insurgente. Estudando seus conceitos e teorias, a partir também das minhas convicções pessoais e epistemológicas, uma vez que sou atravessado por essa pesquisa, que me move enquanto militante, pesquisador e professor.

Em nossa pesquisa, a metodologia adotada foi ao encontro da Netnografia digital que se consolida na contemporaneidade como instrumento epistemológico e inovador, ao passo que seu corpo empírico de análise é a internet e seus diversos comandos de atuação digital, que no nosso estudo foram as redes sociais facebook e Instagram. Enquanto campo de novas significações e linguagens, seu método etnográfico nos possibilitou uma profunda análise de seus discursos materializados nas mídias digitais. Como também a arqueogenealogia de Foucault, que nos motivou a pensar as condições de produção do discurso pedagógico via as redes sociais dos coletivos do agreste pernambucano diante de suas possibilidades de resistência e poder.

Na insurgência política e pedagógica, os coletivos LGBTQ+ do agreste pernambucano aqui analisados souberam utilizar a globalização a partir da internet e suas mídias digitais como ferramentas fundamentais na consolidação de suas agendas e ativismo. Pois mesmo fazendo o uso de ferramentas digitais que promovem exclusões, violências e desigualdades, suas forças residem em suas capacidades de luta diária por uma sociedade livre da LGBTQfobia e que seus interesses comuns e identitários/pós-identitário sejam respeitados.

As estratégias insurgentes acionadas via redes sociais pelos coletivos LGBTQ+ do agreste pernambucano buscam, por meio de suas intencionalidades políticas e pedagógicas, na construção de uma sociedade que reconheça as suas emancipações sexuais: agendas interseccionais com outros coletivos e movimentos sociais parceiros em suas dores e conquistas; publicização de suas agendas via redes sociais, onde as mesmas sejam compartilhadas pelos seus seguidores e demais públicos e páginas que acolhem as lutas da população LGBTQ+. Defesa de uma educação sexual nas escolas por meio de formações constantes de professores das redes públicas e particulares, bem como a criação de rodas de

diálogo, seminários e festivais que promovam a diversidade e a diferença. O uso das redes em casos de denúncias de violência de gênero ou LGBTfóbicas, bem como espaço de acolhimento para qualquer pessoa que precisa de ajuda em relação a sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Essa tese, enquanto contribuição teórica, nos permitiu analisar os cenários de produção de discursos pedagógicos e políticos dos movimentos sociais identitários/pós-identitários a partir dos conceitos materializados nas redes sociais a partir da cibercultura que na contemporaneidade produz cenários de visibilidades, linguagens e contextos culturais de nosso tempo. Dessa forma, pesquisadores que também são ativistas/militantes concebem as ferramentas culturais das mídias digitais como espaços de ações coletivas que compartilham experiências e novas possibilidades de ações estruturais no enfrentamento sistemático de preconceitos, violências e discriminações.

Entre experiências coletivas, em busca de reconhecimento, cidadania, justiça e emancipação sexual, os coletivos LGBT+ na contemporaneidade ainda são vistos, por parte de setores religiosos e políticos da extrema direita, como adversários de uma dita linha conservadora de costumes “tradicionais” que evocam o Deus, a pátria e a família como símbolos a serem seguidos (a heterossexualidade compulsória). Mesmo se utilizando dos instrumentos midiáticos capitalistas e de mercado, como as redes sociais, a insurgência política e pedagógica dos coletivos aqui analisados sobrevivem, pois, em suas vidas a liberdade e as redes de solidariedade são maiores que qualquer relação de poder que tente silenciá-los. A resistência e a felicidade de ser o que é uma arma quente, como bem canta Belchior.

REFERÊNCIAS

ALVES, Douglas Santos. **MOVIMENTO LGBT, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E HEGEMONIA**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

ARROYO, Miguel G. **Pedagogias em movimento** – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun. 2003.

AZEVEDO, T. G. A. #imagem e o #sujeito: a percepção da imagem a partir do Instagram. **Visualidades**, Goiânia. v. 13, n. 1, p. 126-145, jan.-jun. 2015.
<https://doi.org/10.5216/vis.v13i1.33657>

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: Barthes, Roland. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERNSTEIN, Brasil. **A Estruturação do Discurso Pedagógico**: classes, códigos e controle. Editora Vozes, 1996.

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte, Autêntica, 2013

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: História e crítica de preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BULGARELLI, Lucas. **[ALERTA TEXTÃO] - Estratégias de engajamento do Movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação on-line e off-line (2015- 2016)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP).

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. Louro, G. O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Coleção sujeito e história, Editora civilização brasileira: Rio De Janeiro, 2015.

CARVALHO, Rosângela Tenório de. Currículo, estudos culturais e movimentos sociais populares. In: Revista Saberes – **Revista do Observatório dos Movimentos Sociais**. Ano I, Nº 01, Jul/Agos/Set/Out. (2008)

CARVALHO, Rosângela Tenório de. Regras do discurso pela interculturalidade no campo curricular da EJA no Brasil: anos 1990-2000. SOUZA, João Francisco de. CARVALHO, Rosângela Tenório de. BOTLER, Alice Happ. PORTO, Zélia Granja. (Org.) **E a pesquisa educacional brasileira??** Que?? Desafios a um mundo multicultural. Edições Bagaço, 2006.

CASTAÑEDA, Martha Patricia Salgado. **Metodología de la investigación feminista**. Colección diversidad feminista, Fundación Guatemala, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignación y esperanza**. Editora Alianza Editorial, 2012.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COHEN, Jean. *“Strategy or identity: new Theoretical Paradgms and Contemporary Social Movements”*. Social Research, n. 52, 1985.

Coletiva Ciborga. **Etnografia digital** : um guia para iniciantes nos estudos da linguagem em ambientes digitais [Ebook]. Coletiva Ciborga. – Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF). Goiânia : Cegraf UFG, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Editora Boitempo, 2016.

FACCHINNI, Regina. FRANÇA, Isadora Lins (Org). **Direitos em disputa**: LGBTI+ poder e diferença no Brasil contemporâneo. Editora UNICAMP, 2020.

FERRARI, A. **Revisando o passado e construindo o presente**: movimento gay como espaço educativo. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26, 2003, Caxambu. Anais eletrônicos [...]. Caxambu: ANPED, 2003. Disponível em: <http://www.26reuniao.anped.org.br/trabalhos/andersonferrari.rtf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FERRARI, A. **Você não sabe ainda como eu vim para o MGM? Educação e construção de identidades homossexuais**: adolescentes no movimento gay. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, 2004, Caxambu. Anais eletrônicos [...]. Caxambu: ANPED, 2004. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/GT03-2589--Int_0.pdf. Acesso em 10 ago. 2022.

FISCHER, R. M. B. **Trabalhar com Foucault**: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2020

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de pesquisa, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov., 2001. Disponível em: <http://www.scielo.org.br/> Acesso em: 15 set. 2022.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault revoluciona a pesquisa em educação?** Perspectiva, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 371-389, jul./dez., 2003. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/> . Acesso em: 13 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel . **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 2000

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Org.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1995, p. 231-249

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1996

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Foucault, Michel. **Ética, sexualidade, política**: ditos e escritos. Rio de Janeiro: Forense: 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

FOUCAULT, Michel. É inútil revoltar-se?, por Michel Foucault. **Machine Deleuze**. 2017. Disponível em: <https://machinedeleuze.wordpress.com/2017/04/08/e-inutil-revoltar-se-por-michel-foucault/> Acesso em: 08 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. v. 1: A vontade de saber. Tradução de: Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir. 1999

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O que é a Crítica?** Tradução do original "Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung" por Tradutores Independentes. 163 2018. Disponível em: <<https://medium.com/@oqueeacritica>>. Acesso em: 01 ago. de 2020. FOUCAULT, Michel. Segurança

“**Michel Foucault, une interview: sexe, pouvoir et la politique de la identité**”. (“Michel Foucault, an interview: sex, power and the politics of identity”; entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982; trad. F. Durant-Bogaert). The advocate, no 400, 7 de agosto de 1984, pp. 26-30 e 58. Esta entrevista estava destinada à revista canadense Body politic. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FRY, Peter, MACRAE, Edward. **O que é Homossexualidade**. Editora brasiliense, 1985.

GIDDENS, Anthony. **Transformações da intimidade**: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Editora celta, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. Cortez Editora, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. Cortez Editora, 2012

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOMES, José Cleudo. **Direitos humanos, educação e cidadania LGBT**: uma análise das ações do programa Brasil sem homofobia em João Pessoa-PB. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Editora UNESP, 2019.

GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular: pulsões políticas do desejo**. Editora brasiliense, 1985.

HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. London: Sage, 2004.

IRINEU, Bruna Andrade. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

JOHNSTON, Hank. Et al. *Latin American Social Movements: globalization, democratization, and transnational networks*. N. York, Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papyrus, 2005.

KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror. An essay on abjection*. Nova Iorque: Editora Columbia University Press, 1984

LAGE, Allene. **Lutas por inclusão nas margens do Atlântico: Um estudo comparado entre as experiências do movimento dos sem terra/Brasil e da associação In loco/Portugal**. Volume I – Dissertação de Doutorado em sociologia. Coimbra: Faculdade de economia da universidade de coimbra, 2005.

LARRATEA, Luís Felipe Gomes. **Vicissitudes identitárias: considerações sobre o Movimento LGBT e a criação do Movimento de Bissexuais da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, 2017.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre, Editora UFMG, 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOURO, Guacira Lopes **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rj: Vozes, 1997.

LOURO, GUACIRA LOPES. Homofobia e Heteronormatividade. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas**. – Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, Unesco, 2009

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer – Uma política pós-identitária para educação**. Estudos Feministas, 2001

MACHADO, Roberto. “Por uma Genealogia do Poder”. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MARTINHÃO, V. S. **Análise do dispositivo identitário no processo de subjetivação do Movimento LGBT na busca por direitos e cidadania.** 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MIRZA, Chistian Adel. *Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina.* Clacso libros, 2006.

MISKOLCI, Richard. **Novas conexões:** notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011, ISSN 1518-0689.

MONDAINI, Marco. (Org). **Mídia, Movimentos Sociais e Direitos Humanos:** o desafio democrático à comunicação. Editora Universitária UFPE, 2013.

MONTARDO, Sandra Portella; PASSERINO, Liliana Maria. **Estudo dos blogs a partir da netnografia:** possibilidades e limitações. CINTED-UFRGS: novas tecnologias na educação, dez. 2006, v. 4, n. 2.

NASCIMENTO, Francisco Arrais. **Memória da MILITÂNCIA:** a contribuição da Organização do Conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da região do Cariri cearense. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

NUNES, Plácido Adriano de Moraes. **Como se computa a violência homofóbica no Brasil?** Dados, reconhecimento e visibilidade do movimento LGBT em Maceió-AL. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2018.

OLIVEIRA, Cláudio José de. **Discursos sobre a matemática escolar:** um estudo a partir da Revista Nova Escola. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30., 2007, Caxambu. Anais eletrônicos... Caxambu: ANPEd, 2007. Disponível em: . Acesso em: 15 set. 2022.

PEREIRA, Marcus Abílio. **Internet e mobilização política** – os movimentos sociais na era digital. IV Encontro da Compólitica (Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

PRADO, Marco Aurélio Máximo Prado. MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades:** A hierarquia da invisibilidade. Editora Cortez, 2008.

PRYSTHON, Ângela. **Cosmopolitismos Periféricos:** ensaios sobre a modernidade, pós-modernidade e estudos culturais na América Latina. Edições Bagaço, 2002.
¿Que és un dispositivo? In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de wanderson flor do nascimento.

ROCHA, Raquel Rodrigues. **Neoliberalismo e cibercultura:** notas sobre a governamentalidade contemporânea. In: Priscila Cupello [Org.] Mulheres debatem Michel Foucault. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 266p.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Revista bagoas, N. 5, p. 17-44, 2010.

RUSSI, Pedro *Lagem Habemus*: Dispositivo de Confissão. In: **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault**: biopolítica, corpo e subjetividade. Editora Intermeios, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Editora Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Editora Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista crítica de ciências sociais, 63, outubro, 2002:237-280

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. Editora Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Editora civilização brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Boitempo editorial, 2007

SANTOS, Ana Cristina. Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Boaventura de Sousa Santos, organizador. In: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos; v.3)

SANTOS, D. B. C. **Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos sociais**: a reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-17.

SANTOS, Flávia Martins dos. GOMES, Suely Henrique de Aquino. **Etnografia virtual na prática**: análise dos procedimentos metodológicos observados em estudos empíricos em cibercultura. VII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura realizado de 20 a 22 de novembro de 2013.

SARFATI, GE. **Princípios da análise do discurso**. São Paulo: Editora Ática; 2010.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault**: biopolítica, corpo e subjetividade. Editora Intermeios, 2023.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. **Donas de si?** A educação de corpos grávidos no contexto dos Pais & filhos. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SIERRA, Jamil Cabral. **Marcos da vida viável, marcas da vida vivível**: O governmento da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

SIERRA, Jamil Cabral. **O governmento da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), 35., 2012, Porto de Galinhas – PE. Anais eletrônicos. Porto de Galinhas – PE: ANPEd, 2012. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/20Trabalhos/GT23-2336_int.pdf. Acesso em: 06 ago. 2022.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. **A Análise Arqueológica Do Discurso**: Uma Lente De Pesquisa Em Educação. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p.148-159, jan.-jun. 2014

SILVA, Dhones Stalbert Nunes. MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. Homofobia e interseccionalidade: sentidos condensados a partir de uma pesquisa bibliográfica. **Interritórios** | Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL | V.6 N.10 [2020]

SILVA, Filipe Antonio Ferreira da. **Consensos e dissensos sobre a diversidade sexual e LGBTFOBIA na escola**: quem fala, quem sofre, quem nega. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Nunca fomos humanos**: nos rastros dos sujeitos. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O adeus às metanarrativas educacionais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 247-258.

SILVA. Lucas Guerra da. **Empoderamento de lideranças e ativistas LGBT para controle social no sus**. **Dissertação** (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2017.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na Trilha do Arco-Íris**: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, João Francisco de. **A democracia dos movimentos sociais populares**: uma comparação entre Brasil e México. Recife: Edições Bagaço, 1999.

SOUZA, João Francisco de. **E a educação popular**: que?? Uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro. Recife: Editora Bagaço, 2007.

SOUZA, João Francisco de. **E a educação: ?? quê ??** a educação na sociedade e/ou a

sociedade na educação. Edições bagaço, janeiro de 2004.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**: seguido de *Ágape e êxtase: orientações pós-seculares*. Posfácio de Richard Miskolci. Tradução: Heci Regina Candiani. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. 96 p. (Coleção Argos, 2)

STOER, Stephen R. Educação e globalização: entre regulação e emancipação. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais: globalização: fatalidade ou utopia**, 2002.

TAVARES, Wellington. PAULA, Ana Paula Paes de. **Movimentos Sociais em Redes Sociais Virtuais**: Possibilidades de Organização de Ações Coletivas no Ciberespaço. Revista Interdisciplinar de Gestão Social. Jan/mar, 2015. V. 4n 1. P. 213-234

TOURAINÉ, Alain. *The Study of Social Movements*. In: Social Research, v. 52, n. 4, p. 749-87, 1985.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. Editora Objetiva, 2018.

VARELA, Júlia. “O estatuto do Saber Pedagógico”, In: Tomaz Tadeu da Silva (org). **O sujeito da Educação**. Estudos Foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VEIGA-NETO, Alfredo (1996). **A ordem das disciplinas**. Porto Alegre: UFRGS.

VIÑUALES, Olga. **Lesbofobia**. La biblioteca del ciudadano. Edicions bellaterra, 2002.

WEINMANN, A.O. **Dispositivo**: um solo para a subjetivação. Psicol. Soc. 18 (3) dez 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000300003>.